



**Universidade Federal do Pará**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental**  
**Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares**  
**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**  
**Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Edenilze Conceição Silva de Jesus**

**Do uso comum ao parcelamento da terra:**  
as transformações territoriais em uma comunidade camponesa do Baixo Acará,  
Acará/PA.

**Belém – Pará**  
**2021**

**Edenilze Conceição Silva de Jesus**

**Do uso comum ao parcelamento da terra:**  
as transformações territoriais em uma comunidade camponesa do Baixo Acará,  
Acará/PA.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.  
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.  
Orientador: Prof. Dr. Mauricio Gonsalves Torres

**Belém – Pará  
2021**

**Edenilze Conceição Silva de Jesus**

**Do uso comum ao parcelamento da terra:**  
as transformações territoriais em uma comunidade camponesa do Baixo Acará,  
Acará/PA.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientador: Prof. Dr. Mauricio Gonsalves Torres

Data de aprovação. Belém – PA, 30 de março de 2020.

Banca Examinadora

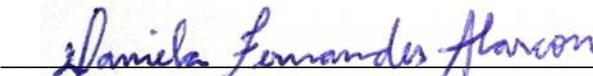
---

Prof. Dr. Mauricio Gonsalves Torres  
(Orientador) (Ineaf / UFPA)



---

Prof. Dr.: Fabiano de Oliveira Bringel  
(Examinador Externo) (UEPA)



---

Prof.<sup>a</sup> Msc.: Daniela Fernandes Alarcon  
(Examinadora externa) (UFRJ)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos  
(Examinadora interna) (Ineaf / UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

J58u Jesus, Edenilze Conceição Silva de.

Do uso comum ao parcelamento da terra : as transformações territoriais em uma comunidade camponesa do Baixo Acará, Acará/PA. / Edenilze Conceição Silva de Jesus. — 2020.  
203 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Maurício Gonsalves Torres  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós- Graduação  
em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.

1. Acará/PA – comunidade Centro Alegre. 2. Terras tradicionalmente ocupadas. 3. Terras de uso comum. 4. Campesinato. 5. Transformações territoriais. I. Título.

CDD 305.563309811

---

Dedico esta pesquisa aos meus bisavós maternos: Manoel Teixeira Gomes e Maria Aleixo da Conceição; aos bisavós paternos: Estevão Pires da Trindade e Joaquina T. Gomes Trindade; e aos tios-avós: Apolônio Monteiro dos Santos e Ana Gomes Trindade; camponeses que com muita fé, trabalho e bravura fundaram a comunidade Centro Alegre.

Dedico, ainda, a todos os camponeses e camponesas que durante a pesquisa compartilharam comigo a moradia, o alimento e suas emocionantes histórias de vida.

**Esta pesquisa é por vocês e para vocês!**

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é a realização de um grande sonho. Um sonho perseguido há muitos anos e que agora se concretiza, com a graça de Deus. Certamente a caminhada até aqui não foi fácil, teve seus percalços, dificuldades específicas, mas tenho muita gratidão em poder findar essa etapa tão importante da vida acadêmica e pessoal.

Eu poderia dizer que esta dissertação foi resultado de um trabalho coletivo. Muitas pessoas contribuíram para que ela chegasse ao ponto de ser defendida. Primeiramente, agradeço aos meus pais Osvaldo Silva e Vera Lúcia por toda ajuda durante essa caminhada. Inclusive, vocês foram a origem de muitas informações contidas neste trabalho, e tiveram toda a atenção cada vez que eu precisava de uma informação a mais. Obrigada também pelo carinho, companheirismo e ajuda pessoal, sem vocês teria sido bem mais difícil.

Aos meus irmãos Edvaldo, Elidiane e Dayseane agradeço pelo respeito, carinho e pela união que renasceu entre nós. Isso tudo me alegrou e me fortaleceu. Dayseane, agradeço por ter ouvido atentamente cada nova descoberta que realizava durante a pesquisa de campo, e também pela ajuda com a transcrição das entrevistas, com a organização de alguns materiais que foram inseridos no trabalho, enfim, por tudo. Elidiane, muito obrigada pela cumplicidade e ajuda em tudo, você sempre esteve nos bastidores, atenciosa e solícita em qualquer circunstância, gratidão, mana.

À minha filha Yasmim, um carinhoso agradecimento por todo amor e carinho de sempre. Obrigada pelas visitas diárias (e por vezes companhia) nos muitos dias de produtividade na *casinha de estudo*... o seu jeito alegre e autêntico sempre me inspirou a continuar lutando por dias melhores e mais coloridos. Muito obrigada, filhota!

Estendo o carinho e agradecimento aos meus sobrinhos Mayza e Diogo, fonte de ternura e carinho sincero. Amo vocês, crianças lindas!

Aos meus tios Pedro e Cleide agradeço por todo carinho e solicitude durante os muitos dias que estive “confinada” escrevendo. Tia Cleide, em especial, muito obrigada por ter contado tantas histórias antigas da comunidade, delas pude tirar informações valiosíssimas, que foram essenciais para compor este trabalho. Obrigada, ainda, por ter sido parceira em todos os momentos. A senhora segurou minha mão e me ajudou, acreditou (mais do que eu mesma) que eu faria um grandioso trabalho. Gratidão, tia.

À Diene Nunes, Dayana Portela, Ivanilde Sousa, Letícia Malcher, Khety Oliveira, Tasseli dos Santos e Lucivando Moraes, minha eterna gratidão por todo companheirismo, carinho, ajuda, risadas. Vocês foram muito mais que colegas, tornaram-se grandes amigos, que passei a amar, cada um a seu modo. Obrigada por tudo. Espero que tenhamos muitas vitórias a serem partilhadas caminho à frente. Aos demais colegas da turma MAFDS 2018, gratidão pelos momentos de sala de aula, por vezes tensos, mas sempre vividos com muita harmonia. Desejo muita luz e realizações em suas caminhadas, que daqui em diante tomam direções distintas.

À Érica Almeida, Ronny Almeida, Silvana Cardoso, Geiziane Lima, Manuela Barbosa, Caroline Azevedo, Samara Contente, Flaviane Ferreira, Deize Catete, Homero Pereira, Tainá Reis, Vanessa Santos, Jorge Fernando, Vinicius Barbosa, Edinelma Chagas... Amigos de outras temporadas, mas sempre presentes no coração e nas lembranças. Mesmo distante, tenho certeza que vocês sempre estão na torcida pelo meu sucesso e prosperidade. Gratidão a Deus por tê-los posto em meu caminho, peço que Ele os abençoe e os proteja sempre.

Agradeço à comunidade Centro Alegre pela receptividade e ajuda. O trabalho, a fé, a luta e resistência de vocês foi que inspirou a realização desta pesquisa. Agradecimento especial à família de Simeão Gomes Barbosa e Maria Joaquina da Silva Barbosa (tio Simeão e tia Teté) e a de Teodolino Conceição Trindade e Marcela Brito Trindade (tio Tude e tia Marcela) por tantos dias de acolhida em suas residências, durante o trabalho de campo. Obrigada por terem partilhado coisas tão preciosas: o alimento, o abrigo, as histórias de vida. Saibam que a alegria, bondade e fé de vocês serviram de fortaleza e luz ao meu caminho. Obrigada por tudo.

No âmbito acadêmico, agradeço à Universidade Federal do Pará, especialmente ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) e ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) pela oportunidade de cursar esse mestrado. Agradeço à coordenação do curso por toda organização e apoio durante esses anos de estudo, especialmente às coordenadoras Lívia Navegantes e, mais tarde, Ângela Steward, sempre tão atenciosas e solícitas, principalmente nos momentos de dificuldade quando a elas solicitei ajuda. Às professoras Dalva Mota, Lívia Navegantes, Ângela Steward, Sonia Magalhães, Tatiana Sá; e aos professores Gutemberg Guerra, Heribert Smith, Osvaldo Kato,

William Assis, e demais professores; muito obrigada por toda atenção e conhecimento compartilhados durante as disciplinas.

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Maurício Torres. Foi ele que ajudou a descobrir o rumo que essa pesquisa tomou, e que direcionou os passos até aqui trilhados. Muito obrigada por cada atenciosa leitura do meu texto, cada vírgula questionada a ser colocada em outro local, cada detalhe foi muito importante para que a pesquisa fosse elaborada da melhor maneira possível. Obrigada, ainda, por ter me encorajado nos momentos de dificuldades e por ter acreditado neste trabalho desde o começo.

Agradeço, ainda, ao apoio financeiro fornecido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse apoio foi muito importante para a execução de todas as etapas do mestrado.

Um profundo e eterno agradecimento a Gildo Machado da Silva (in memoriam), grande professor, um sonhador e lutador pela educação na zona rural. Sem os seus ensinamentos e incentivos eu não teria acreditado que a educação transforma vidas e muda realidades. Sei que onde o senhor estiver, estará comemorando junto comigo esta conquista. Serei sempre discípula dos seus ideais, descanse em paz, professor.

Agradeço de forma geral a todos os parentes e amigos, que longe ou perto, torceram muito para que esse trabalho se realizasse. Essa força também é uma forma de ajuda, muito obrigada a todos.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao grande criador. Deus, a tua misericórdia e amor para comigo foram o grande sustento dessa jornada. Mesmo quando se esgotaram as forças humanas, ali estava a sua presença, cheia de misericórdia, ternura e amparo. Obrigada, Deus!

“O interior não pode se acabar, porque é daí que nós sustenta todo mundo. Porque se todos nós ‘soubesse’, fosse estudar, ser instruído mesmo, nós passava muita fome, porque é daqui que tudo vai. Só com as forças e a coragem é que a gente faz um pouquinho, mas faz, planta o feijão, planta o arroz, a gente não dá conta de comer só, mas põe num carro, põe num barco, quer saber que vai lá pra cidade. Lá, deixa um pouquinho pra mesa dos outros, e traz de lá o que eles arranjam lá”.

**(Raimundo Peniche, camponês do Baixo Acará, Acará/PA).**

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as transformações territoriais de uma comunidade tradicional camponesa denominada Centro Alegre, localizada na região do Baixo Acará, Acará/PA, Nordeste paraense, nas últimas duas décadas. Trata-se de uma pesquisa etnográfica realizada com base nas abordagens qualitativas e quantitativas, com informações obtidas a partir de questionários semiestruturados, observação participante e entrevista histórica. A comunidade estudada organizava-se a partir do uso comum da terra e do acesso aos recursos naturais. Mas, no início dos anos 2000, o território da comunidade é atravessado por uma rodovia e isso desencadeia uma série de transformações, inclusive, derivando em um parcelamento da terra comunalmente ocupada em frações unifamiliares, o que gera transformações significativas na organização socioterritorial do grupo. A realização dessa pesquisa revelou que, com o parcelamento das terras da comunidade, houve significativa diminuição do seu território e desencadeou-se um processo de venda de frações de terra. Do total das 13 parcelas de terra em que fora dividida a comunidade, apenas três permanecem integrais, sem terem sido alvo de venda de ao menos um pedaço. Das dez restantes, seis foram desmembradas e tiveram alguma porção vendida, e quatro foram comercializadas integralmente. A pesquisa etnográfica na comunidade, com observação na forma da ocupação territorial, revelou que as famílias vivem hoje um contexto de fortes limitações de recursos naturais em seus lotes, chegando ao ponto de a maioria delas não terem mais roçados. Observou-se, ainda, que a comunidade sofreu profundas transformações nas relações sociais entre os indivíduos que a constituem.

**Palavras chave:** Acará/PA – comunidade Centro Alegre; Terras tradicionalmente ocupadas; Terras de uso comum; Campesinato; Transformações territoriais.

## ABSTRACT

This research analyses territorial changes and on a traditional farmer community called Centro Alegre, located on Baixo Acará region, Acará /PA, North East of Pará, over the past two decades. It's about an ethnographic research that was made based on qualitative and quantitative approaches, with information obtained by semi structured pools, by observing participants and historical interviews. The community studied organized from common land use and access to natural resources. But, in the early 2000s, the community's territory is crossed by a highway and this triggers a series of transformations, including, resulting in a parceling of the communal land occupied in single-family fractions, which generates significant transformations in the group's socioterritorial organization. This research revealed that with the parceling out of the community's lands, there was a significant decrease in its territory and a process of selling land fractions started. Of the total of 13 parcels of land in which the community was divided, only three remain integral, without having been sold at least one piece. Of the remaining ten, six were broken up and had some portion sold, and four were sold entirely. Ethnographic research in the community, with observation in the form of territorial occupation, revealed that families today live in a context of strong limitations of natural resources in their plots, reaching the point that most of them have no more gardens. It was also observed that the community has undergone profound changes in social relations between the individuals that constitute it.

**Keywords:** Acará/PA - Centro Alegre community; Traditionally occupied land; Land in common use; Peasantry; Territorial transformations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 (A e B)</b> - Reunião na comunidade Centro Alegre, em 22 de julho de 2018. ....	43
<b>Figura 2 (A e B)</b> - Segunda reunião ocorrida na comunidade Centro Alegre, em 10 de novembro de 2018. A figura 2A mostra os camponeses em diálogo com o orientador desta pesquisa. A figura 2B reúne (da esquerda para a direita): Edenilze Silva, Raimundo Nonato, Osvaldo da Silva, Teodolino Trindade, Joaquina Barbosa, Cleide Barbosa, Vera Lúcia, Júlia Conceição, Elizeu Braga, Sônia da Conceição, Maurício Torres, Maria Braga e Simeão Gomes.....	44
<b>Figura 3</b> - Registro de uma cerimônia de Batismo ocorrida em 1985 no igarapé da comunidade Centro Alegre. Notar que enquanto o pastor faz oração sobre a fiel, outras pessoas ao redor do igarapé assistem a cerimônia. ....	63
<b>Figura 4</b> - Registro de um dos aniversários de Edinaldo Cezário de Lima, em cumprimento ao voto que sua mãe, Vicência Cezário de Lima, fez. O registro é do ano de 1991. ....	64
<b>Figura 5</b> – Diagrama familiar das três famílias que formaram a comunidade Centro Alegre. ....	68
<b>Figura 6</b> - Forno de cobre, objeto utilizado na etapa final da fabricação da farinha. O forno pertence à família de Ana Gomes Monteiro (viúva de Apolônio Monteiro dos Santos) e encontra-se inativo, pois a família não trabalha mais com atividades de roça.....	73
<b>Figura 7</b> - Serrotão, ferramenta utilizada pelos camponeses para serrar madeira. A ferramenta da foto pertencia a Apolônio Monteiro dos Santos e foi encontrada na comunidade de Nínive, onde reside a viúva de Apolônio. ....	74
<b>Figura 8</b> - Interligação territorial da rodovia Alça Viária.....	92
<b>Figura 9</b> - Igreja Evangélica Assembleia de Deus, congregação Centro Alegre; a igreja é posicionada de frente para a rodovia Alça Viária.....	98
<b>Figura 10</b> - Maria Estela Braga da Conceição lavando roupas no Igarapé Grande (1995).99	
<b>Figura 11</b> - Sistema coletivo de abastecimento de água da comunidade Centro Alegre..	102
<b>Figura 12 (A e B)</b> – uma das nascentes do igarapé São Domingos. Atentar para a vegetação baixa ao redor da nascente e da presença de ferrugem na água. ....	103
<b>Figura 13</b> - Igarapé São Domingos, trecho conhecido como Igarapé Grande (parte à montante). Local em que, antes da rodovia, as famílias utilizavam para fins domésticos	

(coletar água para beber, lavar louça, banho, etc.); e para fins religiosos (Batismo nas águas). .....	103
<b>Figura 14</b> - Igarapé São Domingos, trecho conhecido como Igarapé Grande (parte à jusante). Local em que, antes da rodovia, as famílias utilizavam para fins econômicos (amolecer a mandioca para fabricar a farinha). .....	104
<b>Figura 15</b> - Configuração da comunidade Centro Alegre antes do parcelamento da terra. Notar que a igreja e o igarapé eram centrais na configuração do espaço. Notar, ainda, a abundância de vegetação ao redor. ....	107
<b>Figura 16</b> - Croqui do projeto para utilização do "oitavo lote". No local seria construído a "Agrovila do Centro Alegre". Nas quadras ao centro (marcadas com x) seriam construídas as obras públicas, e nas outras, as residências, intercaladas pelas ruas. ....	121
<b>Figura 17</b> – Ilustração da fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra; localização de cada parcela e seus respectivos donos. ....	140
<b>Figura 18</b> - Configuração espacial da comunidade Centro Alegre após o parcelamento da terra. Perceber que de um lado da rodovia há a igreja e demais residências que configuram a comunidade antiga, e do outro lado, há as residências que compõe o residencial Park Vitória, popularmente conhecido como "invasão". ....	141
<b>Figura 19</b> - Sítio da família de Simeão Gomes Barbosa, localizado no centro da comunidade. ....	144
<b>Figura 20</b> – Roça da família de Simeão Gomes Barbosa, localizada na área de "mato", distante do centro da comunidade. ....	145
<b>Figura 21</b> - Sítio localizado em frente à rodovia com anúncio de venda. ....	155
<b>Figura 22</b> - Propriedade particular localizada na área central da comunidade. Notar que a presença do muro divide a propriedade particular da área patrimonial da comunidade. ..	165
<b>Figura 23 (A e B)</b> - Retiro (casa de farinha) localizado na área central da comunidade. A ausência de alguns elementos constituintes do retiro, como a chapa/forno, evidencia a impossibilidade de se fazer farinha no local.....	167
<b>Figura 24</b> - Propriedade de Teodolino Conceição Trindade e de sua família, área que compreende a casa (dele e dos filhos), o retiro e o sítio.....	170
<b>Figura 25</b> - Propriedade de Teodolino Conceição Trindade e de sua família, área que compreende o igarapé, o forno de carvão, a roça, o abacaxizal, o açazal e o mato. ....	171
<b>Figura 26</b> - Retiro da família de Teodolino Conceição Trindade.....	172

<b>Figura 27 (A e B)</b> - Mandioca de molho no igarapé da família de Teodolino Conceição Trindade (Figura 27 A). No retiro, a masseira que recebe a mandioca vinda do igarapé (Figura 27 B). .....	173
<b>Figura 28 (A e B)</b> - Mandioca sendo triturada com auxílio do caititu (Figura 28 A). Mandioca transformada em massa (Figura 28 B).....	173
<b>Figura 29 (A, B)</b> - Utensílios utilizados no processo de fabricação da farinha, sendo: tipitis (figura 29 A ), peneiras, caixa de coar a massa, e bacia de colocar a crueira (Figura 29 B). .....	174
<b>Figura 30</b> - Forno de cobre, usado para torrar a farinha. Notar que a galinha marisca resíduos da farinha após o término da farinhada. ....	174
<b>Figura 31-</b> Jovem torrando a farinha. Destaque para o arranjo familiar que se forma, cada membro da família executando uma etapa diferente, que juntas, constituirão o processo de fabricação da farinha. ....	175
<b>Figura 32</b> - Principais transformações ocorridas na comunidade Centro Alegre após o parcelamento do território. ....	176
<b>Figura 33 (A e B)</b> - Da esquerda para a direita (Figura 33 A): Emercindo (pai da noiva), a noiva, o noivo, e os pais do noivo, Teodolino e Marcela. A figura 33 B evidencia o alimento partilhado entre os convidados. ....	177
<b>Figura 34</b> - Moradores antigos do Centro Alegre. Da esquerda para a direita: Creuza Gomes da Conceição Trindade (noiva), Emercindo Felizardo da Conceição; Cacilda da Conceição Trindade; Maria de Fátima Monteiro Barbosa e Júlia da Conceição Cunha.....	178

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1	A motivação para a realização da pesquisa.....	20
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
2.1	<b>Campesinato: noções conceituais e características</b> .....	<b>22</b>
2.1.1	A família camponesa.....	25
2.2	<b>A categoria de povos e comunidades tradicionais e a luta por seus direitos territoriais</b> .....	<b>26</b>
2.3	<b>Territórios tradicionalmente ocupados e a territorialidade de comunidades tradicionais</b> .....	<b>30</b>
2.4	<b>Uso comum da terra</b> .....	<b>33</b>
2.4.1	Relações de vicinalidade e de cooperação mútua.....	34
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>36</b>
3.1	<b>Caracterização da área de estudo</b> .....	<b>36</b>
3.2	<b>Desdobramentos metodológicos da pesquisa</b> .....	<b>37</b>
3.2.1	A Etnografia.....	38
3.2.2	O trabalho de campo e o reencontro com a comunidade para a realização da pesquisa.....	42
<b>4</b>	<b>A FORMAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA REGIÃO DO ACARÁ</b> .....	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>CENTRO ALEGRE: DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ATÉ O MOMENTO DE IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA</b> .....	<b>55</b>
5.1	<b>Origem, formação e religiosidade da comunidade</b> .....	<b>55</b>
5.2	<b>A relação de parentesco e de vizinhança</b> .....	<b>66</b>
5.3	<b>Da roça à farinha: como se dava o trabalho agrícola quando a terra era de uso comum</b> .....	<b>69</b>
5.3.1	A lógica familiar para a realização das atividades da roça e do retiro.....	69
5.3.2	A roça.....	74
5.3.3	A farinha.....	78
5.4	<b>As regras locais que direcionavam o uso comum da terra</b> .....	<b>82</b>

<b>5.5</b>	<b>Mutirões, putirões, troca de dia: as práticas de ajuda mútua desenvolvidas entre os camponeses.....</b>	<b>86</b>
<b>6</b>	<b>“NÃO VAMOS PERMIRTIR QUE FAÇAM DO PARÁ UMA MALA SEM ALÇA”: A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA ALÇA VIÁRIA COMO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA .....</b>	<b>89</b>
<b>7</b>	<b>A COMUNIDADE E A ESTRADA: O CONTEXTO DA COMUNIDADE DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA .....</b>	<b>94</b>
<b>7.1</b>	<b>O início do projeto e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará – STTRA.....</b>	<b>94</b>
<b>7.2</b>	<b>A construção da rodovia e os impactos ocasionados à comunidade Centro Alegre.</b>	<b>96</b>
7.2.1	A ameaça de derrubada ou de venda da igreja.....	96
7.2.2	O fim do Igarapé Grande.....	98
<b>7.3</b>	<b>O nó da questão: a questão fundiária do grupo e a nova relação com o <i>dono</i> das terras.....</b>	<b>105</b>
7.3.1	A luta pela terra.....	110
<b>7.4</b>	<b>A fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra .....</b>	<b>119</b>
7.4.1	A partilha da terra.....	123
7.4.2	Das parcelas de terra à formação dos sítios.....	142
<b>8</b>	<b>DO USO COMUM AO USO PARCELAR: A COMUNIDADE APÓS O PARCELAMENTO DA TERRA.....</b>	<b>146</b>
<b>8.1</b>	<b>O destino das parcelas de terra após o loteamento da comunidade .....</b>	<b>146</b>
8.1.1	Venda de terra camponesa e a implicância à sobrevivência do campesinato local.....	148
<b>8.2</b>	<b>Caracterização do uso da terra e do trabalho familiar na nova configuração territorial da comunidade.....</b>	<b>157</b>
8.2.1	As transformações nas relações de trabalho e o fim das práticas de ajuda mútua.....	162
8.2.2	“Agora a gente não trabalha mais assim”: as transformações nas atividades agrícolas..... .....	166
<b>8.3</b>	<b>Traços de um campesinato que se reinventa e resiste.....</b>	<b>176</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>182</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>187</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO A – Lista de presença da primeira reunião realizada na comunidade Centro Alegre, em 22 de julho de 2018.....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXO B – Lista de presença da segunda reunião realizada na comunidade Centro Alegre, em 10 de novembro de 2018. ....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO C – Ofício de nº 039/2002, encaminhado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará ao Ministério Público do Estado do Pará. ....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXO D – Ofício de nº 09/2001, encaminhado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará ao Instituto de Terras do Pará.....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO E – Cópia da certidão das terras São Joaquim, via emitida em 2007.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO F (parte 1) – Cópia da Certidão das Terras São Joaquim, via emitida em 1961 .....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXO F (parte 2) – Cópia da Certidão das Terras São Joaquim, via emitida em 1961 .....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO G (parte 1) – Ata de reunião ocorrida na residência de Antônio Machado em agosto de 2002 para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais. ....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXO G (parte 2) – Ata de reunião ocorrida em agosto de 2002, na residência de Antônio Machado, para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais. ....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO G (parte 3) – Lista de presença de reunião ocorrida em agosto de 2002, na residência de Antônio Machado, para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais.....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO H – Recibo de venda de oito Lotes de terra, oriundos das Terras São Joaquim .....</b>	<b>203</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A falta de reconhecimento oficial dos territórios tradicionalmente ocupados é um potencial gerador de conflitos, especialmente em contexto de implantação de projetos de infraestrutura. Comumente, na Amazônia, grandes obras de diversas naturezas atingem territórios tradicionalmente ocupados, e não é regra que levem em consideração as populações e, ainda menos, as peculiaridades a partir das quais vivem e se reproduzem socialmente.

A implantação do projeto “Alça rodoviária do Pará”, reflete isso. Popularmente conhecido como Alça Viária, esse empreendimento foi implantado no início dos anos 2000, e consiste num complexo de estradas e pontes construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do estado do Pará, passando pelos municípios de Marituba, Acará e Moju (SETRAN, 1999).

No município de Acará a rodovia atravessou uma extensão territorial de aproximadamente 31,6 km e passou por áreas de terra firme e de várzea, onde, antes da rodovia, eram desenvolvidas atividades voltadas principalmente para a agricultura e eventual exploração de madeira (SETRAN, 1999). A partir de conhecimento prévio da área de abrangência do projeto no município de Acará, sabemos que a rodovia atingiu diretamente o território de comunidades tradicionais localizadas na região do Baixo Acará, a exemplo das comunidades Nínive, Nova Esperança e Centro Alegre. E é a respeito desses impactos sobre a comunidade Centro Alegre que desenvolvemos a presente pesquisa.

Centro Alegre foi uma comunidade formada no início da década de 1960, a partir da entrada de três famílias camponesas em uma propriedade privada denominada Terras São Joaquim, (com a anuência do próprio proprietário da referida terra), para trabalharem especificamente com o cultivo de roças de mandioca, arroz, milho e outros produtos, conforme narram seus moradores mais antigos. As famílias fixaram moradia na extremidade sul das terras, e ao longo do tempo, estabeleceram critérios e regras próprias para o acesso à terra e uso dos recursos, construindo sua forma própria de comum de uso da terra.

Sabe-se que é relativamente comum a ocupação territorial efetivada por comunidades tradicionais acontecer por meio do uso comum da terra. Nesses casos, de maneira geral, um grupo vive num espaço considerado comum, indiviso, e com regras próprias de acesso aos

recursos, as quais disciplinam as relações com a terra e com os outros recursos naturais (ANDRADE, 1990).

A gestão desses recursos, considerados comuns, é estruturada em bases de compartilhamento, que se articulam a valores afetivos e éticos e engendram sentimentos de pertencimento, confiança, solidariedade, força, e vida do ser coletivo ou comunitário (SABOURIN, 2011).

Almeida (2006) afirma que é justamente o fator identitário que leva as pessoas a se agruparem sobre uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a determinado grupo e a firmarem uma territorialidade específica. Também menciona que é por meio da forma como esses grupos se apropriam dos recursos da natureza, é que se desenham suas características de sociabilidade e vivência.

A antropóloga Margarida Maria Moura (1978) enfatiza que as regras locais de acesso à terra desenvolvem lógicas próprias, as quais contribuem para poupar, ao máximo, a integridade dos patrimônios territoriais de uma fragmentação excessiva. Neste caso, as regras locais só se consomem na sua especificidade porque se exerce um tipo de solidariedade entre os parentes, “sendo esta uma condição fundamental para que a propriedade se subdivida o menos possível e não se fragmente em áreas descontínuas” (MOURA, 1978, p.45).

Em Centro Alegre, a rodovia passou diretamente pelo centro da comunidade. Mas não apenas isso. Indiretamente, como veremos neste trabalho, o episódio mexeu estruturalmente com a situação fundiária, territorial e conseqüentemente com as regras locais estabelecidas há anos pelo grupo. Ao passo que deflagrou um processo de transformações e consistiu posteriormente uma mudança na forma de apropriação e de uso da terra. As terras comunalmente ocupadas e usadas são loteadas em parcelas unifamiliares. Uma peculiar forma de expropriação do grupo é apresentada e recebida como se fosse reconhecimento de direitos à terra.

Considerando todas as questões levantadas, e entendendo-se Centro Alegre como uma comunidade tradicional camponesa, as perguntas que buscamos responder nesta pesquisa foram: como, e a partir de quais valores e estratégias de reprodução social, a comunidade territorializou-se na específica forma em que vivia por ocasião da chegada da rodovia? Como se deu o processo pelo qual o modo de ocupação da terra alterou-se tão

significativamente? Ao perquirimos as razões e o processo pelo qual o grupo, abruptamente, desmonta uma organização socioterritorial de décadas e fraciona o território em lotes, buscamos apreender as consequências dessas transformações 18 anos depois, no momento desta pesquisa.

Como forma de encontrar respostas para tais questionamentos, temos como objetivo geral desta pesquisa resgatar e analisar o processo a partir do qual as terras de uso comum da comunidade Centro Alegre foram divididas em lotes individuais e explicar os efeitos daí gerados na territorialidade do grupo, em especial, no que se refere às relações intracomunitárias. E como objetivos específicos, estabelecemos: I. reconstituir a história da comunidade Centro Alegre, contemplando a ocupação da terra e o processo de territorialização que culminaram na apropriação comunal da terra; II. descrever a comunidade no contexto de implementação da rodovia Alça Viária, entre os anos 1998 e 2002, investigando como esse fato foi equacionado no enredo das transformações territorial e fundiária vividas pelo grupo e; III. contextualizar a comunidade em seu cenário atual, identificando as transformações no uso da terra, nas relações de sociabilidade dentro do grupo e as estratégias das famílias para seguirem como uma comunidade após o regime de ocupação privada da terra.

Acredita-se que por esses caminhos seja possível contar a história dessa comunidade tradicional camponesa, compreendendo suas transformações ao longo do tempo e dos fatos. Buscando também entender como os camponeses lidam com o espaço, hoje transformado, ambientalmente e socialmente. E por fim, após tantas transformações, muitas delas irreversíveis, descobrir o que ainda remete ao grupo antigo. São essas as ambições que temos com esta pesquisa.

### **1.1 A motivação para a realização da pesquisa**

A motivação para a realização deste estudo parte de vários pontos. Primeiramente, não existem muitas pesquisas que se dediquem a estudar o campesinato dessa região do Baixo Acará, um campesinato tão rico do ponto de vista histórico e social e que ainda tem muito a ser explorado.

Depois, estudar um grupo até então invisibilizado do ponto de vista histórico, legal e político, significa valorizá-los em seus mais variados aspectos. Ação que vejo ser possível com esta pesquisa e que a universidade Federal do Pará, através do Mestrado em

Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), muito contribuiu para que acontecesse.

Importa, ainda, registrar que estudar esse grupo específico também significa conhecer minha própria história, pois, *sou* da comunidade. Em Centro Alegre nasci e vivi a infância. Trago na memória lembranças da vivência, a exemplo das muitas idas à roça com minha família; das crianças, entre os adultos, *encoivando* ou plantando a roça; dos diversos mutirões realizados entre as famílias da comunidade; das famílias no retiro (casa de farinha) nos dias de torrar farinha. Tenho a lembrança do que era viver em comunidade. Do partilhar do alimento à união comunitária para os festejos na igreja.

Por coincidência, o período em que a rodovia foi implantada (início dos anos 2000) coincidiu com o tempo em que me mudei de lá, (aos 11 anos de idade). A partir de então, o contato com o local passou a se limitar ao período de férias escolares, quando eu retornava e observava mudanças na estrutura física da comunidade e na relação do grupo, consigo próprio e com outras comunidades vizinhas.

Esses anos de vivência e observação são revisitados ante a presente inquietação de estudar a comunidade após a implantação da rodovia, obra que, se não por si própria, serviu como catalizador para uma série de transformações. O retorno de agora não é apenas como “filha da comunidade”, mas, também como pesquisadora, que ao mesclar empiria e teoria, tenta investigar a história da referida comunidade, assim como entender como hoje se relacionam seus sujeitos sociais, que construíram sua territorialidade e até hoje fazem suas histórias nesse lugar.

Ao tratar do processo de territorialização dos índios “misturados” do Nordeste brasileiro, Pacheco de Oliveira (1998) explica que o processo histórico de cada indivíduo não anula o sentimento de referência à sua origem, ou seja, não apaga o sentimento de pertencimento que ele possa sentir, mas, ao contrário, até o reforça. Tal reflexão remete à minha relação com esta pesquisa, à medida em que o sentimento de pertença à comunidade Centro Alegre instigou o desejo por esta pesquisa e foi por meio e por causa dela que pude realizar o tão esperado retorno para o Baixo Acará.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta pesquisa, apoiamo-nos em algumas significativas chaves conceituais, tais como: *campesinato*, *comunidades tradicionais*, *territorialidade* de comunidades tradicionais e *uso comum da terra*. tais categorias de análise foram determinantes para a compreensão histórica e social de uma sociedade camponesa.

Desde logo, pontuamos que, no entendimento aqui adotado, as categorias *comunidade tradicional* e *campesinato* não se negam ou excluem-se mutuamente. Em termos de organização econômica, social e de modo de vida, o conceito de *campesinato* nos ajuda a explicar a comunidade de Centro Alegre. Em termos de sujeitos de direitos territoriais específicos nos valemos da categoria comunidade tradicional. De modo geral, temos que as comunidades tradicionais são um segmento camponês, um grupo camponês. Assim, a partir do que desenvolvemos a seguir, tratamos a comunidade tradicional de Centro Alegre como uma comunidade camponesa.

### 2.1 Campesinato: noções conceituais e características

O termo *campesinato* é utilizado para designar um modo de vida, ou uma forma de organização social de pequenos produtores rurais construído sobre relações sociais e de vizinhança (D'INCAO, 2002).

Ao falar de *campesinato*, nos referimos a um modo de vida específico, amplamente estudado nas disciplinas como a Economia, a Sociologia e a Antropologia, e, em particular, nesta História Social do *Campesinato no Brasil*. Um modo de vida marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos rurais com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear, no parentesco e na convivência coletiva em vizinhança (Galeski, 1977, p.133-62; Shanin, 1976, p.15-39). Um modo de vida, portanto, que, pela mediação de suas características materiais, sociais e simbólicas, fundamenta uma identidade específica. (MOREIRA E HÉBETTE, 2009, p. 187)

Uma referência importante para dialogarmos com o conceito-chave de *campesinato* são os trabalhos da antropóloga Margarida Maria Moura. Em um texto-síntese, *Camponeses*, a antropóloga nos introduz à noção de camponês ao conceituá-lo como o cultivador que trabalha a terra, opondo-o ao que simplesmente dirige o empreendimento rural. Dentro dessa conceituação estariam todos os cultivadores que, com seu trabalho individual e familiar, dedicam-se a plantar, transferindo os excedentes aos grupos que não trabalham a terra, “assim, o camponês é um produtor que se define por oposição ao não produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar” (MOURA, 1988, p.13).

Shanin (2005) problematiza o conceito ao afirmar que, na verdade, há uma indefinição no termo camponês, dada a heterogeneidade de grupos que se enquadram nessa categoria. Nesse aspecto, o conceito de camponês seria uma mistificação, que não apresenta nenhum sentido de imediato e específico, sendo necessário, para o entendimento, avaliar a diversidade do tempo, a estrutura societária mais geral, assim como o contexto histórico.

Como forma de conhecê-los e diferenciá-los de outros grupos, o autor atribui aos camponeses várias categorias de características. Primeiramente afirma que eles possuem formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar), tendo o próprio controle dos meios de produção, economia e subsistência, mantendo a manutenção do equilíbrio entre agricultura, atividade extrativista e artesanato, mas com ênfase principal no cultivo; também o auto planejamento e cálculo do desempenho da produção, o controle da terra, a posse etc. (SHANIN, 2005).

Há ainda as semelhanças. Semelhanças entre outras sociedades camponesas, mesmo em lugares e regiões diferentes; semelhanças entre a organização política (como o sistema de intermediação e apadrinhamento, por exemplo); entre as unidades básicas de organização social e o seu funcionamento; e entre os padrões internos típicos de interação e/ou exploração dentro das pequenas unidades compostas que os camponeses compartilham entre si (SHANIN, 2005).

Outras características marcantes do campesinato são as que se referem às normas e conhecimentos locais, à racionalização tradicional, à tradição oral, aos padrões de socialização, ao aprendizado ocupacional, às tendências ideológicas, e aos padrões de cooperação (SHANIN, 2005). E, por fim, características relacionadas a reprodução social (que se configuram na produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais), assim como, o ritmo de vida e o aprendizado dentro da comunidade camponesa (SHANIN, 2005).

Outro que discute esta categoria é Eric Wolf. Em *Sociedades camponesas* (1970), o autor traz uma série de observações que ajudam a compreender o camponês, em suas mais variadas dimensões e particularidades. Uma delas é diferenciá-lo de outros grupos primitivos que também cultivam a terra, mas que por algumas características específicas não podem ser considerados como camponeses.

Segundo Wolf, a característica fundamental que diferencia o camponês de outros grupos é o controle dos meios de produção e a forma de realizar a troca dos excedentes produtivos, dos bens e serviços.

Nas sociedades primitivas os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. (WOLF, 1970, p.16)

O autor também alerta para o fato de que as relações estabelecidas entre camponeses e grupos dominantes causam efeitos estruturais importantes na maneira pela qual se organiza o campesinato. E é justamente por esse motivo que existem vários tipos de campesinato e não somente uma forma de vida do camponês, carecendo, sempre, um olhar característico para cada realidade e condição camponesa.

Embora o *campesinato* seja um termo problematizado por muitos autores – que o consideram complexo por definição – mas, as características básicas atribuídas ao termo, levam à compreensão mínima do que difere um grupo camponês de outros grupos, primitivos ou urbanos.

É com base nas características básicas de forma de vida e de trabalho que entendemos Centro Alegre como uma comunidade camponesa. Há, para tal, diversas peculiaridades, entre elas, a própria transformação pela qual o grupo passou, e que aqui é o nó desta pesquisa: um campesinato calcado no uso comum da terra que, abruptamente, torna-se um campesinato parcelar, estruturado a partir da ocupação da terra em frações unifamiliares.

Em Centro Alegre, a nova forma de ocupação da terra, vivenciada pelo grupo, conecta-se ao que Moura (1988) define como *campesinato parcelar*, que é uma das formas possíveis e comuns do campesinato se concretizar.

No campesinato parcelar, o camponês, juntamente com sua família, cultiva e controla pequenas extensões de terra, com limites definidos e atribuídos especificamente à sua família. E esta, por sua vez, mantém o controle direto da terra onde habita e trabalha, sendo que esse controle pode ser resultado do costume ou de regras da propriedade privada, estabelecidas pelo código civil (MOURA, 1980).

Os desdobramentos tecidos por esses autores evidenciam que são muitos fatores que contribuem para a definição e entendimento do que é o camponês. Não sendo, portanto, possível estabelecer uma definição única e fechada à categoria. Entretanto, há características que são recorrentes à maioria dos grupos camponeses.

Uma delas é o trabalho realizado na terra, que quase sempre é pautado em uma mão de obra familiar, obedecendo normas e hierarquias específicas, inerentes a cada grupo

familiar. Nesse processo, a família camponesa ganha destaque nos estudos sobre o campesinato, afinal, é sobretudo a partir das características e do trabalho realizado pela família que cada sociedade camponesa ganha as suas características específicas.

### 2.1.1 A família camponesa.

A bibliografia sobre o tema é confluyente sobre o funcionamento interno de uma sociedade camponesa. A existência de regras locais – a começar pelas características, forma de funcionamento e composição familiar – marcam as relações entre a terra, o trabalho e os indivíduos, o que, por fim, constitui uma lógica própria de funcionamento daquela sociedade.

Em uma sociedade camponesa, a família representa o primeiro local de vivência do camponês. É sobretudo no seio da família camponesa que o camponês nasce e aprende os valores inerentes ao seu universo camponês. E são esses valores que irão conduzi-lo e o levarão a reproduzir-se econômica e socialmente.

As famílias camponesas existem nas mais distintas formas. Mas, alguns autores afirmam que as famílias mais tradicionais se dividem basicamente em dois tipos: família nuclear (ou conjugal) e família extensa. A família nuclear consiste em homem e mulher casados e sua prole; a família extensa, por sua vez, é aquelas que agrupa em uma única estrutura um certo número de famílias nucleares (WOLF, 1966). Por se tratar de mais de um núcleo familiar constituindo a família extensa, esta sofre variações em sua estrutura.

Há variantes da família extensa: consiste num varão com muitas mulheres e seus filhos. Diversos grupos nucleares têm em comum, nesse caso, o cabeça da família (macho). Pode consistir [também] em famílias nucleares pertencentes a diversas gerações, tal como quando uma unidade familiar contém o camponês e sua mulher, seus parentes de mais idade (que são outro grupo nuclear) e, muitas vezes, [quando] o filho mais velho do camponês mora com a mulher no teto paterno; em outras palavras, outro grupo nuclear. [...]. Uma terceira variante da família extensa, consiste em um conjunto de unidades nucleares, pertencendo à mesma geração, como quando o irmão mais velho e o mais moço, ambos casados, mantém uma comunidade de recursos e trabalho. (WOLF, 1966, p.88)

Moura (1988) explica que no campesinato, é impossível separar a prática econômica da prática familiar, pois, as duas coisas estão ligadas de uma forma distinta daquela que se dá, por exemplo, numa família de classe média no meio urbano. A família camponesa faz parte da lógica social e econômica do campesinato, servindo como elemento fundamental do trabalho desenvolvido na terra.

No mesmo sentido, Woortmann e Woortmann (1997), dizem que o trabalho desenvolvido na terra é o resultado da articulação entre as forças produtivas e as relações

sociais de produção. Neste caso, as relações sociais de produção são as funções desenvolvidas pelos indivíduos no processo de produção e no controle dos fatores e meios de produção. Essas relações são estabelecidas no interior do grupo social específico que realiza a produção, que no caso do trabalho camponês, é a unidade familiar (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Em se tratando da realização do trabalho camponês, Woortman (2012) afirma que nas comunidades tradicionais camponesas, geralmente, enquanto o homem comanda o trabalho familiar na roça, a mulher é responsável pelo trabalho desenvolvido em casa. Ou ainda, enquanto o homem produz o alimento, ela o transforma em comida, a ser distribuída e consumida pela família (WOORTMANN, 2012).

Na realização do trabalho camponês, quando os papéis masculino e feminino se invertem, o trabalho ganha conotações diferenciadas. Na realização das atividades agrícolas, por exemplo, o trabalho realizado pelas mulheres é classificado como *ajuda*, e não como *trabalho* propriamente dito, em outras palavras, enquanto as mulheres *ajudam*, os homens *trabalham* (WOORTMANN, 2012). Na realização do trabalho da casa também, neste, a mão de obra masculina é classificada como *ajuda* e não como *trabalho* (WOORTMANN, 2012).

Se compreender a lógica do trabalho realizado pela família ajuda a explicar a própria lógica de funcionamento de uma sociedade camponesa, então, podemos dizer que tal prática também se torna indispensável na presente pesquisa.

## **2.2 A categoria de povos e comunidades tradicionais e a luta por seus direitos territoriais**

Conforme dito anteriormente, o entendimento sobre campesinato e suas características é fundamental para compreensão da organização econômica, social e cultural do grupo aqui estudado. Entretanto, em termos de entendimento acerca de direitos específicos, tal como o direito territorial de grupos que tradicionalmente ocupam os territórios, torna-se fundamental também nos apoiarmos na categoria teórica de *comunidade tradicional*, ou de forma mais ampla, as ditas terras tradicionalmente ocupadas.

Em termos conceituais, as “terras tradicionalmente ocupadas” dizem respeito a uma diversidade de formas de existência coletiva dos diferentes povos e grupos sociais, os quais mantêm características específicas nas suas relações com os recursos da natureza (ALMEIDA, 2004).

O reconhecimento dos direitos territoriais das terras tradicionalmente ocupadas é recente. Se inicia com mais afinco a partir da segunda metade do século XX, quando os movimentos sociais – pautados em fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero, na autodefinição coletiva e nos processos de territorialização – iniciam ações reivindicatórias de reconhecimento dos direitos territoriais desses grupos (ALMEIDA, 2004).

Esse reconhecimento se concretiza apenas em 1988, quando a Constituição Federal (CF) de 1988, reconhece legalmente o território desses grupos, conforme descrito no parágrafo 1º do Art. 231 da CF/1988.

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

Mas, embora tenha sido o início de um importante respaldo legal, por outro lado, era limitado quanto a abrangência desse direito. As “terras tradicionalmente ocupadas”, estabelecidas pela CF, referiam-se apenas às terras indígenas, o que deixava de fora os diversos outros grupos que ocupavam tradicionalmente o território brasileiro.

Um ano depois, 1989, o Brasil tornou-se signatário da Convenção Internacional 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção 169 da OIT tinha a missão de afirmar direitos estruturantes a grupos tradicionais, tais como: a participação no processo de decisão por políticas e programas que lhes afetem; a autoidentificação; a autodeterminação; a territorialidade, dentre outros (FLORES, 2018).

Além de mencionar os indígenas, a Convenção 169 citava também os povos nômades ou itinerantes, dando reconhecimento ao direito de utilizar, administrar e conservar os recursos, garantindo os direitos de propriedade e de posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados (FLORES, 2018). Aqui nasce uma oportunidade mais contundente de autoidentificação, reivindicação e possibilidade de reconhecimento de direitos territoriais por parte de outros grupos que tradicionalmente ocupam o território brasileiro.

No ano de 2002, por meio do Decreto Federal nº 4.339/2002, é instituída a Política Nacional da Biodiversidade. Dentre os diversos princípios e diretrizes gerais estabelecidos pelo Decreto, menciona-se a importância dos povos indígenas, quilombolas, e outras comunidades locais, para o processo de conservação e utilização sustentável da biodiversidade brasileira (BRASIL, 2002).

Outro importante passo no aspecto legal foi dado em 2007, por meio do Decreto Federal nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No artigo 3º desse decreto há uma definição muito mais elaborada a respeito dos povos e comunidades tradicionais e de suas formas de organização ao ocuparem os territórios e fazerem uso dos recursos naturais.

Povos e Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Além da definição legal dos povos e comunidades tradicionais, esse mesmo Decreto Federal, definiu, ainda, os *territórios tradicionais*, como sendo:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da CF e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007)

Mais recentemente, no ano de 2015, é promulgada a Lei de nº 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Além de outras atribuições, essa Lei traz importantes definições relacionadas aos povos e comunidades tradicionais. No inciso IV, art. 2º, a Lei define *Comunidade tradicional*, referindo-se a um

[...]grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (BRASIL, 2007).

Em outra parte, especificamente no inciso XXXI do artigo 2º, a Lei também estabelece definição para *agricultor tradicional*, dizendo se tratar de “pessoa natural que utiliza variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas, e mantém e conserva a diversidade genética, incluído o agricultor familiar”. Essa mesma Lei prevê, ainda, a devida proteção ao conhecimento tradicional associado às comunidades tradicionais, assim como a proteção ao patrimônio genético a elas associados, sendo necessário estabelecer uma série de critérios específicos para que se possa ter acesso a essas informações.

O avanço legal em direção ao reconhecimento e valorização dos direitos dos grupos que ocupam tradicionalmente os territórios é, sem dúvida, significativo. Entretanto, “esse retorno constitucional apenas demonstra a certeza de que esses grupos sempre existiram e que sempre lutaram pelo direito de ser o que são, em territórios que, no contar do tempo ininterruptamente foram deles” (SÁ, 2010, p.5).

Por outro lado, o fato de o termo “populações tradicionais” ter sido inserido nas legislações, não significa um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais que os representam, não sendo, portanto, ato suficiente para resolução dos conflitos e tensões referentes às formas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais por parte desses grupos (ALMEIDA, 2004).

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam que ainda existem significativas tensões relativas ao reconhecimento jurídico-formal, principalmente porque “rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem as transformações na estrutura agrária” (ALMEIDA, 2004, p.2).

Como vimos, é realmente muito recente o reconhecimento desses grupos nos dispositivos legais. Apesar disso, não há como negar que muitas atribuições trazidas na Convenção, nos Decretos e Leis, contribuíram para o resguardo dos direitos desses grupos.

Exemplo disso é a garantia do direito a *autoidentificação*, estabelecido na expressão: “grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal”, usada para dar definição legal às comunidades tradicionais. Essa afirmativa deu liberdade para que indivíduos pertencentes a grupos étnicos específicos (indígenas, quilombolas e outros) pudessem se manifestar e autoafirmar o seu pertencimento aos grupos que lhes deram origem.

Pautado nesse autorreconhecimento, Almeida (2004) atribui a categoria de *comunidades tradicionais* aos agentes sociais, que manifestam consciência de sua própria condição de sujeitos com existência coletiva. E, com base critério político organizativo, há uma diversidade de grupos que se enquadram nessa categoria, a exemplo dos “seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores, que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais” (ALMEIDA, 2004, p.6).

Em todo o país, e em especial na Amazônia, há uma diversidade de outros grupos que também estão inseridos nessa categoria. Tais como: caboclos, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, babaçueiros, caiçaras, campeiros, castanheiros, pantaneiros, pastores, pescadores, praieiros, seringueiros, sertanejos, sitiantes, vazanteiros, fundo de quintal,

faxinaleiros, coletores de frutos, de sementes, de ervas medicinais, de óleos e resinas e demais grupos (BENATTI, 2018)<sup>1</sup>.

O que coloca esses grupos nessa mesma classificação são algumas características específicas, como o fato de se tratar de sujeitos de “uma ligação com um território determinado; uma organização social e política; uma relação com a natureza e o uso dos recursos naturais renováveis; e um pequeno grau de envolvimento com o mercado e a sociedade envolvente” (BENATTI, 2018).

Devido à grande diversidade desses grupos, Little (2004) afirma que acaba se tornando difícil estabelecer limites de uma classificação que envolva a todos. A exemplo da grande diferença existente entre diversos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, ciganos e outros grupos ditos tradicionais.

Como se observa, as comunidades tradicionais são tão diversas em termos de organização social e principalmente de suas características específicas, que se torna difícil, e mesmo inadequado, entendê-las como uma “unidade” que necessite de uma política pública homogênea para atender seus direitos territoriais, tão cheios de particularidades.

Notadamente, até hoje toda essa diversidade de grupos, assim como as suas particularidades, ainda não recebem o seu devido reconhecimento, mesmo que reconheçamos que já se tenha tentado avançar legalmente nessa direção. Isso, infelizmente, ainda coloca esses diversos grupos “invisíveis” e “frágeis” no processo de resguardo dos seus direitos, especialmente dos seus direitos territoriais. É nesse sentido que a organização política e social permanece, ainda, como a mais importante ferramenta no processo de reivindicação contra tal invisibilidade e suas consequências.

### **2.3 Territórios tradicionalmente ocupados e a territorialidade de comunidades tradicionais**

O conceito de território é diverso e abrangente. Diversas áreas do conhecimento dedicam-se a estudar e explicar o conceito, a partir de múltiplas lógicas de ação, seja política, social, econômica ou cultural (MAGALHÃES et al., 2012).

---

<sup>1</sup> Conteúdo disponibilizado durante Palestra denominada “**Populações Tradicionais, Territórios e Conflitos Socioambientais**”, ministrada pelo Prof. Dr. José Heder Benatti, durante participação na disciplina “A questão Agrária” (INEAF /UFPA), ano de 2018.

Diante da diversidade de definições e de acordo com o nosso foco de pesquisa, este trabalho se baseou em alguns autores que pautaram a discussão relacionando-a a questões camponesas e/ou de povos e comunidades tradicionais.

Segundo Moraes (citado por CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009), o território é um espaço de referência cultural, qualificado pelo significado a ele atribuído por determinado grupo social, estando, portanto, relacionado a processos de identidade societária, por meio de formas de consciência do espaço, e mesmo de autoconsciência grupal.

Para os povos e comunidades tradicionais ocupantes da terra, o território representa a própria possibilidade de vida; ele é identificado pela tradição cultural, onde o espaço comunitário se estrutura para a organização de produção social e econômica (SÁ, 2010). Meyer (1979) dialoga no mesmo sentido ao explicar que uma comunidade não prescinde exatamente de uma base territorial fixa, mas que a sua delimitação espacial é dada a partir das relações sociais que a ela estão associadas.

Ora, se é verdade que a comunidade não prescinde de uma base territorial, isto não significa que os seus limites sejam dados a partir dela. Pelo contrário, a própria delimitação espacial de uma comunidade existe enquanto materialização de limites dados a partir de relações sociais. Assim, nem sempre a proximidade física define a existência de uma proximidade social, e, inversamente, nem sempre a distância física determina a existência de uma distância social. Nesse sentido, a configuração da comunidade no espaço só ganha significado quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula não só os elementos internos à comunidade, mas também esses elementos àqueles que lhes são externos. Nessa articulação, a partir de um jogo de diferenças e semelhanças, identificações e oposições, são traçados limites que, muito mais do que limites meramente físicos, existem enquanto limites sociais. (MEYER, 1979, p.16)

Em consonância com essa mesma discussão, Barreto Filho (2006) afirma que grupos que reivindicam a alcunha de comunidades tradicionais podem ser assim caracterizados por uma série de caminhos, inclusive em virtude de sua forma de uso dos recursos, por meio de conhecimentos e saberes repassados de geração em geração e/ou do autorreconhecimento (BARRETO FILHO, 2006).

De forma geral, é através da forma como se apropriam do território e dos recursos da natureza que são desenhadas as características de sociabilidade e vivência entre os indivíduos das comunidades tradicionais. Assim, para compreender as características e peculiaridades dos diversos grupos que tradicionalmente ocupam os territórios, torna-se indispensável entender primeiramente as suas territorialidades.

A *territorialidade* de um grupo camponês pode ser entendida como a forma de usar o território, de maneira a situar-se nele, tornando-o uma experiência única: a sensação de pertencimento, de fazer parte do território onde se está (SÁ, 2010). Nesta perspectiva, tal processo se relaciona a uma contínua ação humana para descobrir uma forma de viver entre os seres vivos, muitas vezes dividindo espaços, outras vezes lutando por eles (SÁ, 2010).

Little (2004), a partir de Sack, (1986), concebe *territorialidade* como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma porção específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu *território*.

Para esse autor, um território surge da territorialidade de determinado grupo social, assim, qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Dada essa peculiaridade, para analisar o território de qualquer grupo, torna-se indispensável realizar uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu aquele território. Por esse motivo, a territorialidade acaba tendo “uma multiplicidade de expressões, levando a uma diversidade de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (SACK, 1986, citado por LITTLE, 2004, p. 4).

Almeida (2004) enfatiza que a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, onde os laços solidários e de ajuda mútua mostram um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável.

Ainda nesse diálogo sobre territorialidade, Pacheco de Oliveira (1998), explica que a territorialidade é resultante de um processo social de territorialização, que pode ser entendido a partir de alguns fatores específicos.

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p.9)

Como ele mesmo afirma, o processo de territorialização é o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, criando uma identidade própria, estabelecendo formas próprias de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais, inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Assim, a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para o entendimento das mudanças pelas quais ela passa, e isso afeta

profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

As teorias defendidas pelo antropólogo, e pelos outros autores citados, dialogam em diversos pontos com esta pesquisa. Ajudam especificamente a entender o processo de territorialização de Centro Alegre e o porquê de ela ser classificada como uma comunidade tradicional camponesa.

Ajudam, ainda, a identificar e entender quais mecanismos foram acionados para que aquelas famílias compartilhassem uma organização política local, como chegaram a isso a partir do processo de luta conjunta, e de como isso se transforma ao longo da história do grupo, pautada em pontos específicos de rupturas sociais e territoriais.

## **2.4 Uso comum da terra**

Outro elemento teórico imprescindível para este trabalho é a compreensão acerca das formas de uso da terra e dos recursos naturais nela presentes. Sabe-se de antemão que uma das comuns formas de uso da terra desenvolvidas em comunidades camponesas é através do uso comum. Entretanto, há particularidades específicas à cada realidade.

De forma abrangente, o termo “uso comum da terra” está relacionado a um conjunto de noções articuladas, relativas às regras que disciplinam as relações com a terra e outros recursos naturais (ANDRADE, 1990). Num ambiente onde ocorre o uso comum da terra, os recursos naturais nascidos espontaneamente, por obra da natureza, são entendidos como “pertencentes à ordem do comunitário e expresso pelo termo comum, ou seja, solto, livre, não aprisionável, não divisível, não alienável” (ANDRADE, 1990, p.177).

A noção de terras comuns, relativas às extensões em aberto, sem cercas, são contrárias às noções de “terras de dono” e “terra de propriedade”, que se referem ao parcelamento da terra em lotes individuais, em caráter permanente (ANDRADE, 1990).

No sistema de uso comum da terra, o controle dos recursos básicos se dá por meio de normas que combinam uso comum de recursos e apropriação privada de bens, sendo que essas normas “seriam acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma unidade social” (ALMEIDA, 2006, p.24).

Num ambiente onde se desenvolve o uso comum da terra, as atividades podem se voltar tanto para agricultura, quanto para o extrativismo, pesca ou para o pastoreio, realizado

de maneira autônoma, sob forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar (ALMEIDA, 2006).

E é o tipo de trabalho desenvolvido na terra que fará a distinção entre apropriação individual/familiar, e o usufruto comum dos recursos naturais. De acordo com a observação de Andrade (1990), o trabalho investido na natureza próxima à moradia confere direitos individuais, permanentes, sobre o produto do trabalho, que é “representado pelas casas, cercas, currais, casas de forno, árvores frutíferas e plantas nativas preservadas. E também são conferidos direitos individuais temporários, no caso das lavouras pertencentes às unidades domésticas” (ANDRADE, 1990, p.177).

Assim, observa a autora, mesmo que a terra seja de uso comum, há distinção entre o que é de apropriação individual/familiar e o que é de domínio de todos, e a marca dessa distinção depende principalmente do tipo de recurso e do trabalho investido na terra.

Contribuindo com essa distinção entre o que seria de uso comum ou privativo dentro de um território de uso comum, Sá (2010) explica que no território em que predomina o uso comum, a referência que se faz ao que é comunitário está impressa, por exemplo, “no criadouro dos animais, na área de plantação, nos recantos do religioso e nas praças das festas” (SÁ, 2010, p.110). E o que se refere ao privativo estaria relacionado “ao criado no espaço da casa, na horta, no galinheiro do quintal, nas mudas das flores do jardim, na manutenção do material de trabalho, no patrimônio familiar” (SÁ, 2010, p.110).

O argumento dos autores, mostra que o uso comum da terra não está relacionado ao usufruto “comum” absolutamente, onde todos trabalham juntos e ao final partilham os produtos ou os rendimentos advindos desses. Mas, articula-se frequentemente ao trabalho privativo (ou familiar). Na verdade, a dinamicidade entre as formas de apropriação dos recursos é que levará à distinção entre os bens que são comuns e os que são de uso privado/familiar.

#### 2.4.1 Relações de vicinalidade e de cooperação mútua

Para o desenvolvimento das várias atividades agrícolas dentro de um grupo camponês que vive sob sistema de uso comum da terra, as diferentes unidades domésticas estabelecem entre si diversas formas de reciprocidade, dentre as quais são comuns os denominados troca-dia, mutirão e putirão (ANDRADE, 1990). Nestes casos, a relação de reciprocidade pode ser tida como uma das regras estabelecidas entre os membros do grupo.

Sabourin (2011, p.7) explica que essa relação vai muito além do que dar, receber, e retribuir, “do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca, ou mesmo antagonista da troca”. Essas relações podem também ser analisadas sob o ponto de vista da estrutura antropológica, em que, a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro do grupo, é responsável por gerar um sentimento de amizade e de justiça.

As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade. A distinção das estruturas elementares de reciprocidade (a partir da noção do Terceiro incluído) gerando sentimentos de si mesmo ou sentimentos compartilhados que dão lugar à produção de valores éticos ou espirituais. (SABOURIN, 2011, p.11)

Nesse sentido, as relações de reciprocidade configuram-se como essenciais para que os membros do grupo mantenham uma boa relação no processo de gestão dos recursos naturais que lhes são comuns.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Caracterização da área de estudo**

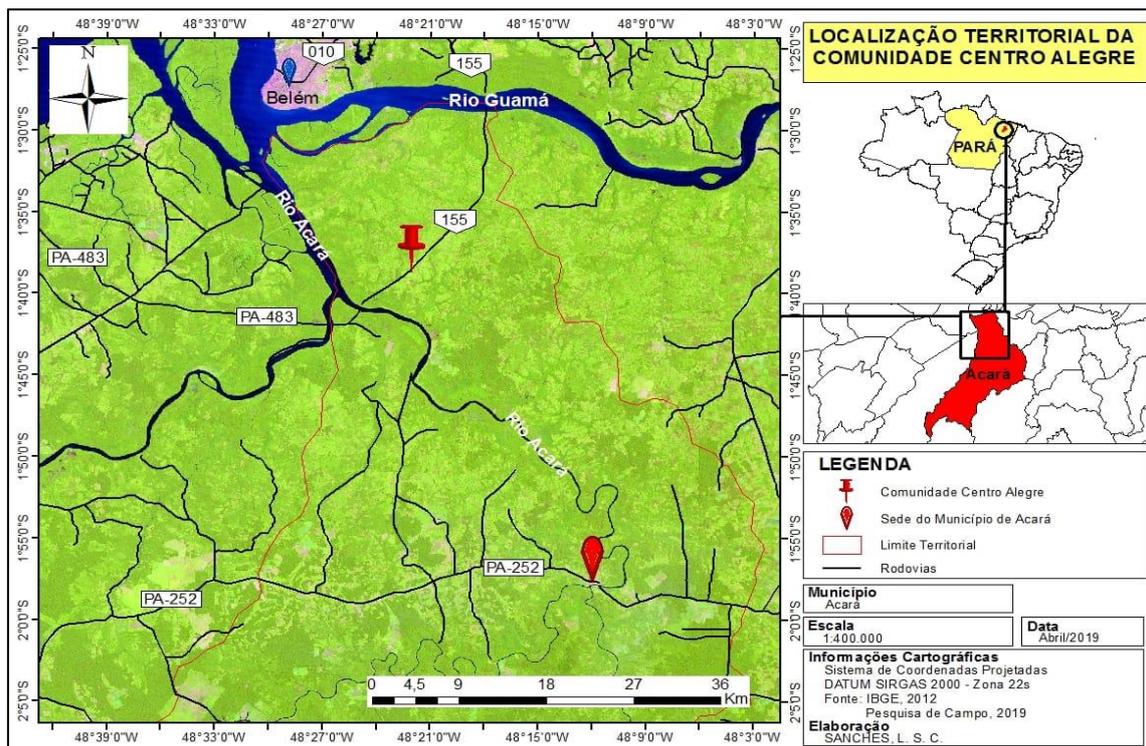
A comunidade Centro Alegre situa-se no município de Acará. Esse município pertence à mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião Tomé-Açu. Faz limite com os municípios de Belém, Bujaru, Concórdia do Pará, Moju, Tomé Açu e Tailândia (IBGE, 2018).

A população de Acará concentra-se predominantemente na sua zona rural. De modo que em 2010, segundo o censo do IBGE, das 53.569 pessoas que compunham o município, apenas 12.621 viviam na zona urbana, o restante, 40.948, viviam na zona rural. Essa população rural está distribuída nas inúmeras comunidades ribeirinhas, quilombolas e demais comunidades tradicionais espalhadas pelo extenso território do município.

Territorialmente, o município é composto pela sede municipal e mais dois principais distritos: o de Guajará-Miri e o de Jaguarari (IBGE, 2018). Outra forma de compreensão territorial do município de Acará é através da classificação entre Baixo e Alto Acará, de acordo com a posição da sede municipal de Acará. De forma mais clara, as comunidades localizadas à montante da cidade, pertencem à região do “Alto Acará” e as que estão à jusante, pertencem ao “Baixo Acará”.

Assim, em termos de localização, a comunidade Centro Alegre faz parte do distrito de Guajará-Miri e em relação à sede do município, localiza-se na região do Baixo Acará. Mais precisamente, no km 37 da rodovia PA-483 (Alça Viária), que fica distante a 85 km da sede municipal de Acará e a 40 km da cidade de Belém. O acesso à comunidade é obtido por meio da própria rodovia, podendo também ser via fluvial, através do rio Acará, distante aproximadamente cinco km da comunidade, conforme o mapa 1.

Mapa 1- Localização da comunidade Centro Alegre, em Acará/PA.



**Elaboração:** Leonardo Sanches (2018), especialmente para este trabalho.

### 3.2 Desdobramentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa foi construída com base em dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos via trabalho de campo, com informações adquiridas na própria comunidade, por meio dos métodos e técnicas descritos à frente. Também foram efetivadas buscas em arquivos de organizações ou banco de dados, principalmente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará (STTRA), Igreja Evangélica Assembleia de Deus, instalada na comunidade, e delegacia sindical local, a Delegacia sindical do Jutequi.

Em relação aos dados secundários, foi realizada pesquisa bibliográfica com objetivo de buscar por literaturas que ajudassem na compreensão sobre: campesinato, comunidades tradicionais, processo de territorialização, uso comum da terra, assim como demais leituras que ajudassem a entender Centro Alegre e as transformações pelas quais passou.

Sabemos que para entender as transformações ocorridas na comunidade precisávamos apreender: 1) o que regeu a instalação do grupo naquelas terras e seu processo de territorialização; 2) o contexto de implantação da rodovia, como evento polarizador das transformações aqui focadas e a conseqüente fragmentação do território da comunidade; e

3) o percurso da reorganização territorial do grupo e cenário atual. Isso exigiu tanto uma busca histórica, quanto um mergulhar na vivência do grupo, para compreensão da situação atual. Por isso, os recursos metodológicos elencados foram escolhidos com o intuito de atender esses desdobramentos.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos nesta pesquisa as abordagens quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa permite que os dados sofram “tratamento estatístico, procedimento de medidas, além de usar dados estatísticos secundários, como informações demográficas, estatísticas oficiais, de registro civil, e outros” (BRUMER et al., 2008, p.36). Nos valemos dessa abordagem para subsidiar etapas específicas, a exemplo do georreferenciamento da área estudada para compreensão dos limites da comunidade antes e após a divisão da terra em lotes.

Entretanto, apenas a abordagem quantitativa não daria conta de responder aos principais questionamentos desta pesquisa. Assim, optamos também pela pesquisa qualitativa, por entender que no trabalho de campo esse tipo de pesquisa permite a utilização de entrevistas e observações em diferentes modalidades e em menor rigidez, se comparado com questionários padronizados, o que permite ao interlocutor maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, melhor identificação e compreensão das dimensões subjetivas da ação humana (BRUMER et al., 2008). Na presente pesquisa, a abordagem qualitativa foi imprescindível, pois, possibilitou maior liberdade e profundidade à investigação.

### 3.2.1 A Etnografia

Pelas características desta pesquisa, consideramos indispensável a escolha da etnografia como método estruturante do trabalho de campo. A escolha pelo método etnográfico pautou-se na necessidade de transcender a superficialidade dos fatos analisados, investigando a comunidade para compreender como se dão as relações sociais dos atores ali presentes. Pois, na etnografia “observa-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas, com o objetivo de revelar o significado cotidiano nos quais as pessoas agem; a finalidade é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação” (MATTOS, 2011, p.51).

Ainda segundo Mattos, “a maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o

significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem” (MATTOS, 2011, p.51).

Para realização do estudo etnográfico a observação e as entrevistas do tipo “história de vida” foram balizas fundamentais. Por meio da observação buscou-se entender o universo da comunidade, o dia a dia das famílias, as relações de vizinhança, de parentesco, o vínculo religioso, as atividades produtivas desenvolvidas, uma tentativa de profunda compreensão de como vive a comunidade hoje e quais mudanças foram mais marcantes para eles. Becker (1994, p.120) afirma que no processo de observar, “o observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades”.

Para evidenciar as transformações ocorridas na área de estudo, além da observação, foi necessário um aprofundamento na história da comunidade, desde o início deles naquele lugar, até o momento da pesquisa. Isso foi possível por meio da escuta da memória dos atores sociais que fizeram e fazem parte dessa construção. Através do registro de suas lembranças foi possível trazer ao palco a memória da história do grupo. A partir do “papel da tradição oral como sustentáculo da memória e da história do grupo” (TORRES, 2014, p.4), tecemos o que se compartilha comunitariamente sobre o Centro Alegre.

A discussão sobre a memória coletiva remete ao que foi dito por Halbwachs (1990), quando, ao fazer uma relação entre a memória individual e a memória social, afirma que a memória individual só se realizaria plenamente por meio de sua participação na vida social do grupo. Em outras palavras, é através da memória individual que se torna possível construir a memória social, familiar e grupal, pois, segundo o autor, não há memória individual que não seja mediada por uma fonte coletiva da memória (HALBWACHS, 1990).

Considerando que o estudo foi realizado em uma localidade já conhecida pela pesquisadora, coube aí um cuidado adicional. Isso lembra o que disse Velho (1978) a respeito do desafio de enxergar o familiar como exótico e o exótico como familiar. Ao aprofundar a relação entre o exótico e familiar, o autor também ressalta ser possível:

Transcender em determinados momentos, as limitações e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico, mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classes através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações. (VELHO, 1978, p.45)

Nesse particular, como já comentado, tenho uma situação que merece atenção. Não estudo apenas uma realidade conhecida, etnografo a comunidade da qual pertencço. Sabemos

que nesses casos, a fala é relacional e que o entrevistado, comumente, adequa seu conteúdo a partir da representação que elabora sobre o entrevistador (BERREMAN, 1975; ALARCON; TORRES, 2014).

Destaque-se que muito se escreveu sobre o trabalho do pesquisador na condição de “estrangeiro” ao grupo. Não reproduzo, entretanto, “a chegada do estranho”, para me valer da expressão de José de Souza Martins, e a bibliografia sobre minha condição é bastante mais restrita. No entanto, importa deixar bastante explícito o ângulo a partir do qual observei o grupo, até para que se registre as potencialidades (aproveitadas ou não) e as limitações do ponto a partir do qual tentei ler a comunidade Centro Alegre.

Meus entrevistados não falaram à pesquisadora distante, mas a alguém que viram crescer e que concebem como “de dentro”. Se isso parece uma oportunidade de um olhar mais próximo, também tece obstáculos significativos e colocou-me em terreno escorregadio. Tornando-se ainda mais importante “o processo de estranhar o familiar”, que pode “torna[r]-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente”, segundo menção já citada de Velho (1978).

Sobre a importância de explicitar a posição a partir da qual sou vista pela comunidade e a influência que isso tem na pesquisa, é elucidativo trazer um texto clássico de Gerald Berreman (1975), no qual o antropólogo é feliz em ilustrar a relevância da representação do grupo em relação ao pesquisador.

Nesse texto Berreman traz à discussão a confiabilidade da relação pesquisador/local de pesquisa/interlocutores da pesquisa, como uma construção equacionada a diversos fatores. Ao realizar uma etnografia em Sirkanda, uma aldeia camponesa do Baixo Himalaia, na Índia, o autor descreve que a forma como o pesquisador é visto pelo grupo estudado influencia para o estabelecimento (ou não) de uma relação de confiança. E a relação de confiança, por sua vez, é fundamental para à obtenção adequada das informações requeridas pelo pesquisador.

Durante a realização de sua pesquisa, Berreman, ao ser acompanhado por um intérprete Brâmane (que pertencia a uma casta alta), conseguiu ter acesso apenas aos interlocutores que também pertenciam às castas altas da aldeia, os quais, para manter o controle de impressão, repassavam informações limitadas ou distorcidas, mostrando o que seria interessante mostrar, evidenciando a melhor imagem possível daquela sociedade (BERREMAN, 1975). Ao ocorrer uma substituição do primeiro intérprete por outro, desta vez um mulçumano (integrante de uma casta baixa), este conseguiu uma maior abertura de

contato com os membros das castas baixas de Sirkanda, fato que também influenciou para que o pesquisador fosse visto de outra forma, com maior confiabilidade. O que possibilitou o acesso a outras informações, mais detalhadas e sobre assuntos não mencionados anteriormente pelos outros interlocutores (BERREMAN, 1975).

A experiência vivenciada pelo antropólogo evidencia que a forma como o pesquisador é visto pela sociedade ou grupo estudado interfere na obtenção e no conteúdo das informações repassadas a ele. Fato que se coloca em contraponto ao discurso que considera que ser *estranho* à realidade estudada é condição essencial para a obtenção adequada das informações. Muito mais que isso,

É na prática que o pesquisador se sente livre para se exercer como sujeito do conhecimento que constrói. Abandonando, de fato, o velho e combatido paradigma positivista da neutralidade científica e assumindo a responsabilidade pelo seu próprio engajamento / não engajamento com os chamados sujeitos da observação, isto é, colocando à prova os pressupostos da sua opção por algum – ou alguns – dos interesses em cena numa determinada situação de investigação científica e conquistando, em consequência, a possibilidade de uma verdadeira interação com esses sujeitos – ou a plena consciência da ciência como relação social. (D'INCAO, 2002, p.12)

No que concerne a esta pesquisa, a apreensão que tínhamos antes do trabalho de campo é que a minha posição *familiar*, de certa forma, poderia inibir os falantes em determinados aspectos. As cisões internas, por exemplo, dificilmente seriam esclarecidas como a um pesquisador estranho. A minha proximidade familiar com possíveis antagonistas do falante poderia tolher manifestações e críticas. Em uma situação muito concreta: o STTRA teve um papel central na luta pela terra, e a delegada sindical, Vera Lúcia, é minha mãe. A eventual ausência de críticas à atuação do STTRA, portanto, poderia não dizer da aceitação do grupo aos trabalhos do sindicato, mas, do constrangimento de fazer a crítica da representante sindical à sua própria filha. Tal situação recebeu muito de nossa atenção durante o trabalho de campo.

Em termos de delimitação da abrangência das entrevistas e da escolha dos entrevistados, partiu-se de um específico pressuposto: Se objetivávamos estudar o processo de transformação que a comunidade passou, então, o ideal seria estudar os indivíduos que já faziam parte da comunidade antes mesmo de tal transformação. Dessa forma, o público estudado nesta pesquisa foram os indivíduos que já moravam em Centro Alegre, ou que tiveram algum tipo de vínculo com este lugar, antes do parcelamento do território, ou seja, antes da rodovia.

Em termos quantitativos, até o momento da pesquisa bem mais que 150 famílias compunham o território que antes era tido como Centro Alegre (conforme explicaremos mais adiante, no capítulo que trata do contexto de implantação da rodovia). Porém, desse total apenas 30 famílias, em média, remetem ao grupo antigo. Assim, a presente pesquisa desdobrou-se especificamente em torno dessas 30 famílias.

No que tange à escolha dos entrevistados, estes foram pensados de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa. Para conhecer a história da comunidade, desde a chegada no local até o final da década de 1990 (objetivo específico I) priorizou-se por entrevistar os indivíduos mais idosos, especialmente os que ali residiam a bastante tempo, ou mesmo quem não residia, mas que possuía alguma participação nessa história.

De igual forma, para entender o contexto de implantação da rodovia e o posterior parcelamento do território (objetivo específico II) o critério foi conversar com o maior número possível de pessoas que estiveram envolvidas nesse processo, nesse caso, especialmente os indivíduos que receberam as parcelas de terra e membros do STTRA. E, por fim, para entender e caracterizar a comunidade em seu cenário atual (objetivo específico III) foram entrevistados os demais moradores da comunidade, sem distinção se eram moradores mais antigos ou não.

### 3.2.2 O trabalho de campo e o reencontro com a comunidade para a realização da pesquisa.

Para cumprir com as pretensões desta pesquisa foi realizado um trabalho de campo dividido em quatro momentos distintos. O primeiro contato com a comunidade, no âmbito desta pesquisa, ocorreu em julho de 2018; o segundo momento foi em novembro do mesmo ano; o terceiro foi em janeiro de 2019 e o último ocorreu no período compreendido entre os meses de junho a agosto de 2019.

Antes do início das atividades inerentes ao trabalho de campo, fez-se necessário reunir com a comunidade, tanto para explicar a intenção da pesquisa, quanto para “pedir licença” para sua realização. Conversei inicialmente com o morador mais antigo do local, Simeão Gomes Barbosa, pedindo opinião sobre qual o melhor momento para reunir com eles. Ele disse que seria bom aproveitar um dia de celebração na igreja evangélica (culto), quando a maioria dos moradores se reúnem. Sugeriu que antes de falar com os moradores, conversasse com a liderança religiosa local, o pastor da igreja.

Assim, na manhã do dia 22 de julho de 2018, após o culto dominical e celebração da ceia ocorreu a primeira reunião com a comunidade para a realização desta pesquisa,

conforme lista de presença em anexo (Anexo A). Nesse momento, após falas iniciais do pastor, apresentei o motivo pelo qual propus a reunião. Expliquei que havia passado no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, vinculado à UFPA, e que por meio do mestrado via a possibilidade de realizar o antigo desejo de estudar as transformações ocorridas naquela comunidade após o advento da rodovia. Detalhei um pouco mais sobre as motivações pela escolha do tema e de como seria a busca por informações durante esse período de investigação.

Algumas pessoas tiraram dúvidas a respeito do trabalho e ao mesmo tempo posicionaram-se a favor da sua realização. Especificamente, a satisfação vinha do fato de que eu contaria a história deles naquele lugar. A reunião findou com falas do pastor, pedindo que após o término da pesquisa eu a apresentasse a todos, “mas, num dia de ceia, assim como começou”, disse ele. Abaixo segue registro da primeira reunião ocorrida na comunidade Centro Alegre.

**Figura 1 (A e B)** - Reunião na comunidade Centro Alegre, em 22 de julho de 2018.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2018)

Após a reunião, fui em busca de informações básicas que auxiliariam no próprio desdobramento da pesquisa. Para encontrar tais informações realizei entrevistas semiestruturadas com “informantes-chave”. Nesse primeiro momento de investigação em campo (julho de 2018) foram realizadas oito longas entrevistas, com: liderança comunitária local, delegada sindical do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará (STTRA); moradores mais antigos da comunidade, e com outras pessoas que residem fora da comunidade, mas que acrescentaram ângulos específicos de interesse para a pesquisa.

No primeiro esboço desta pesquisa tínhamos pensado em estudar as transformações ocorridas na comunidade, porém, priorizando muito mais os aspectos biofísicos. Mas o primeiro trabalho de campo foi fundamental para evidenciar outras questões, que se mostraram mais densas e expressivas, a exemplo da própria história daqueles camponeses e a questão fundiária das terras onde a comunidade foi construída. Tais descobertas foram fundamentais para um completo redirecionamento da pesquisa.

O segundo momento do trabalho de campo deu-se durante uma reunião realizada no dia 10 de novembro de 2018, na comunidade Centro Alegre, conforme lista de presença anexada a esta pesquisa (Anexo B) e figura 2 (A e B). Nesse dia, o orientador desta pesquisa e eu dialogamos com alguns antigos moradores da comunidade, os quais já residiam ali mesmo antes da implantação da rodovia e que, portanto, tinham muito a falar sobre a história do grupo naquele lugar.

Nesse encontro, ouvimos deles as narrativas quanto a sua história; a relação com a terra; a situação fundiária, a forma de trabalho, etc. Ouvimos também confusas e contraditórias versões sobre como e porque se deu o parcelamento do território da comunidade.

Por ter sido um momento em que todos podiam se expressar, conseguimos entender melhor algumas questões e adquirimos valiosas informações a partir das quais eu começaria a amadurecer os caminhos que seriam, e que foram trilhados nesta pesquisa.

**Figura 2 (A e B)** - Segunda reunião ocorrida na comunidade Centro Alegre, em 10 de novembro de 2018. A figura 2A mostra os camponeses em diálogo com o orientador desta pesquisa. A figura 2B reúne (da esquerda para a direita): Edenilze Silva, Raimundo Nonato, Osvaldo da Silva, Teodolino Trindade, Joaquina Barbosa, Cleide Barbosa, Vera Lúcia, Júlia Conceição, Elizeu Braga, Sônia da Conceição, Maurício Torres, Maria Braga e Simeão Gomes.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2018)

Em janeiro de 2019 foi o terceiro trabalho de campo para subsidiar a pesquisa. Dessa vez, entrevistei três antigos moradores de Centro Alegre, pessoas que na década de 1990 se mudaram para a Terra Firme, bairro da periferia de Belém, onde residem até os dias atuais.

Mesmo sendo indivíduos que não estão mais presentes no dia a dia da comunidade, resolvi conversar com eles por saber que foram pessoas influentes na história do lugar. Num diálogo detalhado, longo e rico de informações, aprendi ainda mais sobre a origem do povoado. Falamos da relação deles com a terra, do vínculo entre as famílias, de como eles viviam em comunidade e, tendo se passado tanto tempo, como enxergam essas relações agora, estando “fora” do grupo.

O quarto momento da pesquisa de campo consistiu num período mais longo e detalhado, ocorrido entre o dia 25 de junho e 20 de agosto de 2019. Nesse tempo fiz visitas, entrevistas e convivi por vários dias com duas famílias distintas, que residiam em extremidades opostas da comunidade, uma na parte central, onde fica a maioria das casas e a própria rodovia; e a outra localizada na parte mais retirada do núcleo da comunidade. A partir da vivência com essas famílias, é que pude ler os aspectos gerais e específicos daquela comunidade.

Durante esse tempo, aproveitei para visitar a maioria das residências situadas no território da comunidade. Mas, não me limitei somente a isso, visitei também outras residências e comunidades longe dali, onde residiam pessoas que fizeram parte da história de Centro Alegre e que, portanto, saberiam colaborar com a reconstituição da história da comunidade. A exemplo de quatro entrevistados que residem, respectivamente, nas comunidades Conceição, Nova esperança, Baiaquara e Nínive, também localizadas nessa região do Baixo Acará. Nesse quarto momento de campo foram realizadas 20 entrevistas e inúmeras conversas informais.

Somando-se os quatro momentos de campo, ao todo, foram realizadas 31 entrevistas.

A realização desse considerável número de entrevistas partiu da necessidade de conversar com a maioria das famílias que receberam frações de terra. Além delas, especificamente, e de outras já mencionadas, entrevistei também duas pessoas fundamentais para a compreensão de alguns momentos da história de Centro Alegre. Uma delas é a viúva de Apolônio Monteiro dos Santos – que era uma das três famílias que chegaram nas terras e iniciaram a história da comunidade Centro Alegre. A outra é a viúva de Antônio Machado da Silva, o antigo dono das Terras São Joaquim.

No que diz respeito à pesquisa, em si, estudar uma comunidade que eu já conhecia pressupunha uma prévia relação com a maioria dos entrevistados, o que poderia supor também maior facilidade para dialogar com esses interlocutores. No entanto, destaque-se que meu contato maior com a comunidade foi durante a infância, quando ainda morava no Baixo Acará. Mas, do tempo que saí de lá, em 2001 (aos onze anos de idade), até o momento da pesquisa já decorriam dezoito anos.

Assim, de certa maneira, não havia como o meu olhar ser considerado tão *familiar*. De um modo ou de outro, pela minha condição de pesquisadora e de pertencente à comunidade, o esforço precisou ser dobrado para conduzir a pesquisa de maneira mais atenta às subjetividades inerentes ao campo de estudo.

Ao concretizar o trabalho de campo, ficou evidente que a familiaridade com a comunidade foi limitante em dois aspectos. Um deles, como já comentado, foi a não crítica ao trabalho realizado pelo STTRA no contexto de implantação da rodovia. Não temos razões específicas para esperar críticas, entretanto, uma vez que o sindicato teve participação tão incisiva no processo, é de se supor pudesse haver críticas a seu respeito.

Outro fator limitante foi a resistência de alguns membros do grupo no momento de falar das vendas de terra ocorridas após o parcelamento do território. Possivelmente isso ocorreu por receio de certa reprovação de minha parte, ou mesmo por vergonha, visto que as famílias que não venderam terra ostentam essa condição com orgulho e tecem claras críticas aos que assim o fizeram.

Essas limitações exigiram maior esforço na observação e a necessidade de entrevistar o maior número possível de pessoas, a fim de que se confirmassem informações indispensáveis à pesquisa. Foi um momento de intensa investigação histórica e da realidade atual da comunidade, possibilitada por muitas visitas e longas conversas. Cabe ressaltar que a relação de confiança, entretecida mesmo antes da proposta deste estudo, foi um fator favorável ao diálogo e à obtenção de informações cruciais ao cumprimento dos objetivos propostos nesta pesquisa.

Em outros aspectos, realizar a pesquisa na comunidade onde nasci e convivi durante a infância foi um reencontro com eles e comigo mesma. Posteriormente, mais que um reencontro a realização desta pesquisa possibilitou o “retorno para casa”. Isso porque, também por outros motivos, mas especialmente por causa da pesquisa, em abril de 2019 retornei para a casa dos meus pais, que fica localizada a dois quilômetros do núcleo da comunidade Centro Alegre. Tal retorno foi fundamental para a realização do trabalho de

campo e mesmo para a observação dos aspectos aqui abordados. Os incontáveis diálogos com minha mãe a respeito da questão fundiária das Terras São Joaquim, e da atuação do STTRA no processo de implantação da rodovia foi fundamental para a obtenção da robusta quantidade de informações adquiridas a esse respeito. Assim como os muito diálogos com familiares mais velhos/idosos serviram, e muito, para preencher valiosas lacunas de informações.

A convivência com meu pai, por sua vez, contribui em grande medida para entender as características do trabalho desenvolvido nas Terras São Joaquim. Numa conversa aqui, outra ali, aos poucos ele falava de fatos que me remetiam à pesquisa. Acompanhá-lo em algumas atividades da roça remeteu ao tempo em que, quando criança, íamos todos juntos ao roçado, e agora, faço uso dessas lembranças para contrapor com o cenário atual e identificar as transformações, como por exemplo, nos tipos de alimentos plantados, nas formas de realização dos mutirões, na comercialização dos produtos, etc.

#### **4 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA REGIÃO DO ACARÁ**

A história de formação do campesinato do Acará, remonta ao período colonial (1616 – 1808), quando no processo de ocupação da região amazônica, o povoamento acentuou-se mais rapidamente nas regiões banhadas por rios – a exemplo dos rios Guamá, Moju, Acará e Capim – que ficavam mais próximas da cidade de Belém, que já nesse tempo já era o centro comercial e político da região (MARIN, 2000).

Baseando-se nos registros de Carlos Roque (1976), Manoel Nunes Dias (1970) e João Daniel (1976) a historiadora explica que a ocupação das margens do rio Acará se deu em virtude de as águas serem mansas, de fácil navegação, e como dito, por estarem próximo à cidade de Belém. Além disso, essas terras eram fartas em madeira de lei, eram, ainda, terras férteis, possuindo bons terrenos para a lavoura.

Todas essas vantagens foram definitivas para o rápido processo de ocupação dessa região. Contribuiu, ainda, para que, no ano de 1758, o Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elevasse a antiga freguesia à categoria de vila, sob a invocação de São José, ficando batizada originalmente como São José do rio Acará, hoje, sede municipal (FADESPA, 2016; TAVARES, 2008).

Com o mesmo nome de São José de Acará, a então Freguesia foi elevada à categoria de Vila e instalada, em 23 de março de 1876, em cumprimento da Lei Provincial nº 839, que tinha sido promulgada em 19 de abril de 1875, e que também estabelecia o desmembramento do seu território [do município] de Moju. A configuração de São José de Acará como município se deu dentro dos alcances da própria Lei Provincial que outorgou sua elevação à categoria de Vila. [...] tendo sido reconhecido como Município em 31 de outubro de 1935. (FADESPA, 2016, p. 9-10)

A historiadora registra que é ainda no séc. XVIII que se estabelece o mundo rural da região do Baixo Acará. Este foi formado a partir de Belém e foi baseado primeiramente na extração de madeira de lei, retirada das florestas que eram banhadas pelo rio Acará.

As terras do Acará, assim como de Cametá, Moju e outros municípios próximos a Belém passaram a ser fortes fornecedores de matéria prima para as fábricas de madeira instaladas em Belém, especialmente na segunda metade do século XIX. A atividade madeireira foi a responsável por imprimir em São José do Rio Acará um cenário agrícola pautado no uso de mão de obra indígena escrava (MARIN, 2000).

Desde a formação desse cenário agrícola no Acará, os gêneros cultivados costumavam ser café, arroz, cacau, aguardente, milho, algodão, açúcar, macaxeira e mandioca – sendo a farinha de mandioca o produto de maior resultado comercial,

configurando-se como o gênero mais importante do consumo local, seguido do arroz (MARIN, 2000). Destaca-se nesse período a formação dos engenhos ou engenhocas, onde se cultivava a cana de açúcar, transformando a região do Baixo Acará em uma das zonas da produção canavieira do Estado do Grão-Pará “desde quando se iniciou a concessão de sesmarias, até fins do século XIX, articulada a um conjunto de quintais, sítios e herdades que se mostrariam interessantes para o mercado da capital (Daniel, 1976: T. 2, p. 372, citado por MARIN, 2000, p. 9).

É também no início do período colonial que o governo português distribui terras através da concessão de Cartas de sesmaria. Esse modelo jurídico de distribuição de terras fora executado para efetivar a posse do território “descoberto”, ampliando esse domínio (VIDAL; MALCHER, 2009), mas também para incentivar as atividades agrícolas nessas terras, como forma de angariar lucros para a Coroa portuguesa, conforme descreve Weinstein (1993, p. 57), citado por Tavares, 2008 p. 7).

“...as sesmarias, generosamente concedidas pela Corôa portuguesa para estimular a colonização da Amazônia, não eram nessas áreas longínquas de floresta, mas em terras apropriadas para a agricultura ou a pecuária, localizadas nas vizinhanças de Belém e Santarém” (WEINSTEIN, 1993, p.57).

Inclusive, é nesse período (mais precisamente em 1757) que Lina Rita Sofia do Amaral recebe uma Carta de sesmaria, a qual dava-lhe permissão para fazer usufruto de uma área de terra localizada no Baixo Acará. Foram essas mesmas terras que dois séculos depois foram denominadas de Terras São Joaquim, local onde se originou o campesinato que aqui estudamos.

As características da agricultura nas terras de Acará permanecem por muito tempo. Com a exploração da borracha, a partir da segunda metade do século XIX, as terras do Acará também concentraram seringais para a exploração do látex, embora isso tenha ocorrido em menor escala do que em outros municípios do Pará.

[Naquele período] os seringais localizavam-se na região das Ilhas, inclusive o Marajó, alcançando o rio Xingu, o Jari, o Capim, o Guamá, o Acará e o Moju. Áreas que logo se esgotavam em decorrência da precariedade do corte das árvores. Nesse sentido, logo buscam-se novas áreas de produção, adentrando a mata em direção aos rios Tapajós e Madeira. (TAVARES, 2008, p. 6)

O Acará tem também na sua história uma marca revolucionária: foi um dos municípios do Pará que participou ativamente da Cabanagem. Uma revolta popular que arrebentou na primeira metade do século XIX e que reuniu expressiva quantidade de revoltosos, numa luta política e armada de um povo pobre, escravizado e cansado de

arbitrariedades vindas dos governantes portugueses que dominavam a então província do Pará (Rocque, 2001).

Durante a Cabanagem, era nas terras do Acará que os principais líderes do movimento – Batista Campos, Felipe Patroni, Félix Clemente Malcher, Antônio Vinagre, Eduardo Angelin, e Geraldo Gavião – por muitas vezes se reuniam, algumas vezes para planejaram a luta cabana, outras, para se esconderem dos que eram contrários à Cabanagem.

Em meio aos líderes cabanos estavam dois acaraenses: Batista Campos e Felipe Patroni, duas notáveis figuras no episódio da Cabanagem.

Na história de Acará aparecem, com destaque, filhos ilustres que tiveram presença marcante nos acontecimentos políticos e científicos do estado do Pará: Felipe Patroni, pelo fato de ter criado o primeiro jornal da Amazônia, “O Paraense”, e Batista Campos, que tanto lutou pela Independência, e continuou lutando contra os governos mesmo após a Adesão do Pará. Foi Campos o articulador da revolução dos cabanos. Para fazer frente ao governo, já que havia rompido com o presidente Bernardo Lobo de Souza, fundou o jornal “Sentinela”, que continha violentas críticas ao seu opositor. Lobo de Souza ordenou o fechamento do jornal e a prisão de Batista Campos. Este, juntamente com Lavor Papagaio, panfletário cearense, conseguiram fugir a tempo e, após vagarem para o interior, chegaram à fazenda de Félix Antônio Malcher, localizada no rio Acará, e encontraram Eduardo Angelim e Geraldo Gavião, além de outros revolucionários. Após lutarem contra duas expedições enviadas pelo governo para aprisionar os revoltosos, Batista Campos morreu, vitimado por uma gangrena, no dia 31 de dezembro, quando ainda se encontrava foragido no mato. A sua morte fez com que a Cabanagem fracassasse. (FAPESPA, 2016, p.10)

Além desses líderes da Cabanagem, foi das matas, furos, igarapés e do próprio rio Acará que emergiu significativa quantidade de nativos, negros e caboclos que encorpam a *massa* dos muitos cabanos que atuaram no movimento.

De forma geral “a cabanagem fez, nada menos que 40.000 vítimas. E foi, no Brasil, um dos raríssimos movimentos nitidamente popular” (Rocque, 2001). Para o município de Acará a revolta cabana teve influente representatividade, que é expressa na memória de luta dos acaraenses e que se personifica, por exemplo, “no nome dado à prefeitura municipal (Palácio Executivo Cabanagem), no nome de uma escola estadual que homenageia F. Patroni, [e de outra escola municipal nomeada de Batista Campos] e na igreja construída por escravos que se envolveram ulteriormente na revolta cabana (GUEDES, 2011, p. 168, citado por AQUINO JÚNIOR, 2019, p.25).

Voltando à questão do uso da terra no município de Acará, conforme identificamos nos parágrafos anteriores, a economia do município caracterizou-se pelo extrativismo – com destaque para a extração de madeira –; os engenhos e engenhocas para a produção da cana de açúcar; a lavoura – com predominância do cultivo de milho, arroz e mandioca –; e a

formação de pequenos sítios, onde se cultivavam culturas permanentes como o cacau, e outras frutíferas –, conforme escrevera Marin (2000).

A partir da primeira metade do século XX a pimenta do reino entra na configuração da economia acaraense. Nesse período, uma grande extensão de terras localizadas no vale do Acará – onde atualmente é o município de Tomé Açu –, foi o principal destino de imigrantes japoneses na Amazônia, a partir da ocupação das terras da região e da introdução da pimenta-do-reino na economia local (SILVA, 2018,).

Baseando-se nos registros do jornal Nikkey Shimbun (2012), Silva (2018) explica que esse processo se inicia em 1929, com a chegada dos primeiros imigrantes na colônia de Acará, hoje o município de Tomé-Açu, incentivados pelo governo brasileiro, que disponibilizou extensas áreas de terras para essas famílias.

Ao todo 42 famílias, no total de 189 membros na primeira leva de imigrantes. A imigração japonesa estava a serviço da Nantaku (Nambei Takushoku), Companhia de Colonização da América do Sul S.A, agência que incentivava a vinda dos japoneses, com parceria do governo brasileiro, sob chefia de Hachiro Fukuhara. O governo do Pará disponibilizou aos japoneses 600 mil hectares de terras no município do Acará, atual colônia de Tomé-Açu (NIKKEY SHIMBUN, 2012). No final da década de 1950 o distrito de Tomé-Açu, pertencente ao município de Acará, se tornou município. Fato que aumentou a expectativa econômica e social da região, onde a partir de 1950, passou a receber diariamente pessoas de várias regiões com diferentes objetivos. Esses sujeitos, nordestinos e amazônicos, na maioria das vezes passaram a desempenhar trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino, geralmente pertencente aos japoneses, sendo estes detentores da maioria das terras e plantações, conseqüentemente das oportunidades de trabalho. (SILVA, 2018, p.43)

O autor atenta, ainda, para o fato de que os japoneses receberam essas terras e as legitimaram como suas, resguardados pelo aval do próprio Estado, sem considerar, por exemplo, os indígenas que há séculos ocupavam o lugar. Assim, a partir dessa ocupação, o poder dos japoneses nas atividades econômicas foi aumentando, e o uso de “sucesso” das terras, especificamente com o plantio de pimenta- do-reino, gerou uma agricultura que movimentou os rios da região com navios de cargas carregados de sacas de pimenta-do-reino e homens em busca de trabalhos, configurando uma realidade econômica próspera, que não era comum em outras regiões do Pará (LIMA, 2016, apud SILVA, 2018).

Passado esse período, já na década de 1970, a inserção de rodovias interligando o Acará a outros municípios vizinhos dá abertura para novas configurações na economia do município. Nessa década foi criada a rodovia Acará-Moju (PA-252), interligando territorialmente a sede desses dois municípios. Nesse mesmo período também foi construída a PA 151, que interligou os municípios de Moju à Tailândia (BRINGEL e SACRAMENTO, 2016).

Em Acará, oficialmente, essa seria a primeira rodovia a ser criada para interligar o Acará aos municípios vizinhos, salvo a presença anterior de ramais de estrada de chão.

A construção da rodovia marcaria o início de outras atividades econômicas, tanto em Acará quanto em Moju. Isso porque, anterior a esse período, a forma de mobilização dos municípios ocorria através de precários ramais e principalmente por via fluvial, o que influenciava no tipo de atividade econômica desenvolvida nos municípios – até então, pautado predominantemente no cultivo de culturas como arroz, milho, feijão e mandioca (BRINGEL e SACRAMENTO, 2016).

Detalhe levantado por esses autores diz respeito a formação das vilas e povoados na zona rural desses municípios. Eles explicam que antes das referidas rodovias não existiam as comunidades ou vilas que atualmente estão localizadas na lateral das rodovias PA-150 e PA-250.

Como a construção das rodovias que ligam Moju aos municípios de Acará e Tailândia é recente, as vilas ou povoados construídos na lateral dessas rodovias também não tinham um grande tempo de fundação. As povoações mais antigas estavam todas localizadas as margens dos rios [...]. Sem sombra de dúvida não existiam por que não estavam construídas essas rodovias. Somente com a construção de duas rodovias é que novas famílias começaram a habitar esses povoados para nas décadas seguintes começarem a se configurarem como vilas. (BRINGEL e SACRAMENTO, 2016, p. 15-16).

Bringel e Sacramento (2015) destacam, ainda, que muito mais que benefícios às populações locais, a interligação (via rodovia) desses municípios dá abertura para chegada de projetos agroindustriais nesses municípios do nordeste paraense.

Num período em que a Amazônia estava sendo “integrada” para o restante do Brasil, era necessário que se fizessem estradas para que estas pudessem fazer realmente a ligação das populações e principalmente da produção que deveria ser efetivada nesta região. Como no município de Moju vários projetos agroindustriais estavam sendo instalados, era necessário que as estradas fossem construídas definitivamente, não para que isso viesse beneficiar diretamente a população do município, mais sim os empreendedores que estavam se dirigindo para lá. Vale lembrar que só na rodovia PA 150, que liga Moju a Tailândia, foram instalados diversos projetos agroindustriais voltados para a agropecuária e para a plantação de dendê. Já na rodovia PA 252, que liga Moju a Acará, foi instalado o grandioso projeto denominado Socôco. Percebe-se então [...] que politicamente, havia mais do que bondade na construção destas obras, ou seja, além de beneficiar os donos de investimentos, também, tinha a intenção de atrair novos investidores. (BRINGEL e SACRAMENTO, 2016, p. 17)

Como vimos, a interligação via terrestre do município de Acará, ocorrida a partir da década de 1970, deu abertura para a vinda de novos investidores para o município, a exemplo da empresa Socôco. Posteriormente, também abriu caminho para a vinda das empresas de palma, as quais adquiriram grandes extensões de terras, destinadas ao plantio dendê.

É importante ressaltar que a inserção do dendê em Acará, interliga-se a uma questão mais abrangente. Não apenas neste município, mas em muitos outros do Pará houve adesão ao plantio de dendê.

O plantio de Dendê foi introduzido na região ainda na fase inicial dos assentamentos na Amazônia, porém em escala industrial a dendeicultura ganhou abrangência em meados de 1982 com o Grupo Agropalma, que focou seu plantio nos municípios de Moju, Acará, Tailândia e Tomé-açu (HOMMA et al, 2011). Desde então este plantio vem modificando a paisagem da região principalmente a partir de dois momentos: 2004 com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e 2010 com o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, os quais impulsionaram a fixação de diversas agroindústrias como a Biopalma SA., São José Palma, Tadeu Palma, Marborges, entre outras (BARROS et al, 2011; NAHUM; MALCHER, 2012). (PINHO, 2015, p.17)

Aquino Junior (2019) acrescenta que apesar da adesão do Pará ao dendê ter sido anterior ao século XXI, é sobretudo a partir da primeira década desse século que a produção de biocombustíveis se intensifica.

Com o advento do Século XXI, a trajetória desse tipo de combustível ganha novo impulso com a criação do Plano Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), de 2005, considerado um marco no que tange à política nacional energética. Regionalmente, o acontecimento que sinalizou a importância do plano foi a vinda do então presidente Luiz Inácio da Silva, o “Lula” (presidente da República no período 2002-2006 e 2007-2010) a Tomé-Açu, em 2010, para o lançamento do Programa Nacional de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP), quando o próprio, de mãos na terra, plantou um pé de dendê. [...]. Esse último acontecimento consagrou o que já vinha se consolidando com o “Polígono do Dendê” no Nordeste do Estado do Pará. (AQUINO JUNIOR, 2019, p. 84)

A chegada das empresas de óleo de palma foi responsável pelo uso de grandes extensões de terra, ao longo dos polos de implantação dos plantios. Para exemplificar cita-se o caso de uma dessas empresas, a Biopalma, que em 2012 possuía seis polos de produção em implantação na região do Vale do Acará e do Baixo Tocantins, ambos no Pará. A qual estimava que até 2013, seriam 60 mil hectares plantados com dendê e 75 mil destinados à recuperação e regeneração de mata nativa, sendo que em 2011 já haviam sido plantados 18.400 hectares (VALE, 2012, citado por AQUINO JUNIOR, 2019).

Os projetos agroindustriais ao chegarem nos interiores desses municípios provocam transformações nos modos de produção agrícola, estabelecidos há anos nessas regiões interioranas da Amazônia. No modelo agrícola tradicional, as famílias baseavam-se numa produção para auto sustentação, com comercialização dos excedentes, “essa era uma prática de longa geração na Amazônia, principalmente em regiões isoladas dos centros urbanos mais desenvolvidos” (BRINGEL e SACRAMENTO, 2016, p. 22).

Outra consequência é o aumento na pressão sobre o uso da terra. Com a presença das empresas de palma, muitos camponeses são persuadidos a também participarem das

plantações, muitos deles, inclusive, vendem ou arrendam significativas extensões de suas terras, sendo instigados a substituir suas próprias formas de produzir e de conduzir o trabalho, por regras específicas vindas das empresas de dendê.

Exemplo disso foi o ocorrido em Acará, no campesinato em torno do ramal do Cravo – vicinal da rodovia Acará-Moju – (PA-252). Lá, muitos lotes de agricultores camponeses foram adquiridos por fazendeiros e outros proprietários de terra no período anterior a 2010, cientes da possível instalação de empresas interessadas no cultivo de palma (AQUINO JUNIOR, 2019). Posteriormente, houve a conversão de fazendas – e de outras terras que estavam na espera de possíveis especulações na área – em produtoras de agrocombustível biodiesel, o que interferiu diretamente na dinâmica das comunidades de Humaitá, Santo Antônio do Cravo e Bom Jesus (AQUINO JUNIOR, 2019).

A partir desses (e também de outros) casos, torna-se evidente o fato de que as grandes transformações ocorridas em campesinatos da Amazônia, quase sempre são resultantes de interferências vindas de *fora*, muitas delas através da implantação de grandes projetos.

E o que aqui nos propomos é justamente contar a história de uma das várias comunidades camponesas acaraenses que tiveram suas realidades transformadas a partir da implantação desses projetos. No nosso caso, estudamos a comunidade Centro Alegre, que teve seu território e sua territorialidade atingida pelo projeto Alça rodoviária do Pará, no início da década de 2000.

## 5 CENTRO ALEGRE: DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ATÉ O MOMENTO DE IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA

### 5.1 Origem, formação e religiosidade da comunidade

A história do Centro Alegre se inicia na segunda metade do séc. XX, por volta do ano de 1962. Quando três famílias camponesas saíram do igarapé Genipaúba em direção ao igarapé Baiaquara, ambos afluentes do rio Acará, e localizados na região do Baixo Acará, em Acará/PA.

Antes da rodovia, Genipaúba era um dos principais igarapés por onde as famílias seguiam, à canoa, para chegar até Belém, principal polo de comercialização dos produtos agrícolas produzidos nos interiores do Acará.

Por essa possibilidade de acesso ao rio, ao longo do Genipaúba concentravam-se diversos povoados, como: Batatal, Fortaleza, Samaumeira, Livramento, Sertão, Quatro Bocas e outros. As três famílias que chegaram às Terras São Joaquim saíram do povoado de Quatro Bocas e seguiram em direção ao igarapé Baiaquara, local onde se situava as Terras São Joaquim e onde residia Antônio Machado da Silva, um dos herdeiros das referidas terras.

As famílias eram representadas por Manoel Teixeira Gomes (Babico), Apolônio Monteiro dos Santos, e Estevão Pires da Trindade. Eles saíram de Genipaúba em busca de novas terras para trabalhar, conforme descreve um dos camponeses que presenciou essa etapa da história:

Eu cheguei primeiro no Baiaquara, com oito anos de idade [1962], de lá vim pra cá, pra colônia com 13 anos [1967]. Viemos de lá a turma do Babico (Manoel Teixeira Gomes), do Velho Estevão e do Apolônio, que se coloquemos aqui, que o Machado nos botou pra cá. Nós éramos do Genipaúba e mudamos pro Baiaquara. Onde é o cemitério agora, sabe? Nós morávamos bem lá, logo acima era o *Pampolha* – onde morava o Velho Estevão – e nós morávamos logo abaixo. Aí de lá, quando eu tava com 13 anos, viemos pra cá. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Por essa narrativa, vimos que as famílias chegaram em 1962 e moraram primeiramente próximo à casa de Antônio Machado da Silva, na localidade de Baiaquara. Apenas cinco anos depois, em 1967, foram direcionados para outra parte da terra, onde firmariam moradia.

O Machado, mencionado por Simeão Barbosa, era Antônio Machado da Silva<sup>2</sup>, pessoa muito influente na localidade de Baiaquara. Segundo relatos, nessa época ele era o

---

<sup>2</sup> Antônio Machado da Silva, o Machado, era esposo legítimo de Leonor Monteiro da Silva, de quem nunca se divorciou oficialmente. Porém, viveu em estado de comunhão também com outras mulheres, sendo: Balbina Vieira, Izidia da Silva, e Venina Alves, respectivamente. Um dos entrevistados disse que com essas mulheres

único comerciante do local, que “tinha de tudo no barracão dele” (entrevista com Simeão Gomes, comunidade Centro Alegre, 2018). Era também um respeitado *curandeiro e benzedor* e também foi *parteiro* por muito tempo. Antônio Machado era, ainda, um dos donos de uma considerável porção de terra, as denominadas Terras São Joaquim, sobre a qual falaremos melhor depois.

Nessa época, nas terras do Machado, não haviam sido desenvolvidas atividades agrícolas em grande proporção, o que predominava era a exploração de madeira. O próprio Machado negociava e permitia a exploração das espécies madeireiras da mata:

Bem onde é o centro do irmão Manoel, lá era o virador<sup>3</sup>. Bem na frente tinha um pauzão, uma timboarana, lá o pessoal serrava tudo por aqui e levava e botava lá. Lá tinha o chamado “carro da Juliana”, uma carroça com duas rodas atrás, a roda era de pau, de sapupema, engatava no peitoral e puxava três quatro dúzias de madeira lá, pra cabeceira do muquéim [igarapé], e de lá passava, no ombro, até chegar no igarapé [Baiaquara], e no casco, chegar até o Machado. Quem puxava no peitoral era gente, engatava a envira no peito e puxava, *era tipo serviço de escravo – nesse tempo era verdadeiro escravo* – era o Paulino, Manoelzinho, o Afonsinho da Maria, Daniel tio do Matias, trabalhavam tudo aí, era tudo serrador. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Esses serradores eram camponeses que moravam no próprio igarapé Baiaquara e mantinham vínculos econômicos com Antônio Machado. Este, na figura de dono da mata (de onde se retirava a madeira) e de comprador da madeira. Aqueles, na figura de serradores, que precisavam sanar suas dívidas com o *dono* da mata, da madeira e das mercadorias do Barracão.

Nesse tempo o único comerciante era o Machado, não tinha outra taberna por aí. Mas também era sortido de tudo, da roupa à comida. E quando esses serradores vinham pro centro [mato] de manhã, eles diziam: “seu Antônio, nós vamos pro mato serrar” eles vinham, derrubavam logo um pau, lavrava, serrava, e levavam logo, ao menos uma tábuia ou duas, e vinham “bater” no Machado, jogavam lá no terreiro dele, aí ele olhava... e assim eles podiam ir no comércio dele, no barracão, e pegar o que quisesse, essa era a confirmação de que já estavam trabalhando mesmo. Aí eles serravam e iam só botando pra lá [para o Machado] pra pagar a conta deles. Assim que era [risos] a situação. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Quanto ao acordo que permitiu a entrada delas nas terras São Joaquim, não há uma explicação concreta. Sabemos, no entanto, que foi um acordo verbal. De qualquer forma, a entrada das famílias nas referidas terras marca o início de uma relação de agregação, dependência e subordinação.

---

ele teve 17 filhos ao todo. Uma dessas mulheres, a Izidia, já trazia dois filhos do primeiro casamento, um deles era Osvaldo Silva, meu pai.

<sup>3</sup> Virador era o local (na mata) onde a madeira serrada era armazenada para depois ser transportada para o seu destino final. Precisava ser um local acessível para a chegada do transporte, que neste caso eram cavalos ou bois.

No campesinato tradicional esse tipo de relação é muito comum acontecer. Nestes casos, quase sempre o vínculo entre o camponês (na condição de *agregado*), e o *fazendeiro* (na condição de *dono* da terra) é intermediado pela ausência/presença da terra (MARTINS, 1981), nestes casos, a terra configura-se como forte elemento de poder.

A situação de Centro Alegre, a princípio, remete muito ao quadro em que o agregado precisava da terra para trabalhar e o fazendeiro tinha a terra e precisava que alguém a beneficiasse de forma barata, e até gratuita, assim, estabelecia-se uma forte relação entre eles, uma relação de troca, como caracterizou Martins (1981). A troca de serviços e produtos por favores (prestados e recebidos), os quais quase sempre eram desiguais, com claras desvantagens direcionadas ao camponês agregado, pois:

[...] pelo fato de viver e trabalhar autonomamente nas terras de um fazendeiro, um agregado podia retribuir-lhe defendendo o seu direito de se assenhorear de mais terras, de litigar com fazendeiros vizinhos, etc. Com isso o agregado defendia também o seu direito de estar na terra do fazendeiro. Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era luta do outro. (MARTINS, 1981, p.35)

Martins afirma ainda que, nesse tipo de relação, a troca de favores envolvia desde as relações materiais (a cessão da terra em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos), até a trama religiosa e do compadrio, “pelo qual o agregado colocava seu filho sobre tutela e proteção do fazendeiro-padrinho, tecendo uma teia de relações sagradas de prestações e lealdades recíprocas” (MARTINS, 1981, p.36).

Moura corrobora com Martins ao dizer que é na própria terra que o camponês vive a exploração exercida sobre ele, “seja através da apropriação de parte do que produz, sob forma de tributos entregues ao dono da terra, seja através dos preços depreciados que o comerciante comprador de sua colheita impõe, ou ainda pela expropriação de sua terra pelo grande proprietário” (MOURA, 1988, p.14).

Quanto aos camponeses abordados nesta pesquisa, não sabemos ao certo a real intenção que levou Antônio Machado a permitir que famílias “estranhas” ocupassem suas terras. Inicialmente algo nos leva a pensar que um dos motivos tenha sido para “segurar a terra”, pois, ele deu permissão para que ocupassem uma área que ficava bem aos fundos da sua propriedade, quase no limite entre as terras São Joaquim e as terras São Domingos. Ao ser indagado sobre isso, Emercindo Felizardo da Conceição – também morador antigo de Centro Alegre – fala sobre os supostos limites das terras São Joaquim:

Porque na verdade esse terreno lá do Antônio Machado, ele vinha buscar aqui onde é a Bica, [lá] era a divisão do pessoal da Fortaleza, do pessoal do Açú, e vinha buscar aí nessa área aí. Aí como tu sabe que tem gente que é muito esperto, aí o pessoal do Açú ainda entrou no terreno dele. Ai já foram entrando, o Antônio

entrou com a Bica ainda, porque era a cabeceira do Baiaquara que era a divisão, a Bica já ficava dentro do terreno do Machado, pelo direito... aí foi perdendo as forças. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

Os registros apresentados acima, tal como a fala de outros interlocutores permitem interpretar que o resguardo dos limites das Terras São Joaquim foi um fator favorável para Antônio Machado permitir que as famílias ficassem sob seu julgo e se instalassem na fronteira, aos fundos, da referida terra.

Foi em 1967 que os camponeses saíram da localidade do Baiaquara e adentraram nas Terras São Joaquim. Na direção especificada por Antônio Machado implantaram suas moradias, com distancia estratégica de uma família para outra, afim de que se mantivesse o vínculo de parentesco e de cooperação no trabalho.

Aqui antes não tinha nada, quem abriu foi nós! Quando chegamos aqui fomos fazer casa de madeira. As casas eram dali do Duca pra cá (que fizemos casa), isso aqui tudo era mata. Aí fomos morar lá do outro lado do igarapé, que era a casa do meu avô, mas o Simite morava aqui [onde é o centro da comunidade hoje]. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Eles começaram a trabalhar na referida terra, com cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*), arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*) e demais produtos, de início, suficientes apenas para a própria subsistência deles. Com o passar do tempo a quantidade de famílias aumentou e essa parte traseira das Terras São Joaquim transformou-se em um vilarejo, uma localidade, que posteriormente foi chamada de Centro Alegre.

Após ouvir essas informações, surgiu o seguinte questionamento: se as terras eram denominadas São Joaquim, então por que a comunidade passou a se chamar Centro Alegre? Qual seria o significado do nome do povoado e por quê? Quando indaguei isso a um dos interlocutores, ele, de imediato, disse: “depois da igreja. Fizemos a igreja, aí botemos: a igreja Centro Alegre” (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018).

Em termos de conceituação, temos a seguinte designação. A primeira palavra (Centro) refere-se à relação terra/rio, pois, o “centro” (terra firme) contrapõe-se à “beira” (do rio), neste caso, do rio Acará<sup>4</sup>. Em relação a outra palavra (Alegre) que compõe o nome da comunidade, a explicação tem a ver com as características da localidade: “É porque lá era um lugar muito amplo, limpo, onde cantavam muitos pássaros. Era um lugar alegre mesmo,

---

<sup>4</sup> Nesse tempo ainda não existiam estradas ou ramais que interligasse a região do Baixo Acará. Qualquer trajeto era via caminho, por dentro das matas, e principalmente pelos igarapés ou rio, inclusive o acesso à cidade do Acará, ou a Belém, era apenas pelo rio Acará. Assim, as famílias existentes nessa área do Baixo Acará geralmente concentravam suas moradias às margens do rio Acará e dos igarapés Baiaquara, Castanhalzinho, Jutequi, São Domingos, Genipaúba e Itapecuru.

aí o velho Nilo e o pastor Guilherme acharam que combinava esse nome, aí ficou: a igreja Centro Alegre, e depois o lugar ficou sendo conhecido como colônia do Centro Alegre” (Entrevista com Maria de Fátima Monteiro Barbosa, Belém, jan. 2019).

Ainda a respeito da origem do nome do lugar, há outra explicação mais detalhada:

Porque assim, na verdade, o Centro Alegre *se tornou* Centro Alegre (o nome), mas era o local já, a gente já morava lá. A gente já morava lá, quando o pastor Guilherme começou a fazer culto lá, na casa do Coló, né, que ele [o Coló] deu pra fazer culto lá, e aí perguntaram: “bora botar um nome aqui?”. Não era Centro Alegre, era uma colônia, mas não tinha nome. Aí ele ficou olhando pro tempo e disse “é, mas aqui é bonito... eu vou botar um nome aqui”, e como é? [que vai se chamar] “Centro Alegre”, aí ficou Centro Alegre, foi esse pastor que botou o nome. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

Essas falas apontam para o fato de que a formalização do nome da comunidade teve relação direta com a religiosidade das famílias que ali residiam. E foi firmado nessa religiosidade que ao longo do tempo foram traçadas as características mais marcantes desse campesinato.

Margarida Maria Moura (1988) fala que algo definitivamente característico do campesinato são as diversas formas de expressão da religiosidade dos camponeses. A antropóloga explica que o vínculo do camponês com a religiosidade é resultado da sua relação com a natureza e também das pressões da sociedade. Para ela, o camponês se dirige à divindade num momento de dor ou ameaça social, não sendo obrigatória a mediação de um pastor ou padre, representando a igreja oficial. “No momento inevitável de dor ou de ameaça social, ouve a palavra, o conselho, a oração de membros da própria comunidade, que dispõe de um saber religioso reconhecido pelos demais como eficaz para essas circunstâncias” (MOURA, 1988, p.20).

A religiosidade dos camponeses é pautada numa relação de dívida do camponês para com a divindade, ou vice e versa:

A religião do camponês baseia-se na dívida para com a divindade de forma tão direta e intensa que a desconfiança de que o sobrenatural desconhece um pedido feito a ele pode levar o crente a castigá-lo de alguma forma. No meio rural brasileiro são conhecidos casos de imagens de santos castigadas, sofrendo sanções pela omissão diante de algo solicitado. A outra face do conceito de dívida é a preocupação do camponês em cumprir a promessa feita à divindade e de materializar em orações e bens a gratidão pela graça atendida, temendo um castigo se assim não agir. (MOURA, 1988, p.20-1)

Ainda segundo a autora, é por meio da religião que os camponeses se sentem atendidos num momento de mistérios e angústias, como na morte ou doenças. Além disso, as formas e fórmulas manifestadas pela religião, tais como as formas mais antigas de orar, explicar e venerar a divindade, contribuem para dar sentido ao cotidiano da vida camponesa

(Moura, 1988). A autora detalha ainda que os festejos religiosos voltados para santos padroeiros são uma forma de diferenciar os dias comuns dos dias especiais:

Há, entretanto, um conteúdo efetivamente camponês que se insinua nos meandros dessas práticas, despontando com maior ênfase no coração das comunidades rurais: ele parece estar na forma de diferenciar, socialmente, os dias comuns dos dias especiais. São os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais. Os feriados nacionais estabelecidos pelo Estado não têm grande significado no meio rural. Se uma data nacional, como a Independência ou Proclamação da República, chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional. (MOURA, 1988, p.22)

No caso do campesinato aqui estudado, segundo os relatos, quando as primeiras famílias chegaram àquelas terras, elas já possuíam esse traço de religiosidade voltada ao protestantismo. Porém, nessa época, ainda não havia igreja evangélica no local ou nas proximidades, a única igreja que existia era na colônia do Nínive, para onde eles se deslocavam semanalmente para se congregar (participar dos cultos). “Aqui não tinha igreja, nós ainda passamos muito tempo se congregando pro Nínive. A gente ia por aqui, pegava o caminho, passava lá pela Bica, aí entrava e ia pro Nínive, era muito longe, por causa do caminho que fazia uma volta. Mas a gente ia pra lá” (entrevista com Maria Estela Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018). O acesso até o Nínive era via caminho, num percurso de mais ou menos cinco quilômetros e que precisava ser a pé ou a cavalo, pois, nessa época não havia moto ou outro tipo de transporte.

A distância e as dificuldades de acesso à igreja do Nínive evidenciavam a necessidade de existir uma igreja na própria localidade. Foi assim que no meio da década de 1970 se iniciam as atividades religiosas entre em Centro Alegre, a partir da implantação de um *ponto de pregação*<sup>5</sup>, que posteriormente transformou-se na *Igreja evangélica Assembleia de Deus do Centro Alegre*. O início do evangelho na comunidade foi precedido pelo sonho de uma fiel.

Eu sonhei, foi tipo assim um sonho, mas que se realizou, né? Sonhei que eu com a Boneca [Maria de Fátima Monteiro] nós limpávamos, tirava galho de Angelim (porque queimava o pau aí ficava aqueles galhos). Aí eu sonhei que eu com a Boneca nós limpávamos lá [no lugar onde foi construído a igreja], limpava e carregava, eu com ela, pra jogar fora. Aí, quando o pastor Guilherme Passos chegou, eu falei pra ele: “ah, pastor eu tive um sonho”, aí contei o sonho pra ele e ele disse: “ah, irmã, isso não vai ser só um sonho, isso vai ser realidade, nós vamos fazer uma igreja aqui pra vocês”, aí foi que nós fizemos. [...]. Aí sim, tinha a casa

<sup>5</sup> Ponto de pregação era o termo utilizado para denominar o local fixo onde as famílias passavam a se reunir semanalmente para celebrar os cultos. Não se trata de uma igreja formalizada, mas da residência de alguém da comunidade que recebia os cultos até que a igreja fosse construída. No caso do ponto de pregação do Centro Alegre, este foi implantado na residência da família de Raimundo Gomes Barbosa e Maria de Fátima Monteiro Barbosa (tio Coló e tia Boneca).

do Coló bem ali onde é a casa do Duca, aí o pessoal aumentou a casa dele pra gente se congregar lá enquanto não tinha a igreja. Aí começaram a fazer culto lá, até escola dominical tinha, a gente fazia lá. [...]. Enquanto a gente se congregava lá foi que levantaram a igreja, em 1975, por aí. Aí a gente já se separou do Nínive, a gente ainda ia lá, mas assim, só quando tinha festa, já era diferente, só quando ia ter um festejo, uma coisa, que a gente ia, mas a gente já se congregava aqui. (Entrevista com Maria Estela Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

O Nilo Castro (o velho Nilo) e o Manoel do Carmo (o Carmito) foram as duas pessoas que iniciaram o evangelho no local, a partir do referido Ponto de pregação. Já o pastor Guilherme Passos, também citado por eles, era o representante religioso da igreja evangélica na região do Baixo Acará, sendo responsável pelo campo Boa Vista<sup>6</sup>, o qual agregava a congregação do Nínive e de outras localidades onde já havia igreja evangélica. Uma das atribuições do pastor Guilherme Passos era fundar novas congregações, e foi ele o responsável por fundar oficialmente a igreja evangélica Assembleia de Deus do Centro Alegre, por volta de 1975, encerrando o ponto de pregação e os cultos, que a partir de então, passariam a ocorrer na própria igreja. Ainda a respeito da criação da igreja, Emercindo Felizardo acrescenta:

Lá começou como um ponto de pregação. Aí de lá, depois de alguns anos, de lá da casa do Coló (porque lá era uma sala grande, de madeira a casa, mas era uma sala grande) nós [dissemos]: “vamos fazer uma igreja!”. De lá fomos tirar madeira, tiramos a madeira, o Manoel Braga, que era o *frenteiro*, aí de lá vinha, o Simite, o Carmito, o Jamburana, o Raimundo Arigó, eu, o Coló e o Simeão, que também ajudou. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

O processo de construção da igreja envolveu toda a comunidade. Por ser de madeira, havia necessidade de tirar e serrar a madeira no igapó, com auxílio de ferramentas básicas como terçado, machado, serrotão e motor serra, consistindo numa atividade trabalhosa e relativamente pesada, que foi realizada pelos homens, num trabalho coletivo:

[...] Só um *Loro vermelho* que tinha bem aí onde é o porto do Telê, logo lá acima um pouquinho... só ele deu pra acercar [emparedar] a igreja todinha, só ele! Pagaram uma diária de motor serra, aí ele veio, tirou as bandas, né, aí a gente amiudou tudinho no serrotão. Aí só lá, graças a Deus, deu pra fazer a igreja de, parece, 35 metros de comprimento, com 12 de largo. Nós serrávamos o dia todo *Pau amarelo* e *Acapu*, no sol quente (esse *Pau amarelo* e *Acapu* já era pro assoalho). Nos serrávamos no serrotão, um encima, o outro embaixo [uma pessoa encima outra embaixo], o dia todo. Tiramos a madeira, os esteios, e fomos atacando logo. Acho que num ano nós fizemos ela, porque naquele tempo tinha muita madeira ainda... O Carmito era carpinteiro e a gente trabalhava lá todo mundo se ajudando. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

---

<sup>6</sup> O *campo Boa Vista* referia-se à abrangência territorial de atuação da Assembleia de Deus na região do Baixo Acará. Com o passar do tempo e conforme o aumento do número de congregações, o campo da Boa Vista dividiu-se, surgindo, assim, o campo de Nínive, que até o momento da pesquisa estava sob a responsabilidade do pastor Humberto Fernandes. Atualmente, a igreja Assembleia de Deus do Centro Alegre faz parte do campo do Nínive.

Quando a igreja ficou pronta, a comunidade se reuniu para celebrar a sua inauguração, conforme narra Simeão Gomes Barbosa:

No dia em que levantemos a pedra fundamental da igreja de madeira... todo mundo com esteio na mão, o [A]polônio era o chefe da igreja, ele e o Carmito. Nessa época já se congregava com a gente o Aristides, o Enéias, o Félix, Armando, Zacarias, que se converteram e vieram pra cá, com nós. Então a comunidade foi formada em torno da igreja. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018).

A partir do momento que a igreja foi fundada, outras famílias chegaram na localidade e estabeleceram suas moradias próximo às outras famílias que já moravam lá, para que também pudessem participar da igreja.

Nesse tempo chegou a família da Raimunda Bonifácio, aí o pessoal foi se convertendo e vindo, depois veio a turma do Domingos Lima, já foram chegando mais perto, por conta da igreja. Depois da década de [19]70 já começou a vim mais famílias, o pessoal do Diquinho, da tia Neuza, do Duca, vinha tudo aí de dentro, pra se congregar na igreja. Então a comunidade foi formada em torno da igreja, e por causa disso ficou sendo o “Centro Alegre”. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

A chegada dessas outras famílias contribuiria posteriormente para que o campesinato formado a partir daquele grupo ganhasse novas conformações.

Importante ressaltar que nessa época, e durante muito tempo, não havia no local a expressão “comunidade”. Portanto, não existia a “comunidade Centro Alegre”, e sim a “colônia Centro Alegre”, assim como outras localidades eram conhecidas como colônia Nova esperança, colônia Fortaleza e a colônia do Nínive, por exemplo.

*Colônia, portanto,* era o termo usado localmente para denominar os pequenos povoados que se formavam nas áreas de terra firme. A expressão não remetia ao processo resultante de políticas de colonização do governo, como ocorreu, por exemplo ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, na chamada Zona Bragantina, ao final do séc. XIX e meados do séc. XX (CONCEIÇÃO, 2002), e nem o ocorrido ao longo da rodovia Transamazônica, em Altamira, em meados da década de 1970, através do Projeto Integrado de Colonização (PIC) (HÉBETTE; ALVES; QUINTELA, 2002).

As famílias de Centro Alegre por aproximadamente 20 anos se congregaram naquela igreja de madeira. No início da década de 1990 eles resolvem fazer uma nova igreja, maior e de alvenaria. Durante meses se organizaram e passaram a juntar pedra e areia. O cimento e o tijolo eram comprados em Belém e vinham de barco até o porto do Jutequi, de onde eram carregados, de pouco em pouco, pelos cavalos que pertenciam aos moradores. As famílias novamente se unem para construir, sozinhos, e com recursos próprios a igreja da comunidade.

Nesse período de consolidação do evangelho na comunidade surgiram muitas atividades vinculadas à igreja. Frequentemente eram realizados: batismo nas águas<sup>7</sup>, casamentos, vigílias e festejos. Estes últimos, tanto para comemorar o aniversário da igreja, quanto do aniversário do “Círculo de oração”<sup>8</sup>. A figura 3, abaixo, é o registro de um dos batismos realizado no igarapé da comunidade, no ano de 1985.

**Figura 3** - Registro de uma cerimônia de Batismo ocorrida em 1985 no igarapé da comunidade Centro Alegre. Notar que enquanto o pastor faz oração sobre a fiel, outras pessoas ao redor do igarapé assistem a cerimônia.



**Fonte:** Acervo pessoal de Creuza Gomes da Conceição Trindade.

---

<sup>7</sup> Batismo nas águas era uma cerimônia religiosa realizada durante os festejos da igreja. Consistia no momento em que o pastor mergulhava, um a um, os fiéis nas águas para que estes “recebessem o espírito de cristo”. Cabe dizer que esta cerimônia era realizada no principal igarapé da comunidade, o Igarapé Grande, o qual era preparado dois dias antes da cerimônia, não podendo ser utilizado por mais ninguém no dia do batismo (informações repassadas por Creuza Gomes da Conceição Trindade, antiga moradora/ membra da igreja do Centro Alegre).

<sup>8</sup> Grupo formado apenas por mulheres casadas que pertencem à igreja evangélica. Até os dias atuais existe um festejo exclusivo para comemorar a data de aniversário do Círculo de oração.

O ato de criação da igreja deu nome à própria comunidade e impulsionou sua consolidação. Mas, não apenas isso, bem antes da fundação da igreja a questão religiosa já era, e ainda é, algo que caracteriza fortemente o grupo.

A manifestação de fé dos camponeses de Centro Alegre era marcada por atividades desenvolvidas para a igreja e por votos que eles faziam. Isso pode ser percebido na fala de outra camponesa quando conta dos votos que fez: “eu fiz um voto com Deus que se ele me aposentasse, eu dava [o dinheiro] pra igreja do Centro Alegre, e dei, tá lá”, quando ela disse isso eu perguntei: “a senhora ajudou a construir a igreja, foi?” E ela respondeu: “o meu primeiro dinheiro que eu recebi eu dei todinho, todinho, não tirei um centavo, eu dei tudinho pra igreja, nunca me fez falta, dei com o prazer da minha vida” (entrevista com Vicência Cezário de Lima, Belém/PA, jan. 2019).

No mesmo diálogo com essa senhora, ela me mostrava umas fotos, vi que uma delas reunia várias crianças (figura 4), quis saber de que momento se tratava, e ela me disse:

Era o aniversário do Edinaldo. Foi voto, minha filha, que eu fiz, até os quinze anos dele. Foi porque ele nasceu morto, bendizer, aí eu disse: “eu vou fazer um voto com Deus”, e fiz um voto com Deus e Deus me atendeu, minha filha, graças a Deus. E eu cumpri [o voto] até os quinze anos do meu filho, graças a Deus. (Entrevista com Vicência Cezário de Lima, Belém/PA, jan. 2019)

**Figura 4** - Registro de um dos aniversários de Edinaldo Cezário de Lima, em cumprimento ao voto que sua mãe, Vicência Cezário de Lima, fez. O registro é do ano de 1991.



**Fonte:** Acervo pessoal de Vicência Cezário de Lima.

Ao falar desse voto, a filha de dona Vicência relembra da união das famílias e da fartura de alimentos nos eventos da comunidade.

Era de noite [o aniversário]. Naquela data todo mundo já sabia! Quando chegava aquela data, só anunciava na igreja e todo mundo já sabia. Aí, mana, varava tanta criança (tá aí, todos vocês na foto), tanta gente [...]. E era muita comida, mana, que tinha, era porco que tinha, quando não tinha porco tinha muita galinha, muito bolo e muita coisa. Aniversário lá, tudo era assim, muita comida, pedaço mesmo, era porco... matavam porco no sábado de manhã e era o dia todinho comendo porco. (Entrevista com Vicenilda Monteiro, Belém/PA, jan. 2019)

É comum ouvir dizer que nos momentos festivos da comunidade havia grande fartura de alimentos, os quais eram partilhados gratuitamente entre os convidados. “Dia de ceia, por exemplo, quando tinha cercado de porco aqui, cada porca que dava cria eu tirava um filho, pra dia de ceia. A gente levava pra lá e matava pra quem tivesse lá comer” (entrevista com Teodolino da Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun. 2019).

Tal fato pode ser explicado pela alta quantidade/variedade de produtos cultivados nas roças; pela abundância de animais criados nos quintais (porcos, patos, galinhas); mas, acima de tudo, pela própria organização, união e reciprocidade entre os camponeses.

Os eventos da igreja consistiam em: cultos semanais, cultos dos jovens, cultos de ceia, cultos de batismo nas águas e os festejos da igreja. Os cultos semanais ocorriam, em média, três vezes na semana. Os cultos de ceia eram realizados uma vez ao mês. Os cultos de batismo ocorriam sempre que tivesse um número razoável de fiéis a serem batizados. Já os festejos eram realizados duas vezes ao ano (em data diferentes). Sendo que um dos festejos era para comemorar o aniversário da igreja, e o outro, para comemorar o aniversário do grupo de mulheres que formavam o Círculo de oração.

Todos esses eventos eram marcados por um planejamento coletivo que culminava em momentos festivos, que fortaleciam os laços religiosos e de fraternidade. Nos festejos da igreja as congregações de outras comunidades vizinhas também participavam. Dessa forma, era comum que estivessem presentes nesses festejos membros das igrejas do Nínive, da Nova Esperança, da Fortaleza, além de convidados vindos de Belém, a exemplo de famílias que tinham ido embora de lá e que retornavam para a comunidade nesses momentos festivos.

A realização festejos e outros eventos na igreja imprimiam características específicas ao Centro Alegre, visto que nesses eventos intensificavam-se os laços de vizinhança e de reciprocidade intra e extracomunitária.

Hébette et al. (2002) – baseando-se em Mendras (1978) e outros autores – dizem que a comunidade familiar, assim como a comunidade de vizinhança são, do ponto de vista

antropológico, os traços mais fundamentais do campesinato. Os autores explicam que esses traços estão presentes e ativos em praticamente todas as dimensões, assim como em todos os níveis da organização rural, podendo estar presente desde a estrutura fundiária até a cultura, mas também nas tradições locais e regionais e até na ação política.

Voltando aos festejos, para subsidiar as despesas durante esses eventos, os camponeses faziam uma roça somente para a igreja e outra para o grupo do Círculo de oração. Nos meses que antecediam cada festejo, eles se juntavam, desmanchavam a roça, faziam a farinha, vendiam, e com a renda, compravam os alimentos necessários para os dias do evento, que geralmente era de dois a três dias. Se faltasse alguma coisa, os camponeses se juntavam e doavam, o importante era não faltar.

## **5.2 A relação de parentesco e de vizinhança**

Eu já sabia que estudar o Centro Alegre seria estudar uma história de parentes. Afinal, lembro muito bem que durante a infância, não apenas eu, mas também as outras crianças do Centro Alegre tinham o costume de tomar benção de todos os membros mais velhos do grupo, e para os quais comumente chamávamos de tio ou tia, independentemente de serem tios de sangue ou não. Assim, tínhamos: o tio Simeão, tio Simite, tia Teté, tia Maria, tio Tude, tia Maroca, tia Júlia, tio Pedro e assim por diante. Alcinha, aliás, que uso até hoje para me dirigir a eles.

Entretanto, até o início da presente pesquisa não fazia ideia de onde começavam essas relações e nem porque existiam, apenas mantinha a tradição e respeitava sempre que encontrava um deles.

Quando iniciei com as entrevistas descobri que essas relações de parentesco se iniciam bem antes da formação da comunidade. Afinal, os três núcleos familiares que fundaram a comunidade – representados por Estevão Pires da Trindade, Manoel Teixeira Gomes, e Apolônio Monteiro dos Santos – já eram vinculados entre si por laços de parentesco:

O velho Estevão era o meu avô e o Babico (Pai do Coló, do Simite, da Tereza e da Doca) era o meu pai de criação. O meu pai legítimo morava no Genipaúba, o Babico (Manoel Teixeira) que criou a mamãe desde zinha e depois, com nove meses a um ano, pegou eu pra criar, criou a mãe e criou eu, por isso que sou da família Gomes registrado, mas que não era filho nato, era só de criação, mas a vovó resolveu me perfilhar, como filho legítimo. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jan. 2018)

Procurei investigar sobre a genealogia dessas três famílias para entender a relação entre eles e os membros atuais do grupo. Em diálogo com Ana Gomes Monteiro (viúva de Apolônio), ela disse que a primeira família era composta por Manoel Teixeira Gomes

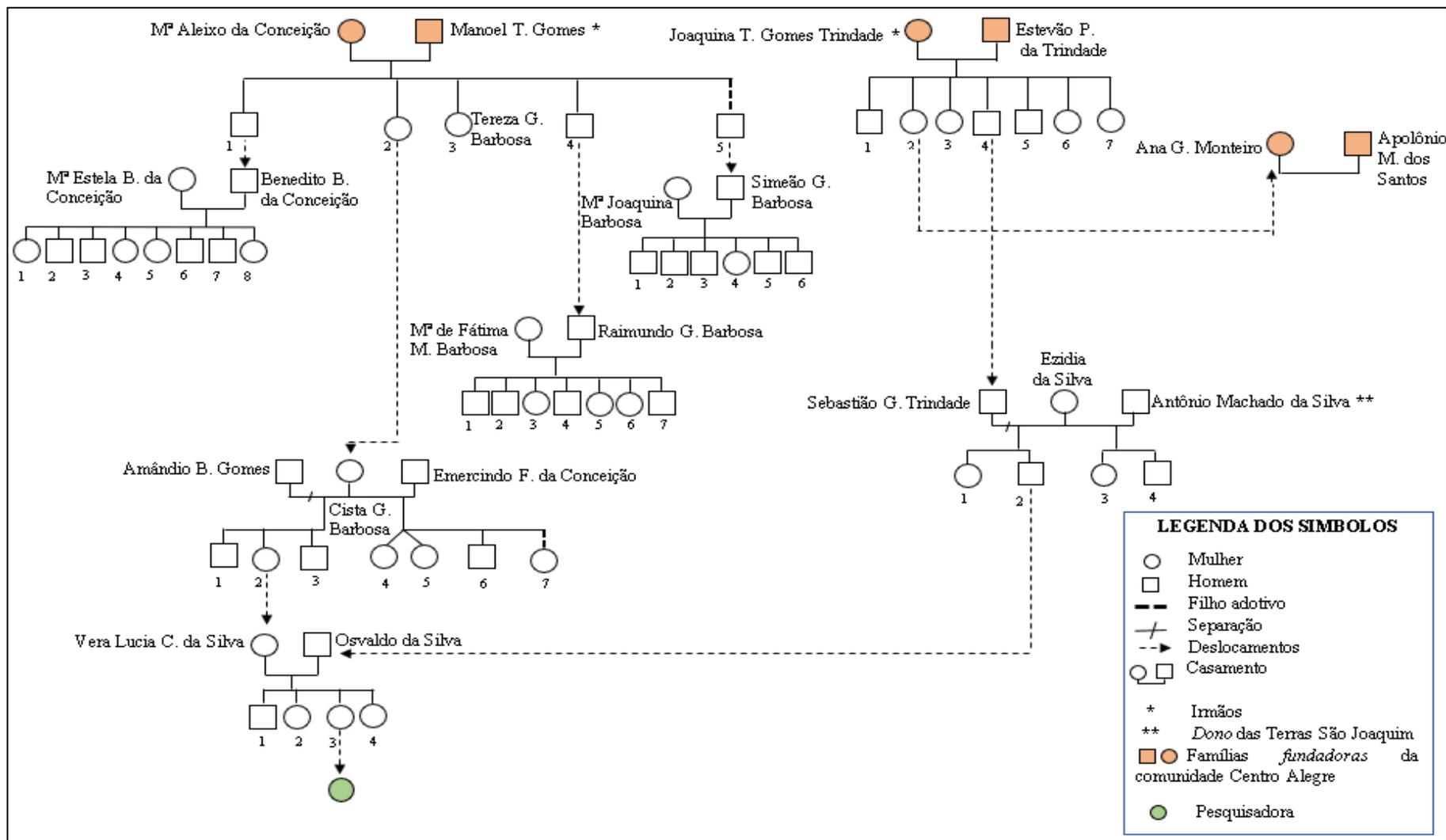
(Babico), sua esposa Maria Aleixo da Conceição e cinco filhos do casal. A segunda família era formada por Estevão Pires da Trindade, sua esposa Joaquina Teixeira Gomes Trindade e sete filhos do casal. E a terceira família era composta por Apolônio Monteiro dos Santos, sua esposa Ana Gomes Monteiro e cinco filhos do casal.

O Manoel Teixeira era irmão de Joaquina, portanto, era cunhado de Estevão; e o Estevão, por sua vez, era pai de Ana Gomes Monteiro, portanto, sogro de Apolônio. Em resumo, essas três famílias camponesas eram do tipo nucleares, porém interligadas entre si por vínculos de parentesco, formando uma família extensa.

O Manoel Teixeira e a Maria Aleixo eram os pais de Benedito (Simate), Cista (Doca), Tereza, Raimundo (Coló) e de Simeão (filho de criação), todos com sobrenome Gomes. Uma das filhas, Cista Gomes, era mãe de três filhos e quatro filhas, uma das filhas é Vera Lúcia, que é a minha mãe.

Estevão Pires da Trindade e sua esposa Joaquina Teixeira Gomes Trindade, por sua vez, tiveram sete filhos. Um dos filhos era Sebastiao Gomes Trindade, que teve dez filhos, um dos quais é Osvaldo da Silva, que é meu pai. Portanto, Manoel Teixeira/Maria Aleixo e Estevão/Joaquina são meus bisavôs, maternos e paternos, respectivamente. O diagrama a seguir elucidada com mais clareza a composição dessas famílias no contexto de formação da comunidade Centro Alegre.

Figura 5 – Diagrama familiar das três famílias que formaram a comunidade Centro Alegre.



Elaboração: Edenilze C. Silva de Jesus (2020)

Essa relação entre as famílias se manteve. Ainda que muitas famílias do grupo tenham saído e que, mais recente, outras tenham chegado, até hoje a comunidade toda é entrelaçada por esses vínculos. Por outro lado, os laços construídos com as outras famílias, não consanguíneas, era tão próximo, a ponto, por exemplo, de os considerarmos parentes e assim tratá-los, os *tios* não sanguíneos de que falei. Isso sempre é anunciado por eles como algo positivo.

A relação era boa, porque se não tivesse uma cuia de farinha, podia ir com o vizinho e o cara emprestava. Quando não tinha um pedaço de “comer”, o cara ia no vizinho e dizia: “ei fulano me arruma um pedaço de “comer” até amanhã ou depois, o cara arrumava; agora tu vai e não arrumam mais, nem farinha, nem comida. Nesse tempo não tinha confusão, nada, tudo era amigo um do outro, dá pra ver que a gente tem amizade com o pessoal da velha Raimunda, do Domingo Lima é mesmo que ser parente. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

A relação de amizade entre as famílias não consanguíneas era fortalecida pelas ações de sociabilidade, marcadas principalmente pela ajuda nas tarefas da roça ou do retiro, ou mesmo pela troca ou doação de produtos, tais como sementes, frutas, legumes e até caça:

Eu lembro quando amarelava um cacho de banana, assim, tirava né, o papai botava num lugar, assim, e amarelava tudinho. Aí, aquele cacho de banana ele dividia tudinho, ele levava pro Diquinho, ele levava pro Domingo Lima, ele levava pro Patinho, era, ele levava pro Marituba, ele levava um pouquinho pra cada, eu me lembro, eu era pequena, mas me lembro. Mamãe tirava verdura, cariru, quem ia levar era eu e o Batista, botava num paneiro<sup>9</sup>, na costa. Era jambu, era cariru, quiabo, feijão verde, era muito feijão verde que a mamãe gostava de plantar. (Entrevista com Vicenilda Monteiro, Belém/PA, jan. 2019)

Essas falas evidenciam tanto as relações de reciprocidade estabelecida entre as famílias, quanto a diversidade de produtos agrícolas cultivados nas terras da comunidade.

### **5.3 Da roça à farinhada: como se dava o trabalho agrícola quando a terra era de uso comum**

#### **5.3.1 A lógica familiar para a realização das atividades da roça e do retiro**

Ao se mudarem para as Terras São Joaquim os camponeses firmaram um trabalho agrícola voltado para a produção de roças de mandioca e de muitos outros produtos. Distantes da cidade, sem energia e demais tecnologias que os auxiliassem, eles faziam uso de técnicas e conhecimentos tradicionais, por eles aperfeiçoados ao longo do tempo. Nesse processo, a mão de obra familiar constituía-se como um elemento fundamental para o

---

<sup>9</sup> Paneiro: cesto circular feito de talas, utilizado para armazenar e transportar vários tipos de mercadorias da produção dos camponeses, a exemplo de frutas, verduras, legumes e a própria mandioca.

desenvolvimento das atividades agrícolas. Cada membro da família era importante para desempenhar funções diferenciadas fosse na roça, no retiro, ou mesmo na comercialização dos produtos.

Segundo Woortmann e Woortmann (1997), a lógica familiar existente na realização do trabalho agrícola é traço marcante do campesinato tradicional. Para os autores, não há como dissociar a lógica do trabalho da lógica de funcionamento da família, e nem do envolvimento desta com a terra, pois, são elementos que estão imbricados numa mesma relação e, juntos, são essenciais para configurar o ser camponês (WOORTMANN e WOORTMANN,1997).

Nesses casos, o processo de trabalho “é visto como a organização de espaços e combinação de espécies e variedades vegetais, formando ecossistemas construídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza – uma espécie de “ciência do concreto” que fundamenta a prática da lavoura” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 7). Assim, o processo de trabalho não existe apenas para a construção de ecossistemas e espaços agrícolas, ele também possui dimensões simbólicas, que o fazem construir espaços sociais e de gênero (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Witkoski (2007), baseando-se em Noda et al. (1997) explica que no campesinato as relações de trabalho são estabelecidas por uma divisão sexual e social do trabalho. Dessa forma, cada indivíduo – pai, mãe, filho (s) – é responsável por atividades diferenciadas umas das outras, de acordo com o gênero e a idade de cada um.

Tal como explicaram esses autores, no campesinato aqui estudado também identificamos que até a década de 1990 essa lógica familiar camponesa era presente na região do Baixo Acará e especificamente em Centro Alegre. O que se modifica completamente a partir de meados dos anos 2000, conforme veremos mais à frente.

A realização das atividades agrícolas em Centro Alegre era classificada de acordo com o gênero e a idade dos indivíduos. Dessa forma, o pai, a mãe e os filhos recebiam atribuições diferenciadas e participavam com menor ou maior intensidade das etapas do trabalho, a depender de qual etapa se tratava e de quem iria desenvolvê-la. Elizeu Braga da Conceição, uma das pessoas que ainda participou intensamente dessa lógica do trabalho, descreve como ocorria uma das etapas do trabalho: o desmanchar da roça<sup>10</sup> para fazer a farinha.

---

<sup>10</sup> *Desmanchar a roça* é processo de colher as mandiocas quando já estão maduras.

Pra começar, tu tinha que sair cinco e meia da manhã pra ir atrás do cavalo na capoeira e agarrar. Isso era papel dos filhos, era tradição. Quando vinha de lá, o pessoal já tava pra roça arrancando a mandioca; aí tu botava cinco cargas de mandioca em cada cavalo, cinco cargas de mandioca dava cinco sacas de farinha, e cada saca é sessenta quilos de farinha. (Entrevista com Elizeu Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

O interlocutor evidencia uma das tarefas desenvolvidas pelos filhos (homens). Além dessa tarefa, também era papel dos filhos, adolescentes ou rapazes, carrear lenha<sup>11</sup> para alimentar o forno nos dias de farinhada, assim como ajudar os homens a roçar, brocar<sup>12</sup> ou derrubar uma nova roça. Levar o cavalo na capoeira à tardinha e ir buscar no outro dia de manhã também era atribuição dos meninos.

Na realização da farinha os filhos podiam preparar a massa, ou mesmo participar da etapa de torrar a farinha. E após a farinha pronta eles podiam também, sozinhos ou na companhia do pai, carrear a farinha até o Porto do Retiro ou Porto do Jutequi.

Ao chefe da família, o pai, cabia a tarefa da administração do trabalho, em si, dos mutirões, da escolha do lugar de uma nova roça, o serviço de roçar, brocar, de fazer a cova para plantar a maniva. Também cabia ao pai a decisão de escolher a quem empreitar a roça para a primeira ou segunda capina. Qualquer tipo de negociação cabia a este, assim como a ida à Belém, pelo ao menos duas vezes ao mês, para a comercialização dos produtos. Os pais também eram os responsáveis pela caça, podendo ensinar aos filhos homens, quando estes já estivessem saindo da adolescência para a juventude.

Às mulheres cabiam tarefas, tanto da roça, quanto do retiro e da casa. Na roça suas atividades eram encoivarar<sup>13</sup>, plantar maniva<sup>14</sup> e também os outros produtos (ervas, legumes e frutas). Era comum que elas participassem das etapas de capina<sup>15</sup>, tanto da primeira, quanto da segunda capina. No tempo de desmanchar a roça, enquanto os homens arrancavam, elas destocavam<sup>16</sup> a mandioca, e ainda nessa mesma atividade, elas podiam ajudar a carregar mandioca no paneiro, quando a presença do cavalo ainda não era comum entre eles. Quando uma roça acabava e a família precisava de farinha apenas para o consumo, a mulher e os

---

<sup>11</sup> *Carrear* consiste no processo de transportar, principalmente nas costas do cavalo, determinados produtos, como: lenha, mandioca, farinha e etc.

<sup>12</sup> *Brocar* consiste em eliminar a vegetação mais fina do local escolhido para fazer a roça. É a primeira etapa da construção da roça, que precede a etapa de derrubada.

<sup>13</sup> *Encoivarar* é o processo de 'limpeza' da roça após a queimada, consiste em retirar a vegetação que não queimou totalmente.

<sup>14</sup> *Maniva* é o nome dado ao caule e as folhas da árvore da mandioca.

<sup>15</sup> Após a plantação da maniva, a vegetação volta a crescer, a capina é o processo de retirada dessa vegetação. Esse processo geralmente é feito duas vezes na mesma roça: a primeira é aproximadamente entre dois e quatro meses após a plantação, a segunda é aproximadamente entre nove e 11 meses.

<sup>16</sup> *Destocar* consiste em retirar a mandioca da extremidade inferior do caule (o tronco), com auxílio de terçado.

filhos podiam assumir sozinhos (sem a presença do pai) a tarefa de *catar* mandioca na roça antiga – e que, portanto, já não dispunha de muita produtividade –, e realizar todas as etapas, desde arrancar a mandioca até torrar a farinha, que neste caso era a chamada farinha de boia<sup>17</sup>.

No retiro, as mulheres eram responsáveis pelo manuseio da masseira<sup>18</sup>, tipiti<sup>19</sup> e peneira, ou seja, preparavam a massa da mandioca, para os homens a transformarem em farinha. E no fim da farinhada, ainda preparavam os beijus para servir no café da manhã/tarde.

Na casa, elas responsabilizavam-se pela maioria das tarefas, da lavagem de roupa (no igarapé), ao comando do girau<sup>20</sup> e do fogão. Em algumas ocasiões, as atividades da casa tornavam-se mais trabalhosas ainda, a exemplo dos dias em que a família realizava os mutirões. Isso porque nesses dias o dono do mutirão precisava subsidiar o café da manhã, a merenda (que era uma refeição parecida com o almoço, servida no intervalo entre o café da manhã e o almoço) e o almoço. Nesse caso, cabia à mulher preparar esses alimentos, em menor ou maior quantidade, a depender do número de convidados. Em mutirões grandes, por exemplo, quase sempre ela preparava alimento para mais de dez pessoas:

Era dez, era 15[pessoas], o papai matava era porco, pra mutirão, era sim. A mamãe fazia aquelas paneladas de feijão, mocotó, tripa, era sim. O papai comprava aquelas gurijubas grandonas, desse tamanho assim..., a mamãe botava de molho no igarapé, aí quando era quatro horas da manhã a gente levantava e fritava todinha aquela gurijuba, o pessoal tomava com chibé<sup>21</sup>, comiam com arroz, na merenda. No almoço era aquela panelada de mocotó, tripa, bucho, tudo. (Entrevista com Vicenilda Monteiro, Belém/PA, jan. 2019)

O trabalho realizado pelas filhas consistia em reproduzir, em intensidade menor, o trabalho desenvolvido pela mãe, era um treino para a vida adulta, onde conduziriam sozinhas as mesmas atividades, mas agora no seio da sua própria família: ela, o esposo e, porventura, os filhos. Dessa forma, quando a mãe estava para a roça, a filha assumia a lavagem da roupa, o cuidado com a casa, o preparo do alimento. Se estivesse na roça, podia encoivarar, plantar,

---

<sup>17</sup> A *farinha de boia* era, e ainda é, uma expressão utilizada para designar a fabricação de farinha apenas para o consumo da família. Comumente, era feita em menor quantidade que a farinha de venda, em torno de uma a duas fornadas apenas. A mandioca usada para fazer a farinha de boia podia ser obtida da roça do ano ou da mandioca tirada de uma roça mais antiga. Nesse caso, para tirar a mandioca dessa roça mais antiga, usava-se a expressão “catar uma roça”.

<sup>18</sup> Masseira é o utensílio utilizado para depositar a massa da mandioca após esta ter sido descascada.

<sup>19</sup> Tipiti é uma espécie de prensa cilíndrica (de aproximadamente 15 cm de diâmetro), comumente feita de talas de guarumã. O utensílio é utilizado para espremer e escorrer a massa da mandioca, separando a parte sólida, da parte líquida da mesma.

<sup>20</sup> Girau é um estrado de tabuas ou varas, erguido sobre forquilhas fixadas ao chão. Era utilizado para várias funções, fazendo as vezes de uma pia.

<sup>21</sup> Chibé é o resultado da mistura da farinha de mandioca com água. Geralmente essa bebida era utilizada para auxiliar em algumas refeições, especialmente nas *merendas*, como já mencionado.

capinar, destocar mandioca. No retiro, podia descascar e carregar a mandioca, e à medida que já tivesse capacidade física, podia também preparar a massa da mandioca, com o uso da mão de pilão e do tipiti.

Independentemente do gênero ou idade, nas etapas de plantação, capina das roças e farinha, geralmente toda a família participava. As crianças destacavam-se nas atividades de: plantar (mandioca, milho, leguminosas), levar comida ou água na roça, descascar e carregar a mandioca do igarapé para o retiro e de coar a massa (etapa que antecede a ida da massa de mandioca ao forno, ou chapa). Além disso, faziam atividades complementares como ir à taberna para aviar ou comprar algum mantimento, dar água e comida aos cavalos, ou levar algum recado/bilhete à mando de seus pais.

Quanto aos utensílios e ferramentas de trabalho, estes eram específicos, de acordo com o tipo de atividade a ser desenvolvida. No retiro, as ferramentas eram: lata, balde, masseira, mão de pilão, tipiti, peneira, rodo, vassoura de forno e forno. Cada utensílio era responsável por uma etapa da atividade de fazer farinha. A figura 6 mostra um forno de cobre, utilizado para torrar a farinha.

**Figura 6** - Forno de cobre, objeto utilizado na etapa final da fabricação da farinha. O forno pertence à família de Ana Gomes Monteiro (viúva de Apolônio Monteiro dos Santos) e encontra-se inativo, pois a família não trabalha mais com atividades de roça.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

No mato, o principal utensílio utilizado para cortar/serrar o mato ou a madeira era o terçado, machado, serrote (ver figura 7) e posteriormente o motor-serra.

**Figura 7-** Serrote, ferramenta utilizada pelos camponeses para serrar madeira. A ferramenta da foto pertencia a Apolônio Monteiro dos Santos e foi encontrada na comunidade de Nínive, onde reside a viúva de Apolônio.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

Na roça, as principais ferramentas eram: terçado, enxada, machado, rasa, paneiro e aturá. Esses três últimos – rasa, paneiro e aturá – são cestos circulares de tamanhos e formas diferenciadas, feitos de tala de guarumã (*Ischinosiphon arouma*) e que eram utilizados para carregar a mandioca da roça, assim como para carregar frutos, como o açaí, por exemplo. Com o passar do tempo, os camponeses aumentaram o tamanho das roças, e conseqüentemente a produção, sendo necessário adquirir animais para ajudar no trabalho.

Então, cada família tinha pelo ao menos de quatro a cinco cavalos. Geralmente eram dois cavalos *carreando* e eram colocadas, pelo ao menos dez viagens, dez cargas de mandioca apenas em um dia. Mas, eram dois dias de *botação* de mandioca, ou seja, 20 cargas de mandioca, o que ao final dava 20 sacas de farinha [uma saca correspondia a 60 kg de farinha]. Mas isso sempre observando os dias da semana, pra farinhada não cair no dia de domingo, que era dia de culto. (Entrevista com Elizeu Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018).

### 5.3.2 A roça

Os camponeses de Centro Alegre voltavam-se majoritariamente para as atividades desenvolvidas na roça e posteriormente no retiro. Característica que se repetia nas demais

comunidades vizinhas a Centro Alegre e em muitas outras localidades na zona rural do município de Acará, dado o intenso caráter agricultável do município.

No plano simbólico, o trabalho da roça iniciava com o planejamento das atividades. O chefe de família, que também era o “chefe do trabalho”, era quem direcionava tudo, desde o planejamento, passando pelas tomadas de decisão, culminando nas ações, parte que o restante da família, e outras pessoas fora desta, podiam atuar também.

Do ponto de vista prático, as etapas do trabalho consistiam, respectivamente, em: escolha do local da roça, roçagem, broca, derruba, queima, coivara, plantio, primeira capina e segunda capina. Quando a roça ficava madura, vinha a outra etapa do trabalho, constituída por: arrancar a mandioca, carrear e colocar de molho no igarapé. Após o amolecimento da mandioca, ocorria o processo de fabricação da farinha, detalhado mais à frente.

Como os camponeses também cultivavam outros produtos, havia, portanto, outras tarefas na roça, como quebrar o milho, cortar o arroz e apanhar os legumes.

A escolha do local da roça era baseada na configuração da vegetação. Logo nas primeiras décadas de existência dos camponeses naquelas terras (Entre 1960 até meados da década de 1980), eles faziam roça em área de mata. Posteriormente, conforme o aumento do número de famílias e da própria repetição da prática do corte e queima, essa disponibilidade de mata foi diminuindo e eles já utilizavam os capoeirões, e depois, as capoeiras mesmo.

As etapas de roçar, brocar e derrubar tinham o mesmo intuito: eliminar a vegetação para cumprir com as outras fases da roça. A etapa de roçar consiste em retirar a vegetação mais fina, de mais fácil remoção (como capim, arbustos, cipós, etc.), portanto, podia ser feita apenas com o auxílio do terçado. Brocar, por sua vez, consistia em retirar a vegetação mais densa, “as varas um pouco mais grossas”, também podia ser realizada com o auxílio do terçado – neste caso, bem mais amolado. Derrubar, por fim, consistia em retirar a vegetação de maior porte, “as árvores mais grossas”. Essa atividade só podia ser feita com o uso do machado ou motor-serra, este último era menos usado pelos camponeses.

Nessas etapas do trabalho percebia-se certa hierarquização de acordo com a idade e o gênero, visto que apenas os homens costumavam roçar/brocar/derrubar. Nesse caso, até as próprias ferramentas de trabalho faziam parte dessa hierarquização, como declara essa interlocutora:

Quando dava muita gente nos mutirões eles brocavam e derrubavam no mesmo dia. Quando era assim, os homens mais velhos iam pro machado e os mais novos pro terçado. Enquanto os meninos [rapazes] iam na frente roçando com o terçado, os mais velhos – por exemplo, o papai [Emercindo Felizardo da Conceição], o

Simeão, o Tude – eles iam atrás, derrubando com o machado. (Conversa informal com Cleide Barbosa Conceição, Sítio Santa Lúcia, fev. 2020)

Assim como no processo de fabricação da farinha, o plantio da roça era uma atividade que reunia toda a família. Também de forma hierárquica, cada um era responsável por tal parte do processo, como vimos anteriormente. Aqui é importante esclarecer que mesmo sendo a mandioca a matéria prima mais visada, mas não era apenas ela que compunha a roça, havia, ainda, uma grande variedade de ervas, legumes e frutas constituindo o espaço da roça.

**Pesquisadora:** Então nesse tempo vocês viviam só de roça, né? E como eram as roças nesse tempo?

**Simeão:** De mandioca, [para fazer] farinha. Mandioca amarela, mandioca branca pra fazer farinha. Macaxeira, banana, milho, arroz que nesse tempo a gente plantava. Plantava batata, jerimum, o que merecia na roça a gente plantava, e dava tudinho. Pimenta, essa pimenta de cheiro que japonês vende agora, nós plantávamos e vendíamos era muito. Às vezes nós íamos pra tia Raimunda, de cinco a seis pessoas, só apanhar pimenta, levava em rasa cheia pro Ver-O-Peso. Jambu a gente levava, a gente cortava milheiros de maço e levava. Chicória, alfavaca, tudo a gente levava. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

O reconhecimento da diversidade de produtos é recorrente na fala dos outros camponeses. Em diálogo com outra pessoa, falávamos sobre a quantidade de farinha que era levada a cada viagem para Belém, e no meio desse diálogo, ela também fala da infinidade de produtos cultivados nas roças, juntamente com a mandioca.

**Pesquisadora:** Quantas sacas, mais ou menos, de farinha, vocês levavam, a senhora se lembra?

**Maria Estela:** Olha, nós fazíamos dez, 15 sacas de farinha... era saca mesmo (de 60kg).

**Pesquisadora:** Uma saca, hoje, equivale a dois pacotes de 30 quilos, não é?

**Maria Estela:** É. Aí levava banana, levava batata...

**Pesquisadora:** Vocês plantavam tudo isso?

**Maria Estela:** Plantava. Plantava mandioca amarela, macaxeira, né?... Tudo isso. Aí quando era safra de arroz, tinha arroz também. E quando era safra de milho verde, tinha milho verde também. Cada um tinha as suas safras, né? Agora o que era todo tempo era a farinha.

**Pesquisadora:** nesse tempo vocês plantavam arroz, batata, e dava bem?

**Maria Estela:** Dava muita batata. Era batata doce, não era batata dessa que a gente come com a comida, era batata doce.

**Pesquisadora:** Mas vendia também desse tipo de batata?

**Maria Estela:** Vendia em quantidade. Muita batata, cará-roxo, banana, mamão, tudo a gente levava. Chicória, jambu, cheiro, esse cheiro de são João, não tem? [o Patchouli]. Hortelã grande, pimenta, era tudo o que a gente levasse, vendia. Era muito bom. (Entrevista com Maria Estela Braga, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Em outro momento, ao dialogar com Teodolino da Conceição Trindade, ele reforça o que disseram os outros interlocutores e acrescenta que por causa dessa diversidade de produtos, no período que antecedia a comercialização era necessário fazer mutirões noturnos especificamente para amarrarem os maços de jambu (*Acmella oleracea*), de chicória

(*Cichorium intybus*), etc., além de tecerem paneiros pequenos, onde os legumes e frutas seriam embalados e levados para a cidade.

**Pesquisadora:** Nesse tempo, o que era que vocês plantavam? O que cultivavam, além da mandioca?

**Teodolino:** Olha, a gente plantava arroz, milho, banana, verdura, jambu... a gente cortava três ou quatro “aturás” de jambu [aturás cheios de jambu]. E quando era de noite fazia um mutirão, só com os de casa, pra amarrar aquele monte de maço, até porque vendia bem. Pimentinha de cheiro também, quiabo, alfavaca, chicória, maxixe, tomate... tudo isso a gente levava pra vender. Quando queimava aqueles paus na roça, aí ficava aquela cinza bonita, aí a mamãe ia e plantava um pé de tomate e mandava a gente cortar forquilhas pra fazer aqueles tendais pra não ficar no chão, quando crescia a gente apanhava paneiradas de tomate pra mandar pra Belém. Hoje em dia o cara quer comer um tomate tem que comprar. Macaxeira, batata doce, no meu tempo a gente vendia em paneiro de quarta<sup>22</sup>, aí quando eu vim do Castanhalzinho eu vendia em saca. De noite era só pra tecer paneiro pra embalar. (Entrevista com Teodolino da Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun. 2019)

Outra entrevistada, dona Vicência, fala da importância desses alimentos no aspecto econômico, pois, como vimos, tais produtos eram vendidos juntamente com a farinha. Mas, enfatiza, sobretudo, a importância de tais produtos para a própria alimentação da família.

Nós plantávamos muita roça, plantava muito feijão, milho, melancia, maxixe, jerimum, minha filha, tudo nós plantávamos, e tudo dava... sem adubo, sem nada. Quando tava maduro, a gente comia, vendia, dava, minha filha, dava. Eu dava à vontade balaiada de feijão, graças a Deus, nunca me fez falta. (Entrevista com Vicência Cezário de Lima, Belém/PA, jan. 2019)

Essa fala evidencia que tais produtos também alimentavam os vínculos de reciprocidade intracomunitários, mas também da comunidade Centro Alegre com localidades externas a esta. Era muito comum, por exemplo, que minha avó Doca (Cista Gomes), que residia em Centro Alegre, mandasse farinha, maxixe (*Cucumis anguria*), jerimum (*cucurbita*), e outros produtos da roça, para a família de seu Biló (Benedito B. Ferreira), que residia na localidade do Jutequi (beira do rio Acará). A família dele, por sua vez, sempre mandava frutas, como: bacaba (*Oenocarpus bacaba*), açai (*Euterpe oleracea*), cutite (*Pouteria macrophylla*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), etc., frutas que não eram comuns em Centro Alegre.

Esse vínculo se repetia entre outras famílias também.

Algo importante a destacar é que na roça, no processo de plantio dos legumes e hortaliças, a lógica do trabalho era invertida. Eram as mulheres que realizavam o trabalho de plantar e os homens só ajudavam. Mas, essa ajuda era em casos específicos: “só o jerimum que o pai Dico plantava, porque tinha que plantar quando a cinza ainda tava meio quente. Aí

---

<sup>22</sup> Trata-se de um paneiro pequeno (entre 20 e 25 cm de diâmetro), geralmente utilizado para transportar verduras, legumes e frutas.

ele queimava a roça e assim que acabasse o fogo e a cinza esfriasse um pouquinho, ele ia e plantava as sementes de jerimum” (conversa informal com Vera Lúcia C. Silva, Sítio Santa Lúcia, fev. 2020).

Nesse caso, excetua-se o milho, o feijão e o arroz, que eram produtos plantados por toda a família. Mas, no plantio dos demais produtos eram as mulheres que escolhiam o que plantar e como plantar. As crianças também participavam desse processo, e em alguns casos, além da ajuda, essa participação tinha, ainda, outro significado: o de contribuir com a fartura da roça:

Eu me lembro que a mamãe, a tia Teté, a tia Boneca, todas elas, chamavam os meninos que ainda eram zinhos – o Adamor, o Manel, o Pelado – e mandavam eles tirarem o short e plantar melancia nus, porque era pra melancia crescer mais e com abundância [risos]. Superstição ou não, naquela roça do centro deu foi muita melancia. (Conversa informal com Cleide Barbosa Conceição, Sítio Santa Lúcia, fev. 2020)

Verifica-se, dessa forma, que havia um saber tradicional usado especificamente para auxiliar os camponeses em suas múltiplas atividades, no exemplo mencionado, a presença das crianças era acionada no ato de plantar a roça, resultando em fartura no ato da colheita.

### 5.3.3 A farinhada

O trabalho desenvolvido na roça precedia outra etapa muito importante para os camponeses, que era o processo de transformar a mandioca em farinha.

Fazer farinha era uma atividade constante nos retiros do Centro Alegre. De forma geral, esse era um processo abrangente, que ia desde o desmanchar da roça até a mobilização dos camponeses para a comercialização da farinha. Do ponto de vista técnico, consistia em uma série de etapas manuais, que envolvia trabalho animal, trabalho humano e o uso de ferramentas rudimentares.

Ainda dentro da roça, quando a matéria prima da farinha (a mandioca) alcançava a maturidade, a roça era desmanhada. Com o uso da força humana e o auxílio do terçado, a mandioca era arrancada e destocada. Em seguida, era lançada, de forma organizada, nos paneiros e aturás, (para serem carregados nas costas), ou nos caçuás<sup>23</sup>, colocados nas costas dos cavalos, para serem carregados por esses. A mandioca era levada da roça para o poço de mandioca<sup>24</sup>, onde permanecia de molho por um período médio de três dias.

---

<sup>23</sup> Cesto grande, oval e com alças, feito comumente com cipó timbó-açu (*Heteropsis jenmannii*). As alças são presas na cangalha, que é um suporte de madeira atrelado às costas do cavalo. O conjunto cavalo/caçuá era utilizado para transportar cargas, como: mandioca, farinha, lenha. etc

<sup>24</sup> Trata-se da parte do igarapé (geralmente à jusante) utilizada somente para colocar a mandioca de molho para amolecer.

Ao amolecer, a mandioca era descascada e armazenada em uma das masseiras que ficava na beira do igarapé. Depois, era carregada em baldes ou latas até a outra masseira, presente no retiro; lá, a mandioca era amassada e socada com auxílio da mão de pilão, em seguida colocada dentro do tipiti, o qual era pendurado no espremedor para retirar o tucupi presente na massa da mandioca.

Em seguida, a massa seca saía do tipiti e era colocada na peneira, para ser coada, e só então ser jogada no forno para, com o auxílio do rodo, ser torrada. Após estar pronta, a farinha era medida em lata (que suportava 15 kg de farinha) e, por fim, a farinha era armazenada em sacas de 60 kg, ou em pacotes de 30 kg.

Um dia antes da farinhada ia-se cortar lenha (com auxílio do machado) e carregar, no cavalo ou nos ombros, para o retiro. Em relação ao local de fazer a farinha, havia três retiros que atendiam as famílias do núcleo central da comunidade. Mas, as famílias afastadas da área central tinham o seu próprio retiro também, “o Diquinho tinha o dele, o pessoal do Domingo Lima também; então, de toda essa região do Centro Alegre, era em torno de seis retiros, mas aqui mesmo [no centro da comunidade] eram só os três” (entrevista com Elizeu Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018). Dos retiros existentes, o que pertencia à família de Benedito Gomes (tio Simite) era o mais acessado, visto que ficava no centro da comunidade e bem perto do ramal Jutequi.

A farinha por eles produzida era utilizada para a alimentação e para a comercialização. Do ponto de vista econômico, a farinha era o produto que alavancava a economia da comunidade. Praticamente tudo era obtido com o dinheiro que vinha da venda da farinha: a alimentação; as ferramentas de trabalho; a compra dos cavalos; a compra das embarcações que os camponeses chegaram a ter; era também com o dinheiro da farinha que a própria igreja era mantida. Neste último caso, enfatiza-se que todo ano os camponeses se juntavam e faziam uma roça exclusivamente para a igreja, a qual era usada para custear a construção, os reparos necessários, a obtenção dos objetos e, principalmente, para subsidiar os festejos da igreja.

Não é incomum ouvir que antes do parcelamento da terra cada família costumava fazer de dez a vinte tarefas de roça ao ano. Considerando o menor valor, (dez tarefas por família/ano), multiplicado pelo número de famílias que ocupavam a terra no ato da partilha (13 famílias), temos uma média de 32 ha de terra utilizadas em área de roça<sup>25</sup>, por ano.

---

<sup>25</sup> Considerar que quatro tarefas equivalem a um hectare.

Conforme dizem os camponeses, eles faziam de uma a duas viagens ao mês para Belém. A cada viagem, as famílias levavam em torno de 20 sacas de farinha (por família). Dadas as condições estruturais dos retiros, para alcançar esse quantitativo, eles faziam farinha constantemente e armazenavam para poder esperar o período da viagem.

Por esse motivo, era muito comum as famílias colocarem grande quantidade de mandioca na água e, dias depois, realizarem o que eles chamavam de *farinhada*. A farinhada, nesse caso, era a expressão adotada para descrever o processo de fazer farinha em grande proporção. Uma farinhada nunca ocupava apenas metade de um dia, por exemplo, geralmente alcançava de dois a três dias. Além de consistir em uma das etapas do trabalho, esse era também um momento de descontração e fraternidade, pois, envolvia toda a família e mais outras pessoas que geralmente iam para ajudar. Na farinhada, assim como nos mutirões, a alimentação era partilhada para todos, além disso, muitos casos e histórias eram socializados nesses momentos.

Terminando a farinhada, era preciso levar a produção até o rio, de onde seria encaminhada para ser vendida em Belém. Para chegar até lá, os camponeses precisavam percorrer caminhos, igarapés e o próprio rio Acará. As principais vias de acesso até chegar ao rio eram através de três caminhos, que depois transformaram-se em ramais, sendo: ramal do São Domingos, ramal da Nova Esperança e ramal do Jutequi.

O ramal do São Domingos dava acesso ao Porto do Retiro, que ficava às margens do igarapé São Domingos. Lá os produtos eram embarcados nas canoas, que percorriam o igarapé São Domingos até alcançar o rio Acará, de onde seguiam até Belém. O segundo ramal, o da Nova Esperança, também dava acesso ao igarapé São Domingos, porém mais acima do Porto do Retiro, e fazia o mesmo percurso até o rio Acará.

O ramal do Jutequi, por fim, dava acesso ao Porto do Pranchão, que ficava às margens do igarapé Jutequi, por onde as embarcações seguiam até alcançar o rio Acará e depois, Belém. O ramal do Jutequi também dava acesso ao Porto do Jutequi, este, porém, já ficava às margens do rio Acará. De todas essas possibilidades de percursos, os portos mais frequentados pelos camponeses eram o Porto do Retiro e o Porto do Jutequi (ver mapa 2).

O diálogo a seguir evidencia justamente essa dinâmica entre a fabricação da farinha e a comercialização, dela e dos outros produtos por eles cultivados:

**Pesquisadora:** Como era para escoar a farinha daqui para Belém?

**Simeão:** Tudo era caminho aqui, não tinha ramal. A gente mandava pelo Jutequi e pelo São Domingos, pelo jacundá também (que é pela Nova Esperança) [...].

**Pesquisadora:** E qual era a média de quantidade de farinha que cada um fazia?

**Simeão:** Olha, não tinha um que fosse em Belém e fizesse menos de 20 sacas de farinha por viagem (no caso, 40 pacotes de 30 kg cada). Porque ia de mês a mês, mais ou menos, e tinha que levar tudo isso pra poder fazer aquela despesa grande. E tinha outros que levavam no paneiro, empalhado, amarrado bem. Nós levava tudo o que tinha na roça, pra inteirar na farinha, aí fazia a despesa e tinha que sobrar o real pra botar no bolso, não podia voltar liso.

**Pesquisadora:** E como era esse transporte daqui até lá?

**Simeão:** No cavalo. Cada um tinha o seu cavalo, amarrava na corda, na cangalha uma saca de cada lado. Nós dava entre uma a duas viagens pro São Domingos, mas era de cinco a seis cavalos que cada um tinha, e se não fosse os cavalos, não tinha como. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Quanto às embarcações que levavam as mercadorias, esse mesmo interlocutor disse que isso variou bastante ao longo do tempo. Bem antes, no início da comunidade, esse transporte era feito por canoa, à remo; depois, a partir dos anos 1980, passou a ser por barco, a motor, que os camponeses fretavam para levar suas mercadorias.

**Simeão:** A gente botava de duas a três vezes mandioca na água pra poder ir inteirando a farinha pra poder viajar, não fazia tudo de uma vez.

**Pesquisadora:** E para fazer a farinha, toda a família ajudava?

**Simeão:** Todo mundo ajudava, a mulher, os filhos. Nós fazíamos geralmente uma viagem por mês pra Belém.

**Pesquisadora:** E o barco de quem era?

**Simeão:** Pois é, agora vê, nesse tempo não tinha “pôpôpô” (barco a motor), o barco era a remo, na mão. Já foi de [19]80 pra cá que já veio surgir o “popopô”. Quem tinha essas canoas era o Nilo Castro, o Miguel Perdigão e o Manoel Perdigão, que tinham canoa de remo, o cara entrava no faia, remo de mão[...].

**Pesquisadora:** Mas era alugado?

**Simeão:** A gente alugava.

**Pesquisadora:** E quantas sacas de farinha iam em uma canoa dessas?

**Simeão:** 20 sacas, a gente levava.

**Pesquisadora:** Uma canoa cabia só 20 sacas?

**Simeão:** Não! Dava mais. Se juntava três famílias pra levar farinha e os outros produtos<sup>26</sup>.

**Pesquisadora:** Mas assim, vocês iam pra Belém remando? E em quantos dias?

**Simeão:** Nós chegava em um dia, em uma maré. Quando a maré vazava o cara soltava o cabo e ia pra Belém, quando a maré tava começando a encher, nós estávamos chegando lá, era uma maré pra ir, e uma maré pra voltar. [...] Eram quatro a cinco pessoas remando.

**Pesquisadora:** E era barco descoberto?

**Simeão:** Sim, era barco descoberto. A farinha era levada no cavalo até o Porto do Retiro, de lá embarcava direto pra ir pra Belém. O cara só encostava no Salvador [taberna na beira do rio] pra almoçar, as vezes encostava lá, almoçava, e só pagava na volta quando voltava de Belém. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Com o passar do tempo, eles chegaram a ter a autonomia de possuir as suas próprias embarcações a motor: “o papai tinha um barco, o tio Dico tinha um barco, o Simeão, o Catarino tinha o dele, o Pedro tinha o dele... Eram cinco barcos que saia[m] com carga do

---

<sup>26</sup> Se cada canoa levava o produto de três famílias, por viagem totalizava aproximadamente 60 sacas de farinha. Isso equivale a 120 pacotes de 30 kg, totalizando seus 3600 kg de farinha por viagem. Isso só de farinha (além dos outros produtos da roça) e a produção de apenas três famílias, aproximadamente.

Jutequi. Mas antes desses, tinha o barco do velho Miguel Perdigão, que era um barco muito grande e que levava as mercadorias” (entrevista com Elizeu Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018).

A respeito de como os camponeses conseguiram adquirir as suas embarcações, esse mesmo entrevistado lembra que, na época, a família dele fez 100 sacas de farinha (de 60 kg cada) para dar entrada no barco, visto que não havia outra fonte de renda para a obtenção de bens e objetos, além disso, a produção de farinha era abundante na região.

Como foi dito, a quantidade de farinha produzida por eles era significativa. Isso tinha relação com a quantidade de roça colocada e com a organização e utilização do espaço no processo de construir a roça. Tal organização era pautada em critérios e regras específicas que, ao final, estabeleciam uma forma peculiar de uso do espaço que era da comunidade.

#### **5.4 As regras locais que direcionavam o uso comum da terra**

Na utilização da terra para a produção das roças, não havia uma quantidade exata de terra para cada família, haja visto que as terras e os recursos naturais da comunidade eram acessados sob o regime de uso comum.

Assim, para gerir esse espaço, os camponeses firmavam acordos locais que definiam, por exemplo, quem colocaria roça em qual local, e quais recursos da natureza podiam ser usados por todos e quais eram de uso privativo da família.

Aqui é importante destacar que apesar do regime de uso da terra ser em forma de uso comum, aqueles camponeses faziam uso de uma área de terra que pertencia a outra pessoa, e esta não fazia parte do grupo. Ou seja, tratava-se de um campesinato coletivo, dentro de terras que eram privadas, como enfatizaremos mais adiante.

Devido a essa configuração fundiária específica, o trabalho realizado nas terras da comunidade dava o direito de consumo e comercialização dos produtos resultantes desse trabalho, porém, restringia a terra ao uso privado. Ou seja, era a mesma área de trabalho para todas as famílias, fato que certamente foi potencial influenciador na conformação da forma de uso da terra, sob o regime de uso comum, como dissemos.

Conforme mencionara Maristela de Paula Andrade (1990), o uso comum da terra relaciona-se ao conjunto de noções articuladas, relativas às regras que disciplinam as relações com a terra e outros recursos naturais. Num ambiente onde ocorre o uso comum da terra, os recursos naturais nascidos espontaneamente, por obra da natureza, são entendidos como “pertencentes à ordem do comunitário e expresso pelo termo comum, ou seja, solto, livre, não aprisionável, não divisível, não alienável” (ANDRADE, 1990, p.177).

Nesse caso, a noção de terras comum remete às extensões de terra em aberto, sem cercas, contrapondo-se às noções de “terras de dono” e “terra de propriedade”, referindo-se ao parcelamento da terra em lotes individuais e em caráter permanente (ANDRADE, 1990).

Nessa forma específica de uso da terra, o controle dos recursos básicos se dá por meio de normas que combinam uso comum de recursos e apropriação privada de bens, sendo que essas normas são “acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma unidade social” (ALMEIDA, 2006, p.24).

O que disseram Andrade (1990) e Almeida (2006) contracenava exatamente com a forma de uso da terra estabelecida entre os camponeses de Centro Alegre. Desde que chegaram nas terras São Joaquim, em meados da década de 1960, esses camponeses – e também os que chegaram depois – estabeleceram critérios específicos para a realização do trabalho nessas terras.

Um desses critérios, por exemplo, era entrar em comum acordo com os chefes de família para a escolha do local de uma nova roça. Nesse caso, se alguém desejasse fazer uma roça em determinada parte do mato, bastava indicar com uma vara cravada ou com uma pequena parte da vegetação roçada. Pronto, dessa forma as demais pessoas entendiam que ali alguém já havia preferido tecer a sua roça. Era uma regra simbólica entre eles, não era obrigatório, mas todos respeitavam.

Os camponeses faziam as suas roças em locais variados, conforme a disponibilidade de mata ou capoeira, respeitando, ainda, o tempo de descanso da terra para a implantação de uma nova roça – entre seis a sete anos, em média. Apesar dessa liberdade de poder fazer a roça em locais diferenciados, com o passar do tempo, cada família adquiriu *preferência* por trabalhar em áreas específicas, “num rumo certo”, como dizem eles. Dessa forma, é comum entre os mais velhos a expressão “centro do Apolônio”, “centro do Diquinho”, “centro do Dico” e assim por diante. Nesses casos, não necessariamente essas áreas de trabalho eram contíguas à área de sítio, onde residia a unidade familiar, elas podiam ser distantes, inclusive fora da área central da comunidade.

Mesmo que na área que correspondia ao território de Centro Alegre não houvesse a presença de cercas, ainda assim, essas áreas de trabalho eram respeitadas pelos membros do grupo. Caso algum deles desejasse colocar uma roça em uma área que o outro costumava trabalhar, eles se comunicavam e podiam fazer aquela roça.

**Pesquisadora:** Aqui também no Centro Alegre vocês tinham esse negócio de respeitar o limite do trabalho de cada um? Cada um tinha o seu “centrozinho”, tipo isso?

**Emercindo:** Cada um tinha os seus lugares de trabalho. O Coló, eu, o Simite, o Simeão, a gente era só num bolo, mas assim, [quando alguém dizia] “olha, eu vou marcar uma roça em tal parte (cada um já sabia) tem uma capoeira lá assim e assim, eu já fui lá ver e eu vou fazer uma roça lá”. Aí fazia e não dava briga, o cara já sabia e já ia procurar pra outro lugar pra ele fazer.

**Pesquisadora:** Mas dentro da mesma terra, não é?

**Emercindo:** Da mesma terra.

**Pesquisadora:** Era uma comunicação só entre vocês?

**Emercindo:** Era.

**Pesquisadora:** Então, se o senhor fizesse uma roça numa capoeira aqui, passados quatro anos, por exemplo, se o tio Simeão quisesse fazer no mesmo lugar, ele marcava, avisava vocês e não dava briga?

**Emercindo:** É, se ele dissesse... “ah, eu vou fazer uma roça, vai pegar um pouco daquela capoeira tua” aí ele já sabia onde era o local, aí eu dizia “pode fazer!” Aí não dava problema. Porque geralmente eu fazia roça, eu e o Simite a gente tinha lá a área, mas quando dava certo da gente fazer no outro lugar assim, fora de lá, a gente fazia. (Entrevista com Emerico Felizardo da Conceição, comunidade Centro Alegre, fev. 2020)

Outra regra específica diz respeito ao uso das capoeiras. As capoeiras eram utilizadas para fazer uma nova roça, como sabemos, mas também para outros usos, como por exemplo, tirar lenha e amarrar os cavalos. Nesses casos, não havia uma “preferencia” por tal parte da capoeira, todos podiam pegar lenha, assim como colocar os cavalos para descansar e se alimentar – principalmente no período da tarde/noite.

No caso das lenhas usadas para torrar farinha, era comum que a fonte fosse uma roça recém-queimada, que ainda estivesse no processo de coivara. Quem dispusesse de lenha em sua roça, podia fornecer para os demais que não tivessem roça queimada naquele momento.

Em relação aos cavalos, estes podiam ficar amarrados na capoeira, ou também, ficar soltos. Neste último caso, evidenciava-se a presença de cercados simples e temporários, feitos de vara grossa, os quais eram estabelecidos em algumas áreas de capoeira, apenas para conter os cavalos durante a noite, impedindo que fugissem e entrassem nas áreas de roça dos camponeses. Sobre esse assunto, durante uma conversa com outro interlocutor, ele disse:

Olha, cavalo quando se soltava... ninguém brigava por problema desse cavalo [...]. Uma vez, quando eu morava ali em baixo onde é o igarapé, amanheceu doze cavalos na minha roça! mas ninguém brigava por isso, até porque todo mundo tinha cavalo e assim como podia ser na minha roça, podia ser na de outro... e eram muitos cavalos porque as bestas iam dando crias, aí ia aumentando. (Entrevista com Teodolino Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun. 2019)

O fato de a comunidade ter sido criada em uma fração de uma propriedade privada, parecia ser um fator que também condicionava os camponeses ao estabelecimento de uma outra regra, que diz respeito ao direito de realizar o trabalho na terra.

Os camponeses que já residiam no local desenvolviam o trabalho agrícola em áreas diversas e posteriormente criavam “preferências” por algumas áreas específicas, conforme vimos ainda a pouco. Quando alguma família desejava ir embora, ela podia vender apenas “a colocação da família”, que era a área que compreendia a unidade familiar e as frutíferas ao redor – área que os camponeses também denominavam de *sítio*.

Ou seja, a área de trabalho não podia ser negociada, ainda que eles tivessem muitos anos de trabalho naquele local. A família que comprava a “colocação da família” que saiu, ao chegar no local teria que conquistar “do zero” a sua própria área de trabalho, através do próprio trabalho na terra.

Um exemplo bem concreto disso foi quando, em 1992, meu avô vendeu a sua “colocação” para dona Fátima Pires. Como conta meu avô, quando essa senhora chegou ao local, ela e sua família não conseguiram desenvolver todas as etapas do trabalho na terra. Ela e os filhos trabalhavam mais com empreita e com diária, na roça dos outros camponeses. Essa “ausência” de trabalho influenciou significativamente na quantidade de terra que posteriormente recebeu, no momento em que a terra da comunidade foi partilhada.

**Pesquisadora:** [...] vocês trabalhavam nesse rumo, como o senhor está dizendo, cada um tinha um rumo de trabalho, mas vocês negociavam na hora de fazer roça, botar em tal capoeira e tal. E aí eu queria saber, as pessoas que chegaram depois, por exemplo, no caso da dona Neuza e da Fátima, como foi, assim, a parte do trabalho quando eles chegaram?

**Emercindo:** A Fátima chegou já depois que eu saí. Porque eu vendi a casa pra ela. Aí ela ficou assim, era mais esse negócio de diária, diária, diária, realmente ela não tinha lugar certo pra fazer roça, ela trabalhava mais de diária.

**Pesquisadora:** Quando o senhor vendeu pra ela, nesse tempo tinha o direito de vender só a casa, era?

**Emercindo:** Era, nesse tempo vendia só a casa com o sítio porque a terra era do Machado. Aí ela fazia alguma rocinha, mas aí, em algum lugarzinho pra cá, outro pra ali. E ela gostava mais de trabalhar pros outros, aí nessa vida ela ficou. A Neuzarina [Deuzarina] também era assim! O velho Madruga [companheiro de dona Deuzarina] gostava mais de trabalhar pros outros, mais de diarista que ele trabalhava, empreita, essas coisas todas. Ele não era uma pessoa de chegar assim e dizer “Ah, eu vou... [fazer uma roça]”, às vezes, muito difícil ele fazia uma rocinha, muito, muito difícil. Mas, o coisa dele era empreita, diária, era assim.

**Pesquisadora:** Então, eles quase não faziam roça?

**Emercindo:** Não, não. Ficaram mesmo... já tinham o lugar da casa e pronto, só faziam diária pros outros e empreita. (Entrevista com Emericindo Felizardo da Conceição, Sítio Santa Lúcia, fev. 2020)

Havia, ainda, uma característica peculiar do trabalho desenvolvido pelos camponeses de Centro Alegre. Diz respeito à forma de organização das famílias para a realização das atividades. Essa organização quase sempre era pautada na ajuda coletiva, através dos mutirões. Algo que, de tão recorrente, acabava por imprimir um traço característico à comunidade.

## 5.5 Mutirões, putirões, troca de dia: as práticas de ajuda mútua desenvolvidas entre os camponeses

Como vimos, as atividades desenvolvidas na comunidade eram pautadas num trabalho familiar, designado e distribuído conforme gênero e idade. Mas, além da mão de obra familiar, os camponeses contavam ainda com a união e força de trabalho das outras famílias que constituíam a comunidade.

Denominadas de *mutirão*, *putirão*, *troca de dia* e *dar dia de serviço*, as práticas de ajuda mútua estavam presentes na maioria das atividades. Era muito comum, por exemplo, que os camponeses se juntassem para preparar a roça (roçar, brocar, derrubar); realizar o plantio; fazer a farinhada; carregar os produtos a serem comercializados.

[...] na época da cultura da lavoura, época de roçar, a gente roçava junto, trocando dia, trabalhando juntos... Família do Simite, família do Coló, família do teu avô Dico. Todos nós fazíamos roça fazendo mutirão, trocava dia... Tinha vez que a gente levava a merenda, quando não, o dono dava, mas a gente sempre trabalhou junto assim. Derrubar, que nessa época não tinha motor serra, era no machado, derrubava de machado no mutirão, plantar maniva, capinar... até a *fazeção* da farinha quando estava muito aperreado, pedia ajuda um pro outro. ‘Cansamos’ de trabalhar juntos até na *fazeção* de farinha. O Coló ou o Simite pediam: “dona Raimunda, dá pra senhora mandar um dos meninos pra me ajudar tal dia?” Não era nem pago, era só trocar o dia. Aí quando nós precisávamos era a mesma coisa. Pra levar carga daqui pra onde o barco pegava, tudo era trocado, todos tinham seus animais, mas dia de levar carga a gente trocava, porque era muita carga aí a gente fazia essa união: cavalo do Simite, cavalo do Coló, cavalo do Simeão, cavalo do Dico, o nosso cavalo. Já hoje mudou porque muitos não trabalham mais em roça, já trabalham empregado, outros foram embora pra Belém. Aí já separou mais a relação por isso, mas na época que era desse jeito, que era só roça e farinha era muito bom pra nós porque nós trabalhávamos todos unidos. (Entrevista com Teodolino Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun. 2019)

Todas as famílias de Centro Alegre trabalhavam em forma de mutirão, alternando os serviços entre a roça de um e a roça de outro e entre os retiros também. Essa forma de trabalho permitia uma grande interação entre os membros do grupo, o que, fortalecia os laços de reciprocidade e amizade. Tal interação chegava a extrapolar os limites da comunidade, alcançando indivíduos que eram de outras localidades, como mostra a narrativa a seguir, em que a interlocutora menciona o nome de pessoas que residiam em pelo ao menos duas outras localidades fora do Centro Alegre:

Todo mundo fazia [mutirão]. Era o pessoal do Domingos Lima, o pessoal do Marituba, era o pessoal do Marajó, da velha Rosa, do Valdelino, era a dona Santi, mãe do Patinho. [...]. Aí reunia tudinho assim, reunia aquele pessoal tudinho, aí ia pra roça do papai [Venâncio Cezário de Lima], por exemplo, capinar, era a troca de dia que falava, aí ia tudinho. Aí quando era: “ah, vai ser mutirão na roça do Domingos Lima”, aquela turma ia de novo, e era assim. (Entrevista com Vicenilda Monteiro, Belém/PA, jan. 2019)

Em algumas ocasiões ocorriam parcerias ainda no momento da escolha da roça. Nesses casos, a roça podia ser feita em conjunto, com mais de um dono. Quando isso ocorria,

os camponeses escolhiam o local, roçavam e queimavam juntos, e apenas da etapa da coivara em diante é que cada um assumia a sua parte da roça. A partir de então, ambos planejavam separadamente o trabalho da terra da melhor forma que lhes fosse conveniente, escolhendo que variedades de mandioca iria plantar aquele ano, etc. Era a partir daí que cada um iria decidir o momento de fazer os mutirões para plantação e demais etapas de trabalho da roça.

Tinha vez que a gente fazia de dez a 15 tarefas de roça. Era nós, era o [A]polônio, fazia junto, depois dividia. Brocava e derrubava junto e depois que queimava, cada um sabia qual era a sua parte. Era tudo em forma de mutirão, e nesse tempo era de machado, não tinha motosserra, não existia. Era de dez a 12 machados no mato, cortando pau de angelim, o cara subia no angelim, as vezes era uns três [homens] na cara do angelim, outros três por trás, era cada angelinzão que derrubava. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Em algumas ocasiões, os mutirões significavam muito mais do que uma troca de mão de obra, eles manifestavam uma atitude de solidariedade, em favor de algum membro do grupo (ou fora deste). Isso ocorria quando alguma família passava por dificuldades financeiras ou em caso de doença.

Olha, nós tínhamos um grupo aqui, em que cada dia nós trabalhávamos pra um, era muita gente aqui, cada qual levava sua comida, todo mundo. E se tu não levasse, comia comigo, se eu não levasse comia contigo, era assim, funcionava assim nas roças. E Tinha também o *putirão*, era outra forma, que tu não pagava o dia, se fosse o *putirão* teu, tu ia, nós trabalhávamos pra ti e tu não precisava pagar dia; se a pessoa tivesse necessitada nós dizíamos: “vamos dar um *putirão* pra fulano? bora”, aí nós íamos e tu não precisava pagar nada depois. (Entrevista com Elizeu Braga, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Havia, ainda, os mutirões que eram voltados para os serviços da igreja. Aqui ressalta-se que desde que a igreja foi fundada, os camponeses começaram a fazer uma roça anual exclusivamente para ela. Depois faziam duas roças ao ano. Essa segunda roça pertencia ao grupo do Círculo de oração, também vinculado à igreja. Nestas roças, todas as etapas do trabalho eram realizadas através de trabalho coletivo, desde o início das roças, até a fabricação da farinha.

As roças da igreja eram desmanchadas alguns meses antes dos festejos. A renda da venda da farinha era usada para comprar boi, porcos, galinhas e outros alimentos a serem partilhados nos dias do festejo.

A forma de reprodução social de Centro Alegre, se assemelha ao que fora identificado por Hébette (2002) no estudo do campesinato consolidado ao longo da rodovia Transamazônica, e em torno dos seus dois longos polos, Altamira e Marabá. Naquele campesinato

A força dos colonos no enfrentamento dos seus problemas, reduzia-se ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das

relações pessoais e coletivas de vizinhanças e da coesão confessional das agremiações religiosas. Essas relações, que se entrelaçam e se superpõem com muita frequência, mostram-se muito importantes, no isolamento da fronteira, para uma superação parcial das dificuldades e, em particular, para a fixação e a consolidação da posse da terra e para a elaboração de projetos e estratégias de âmbito familiar e local. (HÉBETTE, 2002)

Porém, diferentemente daqueles camponeses estudados por Hébette (2002), o campesinato formado ao longo da região do Baixo Acará, até o final da década de 1990, era um campesinato isolado, pode-se assim dizer. Por muitos anos as diversas comunidades camponesas formadas ao longo das terras do Baixo Acará eram centradas em uma economia autônoma, de subsistência, pautada no extrativismo e na produção predominante de mandioca e de outros produtos complementares.

A maioria dessas localidades eram localizadas em áreas de terra firme, entretanto, a interligação terrestre, via rodovias, era inexpressiva. Somente por via fluvial era possível o vínculo com a sede do município de Acará e com a Região Metropolitana de Belém – principal polo de comercialização dos produtos agrícolas.

Era assim que os camponeses da comunidade Centro Alegre viviam. Era seguindo suas lógicas, costumes e regras próprias que eles seguiam com seu trabalho, religiosidade e vida: um campesinato tradicional, assim como muitos outros campesinatos nas matas da floresta amazônica.

Até que em meados dos anos de 1995, apareceu a notícia de que uma estrada passaria por aquela região. Era a rodovia Alça Viária, um projeto infraestrutural, resultante da, não recente, intenção governamental de interligar logisticamente a Amazônia.

## **6 “NÃO VAMOS PERMIRTIR QUE FAÇAM DO PARÁ UMA MALA SEM ALÇA”: A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA ALÇA VIÁRIA COMO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA**

Os projetos desenvolvimentistas voltados para a interligação via terrestre da região Norte não são recentes. Se iniciam com a implantação de ferrovias, a partir do final do século XIX e meados do século XX, a exemplo da Estrada de Ferro de Bragança, construída entre os períodos de 1883 a 1865 (CONCEIÇÃO, 2002) e da Ferrovia do Tocantins, entre os anos de 1890 e 1946 (MAGALHÃES, 2002).

Mas, é sobretudo da segunda metade do século XX em diante, que essa interligação se intensifica, especialmente a partir da década de 1970, quando o governo militar passa a instituir, via políticas territoriais, a construção de rodovias interligando várias localidades e municípios do Estado do Pará, e este a outras regiões do país (OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2019).

A integração territorial do Brasil por meio de grandes e extensos eixos de circulação foram sendo gestados entre o final do século XIX e início do século XX como eixos ferroviários que interligariam uma boa parte do território nacional, com destaque para a região Amazônica. O planejamento realizado consistia em linhas traçadas nos mapas interligando as cidades, capitais estaduais e dos territórios federais com as cidades que eram o centro econômico e político do país naquele momento, São Paulo e Rio de Janeiro. A efetivação desses planos começa no governo de Juscelino Kubitschek com abertura de dois grandes rodoviários que interligaram as cidades de Belém até Brasília e de Rio Branco e Porto Velho até Brasília, no início da década de 60, sendo somente a partir de 1968 que o governo federal retoma o projeto de integração com o início da construção das rodovias Manaus-Porto Velho e Manaus-Boa Vista e a partir de 1970 com abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. (OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2019, p. 2)

Tratava-se das políticas de modernização do governo militar, que eram voltadas para o crescimento capitalista, com captação de recursos externos, decisões centralizadas internamente e seguindo um planejamento técnico baseado num regime político autoritário (CONCEIÇÃO, 2002).

As políticas de modernização para a Amazônia nos anos setenta do século XX, visaram, sob a proposta da integração nacional, realizar a expansão capitalista em direção às fronteiras de recursos naturais, efetivando a unificação do mercado nacional. Por isso, para o Pará (e toda a região Norte) essas políticas priorizaram a construção de eixos rodoviários estratégicos ao país, junto com os grandes projetos de exploração mineral. As consequências dessas políticas, no plano social, foram o estímulo às migrações internas, a desarticulação e reordenação das atividades produtivas rurais e urbanas e o empenho em capitalizar os agricultores familiares, destacados isoladamente através de prêmios. Se, em finais do século XIX, o transporte ferroviário foi considerado moderno, em meados do século XX, no Brasil, o transporte rodoviário é que assumiu essa característica, em detrimento das ferrovias e hidrovias. Assim, empresas de construção civil deram o necessário suporte à indústria automobilística, que liderou o crescimento econômico

brasileiro no período conhecido como o “milagre econômico” (1974-1984). (LIMA et al, 2008, p. 5)

De forma geral, esses projetos de integração foram pautados na necessidade básica de integração física e povoamento do território amazônico, mas também, e sobretudo, pautada no interesse de exploração do potencial econômico dessa região. Foi assim que, por exemplo, foram implantadas as rodovias Belém-Brasília (BR-010), a Transamazônica (BR-230) e a, já citada, Cuiabá Santarém (BR-163).

No caso da rodovia Alça Viária, esta foi concebida bem depois, já no final do século XX e início do século XXI, através do programa *Avança, Brasil*, lançado durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) – e para dar continuidade ao programa *Brasil em Ação*, desenvolvido em seu primeiro mandato (1994-1998).

Um dos principais objetivos do *Avança, Brasil* era promover uma aceleração no crescimento econômico do país. E para isso, os investimentos em projetos infraestruturais atuariam como um dos mais firmes pilares da ação governamental.

Nesta década, um novo projeto de desenvolvimento começou a surgir a partir da constatação de que o país necessitava com urgência retomar os investimentos em infraestrutura, para ampliar e desenvolver os serviços essenciais de energia, transporte e telecomunicações, em acelerado processo de envelhecimento. Isso só seria possível combinando a presença do Estado com forte participação do setor privado, nacional e estrangeiro. (CARDOSO, 2008, p.24)

A forte recuperação dos investimentos em infra-estrutura é um dos pilares que irão sustentar a expansão da economia nos próximos anos. Esses investimentos não estarão apenas eliminando obstáculos ponderáveis ao dinamismo e à competitividade do sistema produtivo, mas também melhorando a vida cotidiana da população. As inversões em infra-estrutura, ademais, têm o poder de estimular o conjunto das atividades econômicas, com rápidos efeitos positivos sobre a geração de empregos. (CARDOSO, 2008, p.36)

Esse discurso evidencia que os investimentos em projetos infraestruturais eram apresentados como a solução para promover o avanço no setor econômico, e conseqüentemente, o tão esperado desenvolvimento do país. No âmbito do Estado do Pará, as ações do *Avança, Brasil* influenciaram para que nas últimas décadas do século XX, o governo paraense recebesse do governo federal fortes incentivos financeiros para a implantação de projetos infraestruturais. Assim, uma das maiores aspirações e prioridades do governo do Pará nesse período constitui-se em promover a integração do extenso território paraense, de modo a conduzir a um novo destino econômico para a região, que até então, pautava-se principalmente na agricultura tradicional e no extrativismo (ROCQUE, 2001).

O Pará, com 6.192.307 habitantes (3.132.768 homens e 3.059.539 mulheres), segundo o senso de 2.000, está abandonando a sua **economia tradicional, à base do simples extrativismo**, e assumindo uma nova base produtiva, fundada na

verticalização da produção mineral, no incremento do turismo e na expansão da agroindústria. Deve, portanto, emergir como uma das grandes potências nacionais do século XXI, nos próximos anos. [...]. Além disso, nos últimos dez anos, vem sendo montada a infraestrutura necessária ao crescimento desejado econômico, seja nos transportes (rodovias, portos e aeroportos), seja na saúde ou na educação. [...]. Por todo o território paraense surgem grandes obras geradoras de **progresso**, que podem ter repercussão por muito tempo, pois causarão mudanças radicais na estrutura econômica do Pará. Essas obras incluem a construção do aeroporto em Belém, a execução do projeto de macrodrenagem da Bacia do Una, a implantação da Alça Viária, e de complexos projetos na área da cultura, da educação, do turismo e da saúde. Esses fatores estão dando à capital e ao Estado, como um todo, condições excepcionais para receber investimentos tanto no setor industrial, quanto no de serviços. (ROCQUE, 2001, p.283; os grifos são nossos)

Dos projetos infraestruturais implantados na região, nesse período – início dos anos 2000 –, a rodovia Alça Viária é um dos que ganha destaque. Com considerável investimento econômico, o projeto previa melhorias na integração de localidades com grande potencial econômico, que antes da rodovia ficavam **isoladas** ou com dificultoso acesso (ROCQUE, 2001).

A Alça Viária é um investimento de R\$ 190 milhões, que será concluído em abril de 2002, e é um dos projetos do Sistema de Integração do Pará (SIP), formado por um conjunto de rodovias e hidrovias, incluindo as eclusas de Tucuruí, que vão impulsionar o desenvolvimento do entorno de Belém e integração definitiva [de] todo o Pará. Dos 143 municípios paraenses, 102 sofrerão influência direta da Alça Viária, um anel sobre os rios Moju, Acará e Guamá, integrando à Região Metropolitana de Belém uma vasta área agricultável, com 460.437 quilômetros quadrados, com as condições especiais de diversidade de seus recursos naturais e com uma infraestrutura física bastante considerável, pois já existem rodovias, portos e energia elétrica. No leste paraense, que inclui a Região Metropolitana de Belém, vivem 78% da população e a região é responsável por 90% da receita tributária. Como uma das consequências imediatas do projeto, o porto de Vila do Conde, em Barcarena, será transformado em terminal de carga geral. (ROCQUE, 2001, p. 287)

Como se observa, o maior interesse na implantação da rodovia era prover a interligação, via terrestre, da Região Metropolitana de Belém com locais onde já estavam instalados outros projetos, tais como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (em Tucuruí), e o complexo Albrás – Alunorte (em Barcarena), interligando logisticamente esses municípios. Mas, a presença da rodovia aumentaria também a interligação da RMB ao restante do país, visto que a extremidade norte da rodovia se interligou à BR-316, e a extremidade sul, à rodovia PA – 151, conforme figura 8.

A estrutura de vertebração da região de estudo demonstra que as principais rotas de transporte, vinculam-se às mesorregiões Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense, por meio dos seguintes eixos rodoviários: PA-150 (Marabá-Tailândia-Moju-Belém) e PA-151 (Abaetetuba-Barcarena-Belém). Estas se configuram como rotas de transporte que estabelecem vínculos entre os municípios situados ao longo das mesmas, operando basicamente no sentido norte-sul. No caso da integração nacional menciona-se a BR-010 (Imperatriz - Açailândia - Paragominas - Belém) e a BR-316 (São Luís - Bragantina - Belém) que são os vetores de

integração do norte ao centro e ao nordeste do país (tronco Belém - Brasília) relevantes também em conjunto com a PA-150 na integração rodoviária da área mais densamente ocupada do estado do Pará. (LIMA et al, 2008, p. 24-25)

**Figura 8** - Interligação territorial da rodovia Alça Viária.



**Fonte:** [www.systra.com.br](http://www.systra.com.br)

Do ponto de vista econômico, a implantação da rodovia facilitaria, ainda, o escoamento da produção do dendê, que logo depois da construção da rodovia alastrou-se em áreas rurais dos municípios de Acará, Moju, Tailândia e demais municípios do Pará (ROCQUE, 2001).

A implantação desse e de outros projetos é resultante de um discurso, quase sempre qualificado como a mais eficiente forma de promover o avanço no setor econômico, e conseqüentemente, o dito desenvolvimento da região. Entretanto, o discurso que *desenvolve*, é o mesmo que *exclui*. A filosofia de execução de tais projetos desconsidera, quase que completamente, a importância do extrativismo, da pequena produção agrícola e das comunidades tradicionais que as desenvolvem.

Alguns críticos da implantação da Alça Viária explicam que, à época, o governo do estado do Pará defendeu a implantação da rodovia como se esta fosse a grande responsável pelo “avanço” da região. Qualquer manifestação contrária a isso era impelida, quem a realizasse estaria sendo “inimigo do desenvolvimento”.

O governo do estado do Pará defende a Alça Viária de seus críticos, transformados pela propaganda oficial em autênticos inimigos do desenvolvimento do Pará. Um dos anúncios conclamava a população a não permitir “**que façam do Pará uma**

**mala sem alça**”. Já antecipando o que deverá ser a campanha eleitoral de 2002, termina com uma pergunta acusatória: “A quem interessa o atraso?”. [...]. No maior dos anúncios publicados, a Alça Viária é apresentada como integrada a um “projeto para o futuro”, ao lado do porto de Santarém (e da rodovia Santarém-Cuiabá), da PA-150 e das suas eclusas. (PINTO, 2000, p. 1; os grifos são nossos)

Lucio Flávio Pinto (2000) alerta, ainda, para a não consideração (por parte do governo) dos impactos negativos que a ação de implantação da rodovia causaria às áreas de influência do projeto.

Se o governo não quer considerar quanto custa o seu projeto para a ligação terrestre entre Belém e o porto de Barcarena, e qual o seu benefício, se proclama ser irrelevante o impacto negativo da obra, se interdita as hipóteses alternativas para a própria via rodoviária (cancelando ou mudando a localização da principal e mais onerosa obra de arte, a ponte sobre o rio Guamá) e se considera deletério examinar a alternativa hidroviária, mesmo que exigindo uma nova forma de abordagem da questão, então é claro que deve-se continuar a tocar a Alça Viária tal como está. Mas para tanto é preciso voltar no tempo e esquecer o que se aprendeu, a partir da década de 70, sobre os aspectos negativos de uma estrada de rodagem na Amazônia, desde sua comparação ao transporte hidroviário, até os efeitos multiplicados (mas nem sempre perceptíveis de imediato, ou previsíveis) da sua existência sobre o solo, o clima, a flora, a fauna, a hidrologia, as populações nativas e as relações de troca da Amazônia com o mundo externo, das quais o Pará tem sido – como dizem os acadêmicos – um paradigma nada edificante. (PINTO, 2000, p. 1-2)

Como disse o autor, as experiências de implantação de projetos infraestruturais aqui na Amazônia mostram que não são poucos os efeitos resultantes desses processos sobre os territórios de populações indígenas e tradicionais. Inclusive, foi como resultado dos impactos indesejáveis sobre essas populações que nasceram as muitas lutas pela terra e a reação obstinada dos povos indígenas, dos imigrantes e posseiros de várias origens, dos remanejados da barragem de Tucuruí, dos garimpeiros, e outros grupos, lutas que marcaram a história da região nas últimas três décadas do século XX (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002).

Algo que nos propusemos nesta pesquisa foi justamente entender de que forma esse projeto infraestrutural (a Alça Viária) dialogou com a realidade já presente ao longo do campesinato da região do Baixo Acará, a partir do estudo específico de uma das comunidades dessa região.

## **7 A COMUNIDADE E A ESTRADA: O CONTEXTO DA COMUNIDADE DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA**

### **7.1 O início do projeto e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará – STTRA**

Até meados dos anos de 1995 os camponeses da comunidade Centro Alegre seguiam com suas atividades normalmente, com os mutirões, com as roças, e com a relação entre caminhos, ramais e o rio Acará. A partir desse período, aos poucos, começava a surgir notícias não oficiais de que uma estrada passaria por aquela região. Tal informação, de início, não recebera muita credibilidade:

Ninguém acreditava que ia passar a Alça Viária, era muita crítica. A gente já vinha reunindo, mobilizando os moradores, dizendo pra se preparar que ia passar o grande projeto da Alça Viária, que aí viria muita benfeitoria, muitas coisas que iriam facilitar nossa vida, mas vinha coisa maléfica também, como vieram: veio ladrão, prostituição, consumo de droga, criaram boca de fumo e todas essas coisas. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018)

Passado esse período de dúvida se realmente era verdade a história da implantação da estrada, por volta de 1996 o Centro Alegre começa a receber as primeiras visitas dos órgãos competentes que executariam os serviços atinentes às etapas que iam do projeto às obras “primeiro veio uma equipe em 1996 fazendo o levantamento das famílias, depois, em 1998, outra equipe veio fazendo o trabalho topográfico” (entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018). Inicia-se, assim, uma longa jornada de encontros, reuniões e audiências entre a Secretaria de Estado de Transportes (Setran), o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e a comunidade.

As famílias que eram acostumadas apenas com a movimentação dos mutirões ou dos eventos da igreja, agora precisariam lidar com essa movimentação extra, que, de certo modo, ameaçava tanto a tranquilidade, quanto a própria permanência deles ali. Além disso, como vimos antes, a igreja era única referência da comunidade, não havia associação de moradores ou outro tipo de organização social local que os fortalecessem enquanto grupo. Mas, àquela altura da história da comunidade, eles precisariam se juntar e ficar atentos ao que aconteceria dali em diante, das decisões que seriam tomadas a partir de então.

Não era apenas o Centro Alegre a passar por essa situação, outras comunidades também teriam seus territórios atingidos pelo projeto e viviam algo semelhante. O que diferia era o tipo de vínculo com a terra, que no caso de Centro Alegre passava ainda pela situação fundiária em relação às Terras São Joaquim, como veremos adiante.

O sindicato já possuía experiência em acompanhar agricultores desde situações simples até situações mais delicadas, inclusive em conflitos agrários. Ao tomar conhecimento que o projeto atingiria essas localidades, se fez presente nas etapas do processo.

Essa entidade sindical já possuía contato prévio com as comunidades do Baixo Acará, através de suas delegacias sindicais. Uma delas era a delegacia do Jutequi, da qual alguns moradores já eram vinculados. Esta delegacia era representada por Vera Lúcia Conceição da Silva (delegada sindical), que também residia nas Terras São Joaquim e esteve junto aos demais camponeses durante as reuniões e demais eventos ocorridos durante a implantação do projeto.

Nesse período ocorreram muitas reuniões com a comunidade para discutir como se dariam as ações do projeto: “os encontros eram realizados no Jacarequara, no Céu, na Bica e no Centro Alegre. E foi disponibilizado um advogado pela Fetagri [Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará] e outro pelo sindicato” (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

O presidente do sindicato, que à época era o sr. Claudio Lima, quando não podia estar presente, destinava algum membro da entidade para acompanhar esses encontros, “então se deu muita audiência pública, reuniões e tiveram muitas negociações, vários acordos e nesse período a gente não parou mais no sindicato” (entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

Com o apoio da Fetagri-PA, da CUT, e da CPT<sup>27</sup>, o sindicato acompanhou tanto o Iterpa quanto os outros órgãos que, representando o Estado do Pará, conduziam o processo:

A gente brigou com o Estado antes da Alça Viária chegar, pra eles fazerem a margem da Alça Viária [legalizar as terras], aí eles deram a resposta que iam titular só um quilômetro pra cá, e um quilômetro pra lá, aí nós não aceitamos! Fomos pra dentro do Iterpa brigar, pro Estado fazer pra cá o que desse, e pra lá o que desse. Moral da história, [de um lado] eles encostaram no igarapé Genipaúba, que é imenso de grande, e pra cá [do outro lado] eles correram até no Castanhalzinho, não foi em todas as áreas, mas fizeram. Eles iam fazer só um quilometro de cada lado, como o movimento social era muito forte, eles fizeram Genipaúba, Baiaquara, e chegaram até no Castanhal, só pularam aqui “nós”, porque era propriedade particular, tinha Carta de sesmaria, mas, abeirando foi feita toda a titulação. Tudo trabalho do sindicato, Fetagri, e CUT. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018)

---

<sup>27</sup> CUT - Central Única dos Trabalhadores; CPT - Comissão Pastoral da Terra.

## 7.2 A construção da rodovia e os impactos ocasionados à comunidade Centro Alegre

As ações do projeto atingiram diretamente o Centro Alegre, tanto nos aspectos físicos propriamente dito, quanto nos aspectos culturais, religiosos e simbólicos.

### 7.2.1 A ameaça de derrubada ou de venda da igreja

O traçado do projeto previa que a rodovia atravessaria a parte central do território da comunidade, passando por cima de residências, sítios, recursos hídricos e até do prédio da igreja evangélica, sendo necessário derrubá-la.

As famílias que tiveram seus sítios e residências atravessados pela rodovia, precisariam ser indenizadas pela perda. Mas, um entrave para a situação era o fato de as famílias já morarem há mais de três décadas ali, mas não possuírem qualquer documento que comprovasse o vínculo com a terra.

Eles disseram que quem não tivesse documento da terra não tinha direito a indenização. O sindicato por saber do valor do posseiro dentro da terra disse que não, que eles tinham direito sim a indenização. Aí alugamos um barco e fomos bater pra Belém, a comunidade em peso, para audiência na Setran, onde estavam representantes do Iterpa, Sema<sup>28</sup>, o sindicato, os advogados da Fetagri em favor da comunidade<sup>29</sup>, e a própria comunidade. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018)

Essa questão da terra era uma situação muito mais complexa que isso, desenrolada mais a diante. No que tange às indenizações, com o auxílio do sindicato foi possível conseguir que as famílias fossem ressarcidas. Ao todo foram dez famílias indenizadas, as quais receberam valores diferenciados, de acordo com a dimensão da área dos sítios atingidos pela rodovia.

A situação era espantosa e preocupante, afinal, de uma hora para a outra as famílias precisariam abrir mão do que haviam passado anos para construir. E, no caso da igreja, não se tratava apenas de uma construção física, mas principalmente espiritual, cultural e simbólica, pois, como vimos, a própria comunidade foi construída em função da igreja, inclusive, foi a igreja que deu nome à comunidade. E ao longo da história, era a própria igreja que, de certa forma, inspirava e fortalecia os laços fraternos entre aqueles camponeses. A derrubada da igreja era uma ameaça que extrapolava o aspecto estrutural, era uma ameaça à própria história deles naquele lugar.

---

<sup>28</sup> Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará.

<sup>29</sup> Nessa época o Advogado da Fetagri-PA era o advogado Girolamo Treccani, o qual por vezes assessorava o sindicato na resolução dessas e de outras situações que envolviam os trabalhadores rurais vinculados ao sindicato de Acará.

Mas a igreja estava no meio do traçado do projeto, e isso precisaria ser resolvido. A proposta para solucionar essa questão eram duas. A primeira seria destruir a igreja e construí-la em outro lugar. E a segunda seria deixar que a estrada tomasse parte de sua estrutura física e como “compensação” haveria uma indenização, e a reconstrução (para lado oposto) da parte retirada, de modo que a igreja permanecesse com o “mesmo tamanho” que possuía.

Os camponeses ficaram indignados e não concordaram com nenhuma das duas propostas. Mas, a indignação foi ainda maior quando souberam que, mesmo sem suas autorizações, o pastor da igreja do Centro Alegre da época havia negociado a venda da igreja.

Primeiro que nós não aceitamos derrubar a igreja, como eles queriam, né? O pico passou na segunda janela lá [da igreja], ia passar bem onde é o Duca, mais pra cá (na direção da cozinha do Duca que passava), vinha por aí. Aí foi que nós brigamos, fomos brigar lá em Belém, né? Foi eu, foi o Zé, foi uns quantos daí. Nós fomos pra dizer pra eles desviarem da igreja. E o pastor já estava lá, [tinha dito] que era pra derrubar a igreja... pra poder arrumar dinheiro, pra receber a “pontinha” dele. Mas aí nós não aceitamos. [...]. Lá [na Setran] nós fomos bem recebidos, nessa época era o Dr. Ulisses Guimarães o responsável na Setran, aí foi que ele veio com a gente, de barco. Aí foi que desviou 50 metros na estrada, por isso que ficou essa curva aí, ficou sendo “a curva do Dr. Ulisses”, eu que chamo né, porque foi ele que veio aí pra resolver. (Entrevista com Simeão Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

A resistência da comunidade fez com que o projeto fosse alterado e a estrada desviada, contornando a igreja. Na estrada formou-se uma curva, que dá corpo a essa história e evidencia a representatividade da igreja nos aspectos religioso, histórico e cultural para todo o grupo.

Um aspecto importante a observar é que antes da rodovia a igreja fazia frente para o ramal Jutequi. Nesse local, o antigo Grupo Escolar, a igreja, o refeitório da igreja, o retiro, algumas residências e o caminho que ia para o Igarapé Grande, formavam o núcleo da comunidade, constituindo-se como a área mais movimentada da localidade, especialmente nos períodos de festejo da igreja.

Quando passou, a rodovia alcançou a parte da comunidade que ficava mais para trás da igreja, ficando a cerca de 100 m de distância dessa área mais central. Tempos depois da inauguração da rodovia, os fiéis se juntaram novamente para fazer uma reforma na estrutura da igreja, a qual consistiu principalmente em mudar a entrada da igreja, que a partir de então, passou a fazer frente para a rodovia (figura 9). Tal fato evidencia que a rodovia assume o ponto central da atenção local que, até então, era direcionada ao núcleo da comunidade, é como se a igreja estivesse “dando as costas” para a antiga área central do Centro Alegre.

**Figura 9** - Igreja Evangélica Assembleia de Deus, congregação Centro Alegre; a igreja é posicionada de frente para a rodovia Alça Viária.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2018)

### 7.2.2 O fim do Igarapé Grande

Além da ameaça à igreja, a construção da rodovia atingiu a nascente do igarapé São Domingos – popularmente conhecido como Igarapé Grande. Esse igarapé tem sua nascente dentro do território da comunidade, mas a extensão percorre o território de outras comunidades, até desaguar no rio Acará.

Em Centro Alegre esse recurso hídrico era utilizado em três pontos diferentes, mas o trecho mais utilizado era a porção mais larga, que ficava ao centro da comunidade e que por eles foi nomeado de Igarapé Grande. Além da atraente beleza natural, esse igarapé tinha papel central na estrutura da comunidade, assim como nas atividades produtivas locais.

Nas atividades domésticas, por exemplo, o igarapé era fundamental. Na parte de acima (de onde vinha a água limpa), as mulheres iam, com suas panelas e baldes de alumínio, buscar água para encher o pote, ou colocar no girau. Era também o local em que diariamente

elas se reuniam para lavar louça, roupa, dar banho nas crianças, e era onde todos também se banhavam.

Na parte de abaixo do igarapé era o poço de mandioca, e após este, era o local de dar banho nos cavalos. No período de festejo da igreja, realizado anualmente, o igarapé também era utilizado pela liderança religiosa, para imersão dos fiéis. Ato que constituía a cerimônia de batismo nas águas, indispensável para a religiosidade do grupo, conforme vimos uma ilustração na figura 3.

O Igarapé Grande possuía função essencial para as famílias, pois as auxiliava nas finalidades domésticas, alimentar, religiosa e de lazer. O registro a seguir (Figura 10) ilustra uma das atividades que eram desenvolvidas no Igarapé Grande.

**Figura 10** - Maria Estela Braga da Conceição lavando roupas no Igarapé Grande (1995).



**Fonte:** Acervo pessoal de Carmen Lúcia Braga da Conceição.

Quando a rodovia foi construída, o uso do igarapé não pôde mais ser o mesmo. Como o traçado da rodovia passou bem na nascente do igarapé, durante as obras de engenharia, foi derrubada uma grande área de floresta que protegia essa área, o igarapé perdeu boa parte de sua mata ciliar. Depois disso, foi aterrado esse trecho da estrada, visto que se tratava de uma

área de igapó. Com isso, duas das três principais nascentes que alimentavam a cabeceira do igarapé foram aterradas; e uma terceira nascente ficou do outro lado da estrada, não possuindo mais a mesma livre passagem de antes para também alimentar o leito do igarapé.

O resultado disso foi o assoreamento de boa parte do igarapé, provocando significativa diminuição do volume de água à jusante da nascente. O pouco de volume de água que restou passou a apresentar visível presença de ferrugem (que se mantém até hoje), impossibilitando completamente o uso do recurso hídrico por parte das famílias de Centro Alegre.

Segundo os camponeses, os responsáveis pela implantação do projeto haviam descumprido o que tinham prometido. “Ficou concordado de no Genipaúba fazer uma ponte do tipo “Celulari” (que é a que tem lá), no Centro Alegre, no km 39, e no km 42 também. Mas ao invés disso, colocaram apenas tubos [nos três últimos lugares], e jogaram aterro, acabando com esses igarapés (entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

Ao estudarem os passivos ambientais decorrentes da implantação da rodovia Alça Viária, Lima et al (2008) identificaram que alguns impactos ambientais previstos durante a fase de elaboração do projeto – através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – fugiram completamente do que havia sido estimado. Exemplo disso foram os vários impactos negativos causados ao uso e ocupação do solo e aos recursos hídricos.

Em relação aos recursos hídricos, por exemplo, os autores afirmam que os responsáveis pela elaboração do projeto desconsideraram o real potencial de risco que poderiam afetar os corpos d’água presentes ao longo da rodovia. Essa desconsideração resultou em uma série de consequências negativas, principalmente aos recursos hídricos de menor porte, como é o caso dos córregos e igarapés.

O sistema [viário da rodovia Alça Viária] corta 3 importantes rios do nordeste paraense: o Guamá, o Acará e o Moju. E vários cursos d’água de menor porte, ora transpostos por pontes ou atravessados pela via, tendo sua manutenção feita por tubulações colocadas abaixo da mesma para passagem da água. A matriz original de impactos ambientais por prever a manutenção frequente das tubulações e das áreas de preservação permanente, considerava os impactos sobre os sistemas hídricos locais pouco significantes. Porém, o observado na atualidade é o assoreamento dos igarapés que drenam perpendicularmente a estrutura da Alça Viária. Este é decorrente da retirada da mata ciliar, exploração de areia e cascalho e obstrução das tubulações que deveriam permitir o fluxo de água. Outro problema decorrente é a perda de qualidade hídrica, em função de um perceptível processo de eutrofização local. (LIMA et al, 2008, p. 33-34)

O fim do igarapé foi prejudicial para toda a comunidade, que ao identificarem o problema, tentaram procurar ajuda. Abaixo segue fragmento de um ofício (Anexo D), encaminhado em junho de 2002, do sindicato de Acará para o Ministério Público Estadual, contando a situação da comunidade e pedindo que os serviços fossem suspensos e que fosse cumprido o que havia sido prometido à comunidade.

Está em curso a construção da Alça Viária, cujo trajeto corta vários Municípios aos arredores de Belém, entre os quais está o município de Acará. Ocorre que, os serviços de ligação por cima dos igarapés, que a princípio estava previsto para ser feito em forma de pontes, foi substituído por tubulações, que ao serem aterradas para preparar a pista, vêm causando uma série de danos ambientais. Como por exemplo, várias nascentes dos pequenos igarapés que forma o Igarapé Grande diminuíram suas fontes até secarem. Isso está causando um desequilíbrio, pois todas as famílias que residem nestes locais utilizam água desses igarapés para fins diversos, inclusive alimentar. (Fragmento do ofício de nº 039/2002, encaminhado do STTRA ao Ministério Público do Estado do Pará)

Embora tentativa de pedir ajuda, os camponeses não foram ouvidos. Não houve remediação à magnitude da situação. As famílias ficaram sem água potável por aproximadamente um ano. Durante esse período recorriam a duas cacimbas e a um igarapé vizinho que não havia sido atingido.

No ano de 2003 as famílias foram “compensadas” com um sistema coletivo de abastecimento de água (figura 11) composto por bomba, caixa d’água e encanação para as residências do centro da comunidade. Mas, a destruição do igarapé mudou completamente a rotina de toda a comunidade.

Hoje em dia nós, pelo ao menos aqui, não tem um igarapé pra tomar banho, tem mas não presta pro cara se servir. Antes da estrada tinha o igarapé aqui atrás, quer dizer, ainda tá grande, mas a água não presta, às vezes as meninas [filhas] querem ir tomar banho lá, mas eu não deixo porque é só uma ferrugem. São coisas que vieram fazer falta, porque água é principal, né? (Entrevista com Rudivaldo Lima, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

Não lavamos mais roupa, não fomos mais no igarapé; igarapé para nós fazia de conta que nem existia, aí nós custamos a acostumar porque a gente entra numa coisa que não tá acostumada, aí é difícil. Pra mim, lavar roupa na torneira parece que custava (...), aí se acostumemos a tomar banho de torneira, lavar roupa, guardar água no carote<sup>30</sup>, aí pronto. (Entrevista com Joaquina Barbosa, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

---

<sup>30</sup> Vasilhame de plástico utilizado para armazenar água.

**Figura 11** - Sistema coletivo de abastecimento de água da comunidade Centro Alegre.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2018).

Até o momento da presente pesquisa esse sistema coletivo de água ainda estava presente na comunidade, visto que o igarapé São Domingos, que em três trechos distintos servia as famílias, não pôde mais fazer esta função.

Em julho de 2019, durante o trabalho de campo, visitei o igarapé em partes diferentes, sendo: em uma das nascentes, que fica do outro lado da rodovia e que, portanto, não sofreu influência desta; nas duas outras nascentes, que ficam fora do centro da comunidade e bem perto da rodovia; na parte do igarapé que fica no centro da comunidade e que os camponeses chamavam de Igarapé Grande; e bem abaixo do Igarapé Grande, no antigo poço de mandioca. Conforme sintetizado nas figuras 12 (A e B), 13 e 14.

**Figura 12 (A e B)** – uma das nascentes do igarapé São Domingos. Atentar para a vegetação baixa ao redor da nascente e da presença de ferrugem na água.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 13** - Igarapé São Domingos, trecho conhecido como Igarapé Grande (parte à montante). Local em que, antes da rodovia, as famílias utilizavam para fins domésticos (coletar água para beber, lavar louça, banho, etc.); e para fins religiosos (Batismo nas águas).



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

**Figura 14** - Igarapé São Domingos, trecho conhecido como Igarapé Grande (parte à jusante). Local em que, antes da rodovia, as famílias utilizavam para fins econômicos (amolecer a mandioca para fabricar a farinha).



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

Nos trechos analisados, o igarapé apresenta características e possibilidades de utilização bem distintas das características que possuíam antes do igarapé ser atingido pela construção da estrada.

Uma delas é o notório assoreamento de grande parte do igarapé. O que é evidenciado através da memória em relação ao uso do igarapé, antes e depois da rodovia. Podemos citar, como exemplo, a quantidade de mandioca que os camponeses depositavam nos poços de mandioca. E que agora não possui a mínima capacidade de receber o mesmo volume que era depositado antes (ver figura 14).

Notar a predominância de macrófitas aquáticas no leito do igarapé (figura 13). Esse tipo de vegetação desempenha um papel de bioindicador ambiental, podendo indicar o maior ou menor grau de eutrofização do recurso hídrico, aumento na temperatura e até a presença de metais pesados (POMPEO, 2017)

A presença das macrófitas indica que o recurso hídrico não é utilizado para as mesmas funções que antes, tais como o uso da água para fins domésticos, e muito menos para a ingestão. A alteração permanente desse recurso hídrico significou uma ruptura brusca dos camponeses com o meio ambiente local, fato que prejudicou seus modos de vida, inclusive impactou a religiosidade e cultura do grupo.

### **7.3 O nó da questão: a questão fundiária do grupo e a nova relação com o dono das terras**

Como dissemos no começo dessa história, as três famílias que iniciaram a ocupação daquela porção de terra, na década de 1960, fizeram isso com o consentimento de um dos donos dessas terras. Foi ele, o próprio Antônio Machado, que os colocou na extremidade sul das Terras São Joaquim, onde firmaram moradia, iniciaram o trabalho na terra, fundaram a igreja e, por fim, constituíram-se enquanto comunidade.

Após a entrada desse primeiro bloco de famílias, ele permitiu a entrada de outras, que se mudaram para a localidade onde já havia a igreja e, ao manterem vínculo com esta, passavam também a pertencer ao Centro Alegre.

Foi assim que chegou ao local famílias vindas de lugares distintos. Tais como a família de seu Manoel Paixão e Guiomar do Espírito Santo, que vieram da margem do rio Acará; outras que vieram do interior do município de Bujaru, como a família de Bonifácio do Carmo Trindade e dona Raimunda Amélia Trindade e, bem depois, a família de Deuzarina Pereira e de seu Carlos Silva. A família de Venâncio Cezário de Lima e dona Vicência Ricardo Cezário de Lima, que vieram do município de Tianguá, no Maranhão. Teve ainda quem veio de outros locais e constituiu família lá, como foi o caso de Emercindo Felizardo da Conceição, que veio do interior do município de Concórdia.

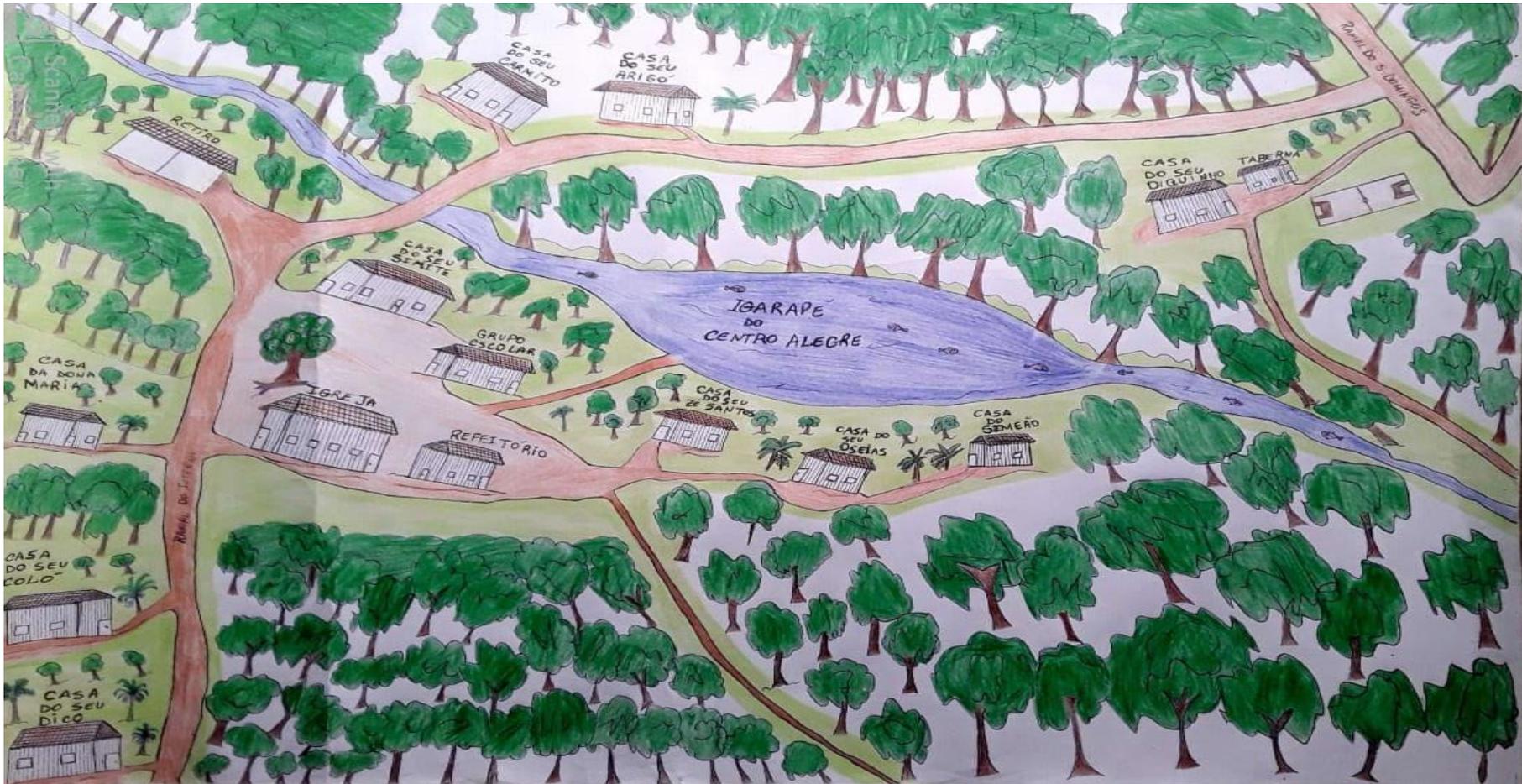
Houve caso de famílias que se mudaram de localidades próximas dali, como do Nínive, da Nova Esperança e do São Domingos. A exemplo das famílias de Domingos Lima, José Santos (Zé Santo), José Alcindo, Raimundo Arigó, Fátima Pires, Oseias Monteiro e outros.

Os filhos das três primeiras famílias que chegaram nessas terras também já haviam constituído suas próprias famílias. Dessa forma, tínhamos as famílias de: Benedito Barbosa da Conceição e Maria Estela Braga da Conceição (Simate e Maria); Raimundo Gomes Barbosa e Maria de Fátima Monteiro Barbosa (Coló e Boneca); Cista Gomes Barbosa e Emercindo Felizardo da Conceição (Doca e Dico); e a família de Simeão Gomes Barbosa e Maria Joaquina da Silva Barbosa (Simeão e Teté), conforme mostrado no diagrama das famílias que fundaram a comunidade.

Desse total de famílias, nem todas permaneceram por muito tempo na comunidade. Outras passaram muitos anos ali e depois foram embora para a cidade de Belém. O certo é que foram essas as famílias (e alguns descendentes destas) que construíram o Centro Alegre e fizeram parte da sua história até o fim da década de 1990.

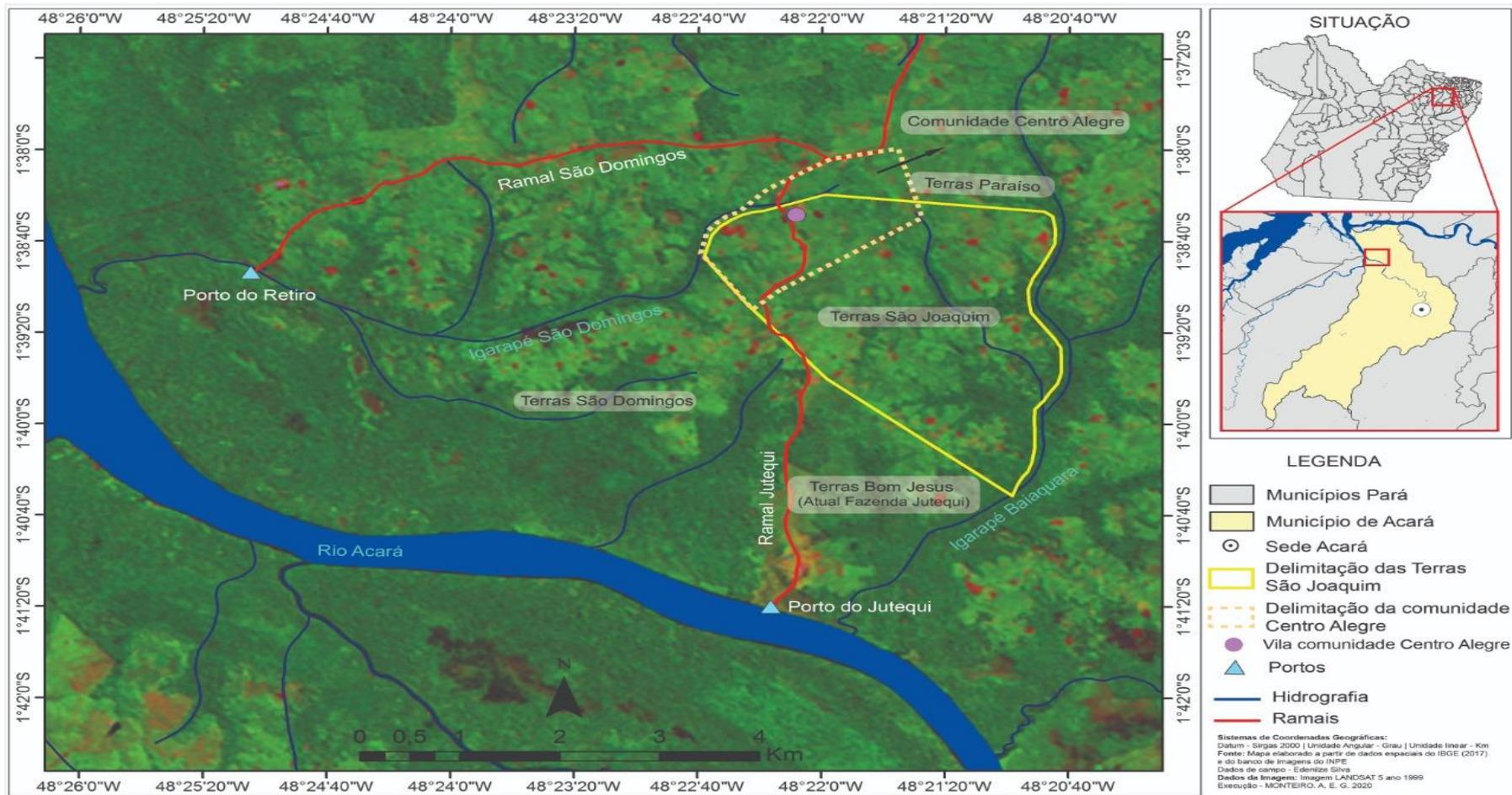
A figura 15 é a memória de um dos camponeses a respeito de como era a configuração da comunidade (área central) antes do território estar parcelado. O mapa 2, por sua vez, mostra a delimitação territorial da comunidade nesse mesmo contexto e a sua localização dentro das Terras São Joaquim. Mostra, ainda, o percurso que os camponeses seguiam da comunidade até o rio Acará para encaminhar os seus produtos à cidade de Belém.

**Figura 15** - Configuração da comunidade Centro Alegre antes do parcelamento da terra. Notar que a igreja e o igarapé eram centrais na configuração do espaço. Notar, ainda, a abundância de vegetação ao redor.



**Elaboração:** Ediel Brito Trindade (o desenho) e Teodolino Conceição Trindade (a memória), ano 2020, especialmente para este trabalho.

**Mapa 2** – Configuração territorial da comunidade Centro Alegre, antes do parcelamento da terra, e a sua localização em relação às Terras São Joaquim. Notar que a formação territorial da comunidade extravasou dos limites das Terras São Joaquim quando esta foi oficialmente delimitada pelo Iterpa.



**Elaboração:** Antônio Eduardo Gomes Monteiro (2020), especialmente para este trabalho.

O processo de entrada de famílias nas Terras São Joaquim continuou. Dessa forma, chegaram, ainda, outras famílias, que se posicionaram bem mais na parte central dessas terras, porém não faziam parte da localidade de Centro Alegre. Em ambas as situações, para a permissão de entrada nessas terras, certamente havia algum tipo de vínculo mantido entre as famílias e o dono das referidas terras. Durante conversa com Emercindo Felizardo da Conceição perguntei como era a relação de Antônio Machado com as famílias que entravam nas terras.

**Pesquisadora:** E deixa eu lhe perguntar, como era a relação de vocês com o Antônio Machado? Porque a gente sabe que essas terras lá pertenciam ao Machado, e ele começou a convidar pessoas para ir pra lá, que foram as primeiras que chegaram... Aí vocês já chegaram depois, né?

**Emercindo:** Foi, nós já entramos no segundo bolo [depois da chegada das três primeiras famílias].

**Pesquisadora:** E para entrarem nessa terra, vocês foram lá, pedir autorização para ele? Como é que foi isso?

**Emercindo:** É, o Antônio Machado era um cara assim brabo, né, mas tinha um coração manso. A gente chegava lá: “Seu Antônio eu queria fazer uma roça... dava pro senhor me arrumar um pedaço de terra?” [ele dizia] “Vai lá, só não mexe onde já tiver marcado, onde tiver marcado não faz, mas, lá onde tu achar que ninguém ainda não marcou a roça e tu te agradar, pode fazer”. Aí a gente ia lá e falava com ele: “Dá pro senhor arrumar um lugar pra mim fazer uma casa?” [e ele dizia] “procura um lugar lá pra ti fazer uma casinha pra ti, uma barraca”. Com aquilo foi enchendo... enchendo, enchendo, enchendo de posseiro [...]. Aí entrou o Manoel Perdigão, naquele tempo tudo era mata, né, mas foram abrindo as *colocações* e... Miguel Perdigão, Manoel Perdigão, tudo moravam lá naquela colônia, aí o Marituba... [e outros], foi enchendo de gente. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

Para a entrada na terra, o acordo entre o Antônio Machado e todas essas famílias foi o mesmo: sem relação de compra e venda, sem delimitação do tamanho da área que podiam trabalhar, sem qualquer tipo de formalização. Por esse motivo, nenhuma família possuía documento que comprovasse o vínculo com a terra, tinham “apenas” a vivência de mais de 30 anos, na época. Mas, até surgir o projeto Alça Viária a ausência de documento não era, aparentemente, um problema.

Conforme alguns relatos, durante muito tempo Antônio Machado conseguiu ter o controle de quem entrava e como usavam aquelas terras. “Por muito tempo funcionava assim, até uma roça que o agricultor fosse fazer, precisava pedir a autorização dele, precisavam também levar farinha e algum ‘agrado’ de vez em quando” (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018). Em concordância com essas falas, eu mesma lembro que, quando criança, muitas vezes andávamos do centro até a margem do igarapé Baiaquara para levar farinha, ou para que meus pais tratassem algum assunto com Antônio Machado.

Com a entrada de outras famílias nas terras, somado às novas famílias que naturalmente se formavam (descendentes das primeiras famílias), o quantitativo de ocupantes das Terras São Joaquim aumentava cada vez mais.

Diminuía-se gradativamente o vínculo entre os moradores e Antônio Machado, mas não a ponto de algum deles exigir os seus direitos de posse do território. Todos sabiam onde podiam trabalhar, e se revezavam no uso da terra.

No que diz respeito aos camponeses de Centro Alegre, eles continuavam com o trabalho de roças, mas também inseriam espécies permanentes na terra, principalmente frutíferas próximas à moradia, tais como: biribazeiro (*Rollinia deliciosa*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), jambeiro (*Syzygium jambos*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), açazeiro (*Euterpe oleracea*), pupunheira (*Bactris gasipaes*), mangueira (*Mangifera indica*), bacabeira (*Oenocarpus bacaba*), uxizeiro (*Endopleura uchi*), tucumanzeiro (*Astrocaryum aculeatum*) e outras, compondo o que eles chamavam de sítio.

### 7.3.1 A luta pela terra

Quando a Alça Viária foi anunciada e confirmada que passaria na comunidade Centro Alegre, os limites territoriais das Terras São Joaquim passaram a ser questionados. Isso porque com a história das indenizações das famílias, e mesmo com a incerteza do que aconteceria a partir da implantação da estrada, começaram as indagações sobre quem seria dono de quê, quem teria direito a quê.... Esse momento marca o início de uma nova relação entre as famílias que ocupavam aquelas terras e Antônio Machado, seu suposto dono.

A relação que anos antes havia sido tecida por diálogo e acordos simbólicos, transforma-se em uma briga judicial, dividida em dois blocos: a dos posseiros localizados mais na parte central das terras; e a dos outros (posseiros) que se localizavam mais na extremidade sul, no Centro Alegre, bem onde passou a estrada.

Esse contexto de conflito por causa do domínio das terras se assemelha ao que Octávio IANNI (1981) identificou quando estudou a luta pela terra em Conceição do Araguaia, motivada pela chegada de empresas agropecuárias e de imigrantes nordestinos na Amazônia, a partir de 1965. Naquele contexto,

Parece ter havido uma súbita metamorfose da terra. A terra, que parecia larga, farta, sem fim, de súbito, ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica. [...]. De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança que garantiam a “propriedade”. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse

propriedade. De repente a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se. (IANNI, 1981, p. 154)

Em Centro Alegre, as famílias alegavam o direito de posse da terra. Antônio Machado, por sua vez, alegava que as famílias precisariam pagar para terem o direito de ficar, “ou que [ele] tiraria apenas 100 metros em quadra para cada morador e que venderia o resto para o Estado, **porque a terra era dele**. Aí começa uma porrada muito grande, sindicato, posseiro e ele. Sindicato a favor dos posseiros. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

Os camponeses enfrentavam um dilema. Por um lado, mantinham um profundo respeito por Antônio Machado, afinal, ele é quem os havia abrigado, anos antes, nas terras, permitindo àquelas famílias a moradia e o trabalho. Mas, sair da terra seria lançar mão dos muitos anos de vida e trabalho ali investido, e mais que isso, seria desconsiderar o próprio pertencimento ao lugar.

Por outro lado, também não teriam como, de uma hora para outra, adquirir outro lugar que oferecesse características semelhantes às que tinham ali, principalmente no que se refere ao local de trabalho. Eles tinham feito suas vidas naquele lugar.

Talvez aqueles camponeses realmente não se dessem conta que os anos ali vividos já tinham garantido a eles a alcunha de *posseiros*. Sim, aqueles indivíduos que por tempo sentiam-se uns “*agregados* nas terras do Machado”, na verdade também já eram *donos*, de certa forma. Isso porque do ponto de vista jurídico esse direito havia sido reconhecido em 1964, a partir da Lei nº 4.504/1964, o Estatuto da Terra.

O direito dos posseiros sobre terras públicas federais por eles ocupadas e trabalhadas foi reconhecido pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30/11/1964, art.97), que reconhece ao posseiro o direito à precedência na aquisição do lote em que vive com sua família, após um ano de ocupação, e o direito ao domínio sobre a terra, após dez anos ininterruptos de ocupação pacífica, com cultivo pelo posseiro e sua família. (CNBB, 2007, p. 34)

Até aquele momento da história aparentemente não haviam questionamentos quanto à abrangência das terras, ou mesmo do direito pelo trabalho ali desenvolvido. Mas, quando emerge esse momento conflituoso começa-se a falar em “papéis”, em documentos que comprovassem a soberania de Antônio Machado sobre as terras.

Essa problemática levantava outro questionamento: que sistema de “propriedade privada” era esse que acolheu tantas pessoas, por tantos anos, mas que ao mesmo tempo continuava sendo do Antônio Machado? Que tamanho teria essa terra e o que lhe garantia tais poderes?

O Ofício nº 09/2001 (Anexo D), que na época foi encaminhado do STTRA para o Iterpa, anuncia o conflito que vinha ocorrendo entre os posseiros e alguns herdeiros das terras São Joaquim e solicita esclarecimentos quanto a documentação que comprovasse os limites territoriais da propriedade.

Senhor presidente, venho por meio deste, solicitar deste órgão informação e posição, sobre a validade ou não dos documentos das Terras denominadas São Joaquim a qual fica localizada na Margem Direita do Igarapé Baiaquara – afluente do Rio Acará, neste município de Acará. É que neste terreno moram 43 famílias, entre essas, três (3) se dizem herdeiros e a maioria são posseiros, os quais vêm recebendo ameaças da parte desses que se dizem herdeiros da terra, inclusive estão prejudicados com a passagem, por dentro de nossas terras, da Alça Viária. Diante desses fatos estamos solicitando deste órgão que tomem as devidas providências que o caso requer. Em anexo seguem cópias dos documentos da referida área e a relação dos posseiros que moram e trabalham nesta área. Acará, 03 de fevereiro de 2001. (Fragmento do Ofício 09/2001, encaminhado do STTRA para o Iterpa)

A respeito da documentação dessas terras, a delegada do STTR conta já ter ouvido falar da existência de um documento que afirmava que as referidas terras chegaram a ele por meio da concessão de uma Carta de sesmaria, a qual lhe garantia o direito de terra a “mais ou menos sete léguas de frente por, não se sabe quanto de fundo” (entrevista com Vera Lúcia Conceição Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018). E que esse documento dava também direito a outros herdeiros, porém, “alguns deles já tinham morrido, outros tinham ido embora de lá, e quem ‘gerenciava’ tudo era o Antônio Machado” (entrevista com Vera Lúcia Conceição Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

O documento que ela menciona é a *Certidão da matrícula do imóvel Terras São Joaquim* (Anexo E) da qual extrai-se o fragmento a seguir:

Certifico em virtude das atribuições que me são conferidas por lei [...] que foi verificada às **fls 69 do L-3V**, transcrita sob o **nº 15663**, em 09/06/1960, a transmissão por efeito de **usucapião**, do imóvel seguinte: terras denominadas ‘SÃO JOAQUIM’, à margem direita do igarapé Baiaquara, afluente do Rio Acará, comarca desta capital, neste Estado, medindo meia légua de frente, por meia légua de fundos, mais ou menos, confinando pelo lado de baixo com terras “Bom Jesus”, de herdeiros de Raimundo Gerônimo Carneiro, pelo lado de cima com terras “Paraíso”, de herdeiros de Joaquim Oliveira (respeitada as áreas das mesmas terras que estão em poder de ELEUTÉRIA LOPES DA SILVA, sem lesão de direitos); sem valor declarado; sendo adquirentes: **ANTONIO MACHADO DA SILVA** e sua mulher **LEONOR MONTEIRO DA SILVA**; **PEDRO ANTONIO DO AMARAL** e sua mulher **LEONTINA CAMPELO DO AMARAL**; **CASTORINA DO AMARAL**; **OLIVIO MACHADO**; **VITALINA MACHADO**, E **TARCILA MACHADO**; e transmitente: o Juízo de Direito da 2º Vara desta comarca; transcrição efetuada em cumprimento ao mandado de 20.05.1960 [...] As terras “São Joaquim” foram obtidas por concessão de Carta de sesmaria de 03.06.1757, confirmada em 27.06.1767, por **LINA RITA SOFIA DO AMARAL**, passando de seus descendentes até os atuais adquirentes, que vem na posse das mesmas terras há mais de 30 anos; não consumindo registro anterior a assinalar [...]. (Fragmento da Certidão das Terras São Joaquim, emitida pelo cartório de

Registro de imóveis 1º ofício Cleto Moura; via emitida em 2007 <sup>31</sup>; grifos no original)

Ao realizar um estudo sobre a ocupação das terras do Baixo Acará sob a perspectiva da formação das estruturas camponesas e dos empreendimentos agrícolas (engenhos), Rosa Elisabeth Acevedo Marin (2000) afirma que as Cartas de sesmarias foram concedidas na região do Baixo Acará desde o período de 1707 até 1823, sendo distribuídas nos espaços banhados pelo rio Acará e seus afluentes.

Os primeiros tempos da colonização neste círculo mostra a concessão de sesmarias de uma e mais léguas, favorecendo a concentração relativa da terra. No Baixo Acará entre 1707 e 1754 registram-se 68% dessas concessões e, até o ano 1823, quando encerra esse regime de apossamento da terra houve uma tensão latente entre os pequenos e grandes donos de sesmarias. O novo século é um movimento de retração com rupturas e estrangulamentos desse sistema, de um lado, aumentando o número de arrendatários e agregados, de outro, revelando as situações de absenteísmo entre os grandes sesmeiros. (MARIN, 2000, p. 5-6)

A historiadora registra que no processo de apossamento dessa região do Baixo Acará a distribuição de concessão de sesmarias ao longo do rio ou dos igarapés mostram uma ocupação mais rápida em alguns locais específicos, como indica no fragmento a seguir:

No rio Acará Miri foi concedido o maior número (12) de sesmarias. O concessionário melhor aquinhado recebeu uma data com o equivalente a 4.356 ha e também era morador deste rio. Um lote de “terras reais” estava situado no igarapé Araxituba, com uma superfície igual à anterior. Os pequenos sítios estiveram localizados no igarapé Boyacorara. Desta distribuição de sesmarias depreende-se certa concentração de escravos e mais do que eles a organização do trabalho em unidades familiares. (MARIN, 2000, p. 5-6; os grifos são nossos)

Foi justamente nesse período que Lina Rita Sofia do Amaral recebeu uma Carta de sesmaria que lhe concedia o uso de uma área de terra para que pudesse implantar suas lavouras. Essas terras, que foram denominadas de Terras São Joaquim se localizavam justamente no “igarapé Boyacorara”, atual igarapé Baiaquara.

Uma questão interessante é que essas terras se mantiveram resistentes à fragmentação por mais de dois séculos, fragmentando-se apenas no início do século XXI, juntamente com a comunidade que aqui estudamos.

Voltando à certidão das Terras São Joaquim, o documento mostra que essas terras de fato já haviam sido destacadas do patrimônio público por meio da dita Carta de sesmaria. Entretanto, foram adquiridas, por efeito de usucapião, no ano de 1960, por Antônio Machado da Silva e mais sete outras pessoas.

---

<sup>31</sup> A certidão original das Terras São Joaquim foi emitida em 1960. Porém, essa foi uma via requerida em 2007, por Gildo Machado da Silva, filho de Vitalina Machado, uma das adquirentes das terras São Joaquim (irmã de Antônio Machado). A fonte de obtenção da referida certidão foi a viúva de Gildo Machado da Silva.

Destaque-se que o documento anunciava os confinantes do lado de baixo e os confinantes do lado de cima, porém não mostrava os confinantes aos fundos.

Em relação a esses confinantes, isso era uma dúvida muito recorrente, tanto por parte da pesquisadora, quanto dos próprios moradores da referida terra. Nos arquivos da delegacia sindical do Jutequi foi encontrada outra cópia da Certidão das terras, porém, uma cópia da primeira via dessa certidão, emitida no ano de 1961. Essa via (Anexo F), possui a mesma redação que a outra, mas, mostra todos os confinantes, conforme destacado no trecho transcrito a seguir:

Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, a requerimento verbal do dr. Antônio Medeiros, advogado que revendo neste Registro, a partir do ano de 1960 até a presente data os livros de “Transcrição das Transmissões”, verifiquei que às fls.69 do L.º 3-v, foi transcrita em 9 de junho de 1960, sob o n.º 15 665, a transmissão, por efeito de usucapião do imóvel seguinte: Terras denominadas “SÃO JOAQUIM”, à margem direita do igarapé Baiaquara, afluente do rio Acará, município de Acará, comarca desta capital, neste Estado, medindo meia légua de frente por meia légua de fundos, mais ou menos, confinando pelo lado de baixo com terras “Bom Jesus”, de herdeiros de Raimundo Jerônimo Carneiro, pelo lado de cima com terras “Paraízo”[sic], de Maria Romana da Piedade, e pelos fundos com terras demarcadas de herdeiros de Joaquim Oliveira (respeitada a área das mesmas terras que estão em poder de ELEUTÉRIA LOPES DA SILVA, sem lesão de seus direitos) [...]. (Fragmento da Certidão das Terras São Joaquim, emitida pelo cartório de registro de imóveis 1.º ofício Francisco Moura; via emitida em 1961; os grifos são nossos)

De posse desses documentos, algumas questões ficaram mais claras. Uma delas é que as Terras São Joaquim não possuíam uma área exata (quantificada). A delimitação lavrada desde o tempo da doação das Cartas de sesmaria (1757) se mantinha em documento: “meia léguas de frente por meia léguas de fundo, mais ou menos”. Na prática, a forma descrita deixava claras dúvidas quanto a real abrangência das terras.

Na prática, alguns lados das terras possuíam limites bem definidos, outros não. Na parte da frente, as terras confinavam com o próprio igarapé Baiaquara. Já na lateral esquerda – do início da parte superior até a metade do comprimento da terra –, confinavam com as terras Bom Jesus, que posteriormente transformou-se na fazenda Jutequi, existente até os dias atuais (no ato da pesquisa). Nessa parte, havia/há uma cerca da fazenda, resguardando esse limite.

Ainda na lateral esquerda, porém, do meio para os fundos, as Terras São Joaquim faziam limites com outro imóvel, as Terras São Domingos, sendo separadas por um pico, chamado de “Linhão do São Domingos”. Aos fundos, o limite era o próprio igarapé São Domingos.

Na parte superior da lateral direita das terras, a demarcação era o “riacho do macaco”, um córrego pequeno, afluente do igarapé Baiaquara. Entretanto, na continuação dessa lateral direita não havia pico ou cerca que fizesse essa delimitação. E era justamente aí que haviam claras incertezas quanto a saber até por onde se traçava, realmente, o limite dessas terras.

A dimensão alegada por Antônio Machado – e reproduzida por algumas pessoas – é que esse limite percorria pela cabeceira do igarapé Baiaquara (onde hoje é o balneário “A Bica”, km 33 da rodovia) e fazia fronteiras com as terras das comunidades Fortaleza e Açú, encostando por fim, na mediação de onde fica a comunidade Centro Alegre, conforme a explicação que segue:

[...] Era muita terra! Ia daí [da cabeceira do Baiaquara], [até] lá onde começa a fazenda [Jutequi]. Aí vinha e passava ali no André, lá onde é a divisão, [depois passava] onde é a casa da Cleide, abeirando o São Domingos com a terra do Machado. Aí vinha, descia aí no [igarapé] São Domingos (aqui onde tem um homem que faz horta), onde era o Centro do Polônio que chamam, bem lá perto tinha uma linha [linhão do São Domingos], até o Simeão tinha um retiro lá. Lá tem um quadrado de Acapu afincado, passa bem perto lá a divisão de São Domingos [das terras São domingos] e terreno do Machado. Aí daí ele vinha, cortava aí perto de onde o Duca morou um tempo, no ramal velho, passava ali, onde agora é terreno do Paulista. Do doutro lado, ia da cabeceira do Baiaquara e de uma parte pra lá era o Nínive, outra parte prali era a Fortaleza, aí descia pra cá um pouco mais, o Açú. Aí de lá pra cá era essas terras, tudinho. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, Belém/PA, jan. 2019)

Mas, antes que essa questão da terra fosse evidenciada, ninguém tinha tido acesso a documentos que comprovassem tais limites, havia apenas a delimitação que, de forma verbal, era alegada.

**Pesquisadora:** Essa terra de vocês não tem nada a ver com a briga da terra do Machado?

**Doralice:** Na verdade, o Machado dizia que até na Bica era dele.

**Raimundo:** (risos) ... Ele dizia que ia até numa castanheira. Mas castanheira tem em todo lugar.

**Doralice:** Ele dizia, mas só que ele nunca provou. Porque não tem documento, né, não tinha documento. Ele tinha documento, disque, lá do lugar onde ele morava lá, eu nunca vi, mas ouvia falar que ele tinha documento do lugar lá, mas no Iterpa não constava, nunca constou. (Entrevista com Doralice Cordeiro de Lima Fonseca e Raimundo Fonseca, comunidade Centro Alegre, jul. 2019)

Quando passou a rodovia e o Iterpa precisou delimitar as terras que por ela foram atingidas, constatou-se que os limites alegados não correspondiam a real delimitação das Terras São Joaquim, na verdade eram bem menores.

A “nova” delimitação das Terras São Joaquim influenciou diretamente na configuração territorial da comunidade Centro Alegre. Isso porque, como vimos, a comunidade formou-se aos fundos das terras São Joaquim e territorializou-se de uma forma bem específica, em uma dinâmica, em boa medida, centralizada pela afiliação religiosa do

grupo. Dessa forma, os seus limites territoriais eram consequência de uma delimitação simbólica, marcada inicialmente pela relação com a igreja, e posteriormente, com o trabalho desenvolvido na terra.

O limite territorial da comunidade passou a constar das Terras São Joaquim para dentro. Assim, algumas famílias que residiam no rumo dessa lateral direita da terra, ficaram “fora” dos novos limites territoriais (ver mapa 3) e receberam terra separadamente, em processo distinto. Apenas as famílias que se localizavam “dentro” dos novos limites das Terras São Joaquim fizeram parte da partilha da terra, como será detalhado mais adiante.

Essa reconfiguração territorial tem duas questões a serem acentuadas. Primeiro que em termos quantitativos provocou uma diminuição da área de terra que a comunidade acessava, o que, do ponto de vista estrutural, foi a primeira parte de uma fragmentação maior.

A relação entre as famílias que ficaram “fora” com as que ficaram “dentro” não foi alterada, por completo, por conta dessa questão. O vínculo de trabalho que existia entre essas famílias, hoje não existe mais – mas isso também foi modificado entre as demais famílias que fizeram parte da partilha da terra. Entretanto, o sentimento de pertença à comunidade antiga (mesmo após tantas transformações), ainda resiste.

**Pesquisadora:** E depois que passou a Alça Viária, que a terra de vocês ficou fora do Centro Alegre... porque teve a briga de terras do Machado, a terra de vocês já estava fora disso, não é? Pelo o que vocês contaram. Mas hoje em dia vocês se sentem fazendo parte do Centro Alegre também, ou não? Ou vocês já ficam retirados?

**Doralice:** Não, nós sempre... nós nunca se distanciemos do Centro Alegre. Pra nós todo tempo aqui é sempre Centro Alegre.

**Pesquisadora:** Vocês se sentem também “sendo Centro Alegre”?

**Doralice:** Sempre Centro Alegre. Mesmo o terreno sendo nosso e tendo documento separado, né, porque o documento lá do pessoal são documento local, né. Mas nós sempre se consideramos do Centro Alegre.

**Pesquisadora:** Se perguntassem de onde vocês são...

**Doralice:** Se perguntassem: - “Ah de onde vocês são?” [Responderíamos] do Centro Alegre. É sempre Centro Alegre. O que perguntarem pra nós como é o nome da comunidade, “é Centro Alegre”, até no documento do terreno tá Centro Alegre.

**Pesquisadora:** E até onde vai assim esse sentimento de “ser” do Centro Alegre, é só até vocês aqui? Porque eu percebi que é uma questão de se sentir, por exemplo, as pessoas que compraram terra depois talvez já deem o endereço sendo do km 36...

**Doralice:** É, muita gente é. Aqui é porque... [mas, se perguntarem] qual é km? É o 36, mas se perguntarem assim: “qual o nome da comunidade de vocês”, é o Centro Alegre (...). Mas os que compraram agora é que não sabem explicar, mas nós aqui o nome da nossa comunidade é Centro Alegre.

Ainda a respeito da Certidão das Terras São Joaquim, outra informação que chama a atenção é que, além de Antônio Machado, as terras também possuíam outros “donos”. Dentre os quais constam a sra. Leonor Monteiro da Silva, esposa de Antônio Machado; os senhores

Olívio Machado, Vitalina Machado e Tarcila Machado, que eram os irmãos dele; E os primos, Pedro Antônio do Amaral, Castorina do Amaral e mais a esposa de Pedro Antônio Amaral, a sra. Leontina Campelo do Amaral.

O documento evidenciava os mesmos direitos a todos eles, mas o fato é que desde as primeiras narrativas dessa história, apenas Antônio Machado aparece na figura de “dono das terras”, alcunha que também adotamos no decorrer do trabalho.

Em conversa com meu pai, Osvaldo da Silva, que foi enteado do Antônio Machado, ele disse: “era tudo herdeiro, mas era o Machado que tomava conta, que pagava o imposto. Eu mesmo ainda cheguei a torrar muita farinha de graça [na condição de enteado] que era pra ele juntar dinheiro pra pagar esse imposto da terra” (entrevista com Osvaldo da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

O diálogo com Leonor Monteiro da Silva coincide com o que fora relatado por Osvaldo da Silva e evidencia, ainda, outra questão.

**Pesquisadora:** Até onde entendi o Machado tinha terra, as Terras São Joaquim. Que não era uma terra só dele, foi uma terra adquirida com outros irmãos e até o seu nome está no documento também. Eu queria que a senhora me explicasse mais sobre isso.

**Leonor Monteiro:** É isso que eu não sei explicar, porque ele não dizia nada. Eu não tinha acesso a essas informações, não sabia se ele tinha terra, já fui saber depois que ele passou pra Mundica [filha deles], mas ele não me contou nada antes disso. Antes disso, teve uma reunião que era pra tirar um lote para a Francisca do Bahia [Francisca Martins, a prefeita], que era pra fazer uma capela ou uma igreja, aí pra fazer essa coisa aqui (“invasão”) que ele me chamou.

**Pesquisadora:** Foi nesse tempo que a senhora foi saber que as terras estavam no seu nome também, ou a senhora já sabia, mas não podia mexer?

**Leonor Monteiro:** Não, eu não sabia nada, ele não me contava nada, ele foi contar nesse dia por que precisou da minha assinatura, aí eu vim com a Mundica pra assinar. Aí foi quando ele tirou um lote pra mim, esse lote que ele tirou pra mim parece que foi vendido, parece que ficava no meio desse que era essa pra Francisca fazer...

**Pesquisadora:** Então, de qualquer forma, mesmo estando também em seu nome a senhora não tinha poder sobre a terra?

**Leonor Monteiro:** Não, eu nem sabia. Eu já vim saber, “bem dizer” depois que ele morreu. (Entrevista com Leonor Monteiro da Silva, Residencial Park Vitória – Anexo Centro Alegre (“Invasão”), ago. 2019)

Leonor Monteiro da Silva foi a esposa de Antônio Machado. Eles se separaram em 1972, aproximadamente, mas nunca se divorciaram oficialmente. O documento das terras data do ano de 1961 (portanto, bem antes da separação), mas, dona Leonor alega nunca ter tido conhecimento de que as terras pertenciam a ela também. Inclusive, o único lote a que teve direito foi o mesmo que foi doado para a prefeitura e que depois transformou-se na “invasão”, conforme falaremos mais à frente, quando detalharmos a respeito da fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra.

Aqui é importante ressaltar que, dentre as famílias que ocupavam a parte central das terras, assim como as famílias que moravam às margens do igarapé Baiaquara, haviam descendentes desses outros adquirentes das terras, a exemplo de um dos filhos de Vitalina Machado, de uma neta da Castorina Machado, e de alguns familiares do próprio Antônio Machado. Mas, parte dos herdeiros dos outros donos moravam fora de lá.

Tempos antes de passar a rodovia, há indícios de que um dos herdeiros de Olívio Machado havia questionado uma parte de terra que ficava próximo do Centro Alegre. Houve um litígio entre esse herdeiro e as famílias da comunidade, pois segundo os relatos, ele chegou a “invadir” umas roças, querendo que a área dele contemplasse uma parte da área de trabalho das famílias do Centro Alegre. A causa ainda chegou a ir para a justiça e se resolveu por meio de um acordo entre as partes, sendo respeitada a área de trabalho das famílias.

Fora esse caso específico, não se evidenciavam conflitos com outros herdeiros em relação ao uso dessas terras.

Mas, depois da rodovia isso se modifica por completo.

Quando chegou o momento de resolver a questão da terra, as brigas foram intensificadas devido ao “incentivo” de pessoas de fora (que manifestavam interesse pelas terras), somado à pressão que familiares do Machado e dos outros donos das terras, passaram a fazer.

“Porque os familiares do Machado estavam a maioria fora, a maioria estava pra Belém, entendeu? Foi isso que deu a briga maior porque com a abertura da Alça Viária cresceram os olhos, aí baixou todo mundo pra cá. A Alça Viária abriu a ideia desse povo” (entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

O contexto era ameaçador. As famílias queriam ter clareza da situação e dos reais direitos que possuíam “nós fuçamos pra descobrir o que dizia o documento dele, o que significava aquelas palavras, e buscamos se informar pra saber se a gente tinha algum direito” (entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

Segundo a mesma interlocutora – que à época representava o sindicato, e ao mesmo tempo era uma das posseiras – essa atitude de busca por informações e ajuda fortaleceu a decisão de continuarem na terra. Dessa forma, mesmo com a pressão que vinham sofrendo, houve resistência tanto para não pagar o valor exigido por Antônio Machado, quanto para não deixar tudo e sair da terra.

Nós orientávamos os trabalhadores rurais sobre os direitos que eles tinham. O sindicato já tinha posse dessas informações, aí nós começamos dizer pra eles que

a partir de noventa dias, tu já podia fazer a casa coberta de telha; a partir de um ano e um dia, o Estatuto da Terra já te dava direito de posse, a gente foi orientando muito eles assim. A ordem da casa era ninguém sair. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018).

Outro morador acrescenta:

[...] Porque quando já tava perto, que ia sair mesmo [a rodovia], aí eles endoidaram pra querer dizer que a terra era deles. Aí foi que houve muita confusão, aí já tava querendo ter quase morte, porque os filhos do Machado queriam tomar a terra como se fosse deles mesmo. Me lembro que, na época, ainda colocaram fogo numas roças do meu irmão. (Entrevista com Ruivaldo Lima, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

No caso das famílias localizadas mais ao centro da propriedade, depois de muitas reuniões, audiências e brigas internas, as famílias ganharam na justiça o direito de posse.

Mas em Centro Alegre não houve o mesmo desfecho. Cada família precisaria pagar o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por **lote** para poder permanecer na terra. Além do valor que teriam que pagar, essa proposta significava também a possibilidade de parcelar o território do grupo, transformando em particular o que durante toda a história fora de uso comum.

#### **7.4 A fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra**

Os camponeses aceitaram a compra dos lotes, porém, não tinham condições de arcar com o valor solicitado por Antônio Machado. Então, resolveram recorrer à Francisca Martins, que nessa época (2000-2004) era prefeita do município de Acará. A prefeita decidiu que pagaria o valor dos sete lotes, desde que um lote a mais (o oitavo lote) fosse doado por Antônio Machado para a prefeitura, a fim de que fossem feitas benfeitorias para a comunidade:

Fizemos uma reunião grande no antigo refeitório do Centro Alegre, deu muita gente. Lá, a prefeita disse: “seu Antônio, se eu pagar os sete lotes de terra, você me dá um lote pra fazer trabalho social dentro, patrimônios públicos?” E ele disse: “dou”. Aí a Francisca pagou os sete lotes, foi R\$ 7.000,00[sete mil reais], e ganhou um lote, ganhou ela como prefeita, para a prefeitura, que é exatamente lá a “invasão”, 500 metros de frente, por 600 [metros] de fundo. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2020)

A proposta de pagamento dos lotes foi a condição para que as famílias permanecessem nas ditas terras. Foi, ainda, o resultado de muitas reuniões entre os posseiros, Antônio Machado, e alguns herdeiros dos donos das terras. Como vemos, a essa altura já não se falava mais em Antônio Machado, mas nele, nos seus herdeiros e nos herdeiros dos outros sete donos das terras São Joaquim.

Quando indagados sobre o que realmente foi definitivo para a aceitação da compra da terra e respectiva fragmentação da comunidade, alguns disseram “a gente pensou que seria melhor para proteger a terra”, outros, nem souberam dizer ao certo. O certo é que a maioria optou pela proposta de compra das terras.

Com o pagamento dos R\$ 7.000,00 (sete mil reais) foi elaborado um recibo – em nome dos donos das Terras São Joaquim (como vendedores) e da prefeitura (como compradora) – consolidando a venda dos lotes. O recibo (anexo H), expedido em 06 de novembro de 2002, tinha o seguinte conteúdo:

Recebemos da Prefeitura Municipal de Acará, a quantia certa, fixa e irrevogável de 7.000,00 (sete mil reais), referente ao pagamento da desapropriação por interesse social, na forma do art. 8º, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, de uma área desmembrada das terras de porção maior denominadas “São Joaquim”, atualmente ocupadas por diversas famílias, sito a margem direita do igarapé Baiaquara, afluente do rio Acará, no município de Acará, na localidade “Centro Alegre”, no total de 08 (oito) lotes de 25 Hectares cada, devidamente demarcados por técnicos do ITERPA conforme croques, em anexo, devidamente caracterizado na Certidão de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Belém, cujas terras são de propriedade dos signatários deste instrumento e seus respectivos herdeiros, que neste ato e ocasião dão plena, total, geral e irrevogável quitação da quantia ora recebida, para nada mais a reclamar em juízo ou for[a] dele. (Recibo de pagamento dos lotes de terra; Fonte do recibo: Delegacia sindical do Jutequi)

Até hoje, os documentos definitivos nunca foram lavrados, de modo que as terras não foram, para efeito de registro de imóveis, destacadas das Terras São Joaquim.

Detalhe importante é que a divisão da terra em sete lotes ocorreu inicialmente apenas em papel. Isso porque na comunidade moravam bem mais que sete famílias, portanto, a terra (dos sete lotes) precisou ser repartida entre todos os membros do grupo.

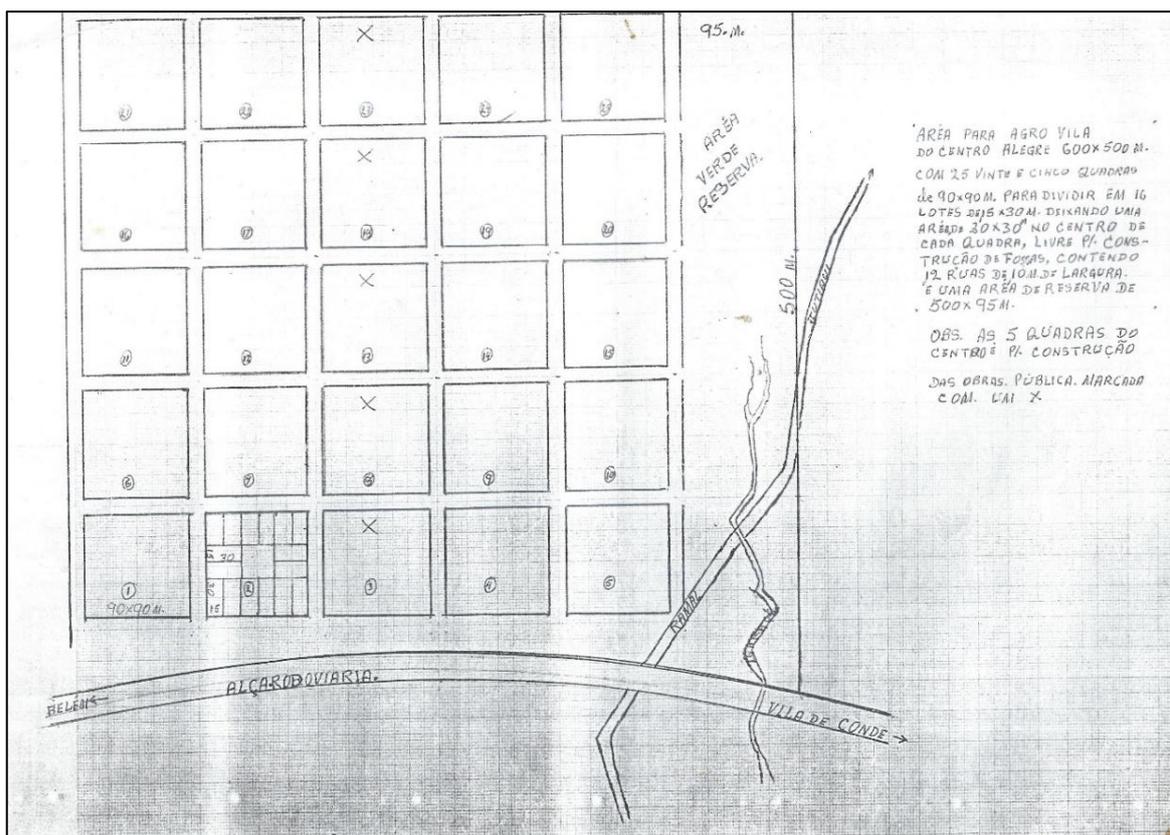
Depois do pagamento para adquirirem os sete lotes de terra, as famílias de Centro alegre se reuniram para definirem os detalhes atinentes à divisão da terra (ver ata de reunião no anexo G), e para isso, pediram o apoio da prefeitura. Esta disponibilizou um topógrafo, que juntamente com as famílias, fizeram um mutirão, abriram os picos e demarcaram os lotes.

O oitavo lote havia ficado em nome da prefeitura, para serem feitas benfeitorias para a localidade, os moradores escolheram um local plano e que fosse próximo ao centro da comunidade. A parte que escolheram foi uma porção de terra localizada bem em frente à igreja, porém do outro lado da rodovia.

O topógrafo da prefeitura e as famílias elaboraram um projeto para o local (ver figura 16). Esse projeto contemplaria a implantação de um posto de saúde, uma escola, uma praça, quadra de esportes e lotes de casas com área e quintal, que seriam destinadas aos membros

de famílias que já haviam morado no Centro Alegre, a exemplo das famílias Gomes, Monteiro, Braga e demais que tivessem tido vínculo com o Centro Alegre.

**Figura 16** - Croqui do projeto para utilização do "oitavo lote". No local seria construído a "Agrovila do Centro Alegre". Nas quadras ao centro (marcadas com x) seriam construídas as obras públicas, e nas outras, as residências, intercaladas pelas ruas.



**Fonte:** Arquivo da Delegacia sindical do Jutequi.

Passados quase dois anos da demarcação dos lotes, as promessas de benfeitorias para a comunidade não se cumpriam. A prefeita mandou cercar o terreno que havia sido destinado à comunidade, via prefeitura, e começou a surgir rumores de que, na verdade, quem ficaria com a terra seria a própria prefeita.

Já era ano de 2004, a rodovia já havia sido inaugurada e estava em pleno funcionamento. Aos poucos já se percebia os primeiros sinais da pressão pelo uso da terra. Pessoas e empresas de fora especulavam terrenos, deflagrava-se, paulatinamente, a venda e até mesmo troca de pedaços de terra, e a situação com a prefeitura no que diz respeito ao oitavo lote era cada vez mais instável:

Aí como chegou o dia de eleição, muita gente apoiava os candidatos dela [da prefeita], outros não apoiavam. Como ela não tinha feito nada, aí, o Ailton e mais outros (me lembro como se fosse hoje) começou a vender nessa barraquinha lá na

frente [do terreno], como se fosse dele. E como ele não apoiou o candidato dela (ela não atendeu algum pedido dele) me lembro que quando eu cheguei do centro, tava ele e outra pessoa lá conversando, aí quando foi de tarde começaram tirar o arame, e disseram que já que o terreno era dela, eles iam invadir. Era entre véspera de eleição. Foi o caso que eles invadiram num domingo de manhã, aí começaram a cortar terra<sup>32</sup>, ainda chamaram nós pra cortar, mas eu não quis me meter, afinal de contas, não era nosso, era da comunidade. E esses que pegaram foram vendendo tudinho depois, aí foi que surgiu a “invasão”. Mas esse terreno era da comunidade, se fosse o caso de ter um documento dizendo que era da comunidade, ainda dava, mas como não tinha. (Entrevista com Ruivaldo Lima, comunidade Centro Alegre, jul. 2008)

O oitavo lote foi fragmentado em partes menores, e segundo relatos, as pessoas que o ocuparam por primeiro não permaneceram lá, revenderam. Nesse processo de revenda foram chegando outras pessoas, que vinham de dentro dos ramais, da margem dos igarapés, e até de outros municípios, como de Belém, Marituba e Barcarena, por exemplo.

O local transformou-se e ficou conhecido como “Invasão do 37”. As pessoas que lá firmaram moradia, posteriormente se organizaram para registrar o local com o nome de: “Residencial Park Vitória”, porém, segundo informações dos moradores do Centro Alegre, o novo grupo não pôde ser desvinculado da comunidade antiga, e ficou sendo: “Residencial Park Vitória – Anexo Centro Alegre”, que apesar do nome, popularmente ainda é conhecido como “Invasão”.

Das benfeitorias anunciadas pela prefeitura, foi construída a escola municipal de ensino fundamental José de Matos Feio, onde funciona o ensino fundamental básico, do 1º ao 5º ano e atende a população do Centro Alegre e do Park Vitoria. Na verdade, essa escola já existia no Centro Alegre, foi construído apenas um prédio novo e maior, porém do outro lado da estrada, no “Residencial Park Vitória”.

Em termos de quantidade, atualmente, em torno de 25 a 30 famílias constituem a comunidade Centro Alegre (o grupo antigo). No residencial Park Vitória ou “Invasão”, como é referida pelas famílias de Centro Alegre, residem hoje 106 famílias, e mais 30 residências que atualmente estão desocupadas, totalizando 136 residências.<sup>33</sup>

De um projeto que traria benfeitorias para o Centro Alegre nasce uma “nova comunidade”. E com ela, consolidam-se duas realidades distintas, divididas pela presença da mesma rodovia. Para os moradores do Centro Alegre a “Invasão” apresenta algumas características que divergem da forma como a comunidade Centro Alegre vive. Uma delas

---

<sup>32</sup> Expressão usada para nomear a divisão dos terrenos.

<sup>33</sup> Informações repassadas por membro da coordenação do serviço de abastecimento de água do Park Vitória – Anexo Centro Alegre. Esse levantamento do número de famílias foi realizado no ano de 2018.

é a realização de eventos incomuns à comunidade antiga, a exemplo de festas de aparelhagem. Outra, é a presença de mais de três tipos de denominação religiosa no local.

Para alguns moradores do Centro Alegre perguntei o que significava para eles a relação com essa “nova” comunidade, se eles faziam parte do Centro Alegre ou não, um dos entrevistados disse:

É assim, porque hoje eles só vieram e ficaram no meio, bem no meio. Como é mesmo? “Park Vitória”, né, se fosse grande coisa.... aí pra mim “brigar” com eles eu chamo de invasão (*risos*). Porque era assim, sempre existia duas famílias (dois grupos de famílias), nós aqui, e o pessoal da velha Raimunda [família Trindade] de lá, pra lá da invasão, tinha a tia Virgília, que era professora... foi assim que existiu. Aí a invasão tá bem no meio aqui, mas esse vínculo nunca morreu. Mas aí se tu perguntar onde é o Centro Alegre eu quero ver o que eles vão te dizer, porque ninguém não conhece a história do Centro Alegre, todo mundo veio depois da Alça. E eles não se consideram como Centro Alegre, é Park Vitória, mas aonde é a Alça hoje era só igapó, e mato, não tinha mais nada. (Entrevista com Elizeu Braga da Conceição, comunidade Centro Alegre, jul. 2018)

A insatisfação manifestada diz respeito às mudanças físicas ocorridas no local, especialmente após ter surgido uma “nova” comunidade, dentro da comunidade antiga. Mas, também, é uma insatisfação pautada na possibilidade de a história do Centro Alegre ser desconhecida ou ignorada por parte das pessoas mais jovens ou que chegaram depois. Neste caso, não apenas esse interlocutor, mas também outros com quem dialoguei consideram que a presença de uma “nova” comunidade, não apaga os feitos e a importância da comunidade “antiga”.

#### 7.4.1 A partilha da terra

Conforme descrição anterior, um dos lotes de terra adquiridos pela comunidade (o “oitavo lote”) acabou dando lugar a uma outra comunidade “dentro” do mesmo território, o que por uns é bem visto, por outros, nem tanto assim.

Agora iremos entender o que aconteceu com o restante da terra (os outros sete lotes), como foi dividido, quanto tocou para cada família e quais critérios foram utilizados para esse processo. Importante ressaltar que na época da divisão da terra, na área de abrangência territorial de Centro alegre residiam sete famílias nucleares e dez famílias extensas, a maioria delas vinculadas entre si por relações de parentesco.

A respeito da diferença da família nuclear para a família extensa no campesinato tradicional, nos pautamos em Witkoski (2007). Este autor afirma que a unidade de produção familiar camponesa é configurada a partir da existência de dois tipos distintos de família: a nuclear e a extensa. Para o autor, a família do tipo nuclear é constituída por um homem, uma

mulher e seus filhos. Já as famílias extensas possuem configuração diferenciada, podendo constituir-se do agrupamento de certo número de famílias nucleares, ou mesmo apresentar configurações bem mais complexas. A esse respeito o autor detalha:

Há famílias extensas que se configuram de um homem com muitas mulheres e seus respectivos filhos. Neste caso, diferentes famílias nucleares possuem uma mesma “cabeça” (macho) na família. Outro caso de família extensa (e esse é muito comum nas áreas investigadas) pode fundar-se em famílias nucleares que fazem parte de gerações diferentes – tal como quando a unidade de produção considera o camponês e sua mulher e seus parentes mais velhos que pertenciam a outro grupo familiar. Neste caso pode acontecer também de o filho mais velho do camponês (que configura outra família nuclear) morar com sua mulher sob o mesmo teto do pai. Outra forma de família extensa é aquela que leva em conta um conjunto de famílias nucleares, todas oriundas da mesma geração, quando o irmão mais velho, casado, mantém, através de recursos e trabalho, a constituição da própria família. (WITKOSKI, 2007, p.164)

Apesar dessa classificação básica entre família nuclear e família extensa, sabemos que atualmente essa configuração pode variar, e muito. As famílias nucleares, por exemplo nem sempre são constituídas pelo pai, mãe e filhos. Essa configuração pode ser representada, por exemplo, somente pela mãe e os filhos; ou apenas pelo pai e os filhos e etc. Entretanto, a maioria das famílias existentes naquele tempo em Centro Alegre apresentavam configuração semelhante à descrita pelo autor.

Voltando à questão da partilha da terra. No momento do repasse dos sete lotes, estes foram designados a cada um dos representantes das famílias: Lima, Perdigão, Cunha, Trindade, Gomes, Conceição, e família Braga. Que era famílias extensas e também as mais antigas no local:

No entanto, essa divisão fora meramente fictícia – apenas para formalizar o compromisso selado – visto que, somando as famílias nucleares e extensas, a comunidade possuía bem mais que sete famílias. Dessa forma, os sete lotes passariam por uma redistribuição.

O total de famílias que constituíam o território da comunidade naquele tempo era 17 famílias, sendo: Simeão Gomes Barbosa e esposa Joaquina da Silva Barbosa (seis filhos); Isaias Gomes Barbosa e esposa Ivaneide do Espírito Santo Barbosa (dois filhos); Maria Estela Braga da Conceição (viúva e com oito filhos) ; Jorge Luiz Trindade Pereira e esposa Genilda Fonseca (dez filhos); Raimundo Ramos Pereira e esposa Iraneide do Espírito Santo Pereira (recém-casados, sem filhos na época); Manoel Guerreiro do Espírito Santo e esposa Fernanda Cordeiro de Lima (cinco filhos); Jesus Perdigão e esposa Maria de Belém do Espírito Santo Perdigão (oito filhos); Nelson Gomes Ribeiro e esposa Francineide Lima

Ribeiro (recém-casados, sem filhos na época); Maria de Fátima Pires da Costa (separada e com oito filhos); Deuzarina Pereira Miranda (viúva e com seis filhos); Teodoro Bentes de Souza e esposa Maria da Conceição Trindade de Souza (oito filhos); Pedro Albernaz da Cunha e esposa Júlia da Conceição Cunha (11 filhos); Reginaldo Cordeiro de Lima e esposa Sônia Maria Cunha de Lima (sete filhos); Teodolino da Conceição Trindade e esposa Marcelina de Brito Trindade (dez filhos); Francisco Cesário de Lima e esposa Maria Lúcia Braga de Lima (cinco filhos); Venâncio Cesário e sua esposa Vicência Cesário de Lima (cinco filhos); e Raimundo Perdigão Fonseca e sua esposa Doralice Cordeiro de Lima Fonseca (cinco filhos).

Os representantes de cada família se juntaram para repartir a terra. Antes, reuniram-se para discutir como fariam a divisão: a localização de cada porção, o tamanho que tocaria a cada família, etc. Note-se que a quantidade de terra designada a cada família não foi um módulo padrão, ou seja, algumas famílias receberam mais terra que outras, a distribuição também foi calcada na proporção ao tamanho da família.

Era assim, o lugar de cada lote foi de acordo com o lugar que cada família tinha suas capoeiras, eram as áreas que eles já estavam acostumados a trabalhar, eles entraram em acordo entre eles. O tamanho também eles decidiram conforme o tamanho das famílias, a família do Domingo Lima, por exemplo, que era maior levou um pouco mais de terra, teve lote de 29 hectares, teve lote de 27 [hectares], teve família que ganhou bem menos, variou. (Entrevista com Vera Lúcia Conceição da Silva, Sítio Santa Lúcia, jul. 2018)

Conforme as pessoas com quem convivemos e entrevistamos, ficou evidente que não apenas o tamanho das famílias (com maior ou menor quantidade de membros) influenciou para que uns ganhassem mais, e outros menos legitimidade.

Ao relacionar as porções partilhadas ao período em que cada família chegou ao local – e conseqüentemente o tempo de trabalho investido naquelas terras – percebemos que as famílias vindas há mais tempo receberam maiores proporções, ainda que o tamanho da família fosse equivalente, ou próximo de ser.

Exemplo disso são as três famílias que receberam as menores quantidades de terra. Uma delas era composta por um casal, recém-casado, que ainda não possuía filhos e recebeu aproximadamente quatro hectares de terra. As duas outras famílias eram representadas por duas mulheres. Uma delas, que tinha o casamento desfeito e oito filhos, e recebeu aproximadamente dois hectares. A outra era viúva, tinha cinco filhos e também recebeu aproximadamente dois hectares. Ambas chegaram na terra já na década de 1990.

No caso do casal recém-casado, outro casal (em igual situação conjugal), ganhou, ao invés de quatro, dez hectares. Nesse caso, o homem, mesmo sendo jovem ainda (22 anos aproximadamente), sempre trabalhou na terra, e mais que isso, seu pai estava entre as primeiras famílias que chegaram na comunidade e, por toda a vida, também tinha trabalhado na terra, ininterruptamente, ao longo desses anos.

Outro casal, também recém-casado, nem chegou a receber terra separadamente. Ficou na mesma área de terra que o pai (do noivo) recebeu. Este, por sua vez, havia chegado na terra na década de 1980, porém, além de trabalhar na agricultura, desenvolvia atividades de conserto de bicicletas, depois aperfeiçoou-se na profissão de motorista e trabalha até hoje com isso.

No caso da mulher que recebeu aproximadamente dois hectares de terra, uma situação que se opõe a essa é a de uma família que chegou na terra em 1975. Essa família, composta pelos pais e mais sete filhos, sempre esteve vinculada ao trabalho agrícola e no ato da partilha da terra receberam uma porção de dez hectares. De igual modo, outra família, que também tinha oito filhos, moravam e trabalhavam na terra desde a década de 1970 e recebeu 24 hectares.

Tais disparidades na distribuição das terras ensejou claras inquietações, que até hoje se manifestam, especialmente por parte de alguns membros das famílias que chegaram bem depois ao local. E, de fato, apenas quando se olha a partir da perspectiva do trabalho realizado na terra é que fica mais compreensível a forma que foi equacionada a quantidade de terra para cada família. O passe para a conquista da terra era o próprio trabalho desenvolvido nela, que nesse caso se configura não apenas como um trabalho individual em benefício da unidade familiar, mas, sobretudo, um trabalho coletivo em prol de benefícios comunitários – como a construção da igreja, por exemplo – e a própria luta pela terra.

Anteriormente, quando discutimos a respeito das regras locais que direcionavam o uso da terra, vimos que ao longo da vivência na comunidade, os camponeses teceram regras simbólicas e específicas, as quais eram fundamentais para o uso da terra, que ainda era no regime de uso comum.

Uma dessas regras era justamente essa questão do trabalho desenvolvido na terra como forma de conquista dessa terra. Outra, relaciona-se ao estabelecimento de preferências de “rumos” de trabalho. Isso porque, apesar de as famílias viverem em regime de uso comum da terra, com o passar do tempo cada núcleo familiar se habituava a trabalhar num “rumo”

certo, ainda que pudessem, em outros momentos, explorar outros rumos, a depender de um prévio diálogo e negociação entre o grupo.

A respeito das regras locais criadas pelo próprio grupo, a antropóloga Margarida Maria Moura (1978) afirma que quase sempre há um descompasso entre as regras estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro e as regras locais criadas pelo próprio grupo. Conforme assinala a autora:

Sempre que as regras do Código Civil Brasileiro, que é dominante para a sociedade brasileira como um todo, não se mostrarem prescritivas, a ponto de a prática local repeti-las expressamente, desenvolvem-se soluções adequadas à área no sentido de garantir o acesso à terra, não só levando em consideração momentos sociais tidos como relevantes, mas rompendo com a partilha pura e simples entre filhos e filhas, que o código institui. Quando a prescrição for inapelável, ou ela se concretiza realmente sem outras implicações ou sofre uma readaptação posterior via das “regras” locais. (MOURA, 1978, p. 4)

No caso de Centro Alegre, algumas regras locais, que que já existiam entre o grupo, influenciaram e serviram de critérios para a distribuição das parcelas de terra no momento da partilha. A exemplo da quantidade de terra recebida ser de acordo com o tempo de trabalho investido na terra, e também, da tentativa de serem respeitadas as áreas de trabalho tradicional de cada família.

Assim, com base nesses critérios, os “picos” foram traçados, a terra foi repartida. A dimensão de cada parcela e os demais detalhes da partilha da terra, estão descritos no quadro 1, resumidos nos gráficos 1,2 e 3, e ilustrados na figura 17.

**Quadro 1** - Descrição da divisão da comunidade em parcelas de terra individuais.

Ordem das parcelas de terra	Nome atribuído	Tamanho (hectares)	Responsável (nome e apelido)	Composição e caracterização das famílias que receberam a terra			Localização das parcelas de terra	
				Composição da família	Situação dos filhos (Fora/Dentro das terras)			
					FFT	FDTC		FDTS
1	Sítio Sonho Meu	15,0	Simeão Gomes Barbosa (Simeão)	Simeão Gomes Barbosa e esposa Joaquina da Silva Barbosa. Total de filhos: 6 A terra que a família recebeu ficou para Simeão, Joaquina e cinco filhos, pois, o filho mais velho já era casado e recebeu sua porção de terra separadamente. A filha também já era casada, mas morava na terra do marido, que recebeu juntamente com seu pai.	2	2	2	Lado direito da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o igarapé São Domingos. Esse terreno fica é o limite entre as terras São Joaquim e terras São Domingos.
2	SN	24	Maria Estela Braga da Conceição (Maria Braga)	Maria Estela Braga da Conceição na época da divisão da terra já era viúva. Total de filhos: 8 Quando a terra foi repartida, apenas quatro filhos estavam morando no local, sendo dois casados e dois solteiros. Eles receberam a mesma terra para toda a família	4	2	2	Lado direita da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o igarapé são Domingos.
3	SN	12,5	Jorge Luiz Trindade Pereira (Duca)	Jorge Luiz Trindade Pereira e a esposa Genilda Fonseca Pereira. Total de filhos: 10	1	2	7	Lado direito da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o igarapé são Domingos.

				<p>- Sendo quatro filhos somente dele e mais seis filhos do casal.</p> <p>A terra recebida ficou para ele, esposa e mais os dez filhos. Seus dois filhos mais velhos já eram casados, mas não receberam terra separadamente.</p>				Parte dessa porção de terra ficou também dentro do centro da comunidade.
4	Sítio Bom Jesus	10,0	Jesus Perdigão (Irmão Jesus)	<p>Jesus Perdigão e a esposa Maria de Belém do Espírito Santo Perdigão.</p> <p>Total de filhos: 7</p> <p>Todos os filhos ainda eram solteiros quando da partilha da terra</p>	0	0	7	Lado esquerdo da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi. Esse terreno também faz limite entre as terras São Joaquim e terras São Domingos.
5	SN	12,0	Manoel Guerreiro do Espírito Santo (Neném)	<p>Manoel Guerreiro do Espírito Santo e a esposa Fernanda Cordeiro de Lima.</p> <p>Total de filhos: 5</p> <p>As duas primeiras filhas do casal já eram casadas, portanto, tiveram direito às terras de seus respectivos maridos. A porção de terras que coube à família ficou para o casal e os outros três filhos solteiros.</p>	0	2	3	Lado esquerdo da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi.
6	Sítio Dois Irmãos	10,0	Isaías Gomes Barbosa (Isaías)	<p>Isaías Gomes Barbosa e esposa Ivaneide do Espírito Santo Barbosa.</p> <p>Total de filhos: 2</p>	0	0	2	Lado esquerdo da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi.

				A porção de terra ficou para toda a família e passou a se chamar “Sítio Dois Irmãos”, em homenagem aos filhos do casal.				
7	SN	4,0	Nelson Gomes Ribeiro (Nelson)	Nelson Gomes Ribeiro e esposa Francineide Lima Ribeiro. Total de filhos: 0 filhos Eram recém-casados e ainda não tinham filhos na época da divisão da terra (posteriormente tiveram dois).	0	0	0	Lado esquerdo da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi.
8	SN	2,0	Maria de Fátima Pires da Costa (Fátima)	Maria de Fátima Pires da Costa já era separada do companheiro no ato de divisão da terra. Total de filhos: 8 Dos filhos, dois eram casados e o restante, solteiros. A família recebeu uma porção de terra bem pequena em relação aos outros – dois hectares, aproximadamente. A terra ficou para toda a família, mesmo os filhos casados ficaram na mesma terra (os filhos casados eram dois homens).	0	2	6	Lado esquerdo da rodovia Alça Viária. Faz frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi.
9	SN	2,0	Deuzarina Pereira Miranda (D. Neuza)	Deuzarina Pereira Miranda já era viúva no ato da partilha da terra Total de filhos: 6 A terra que a família adquiriu coube à mãe e mais dois filhos, visto que seu filho mais velho já tinha família e recebeu terra separadamente. Os três outros	3	1	2	Lado esquerdo da rodovia, fazendo frente para a rodovia e fundos para o ramal Jutequi; é limítrofe (lateral direita) com o

				filhos também já tinham família, mas, residiam fora da comunidade.				oitavo lote de terra – que deu lugar à “invasão”.
<b>10</b>	Sítio Salmo 23	18.72	Teodoro Bentes de Souza (Baiano)	<p>Teodoro Bentes de Souza e a esposa Maria da Conceição Trindade de Souza.</p> <p>Total de filhos: 8</p> <p>Tinham seis filhos juntos e mais dois filhos apenas dela, do seu primeiro casamento. Do total de oito filhos, apenas cinco residiam no local quando a terra foi dividida, dois dos quais já eram casados, porém a terra ficou para toda a família (até mesmo os casados).</p> <p>Os filhos casados era um homem e uma mulher.</p>	3	2	3	Lado esquerdo da rodovia. Faz frente para a rodovia e fundos para o lote de Teodolino da Conceição Trindade. À esquerda faz limite com o oitavo lote de terra – onde se formou a “invasão” – e à direita faz limite com um terreno que já fica fora dos limites da antiga terra São Joaquim.
<b>11</b>	Sítio São Pedro	25,0	Raimundo Nonato Conceição Cunha (Mundinho)	<p>Pedro Albernaz da Cunha e esposa Júlia da Conceição Cunha.</p> <p>Total de filhos: 10</p> <p>Tiveram 11 filhos juntos (apenas 10 vivos) e viviam desde a década de 1970 na comunidade. Tinham dois filhos casados e que moravam na terra (um homem e uma mulher). O homem recebeu terra separadamente e a mulher, na terra do marido. A terra ficou em nome do filho mais velho, Raimundo Nonato Conceição Cunha e recebeu o nome de “Sítio São</p>	3	2	5	Essa parcela de terra ficou localizada do lado esquerdo da rodovia, porém, distante desta. Faz limites com as terras da família Lima e de Teodolino da Conceição Trindade.

				Pedro”, em homenagem ao patriarca da família, Pedro Albernaz da Cunha.				
<b>12</b>	Sítio Fé em Deus	27,0	Teodolino da Conceição Trindade (Tude)	Teodolino da Conceição Trindade e a esposa Marcelina de Brito Trindade. Total de filhos: 10 A família recebeu 27 hectares de terra, que recebeu o nome de “Sítio Fé em Deus”.	0	0	10	A parcela de terra de Teodolino ficou localizada do lado esquerdo da rodovia. Faz limites com o lote de Rubens Cordeiro de Lima e Raimundo Nonato Conceição Cunha. Fica distante a aproximadamente 1,0 km do centro da comunidade.
<b>13</b>	Sítio São Domingos	43,0	Rubens Cordeiro de Lima (Rubinho)	Domingos Lima morava numa porção de terra localizada dentro das terras São Joaquim, porém, não fazia parte do povoado de Centro Alegre. Tinha 11 filhos com a primeira esposa (da qual era viúvo) e uma filha com a segunda esposa; desses 12 filhos, apenas seis residiam na comunidade Centro Alegre. Desses seis (duas mulheres e quatro homens), duas filhas e um dos filhos já eram casados; as duas filhas receberam terra separadamente, juntamente com seus esposos. Assim, os filhos homens de Domingos Lima receberam uma porção única de terra, que ficou em nome do filho caçula, Rubens Cordeiro de Lima, mas	6	5	1	Essa parcela de terra ficou localizada do lado esquerdo da rodovia. Faz limites com as terras da família de Raimundo Nonato da Conceição e de Teodolino da Conceição Trindade. Fica distante a aproximadamente 1,5 km do centro da comunidade e faz fronteira com terrenos

				com o direito de também pertencer aos demais irmãos: Reginaldo Cordeiro de Lima, Ruivaldo Cordeiro de Lima e Rildo Cordeiro de Lima. Esta foi a maior de todas as outras porções de terra, totalizando 43 hectares, que ganhou o nome de “Sítio São Domingos”, em homenagem ao pai, Domingos Lima.				que já ficam fora dos limites de Centro Alegre.
<p><b>SN</b> – Sem Nome (não foi atribuído nome à parcela de terra)</p> <p><b>FFT</b> – Filhos que moravam fora da terra</p> <p><b>FDTC</b> – Filhos que moravam na terra e que já eram casados</p> <p><b>FDTS</b> – Filhos que moravam na terra e ainda eram solteiros</p>								

**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

Somando-se todas as áreas, o total de terra que ficou disponível para as famílias camponesas de Centro Alegre foi em torno de 241,22 hectares.

**Gráfico 1** – Total de terra disponibilizado para a comunidade no momento da partilha do território.



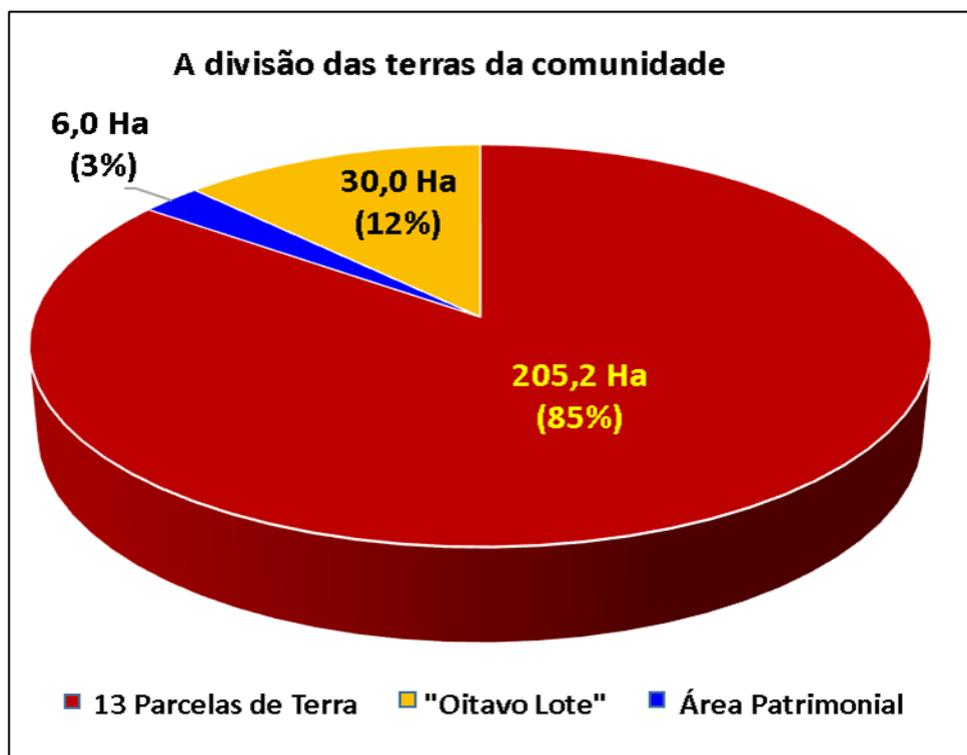
**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

Após o parcelamento, a comunidade transformou-se em três espaços distintos, sendo: a área patrimonial (centro da comunidade); a área do “oitavo lote” (que deu lugar à “invasão”); e o restante da terra (que eram os sete lotes)

Em termos quantitativos, foram:

- Área patrimonial: 6,0 hectares (aproximadamente);
- O “oitavo lote”: 30,0 hectares;
- O restante da terra: 205,2 hectares. Conforme detalha o gráfico 2.

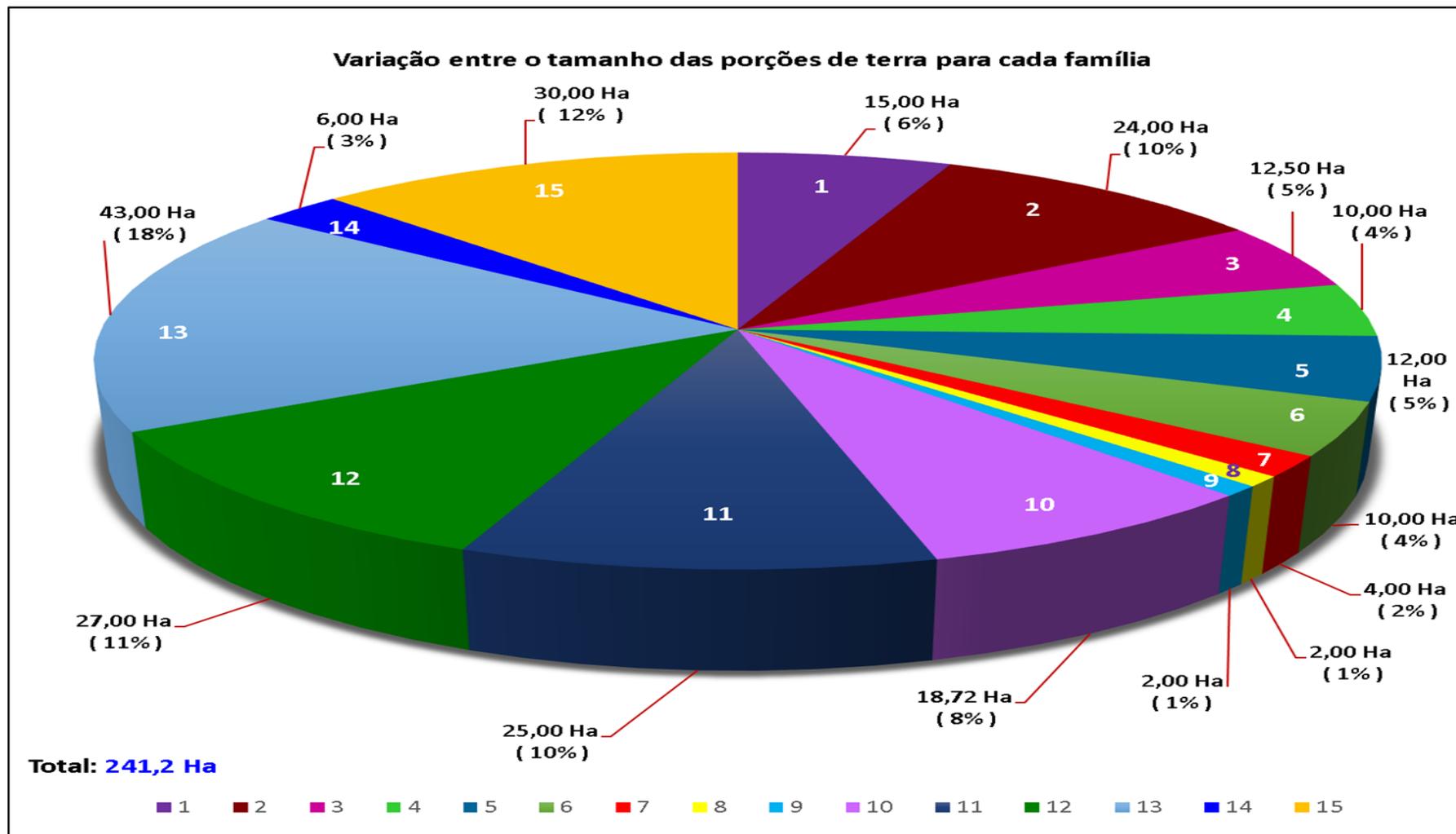
**Gráfico 2** - Fragmentação do território da comunidade em três partes, sendo: a área patrimonial, o “oitavo lote” e o restante das terras (que depois foi dividido em 13 parcelas).



**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

O restante da terra, que totalizava os 205,2 ha, foi dividido em 13 parcelas distintas, as quais foram redistribuídas para as famílias do Centro Alegre. O gráfico 3 evidencia o território da comunidade totalmente fragmentado, considerando a área patrimonial, o “oitavo lote” e mais as 13 outras parcelas de terra.

Gráfico 3 – Tamanho das parcelas de terra, e percentual em relação ao total de terras da comunidade Centro Alegre.



Fonte: Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

No gráfico acima, as numerações de um a 13 representam exatamente as 13 parcelas distribuídas entre as famílias. O valor atribuído a cada parcela corresponde, portanto, ao valor que cada família recebeu, por exemplo, a parcela 1 (representada pela cor roxa) é de Simeão Gomes Barbosa, equivale a 15 hectares e corresponde a 6% do total do território. A parcela 2, por sua vez (representada pela cor vinho) pertence a Maria Estela Braga, possui um total de 24 hectares e corresponde a 10 % do total do território. E assim sucessivamente.

Com o detalhe de que a parcela 14 (na cor azul anil) representa a área patrimonial da comunidade (3% do total do território); e a parcela 15 (na cor mostarda), representa o “oitavo lote” (12% do total do território).

Notar que a parcela 8, de 2 hectares, que foi dada a Fátima Pires, correspondeu a apenas 1% do total do território. O mesmo aconteceu com a parcela 9, pertencente a Deuzarina Miranda.

A área patrimonial da comunidade corresponde ao centro da comunidade. No ato de negociação da terra essa não precisou ser paga para Antônio Machado (ver anexo G). Quando a terra foi partilhada, essa área, que aqui denominamos de parcela 14, consistiu num valor de seis hectares, e correspondeu a 3% do território total de Centro alegre.

Antes da rodovia, nessa área central de Centro alegre situava-se a igreja evangélica Assembleia de Deus, o refeitório da igreja, o “grupo escolar” (escola), o Igarapé Grande, o “retiro” (casa de farinha) e as residências de algumas famílias.

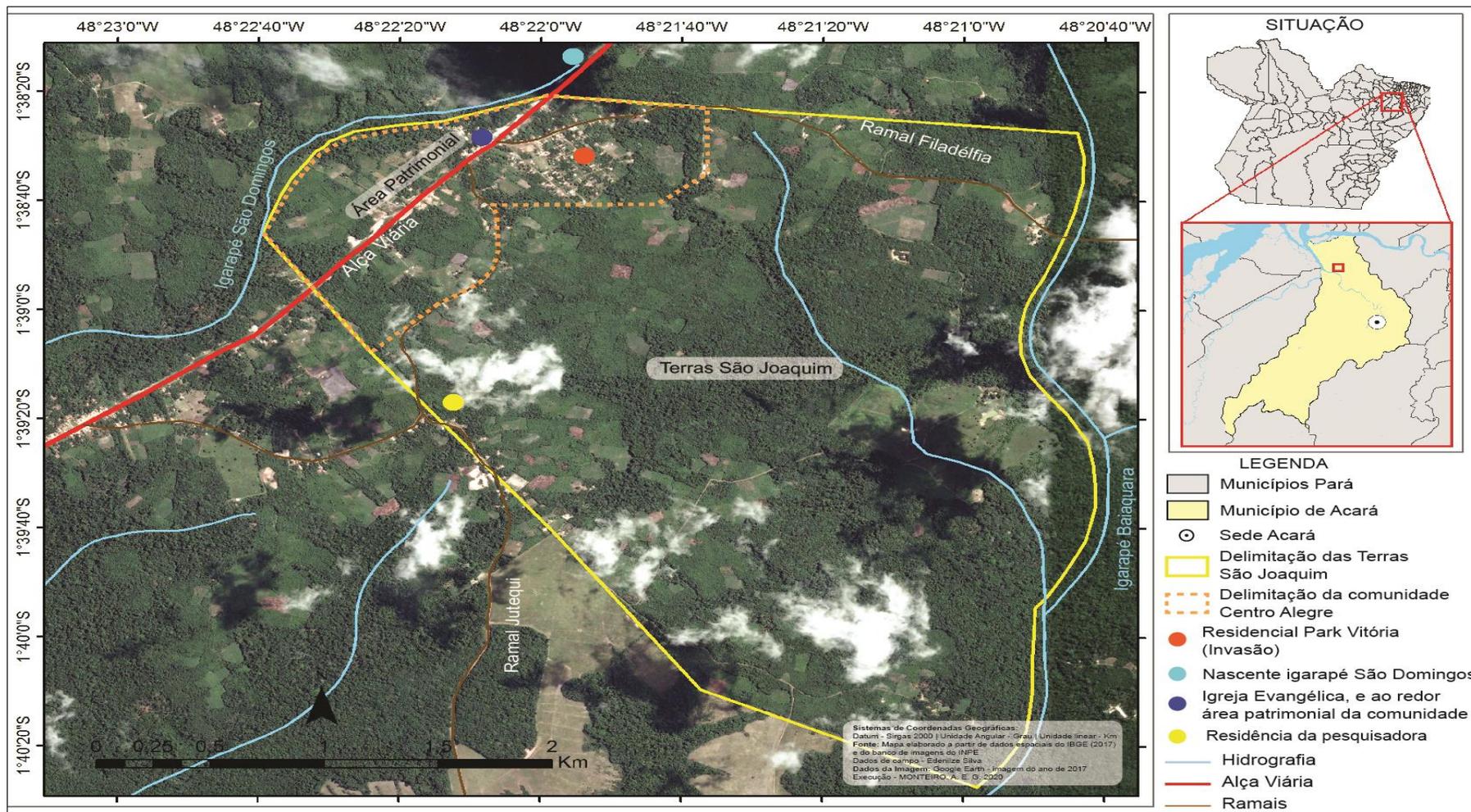
Quando a terra foi repartida, essas famílias que residiam nesse “núcleo” do território de centro Alegre tiveram direito de permanecer com a área que já ocupavam, que compreendia o espaço casa-quintal, e mais a porção de terra para trabalhar. Foi o caso das famílias de Simeão Gomes Barbosa, Reginaldo Cordeiro de Lima, Maria Estela Braga da Conceição, Nelson Ribeiro, Raimundo Ramos Pereira, Jorge Luís da Trindade Pereira, Maria de Fátima Pires da Costa, Deuzarina Pereira Miranda e a residência de Francisco Cesário de Lima.

Houve, então, certa separação entre o lugar de morada e as parcelas de terra designadas a essas famílias. Em três situações, as parcelas foram demarcadas em continuidade às antigas ocupações na área patrimonial. Foi o caso de Jorge Luiz da Trindade Pereira, pois a quantidade de terra que lhe coube foi contabilizada juntamente com a porção que ocupava dentro da área patrimonial. Deuzarina Pereira Miranda e Maria de Fátima Pires da Costa também tiveram a área da casa-quintal contabilizada juntamente com a área para

trabalhar. Nestes dois últimos casos, as duas residências foram “separadas” do centro da comunidade pela rodovia. Ver posições 3, 8 e 9 da figura 17).

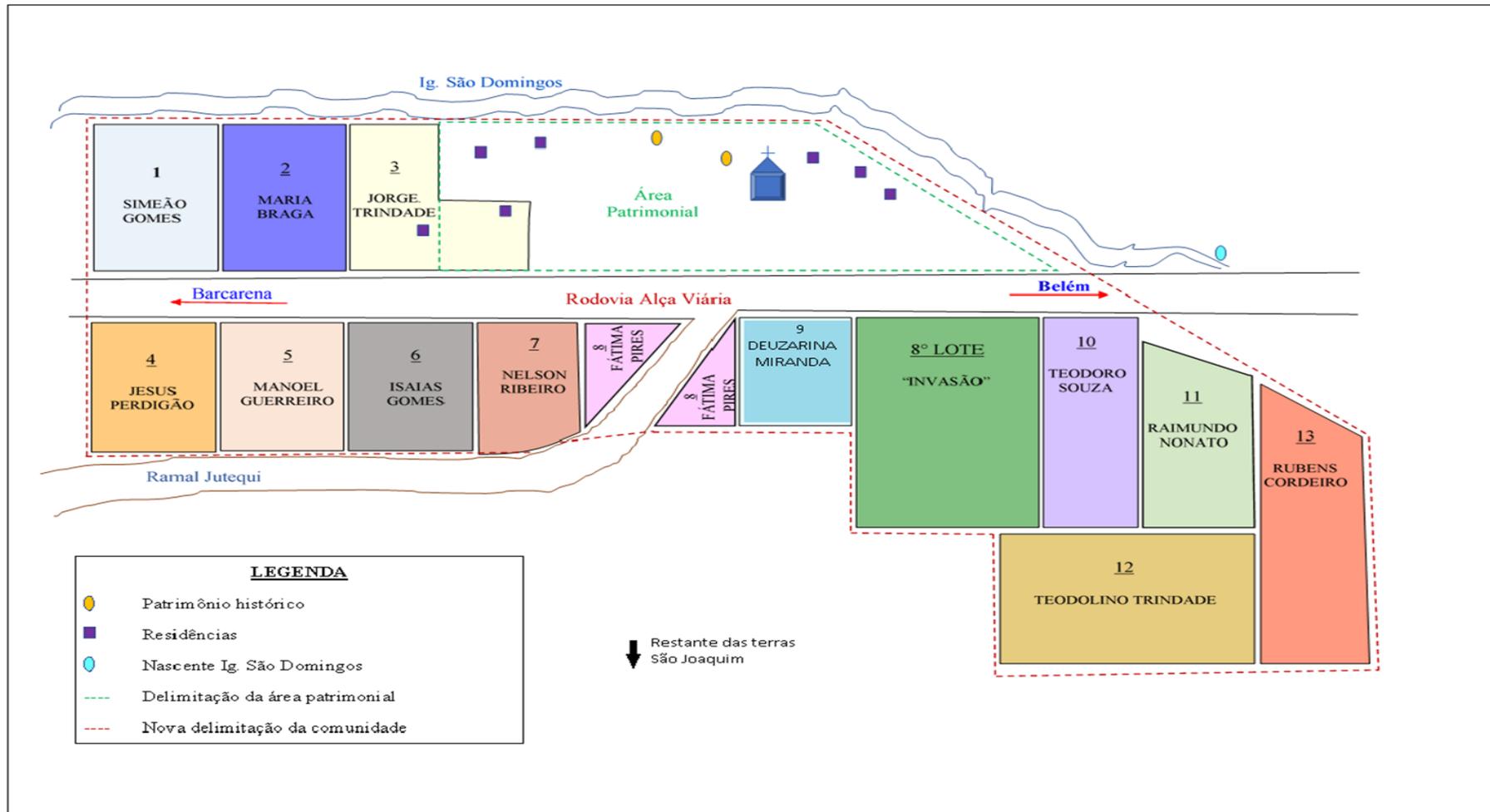
O mapa 3 mostra a configuração territorial da comunidade após o parcelamento da terra. A figuras 17 mostra a posição de cada parcela de terra no ato da fragmentação do território, e a figura 18 mostra a espacialização da área central da comunidade após a construção da rodovia.

**Mapa 3** – Delimitação territorial das Terras São Joaquim; e nova delimitação da comunidade Centro Alegre. Notar a presença da rodovia passando aos fundos das Terras São Joaquim e ao meio do território da comunidade.



**Elaboração:** Antônio Eduardo G. Monteiro (2020), especialmente para esse trabalho.

**Figura 17** – Ilustração da fragmentação da comunidade em parcelas individuais de terra; localização de cada parcela e seus respectivos donos.



**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus, 2019.

**Figura 18** - Configuração espacial da comunidade Centro Alegre após o parcelamento da terra. Perceber que de um lado da rodovia há a igreja e demais residências que configuram a comunidade antiga, e do outro lado, há as residências que compõe o residencial Park Vitória, popularmente conhecido como “invasão”.



**Fonte:** Elaborado por Ediel Brito Trindade e seu pai Teodolino Conceição Trindade (2020), especialmente para este trabalho.

#### 7.4.2 Das parcelas de terra à formação dos sítios

Após a partilha da terra, a comunidade fragmentou-se em “sítios” individuais, encerrando o acesso coletivo à área de mato onde os camponeses há anos trabalhavam. Nesse contexto, a expressão *sítio* – que foi como passou a ser nomeada cada parcela de terra – ganha sentido diferente de como os camponeses de Centro Alegre consideravam tal expressão antes, quando a terra era de uso comum.

Ao realizar estudo entre camponeses da região de Sergipe, a antropóloga Ellen Woortmann (1983) também identificou mais de um significado à categoria *sítio*.

Na contextualização do campesinato estudado pela antropóloga – um campesinato que enfrentava o intenso avanço da pecuarização e conseqüentemente avanço da propriedade privada –, a categoria *sítio*, de imediato, representava a parcela camponesa em oposição à propriedade privada. A ocupação camponesa “é o *sítio*, categoria que se opõe à propriedade, e não apenas se opõe, no plano classificatório, mas que existe em contradição com ela” (WOORTMANN, 1983, p. 175).

O termo *sítio* tem, ainda, uso plural: pode ser atribuído a toda uma parcela de terra camponesa; a uma área de terra que compreende o conjunto casa-quintal e o mato; ou mesmo ao espaço que compreende a casa-quintal e as frutíferas ao redor da casa – separando-se do mato ou mesmo excluindo-o dessa classificação –, conforme detalha a autora:

O termo *sítio* designa, porém, mais que apenas a parcela camponesa. Em seu sentido mais amplo, *sítio* pode designar todo um bairro rural de origem camponesa, como no caso de antigas sesmarias doadas a lavradores. Toda a sesmaria era um *sítio* possuído em comum pelo sesmeiro e seus descendentes. Já a parcela camponesa – seja qual for a situação jurídica de sua apropriação — frequentemente é formada por mais de uma extensão de terras não contíguas, o que ocorre quando as terras de um sitiante, obtidas por herança, são acrescidas de outras compradas, seja a parentes ou mesmo de *estranhos* (e, neste caso, geralmente situadas fora do bairro rural). O termo *sítio* designará, então, aquela parcela onde se localiza a *casa*, parcela essa que geralmente foi o ponto de partida, por herança, das terras de um camponês. As demais parcelas são variavelmente designadas como *pasto* ou como *malhada*, isto é, definidas por sua utilização (desde que o *pasto* ou a *malhada* não coincidam com a parcela onde se localiza a *casa*), ou mais simplesmente, como *terreno*. O sitiante dirá que mora no *sítio*, mas que possui também outro *terreno*. A expressão *sítio* tem então, um sentido ideológico, visto que, remetendo à *casa*, remete também à família e a um processo de descendência. O termo tem, porém, um terceiro sentido, ainda mais restrito: dentro da parcela *sítio*, refere-se à área ocupada pela *casa-quintal*, mais uma vez evidenciando a relação entre *sítio* e *família*. De fato, em geral a cerca que delimita a parcela camponesa estende-se até a *casa*, de forma que, para se entrar no *sítio*, é preciso entrar na *casa*. (WOORTMANN, 1983, p. 175)

Assim como no caso dos sítios estudados por Woortmann (1983), na compreensão dos camponeses aqui estudados, a expressão *sítio* também apresenta mais de um significado, que pode ser explicado pelas fases da história do grupo.

No tempo em que a terra ainda era trabalhada em forma de uso comum, os camponeses consideravam como *sítio* apenas o espaço rodeado pela casa, composto pelas frutíferas por eles plantadas, excluindo dessa classificação a capoeira e o mato – até porque esses elementos pertenciam aos outros camponeses também. Era nesse mesmo espaço, do *sítio*, que eles criavam porcos, galinhas e patos, que serviam exclusivamente para o alimento da família. No entanto, ainda que fosse nesse espaço de criação – que geralmente ficava para trás da residência – não se identificava entre os camponeses o uso da expressão *quintal*. Ao invés de *quintal*, eles usavam a expressão *terreiro*, que consistia justamente na área ao redor da casa, que era varrida, queimada as folhas e era onde os animais eram criados.

Nesse contexto, se algum camponês por algum motivo desejasse/precisasse se mudar, por exemplo, a família tinha o direito de trocar ou negociar apenas a casa e as frutíferas por eles plantadas, que na concepção deles era o *sítio*.

Retomando o fragmento de uma das conversas com Emercindo Felizardo da Conceição, quando falávamos a respeito do trabalho desenvolvido na terra, ele fala de quando precisou ir embora para Belém, no ano de 1992, que vendeu apenas a sua área de *sítio* para dona Fátima Pires.

**Emercindo:** A Fátima chegou já depois que eu saí. Porque eu vendi a casa pra ela.

**Pesquisadora:** Quando o senhor vendeu pra ela, nesse tempo tinha o direito de vender só a casa, era?

**Emercindo:** Era, nesse tempo vendia só a casa com o *sítio* porque a terra era do Machado. (Entrevista com Emercindo Felizardo da Conceição, *Sítio Santa Lúcia*, fev. 2020)

Quando a Terra São Joaquim foi dividida e que cada família recebeu a sua porção de terra, a expressão *sítio* passou a representar cada porção pertencente a cada família – incluindo a casa-quintal, a capoeira e o mato. Assim surgiram, por exemplo, os *sítios Dois Irmãos, Fé em Deus, Sonho Meu, Salmo 91* e outros, mencionados anteriormente.

No momento de definição do nome das parcelas de terra, é possível evidenciar que a expressão *sítio* foi usada como uma forma de nomear a propriedade privada que passava a ser cada porção de terra. A partir daí o *sítio* – pensado como a propriedade privada de cada família que recebeu a terra – passa a incluir espaços distintos dentro dele. Dessa forma, um único *sítio* pode incluir o espaço casa-quintal, a capoeira, o mato, a roça e o açajal. Nesse

sentido, o termo *sítio* novamente passa a ser entendido como a casa e a área das frutíferas que a circunda.

No caso de alguns camponeses que moravam na parte central da comunidade, eles receberam “terra para trabalhar” em outro espaço – separado da área central – e mais uma parte de terra no centro da comunidade, compreendendo a casa e o quintal, que eles novamente definem como *sítio* (prevalecendo, dessa forma, a mesma definição que usavam quando a terra era de uso comum). Foi o caso das famílias de Simeão Barbosa, Maria Estela Braga, Nelson Conceição, Jorge Luiz Trindade, Ruivaldo Lima e Reginaldo Lima.

Para esses camponeses a expressão *sítio*, novamente, passa a significar apenas o espaço que compreende a casa e as frutíferas que a circunda, como ilustra a figura 19.

**Figura 19** - *Sítio* da família de Simeão Gomes Barbosa, localizado no centro da comunidade.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

Já o espaço que fica fora – que é o espaço de fazer roça e de plantar o açai – é chamado por eles de “terreno” ou “mato”. Mais precisamente, “o nosso terreno” ou “o nosso mato”. A figura 20 mostra a área de “mato” da família de Simeão Gomes Barbosa.

**Figura 20** – Roça da família de Simeão Gomes Barbosa, localizada na área de “mato”, distante do centro da comunidade.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

## 8 DO USO COMUM AO USO PARCELAR: A COMUNIDADE APÓS O PARCELAMENTO DA TERRA

### 8.1 O destino das parcelas de terra após o loteamento da comunidade

Após o parcelamento das terras, nasce uma nova relação dos camponeses entre si e com o espaço de vida e de trabalho. Se antes trabalhavam em regime de uso comum da terra e tinham à disposição o que Woortmann e Woortmann (1997) chamaram de “supostos da produção” – ou seja, o mato, a capoeira a lenha –, agora o cenário era outro.

Cada família passou a conduzir a sua própria parcela de terra. E mais que isso, cada um precisou redimensionar o seu espaço de trabalho, de acordo com o tamanho da terra adquirida. Nessa circunstância, lembremos que o tamanho das parcelas de terra variou bastante, houve família que recebeu 43 hectares, outra que recebeu 25, algumas receberam 15, outras 12, e houve também outras que receberam apenas dois hectares de terra, conforme explicamos anteriormente.

Além da primeira divisão da comunidade nos oito lotes de terra e, posteriormente, da redistribuição entre as famílias (que deu origem às 13 parcelas), algumas famílias, ao receberem a sua parcela de terra, de imediato a transformaram em “herança” e a redistribuíram entre os seus filhos, fragmentando mais uma vez.

Margarida Maria Moura (1988) em *Camponeses* afirma que no universo camponês a terra representa o meio pelo qual o camponês trabalha e vive. Dada essa funcionalidade e importância, a herança da terra camponesa desempenha uma função estratégica na existência dos camponeses, “sendo um dos fundamentos sobre os quais se apoia a reprodução social do campesinato parcelar” (MOURA, 1988, p.28-9), sendo também a condição necessária para sua existência:

[...] a herança da terra é, para o camponês parcelar, um processo social essencial à manutenção de sua condição e do perfil de determinada área. Os mecanismos que adota para definir a herança da terra devem ser entendidos como resistência à expropriação, como momento privilegiado para observar as tensões sociais inerentes à reprodução física e social do campesinato. (MOURA, 1988, p.29)

Em outro trabalho, ao estudar especificamente sobre parentesco e herança em uma população de sitiantes do sul de Minas Gerais, a antropóloga identificou que no contexto estudado, as regras locais de acesso à terra e de herança contribuem para poupar, ao máximo, a integridade dos patrimônios territoriais de uma fragmentação excessiva. No contexto estudado pela antropóloga as regras locais de herança envolviam solidariedade entre os

parentes e eram fundamentais para a perpetuação do território entre a mesma família, entretanto, a autora diz que naquele contexto,

As regras de herança só se consumam na sua especificidade porque se exerce um tipo de solidariedade entre irmã e irmão, entre irmãos e também entre cunhados. Essa solidariedade entre indivíduos do mesmo sexo sendo ou não irmãos é a condição para que a propriedade se subdivida o menos possível e não se fragmente em áreas descontínuas. (MOURA, 1978, p. 45)

Porém, no campesinato que aqui estudamos, a brusca e recente alteração no modo de ocupação territorial da comunidade de Centro Alegre não permitiu que se estabelecesse um elenco de regras consuetudinárias, ainda mais em se falando de herança, o que precisaria de gerações se sucedendo.

Mas, logo após o loteamento da terra – momento em que se estabeleceu o domínio da terra a cada família – houve casos em que os pais dividiram a terra entre os filhos que nela moravam. Foi o caso, por exemplo, de Maria Estela Braga da Conceição (viúva), que à época do parcelamento da comunidade tinha quatro de seus oito filhos morando no local.

A terra que recebeu tinha 400 metros de frente por 600 metros de fundo, totalizando 24 hectares. Ela partilhou a frente do terreno em quatro partes, acompanhando todo o comprimento até encostar no igarapé (que marcava o fim dos terrenos). Dessa forma, ficaram quatro terrenos medindo 100 x 600 m cada. Três desses terrenos foi destinado a cada filho, o quarto terreno ficou para ela, juntamente com a filha caçula, que ainda era solteira.

Essa forma de herança, ainda que herança em vida, foi observada em pelo ao menos mais quatro outros casos, cada um com suas particularidades, mas calcadas em alguns elementos comuns, como por exemplo, a prioridade em “dar um pedaço de terra” aos filhos que já haviam contraído matrimônio.

Ao relacionar o tamanho das parcelas de terra recebidas com a quantidade de membros das famílias, nota-se que, se os camponeses de Centro Alegre viviam da agricultura de corte e queima, pautado no sistema de pousio, certamente esse sistema entraria em colapso, principalmente para os que tinham lotes menores, dada a indisponibilidade de área suficiente para se fazer a rotatividade das roças. A não ser que, porventura, fossem criadas novas estratégias pelo próprio grupo.

Por conta dessa nova configuração na forma de apropriação da terra, houve grande transformação no campesinato aqui estudado.

As transformações aqui ocorridas relacionam-se a três situações distintas. A primeira delas diz respeito à venda (parcial, ou total) da terra para pessoas externas ao grupo, fato que

ocorreu com a maioria das parcelas de terra, conforme veremos mais adiante. A segunda transformação corresponde à diminuição ou mesmo ao fim das atividades agrícolas, especialmente de roça – mesmo se tratando de famílias que ainda possuem terra disponível. E a terceira situação corresponde às modificações no trabalho realizado na terra e na composição do sítio camponês – por parte de quem permaneceu com a sua porção de terra.

#### 8.1.1 Venda de terra camponesa e a implicância à sobrevivência do campesinato local

Os camponeses que há mais de três décadas trabalhavam naquelas terras *alheias*, agora, após muita luta, haviam se tornado *donos* do seu pedaço de chão. Se isso por um lado lhes atribuía sentimento de honra e satisfação, por outro, os colocava em posição de liberdade para – de forma individual – decidirem o que fazer com suas porções de terra.

Enfatiza-se que o período da partilha da terra coincidiu com o tempo em que a rodovia foi inaugurada (ano de 2002). O que, não por coincidência, foi definitivo para dar visibilidade às terras da comunidade e de toda essa região do Baixo Acará, colocando-as sob especulação imobiliária, o que não tardou para também transformá-las em mercadoria.

Em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, o objeto e meio de produção de valores de uso. (IANNI, 1981, p 154)

Das 13 parcelas resultantes da divisão, dez ficaram localizadas contíguas à rodovia (de ambos os lados) e apenas três ficaram distantes dessa. As parcelas que ficaram distante estão representadas pelas posições 11, 12 e 13 da figura 17 e situam-se a aproximadamente 1,5 km da área central da comunidade.

Naquele contexto, a presença da rodovia era a grande novidade, justamente porque trazia consigo muitas perspectivas e abria um leque de possibilidade de outras fontes de renda. Como a possibilidade de empregos formais, tanto nas empresas, como nos pontos comerciais que se instalaram ao longo da rodovia (restaurantes, bares, balneários, cerâmica, etc.).

Nascia também a possibilidade de trabalho autônomo. Como, por exemplo, implantar pequenas barracas de venda de frutas e de farinha na beira da pista. Mas, a presença da rodovia evidenciava também a própria terra como potencial de fonte de renda, pois, possibilitou maior visibilidade àquelas terras que sempre estiveram *isoladas*.

Foi adornado por esse contexto que não surpreendentemente se iniciou um intenso comércio das terras dos camponeses. Das parcelas de terra adquiridas, boa parte foi vendida, trocada, ou negociada de alguma forma. O quadro 2, a seguir, mostra resumidamente essas transações.

**Quadro 2** - Descrição da venda de terras na comunidade Centro Alegre.

<b>Ordem das parcelas de terra</b>	<b>Nome da parcela de terra</b>	<b>Situa-se contíguo à rodovia?</b>	<b>Houve venda de terra?</b>	<b>Tamanho inicial da terra (hectares)</b>	<b>Tamanho atual da terra (hectares)</b>	<b>Situação das famílias em relação à terra adquirida.</b>
<b>1</b>	Sítio Sonho Meu	Sim	Não	15,0	15,0	Não houve divisão e nem venda de terra. A família ainda faz roça de mandioca, porém em menor quantidade (cerca de duas tarefas por ano), apenas para consumo da família. Além da roça, a família tem açaizal, de onde obtém boa parte da renda familiar, através da revenda de açaí líquido.
<b>2</b>	SN	Sim	Sim	24	0,0	A terra que ficou para a família logo foi repartida entre os filhos que moravam no local. Houve revenda total dessa terra. Atualmente, tanto a matriarca da família quanto seus filhos – e respectivas famílias – só possuem a área do sítio, que totaliza 1,5 hectares e situa-se na área patrimonial da comunidade. A família não tem mais onde fazer roça.
<b>3</b>	SN	Sim	Sim	12,5	NI	Assim que a terra foi adquirida, parte dela foi vendida – a parte do “mato” – e o restante foi dividido entre os filhos casados. Tanto a família patriarca quanto as famílias dos seus filhos vivem de atividades autônomas. Ninguém mais faz roça – e nem há mais lugar onde fazer.
<b>4</b>	Sítio Bom Jesus	Sim	Sim	10,0	NI	Houve significativa venda de terra, a viúva não soube dizer quantos hectares foram vendidos. Mas afirma que já venderam “quatro pedaços” de terra, inclusive os fundos do terreno (que tinha acesso

						ao ramal Jutequi) já não pertence mais à família. Um dos filhos ainda faz roça, mas dão a mandioca “de metade” <sup>34</sup> , pois não existe mais retiro (casa de farinha) na propriedade. De forma geral a família não vive mais do trabalho desenvolvido na terra.
5	SN	Sim	Sim	12,0	8	Essa Foi uma das parcelas de terra que também sofreu muita divisão e venda. O dono não soube (ou preferiu não dizer) quanto em hectares foi vendido, mas disse que ao todo foram “seis pedaços”. Há três anos ele mesmo vendeu uma última parte que lhe pertencia e foi embora para outra comunidade, deixando apenas dois filhos na propriedade. Sendo que a porção de terra que ficou para os filhos é pequena, insuficiente para fazer roça.
6	Sítio Dois Irmãos	Sim	Não	10,0	10,0	Não houve divisão e nem venda da terra. A família ainda mantém uma área de sítio e uma área de mato. Ainda há produção de roça, mas apenas para “dar de metade” para outras pessoas fazerem farinha. A farinha é produzida apenas para consumo da família, pois, além do cuidado com o sítio, o dono também trabalha como pedreiro e moto taxista.
7	SN	Sim	Sim	4,0	0	Houve venda total da parcela de terra (área que correspondia ao “mato”). A família faz roça em pequena quantidade, cerca de duas tarefas por ano, porém é em outra terra (que a esposa herdou do pai), fora das terras da comunidade. Apesar de fazerem roça, não fazem

<sup>34</sup> Oferecer a mandioca madura para algum vizinho ou parente fazer a farinha. Após estar pronta, a farinha é dividida (em partes iguais) entre o dono da roça e a pessoa que fez a farinha.

						farinha, preferem tirar a goma e tucupi para comercializarem. A renda da família é obtida através da venda de produtos como o açaí, a goma e o tucupi, somado a um ponto comercial familiar, localizado em frente à rodovia.
<b>8</b>	<b>SN</b>	Sim	Sim	2,0	0	Após adquirirem a terra esta foi dividida entre alguns filhos e, posteriormente, cada um vendeu a porção que lhe coube. Portanto, nesta parcela de terra houve venda total. Atualmente alguns membros dessa família vive em terrenos que compraram do senhor Teodoro Bentes de Souza (ao lado da “invasão”).
<b>9</b>	<b>SN</b>	Sim	Sim	2,0	0	Esta família também repartiu a terra entre os filhos e posteriormente as partes foram vendidas. Também nesta porção de terra houve venda total da área.
<b>10</b>	Sítio Salmo 23	Sim	Sim	18,72	NI	Logo que foi repassada para a família essa parcela de terra foi dividida entre quatro membros da família, sendo: pai, mãe e dois dos oito filhos do casal. Houve intenso loteamento e venda de terra, a maior parte da terra vendida se juntou ao terreno da “invasão”. A família mantém o sítio, porém não trabalha mais com atividades agrícolas – a área de mato que resta não é mais suficiente.
<b>11</b>	Sítio São Pedro	Não	Sim	25,0	24,0	A família mantém 24 hectares de terra (vendeu um hectare). A terra não foi dividida entre os membros da família. No aspecto de uso da terra, produzem roça em pequena quantidade, apenas para consumo

						da família. A principal fonte de renda é a aposentadoria da mãe de família (viúva).
12	Sítio Fé em Deus	Não	Sim	27,0	26,0	A família mantém 26 hectares da terra adquirida (vendeu um hectare) e vive dela. Desenvolvem atividades de roça, têm açaizal, plantio de laranja, de abacaxi, fazem carvão e tiram/vendem goma de mandioca. Entre a família ainda há um sistema de ajuda mútua, mas apenas entre os membros da família (os filhos solteiros e casados ajudam o pai e ajudam-se uns aos outros), especialmente nas atividades de fabricação de carvão e de farinha.
13	Sítio São Domingos	Não	Sim	43,0	43,0	Essa terra (bem maior que as outras) ficou para uma família extensa. Os quatro irmãos que ficaram com a terra não a repartiram entre si e também não a venderam. As famílias possuem seus sítios e a área de mato. Ainda trabalham fazendo roça, porém em menor quantidade, pois alguns membros das famílias (homens) conseguiram trabalho assalariado fora da propriedade.

**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

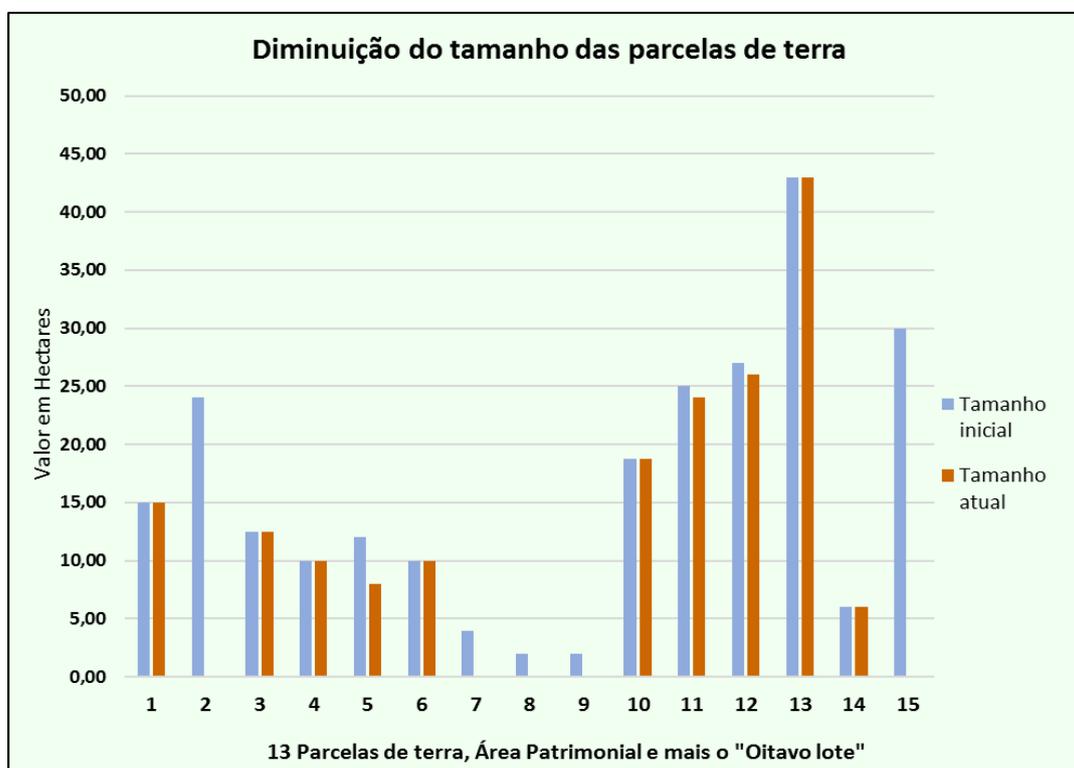
O quadro anterior apresenta uma quantidade densa de informações.

Como vimos, a maioria das parcelas de terra (dez) ficaram localizadas próximo à rodovia. Parece que a valorização dos lotes com frente para a rodovia aumentou a pressão para que os camponeses vendessem as terras, uma vez que, das dez parcelas confinantes à rodovia, apenas as parcelas 1 e 4 não foram, total, ou parcialmente vendidas. Em contraposição a esse percentual, das parcelas que se localizam distante da rodovia – parcelas 11, 12 e 13 – foram vendidos apenas dois hectares, sendo um hectare da parcela 11 e outro hectare da parcela 12.

Outro fato importante é que as menores parcelas de terra – 7, 8 e 9 – sofreram venda total, inclusive no momento da pesquisa de campo havia placas de venda em terrenos que ficavam localizados dentro dessas três parcelas. Mas, nesses casos, trata-se de revenda, pois, tais parcelas já haviam sido vendidas totalmente.

A parcela 7, era a única que ainda dispunha de uma pequena porção de terra, mas, ainda durante a realização desta pesquisa, foi vendida completamente. O gráfico 4 evidencia o tamanho inicial (2002) das parcelas de terra e o tamanho aproximado dessas parcelas no período da pesquisa de campo (2019).

**Gráfico 4** – Comparação entre o tamanho das parcelas de terra da comunidade.



**Fonte:** Elaborado por Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

A figura 21 mostra um sítio<sup>35</sup> que no período do trabalho de campo estava à venda. Este sítio fica em local estratégico, na esquina entre a rodovia e o ramal Jutequi, bem em frente à área patrimonial da comunidade. Vantagens que talvez expliquem o altíssimo preço cobrado no valor do sítio. Mas não apenas este, outras porções de terra nessa região também apresentam preço elevadíssimo.

**Figura 21** - Sítio localizado em frente à rodovia com anúncio de venda.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

A venda das terras, como vimos, foi significativa. Ocorreu até mesmo por aquelas famílias que por muitos anos desenvolviam o trabalho na terra.

**Pesquisadora:** Das terras que o senhor ganhou teve venda de alguma parte?

**Dono da parcela 5:** Foi, eu vendi uns pedaços.

**Pesquisadora:** E qual foi a motivação que o senhor teve pra vender esses pedaços de terra?

**Dono da parcela 5:** Doente, com medo da minha família passar necessidade, e eu era o homem da casa.

**Pesquisadora:** Mas quantos metros o senhor vendeu, o senhor ainda se lembra o tamanho e o ano que foi vendido?

**Dono da parcela 5:** Foi vendido 100x100 pro Chibanca. Foi em 2004, por aí.

<sup>35</sup> No ato da partilha da terra esse sítio pertencia à dona Fátima Pires (parcela 8). No passado (até 1992) esse mesmo sítio pertencera aos meus avós, Cista Gomes e Emercindo Felizardo da Conceição.

**Pesquisadora:** Pro chibanca foi vendido em 2004, e depois o senhor vendeu pra mais alguém?

**Dono da parcela 5:** Eu negocie mais um pedacinho lá, com o sargento.

**Pesquisadora:** Ah, sim, entendi. (Entrevista com o “dono da parcela de terra 5”, comunidade Nova Esperança, ago. 2019)

Em diálogo semelhante com outro interlocutor, falávamos a respeito da venda da parte de terra que havia ganhado de sua mãe, quando ela tinha feito a divisão entre ele e os outros irmãos.

**Pesquisadora:** [...]. Mas, como foi essa parte da venda dessas terras, o que foi que aconteceu pra vocês decidirem vender, foi falta de dinheiro, necessidade ou o quê?

**Membro da parcela 2:** Às vezes a gente faz um negócio pensando no outro. Foi besteira mesmo, pode colocar aí. (Entrevista com “Membro da parcela de terra 2”, comunidade Centro Alegre, ago. 2019)

Não foi possível coletar com precisão as informações acerca do tamanho total das áreas que foram vendidas em cada parcela, muito menos do momento exato da venda. A razão da ausência dos dados, entretanto, permitiu a observação de um significativo efeito: um notável constrangimento dos falantes quando o assunto era “venda de terras”, especialmente para os que haviam vendido alguma parte das suas.

A percepção do constrangimento quanto a esse assunto ocorreu no momento de entrevistar os que mais haviam vendido terra. Geralmente, antes mesmo da entrevista, eu já havia sido informada pelos outros entrevistados que “tal família” tinha vendido “tal parte” de suas terras (portanto tinha uma noção prévia de qual parte havia sido vendida). Mas, ao entrar nesse assunto e perguntar maiores detalhes da venda, por vezes, recebia respostas curtas, sem muitos detalhes. Muitas vezes, as respostas logo direcionavam para outros assuntos, que fugiam ao tema principal.

Em alguns momentos percebe-se também que algumas pessoas que fizeram a venda tinham constrangimentos em relação aos que não venderam. Tanto que, a respeito desse assunto, nunca foi possível tecer um diálogo coletivo entre os que venderam e os que não venderam terra, ainda que em alguns momentos tivesse surgido oportunidade.

Os lotes das famílias que receberam terra juntamente com os filhos, ou com irmãos, tiveram usos distintos. Como vimos, um dos destinos foi a partilha da terra com os filhos que já eram casados, o que em algumas situações culminou na venda parcial ou total da porção de terra adquirida. Em quase todas as parcelas que foram separadas da parcela maior, houve revenda da terra.

Em outros casos, como por exemplo, da parcela de 43 hectares, dada a quatro irmãos, observou-se o oposto. Os irmãos nunca repartiram a terra entre si, não houve venda de

nenhuma porção de terra adquirida. Os núcleos familiares dessas famílias ainda trabalham em forma de uso comum da terra, entre eles e seus descendentes.

Outro caso semelhante a esse é o de outra família que na época da partilha da terra tinham dez filhos solteiros. Passados mais de quinze anos que a terra foi dividida, seis dos seus filhos já estão casados, sendo quatro filhos homens e duas mulheres.

No caso das filhas, elas moram e trabalham na terra da família dos maridos, que por sinal são membros da mesma família dos irmãos que ganharam os 43 hectares juntos. Já os filhos homens moram e trabalham na terra do pai, sem que este tenha separado formalmente parte para cada um deles.

As famílias dos filhos, no aspecto do trabalho desenvolvido nas terras, continuam vinculadas à família maior. Trabalham juntos nas diversas atividades desenvolvidas na terra, sendo: roça, açaiçal, plantação de abacaxi, produção de carvão e fabricação de farinha.

## **8.2 Caracterização do uso da terra e do trabalho familiar na nova configuração territorial da comunidade**

Após a venda de muitos “pedaços” de terra, a comunidade reconfigura-se mais uma vez. Os locais em que as famílias costumavam trabalhar já não estavam mais disponíveis para essa finalidade. Os anos que seguiram logo após a inauguração da rodovia (2002), foram marcados pela rápida mudança na forma de trabalho desenvolvido na terra e na comercialização dos produtos resultantes desse trabalho.

Ao mesmo tempo que algumas famílias permaneciam com as atividades agrícolas, outras passavam a se dedicar a outras atividades econômicas, que paulatinamente emergiam após a presença da rodovia. Tais atividades consistiam inicialmente (e com bastante força) na comercialização de produtos, como farinha e frutas, em pequenas barracas implantadas ao longo da rodovia.

Com o passar do tempo surgiram também outras possibilidades de fonte de renda, a exemplo de empresas que se instalaram ao longo da própria rodovia, como a empresa Pará Cerâmica que se instalou no km 42; a empresa Terra Plena, no km 36; mais recentemente um posto de combustível no km 34; além de inúmeros supermercados, padarias, farmácias, balneários e restaurantes. A implantação dessas empresas e pontos comerciais absorveu boa parte da mão de obra local, especialmente a mão de obra jovem e masculina da região do Baixo Acará.

Tais possibilidades de trabalho alternativo, somado à venda das terras provocaram intensas transformações no campesinato local, tanto no que diz respeito a forma de uso da

terra, quanto à própria comercialização dos produtos agrícolas vindo das parcelas de terra que ainda desenvolvem atividades agrícolas.

Nesse aspecto, lembremos que durante a existência dos camponeses naquelas terras, eles mantinham, por via fluvial, um forte vínculo com a área comercial da cidade de Belém/PA, para onde destinavam boa parte de seus produtos agrícolas.

No momento em que a comunidade adquire a possibilidade de comercializar localmente os seus produtos, extingue-se por completo o respectivo percurso: comunidade, ramal, igarapé, rio e cidade. Dessa forma, rompe-se com o acesso aos portos do Retiro e do Jutequi, locais que antes eram utilizados para embarcar a produção agrícola e encaminhá-la até Belém. Agora, via estrada, os camponeses estavam diante da possibilidade de chegar bem mais rápido a Belém e mesmo de comercializar seus produtos no local, vendendo diretamente para o consumidor final. Toda essa transformação teria, por fim, facilitado a vida daqueles camponeses?

Uma pesquisa realizada em duas comunidades vizinhas a comunidade de Centro Alegre investigou sobre o uso da terra por camponeses dessas comunidades após a construção da rodovia Alça Viária. Nessa pesquisa os autores identificaram que “[...] a mudança do escoamento do rio em certa medida fez com que todos se atentassem para o encarecimento do transporte a pressão por mais produção” (PENHA et al., 2010, p. 5).

No caso dessas duas comunidades (fortaleza e Nínive), os autores identificaram que os camponeses se apoiaram na ação coletiva, criando uma associação local, que foi fundamental para a união do grupo no processo de produção e comercialização dos produtos.

[...] em relação ao período anterior à construção da Rodovia, era mais economicamente e socialmente viável, a comercialização através do rio. [...]. [Além disso] para o fortalecimento e a manutenção tradicional do uso da terra, esse campesinato teve que criar associações e filiarem-se ao sindicato rural para obterem crédito e financiamento pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nesse caso, o ambiente institucional passou a se tornar forte do ponto de vista da ação coletiva e dos resultados dessa ação. (PENHA et al., 2010, p. 6)

Os autores afirmam que o campesinato dessa região sofreu fortes consequências após a construção da rodovia. Para eles “se não fosse a ação coletiva dos chefes de família dessas comunidades, as consequências do uso da terra, quando da produção e comercialização seriam maiores” (PENHA et al., 2010, p. 6).

Diferentemente do que foi identificado nas referidas comunidades, em Centro Alegre não houve a formalização de uma associação ou outra forma de ação coletiva. Ao contrário, as famílias passaram a se articular de forma individual, contradizendo até mesmo a sua

configuração anterior de organização social. Que se pautava na coletividade, impressa principalmente na realização das atividades agrícolas (através dos mutirões e outras formas de ajuda mútua) e na comercialização dos produtos.

Em Centro Alegre, como a articulação para a comercialização dos produtos passou a ser individual, para alguns entrevistados a presença da rodovia foi um fator positivo. Conforme narra um dos interlocutores, que reside à margem da rodovia.

A Alça Viária pra nós foi uma coisa que veio pra melhorar financeiramente, né? Apesar de que a gente já ter tido também muitas percas. Ela trouxe um benefício muito bom pra nós. Mas, se a gente for lembrar, eu perdi o meu irmão aí nessa pista. Mas, pra mim foi muito bom, a respeito de trabalho. A gente, antigamente, a gente ralava muito, né, na roça. A gente não tinha como escoar a nossa mercadoria, aliás tinha, mas era com muita dificuldade que a gente botava mandioca no paneiro, aí de lá fazia farinha e levava pra Belém e com muita dificuldade, a gente conseguia chegar pra vender. E, muitas das vezes, a gente deixava fiado, né? E hoje a gente (quem trabalha na agricultura como a gente), a gente faz a farinha e, mesmo do preço que tá, mas, a pessoa vem em casa comprar, né, a gente vende. E nessa parte de trabalho melhorou muito, a gente vende as coisinhas tudo na frente de casa aqui, o que a gente botar aqui na frente, a gente vende, graças a Deus. (Entrevista com Isaias Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, ago. 2019)

Opondo-se a essa visão, outros camponeses – especialmente os que não residem próximo à rodovia – dizem que apesar de o trajeto até o mercado de Belém ter ficado mais acessível via rodovia, por outro lado, tornou-se mais dispendioso.

Para eles, a viabilidade para levar as mercadorias até Belém só seria maior caso houvesse um transporte coletivo da própria comunidade (como era antes no tempo dos barcos), o que seria possível se os camponeses novamente conseguissem se organizar coletivamente e se a maioria deles ainda desenvolvesse atividades agrícolas, o que, como vimos, não ocorre mais.

Por outro lado, apesar da possibilidade da venda direta dos produtos na margem da pista, alguns camponeses novamente enfatizam a desvantagem financeira, pois, não há como vender tudo de uma vez só.

Em diálogo informal com dois agricultores a respeito desse assunto, um deles me disse: “olha, pra ti ver só, nesse tempo a gente apanhava era aquelas baciadas de biribá, de cajú, de outras frutas também, pegava tudo e levava pra Belém. A gente vendia. As vezes até trocava tudo em peixe fresco, e trazia no outro dia para casa” (diálogo com Osvaldo da Silva, Sítio Santa Lúcia, fev. 2020).

Nesse momento perguntei: “mas se colocar na beira da pista, não dá para vender também?” Outro interlocutor, que também participava da conversa, respondeu:

É porque antes a gente arrecadava qualquer tipo de fruta, e na quantidade que fosse. A gente juntava tudo e levava pra Belém, e lá na Conceição, ou no Ver-O-Peso mesmo, a gente vendia tudo o que levasse. Agora não, na beira da pista as pessoas não compram de muito, compram aquele pouquinho de fruta e pronto, se sobrar sobrou, nesse tempo o que levasse vendia tudo. (Diálogo com Emercindo Felizardo da Conceição e Osvaldo da Silva, Sítio Santa Lúcia, fev. 2019)

O diálogo com outra pessoa, que também reside distante da rodovia, evidencia ainda outra questão, relacionada a necessidade de dedicação exclusiva de tempo para vender os produtos na margem da rodovia. Ele fala da experiência de comercialização na própria rodovia: “No começo eu ainda mandei os meninos [filhos] experimentar vender lá na pista, mas depois desisti. O tempo que eu fico lá esperando alguém comprar alguma coisa, eu tô é aqui capinando uma roça, roçando o sítio... eu não tenho essa paciência, não” (entrevista com Teodolino da Conceição Trindade, comunidade Centro Alegre, jun. 2019).

Ele acrescenta que antes, apesar da dificuldade de acesso à Belém, eles conseguiam juntar toda a mercadoria e juntos levavam de uma vez só para Belém, faziam isso, em média, duas vezes ao mês, não vendiam todos os dias.

No período de desenvolvimento desta pesquisa foram identificadas apenas três famílias que mantinham a comercialização dos produtos agrícolas diretamente na comunidade, na margem da rodovia. Porém, em todos os casos o trabalho de roça não é mais a atividade principal da família, e conseqüentemente, não é mais a única fonte de renda.

Um dos casos é da família de Isaias Gomes Barbosa e sua esposa Ivaneide do E. Santo Barbosa. Na propriedade da família (parcela 6) são mantidas as plantações que compõe o sítio e as roças. Estas ainda são implantadas anualmente, porém, em proporção bem pequena (em média duas tarefas por ano), visto que além do trabalho agrícola, Isaias também desenvolve as atividades de moto taxista e, em menor frequência, a atividade de pedreiro, além do ponto comercial que há na residência da família, onde eles comercializam carvão, farinha e frutas.

Os dois filhos do casal (um de dezenove anos e outro de dezessete, à época) investem bem pouco tempo no trabalho agrícola, dedicam-se com mais exclusividade aos estudos. Com base nessa configuração, apenas algumas etapas do trabalho agrícola são desenvolvidas pela família. A etapa de fabricação da farinha, por exemplo, há alguns anos é “dada de meia”, geralmente para alguns parentes que residem na parte da terra que fica mais distante da rodovia.

Outra família que também comercializa produtos agrícolas na própria comunidade é a de Ruivaldo C. de Lima e Regiane da C. Lima. Essa família foi uma das que recebeu terra

em conjunto com outros três irmãos de Ruivaldo, e essa terra localiza-se distante da rodovia.

Essa família mantém uma área de sítio na área central da comunidade, onde residem, e desenvolvem atividades de roça na área de mato, que se localiza fora da área central da comunidade. No entanto, desde que a rodovia foi implantada a família mantém uma barraca de venda de frutas na entrada da área patrimonial da comunidade. Nesse local eles comercializam tanto a produção familiar, quanto os produtos que compram de outros agricultores.

No caso dessa família verifica-se que enquanto a mulher e os filhos assumem a parte da venda, o marido sai para negociar a farinha, o tucupi, as frutas, enfim, os produtos a serem comercializados na barraca. Posteriormente, ele se junta ao restante da família para também realizar a venda.

Na realização do trabalho agrícola, a família novamente se divide. Nesse caso, enquanto parte da família sai para realizar as atividades da roça – geralmente o pai e o filho mais velho (de 18 anos, aproximadamente) –, a outra parte, neste caso a mãe e as duas filhas adolescentes, permanece na barraca para garantir a venda.

Diferentemente do trabalho agrícola anterior (antes do parcelamento do território), aqui verifica-se a mulher assumindo uma posição de maior expressividade que antes, neste caso, executando a tarefa de comercialização dos produtos, tal como o marido.

Ressalta-se, ainda, que no caso dessa família o trabalho da roça também não se configura como a atividade principal da família, mas sim como um complemento essencial para manter o alimento básico da família, que é a farinha de mandioca, e mesmo, para garantir o estoque de produtos comercializados na barraca. Além dessas atividades, a família conta ainda com a renda vinda da aposentadoria de Ruivaldo.

O outro caso de comercialização de produtos agrícolas na própria comunidade é o de Teodoro Bentes de Souza. Diferentemente das duas outras situações, nesse caso, os produtos que ele comercializa não vêm de sua propriedade, são produtos comprados de outros agricultores. Isso ocorre por dois motivos primordiais.

Primeiro porque, antes mesmo da rodovia, esse agricultor já trabalhava como marreteiro de farinha e de frutas, comprando dos agricultores da comunidade e revendendo na área comercial de Belém. Quando a rodovia passou, ele continuou a comprar e revender esses produtos, mas agora a revenda passou a ser em sua própria barraca, perto do centro da comunidade e da rodovia.

O outro motivo que, implicitamente, o leva a revender apenas os produtos dos outros e não a sua própria produção, tem relação com a pouca disponibilidade de terras para plantar. Pois, a parcela de terra adquirida pela família desse agricultor (18 hectares) foi repartida inicialmente em quatro partes: a parte frontal da terra ficou para ele, a parte intermediária ficou para os dois filhos casados (cada um com sua parte) e a parte mais aos fundos ficou para a esposa e os demais filhos, ainda solteiros à época.

Ao ter repartido a terra dessa forma, ele perdeu o controle do todo (da parcela toda). Cada um deles passou a administrar a seu modo, conforme suas necessidades. Um agravante a isso foi a revenda da maioria dessa terra, de modo que praticamente não existe mais espaço suficiente para a realização das roças, ou mesmo de expansão da área de sítio. Dessa forma, a fonte de subsistência de Teodoro vem do lucro que obtém da venda das frutas e de sua aposentaria.

No que diz respeito a realização do trabalho, ele desenvolve sozinho suas atividades, pois, há alguns anos ele e sua esposa se divorciaram e até o momento da pesquisa ambos não haviam constituído outra família.

Sua antiga esposa, Maria da Conceição Trindade, por muitos anos foi professora no antigo grupo escolar da comunidade. Antes do parcelamento da terra trabalhava metade do tempo na roça, metade na escola. Pouco tempo depois que a terra foi parcelada ela aposentou-se e também não trabalhou mais na roça. Atualmente mora com um dos filhos e alguns netos e divide o seu tempo entre as tarefas da casa e as atividades da igreja, onde ocupa o cargo de primeira secretária.

#### 8.2.1 As transformações nas relações de trabalho e o fim das práticas de ajuda mútua.

Quando realizei o primeiro trabalho de campo para subsidiar esta pesquisa (em julho de 2018), dialoguei com as pessoas mais idosas do local. Eu tinha mesmo a intenção de conhecer a parte mais antiga dessa história, com seus pormenores detalhes. No decorrer das entrevistas, investi nas narrativas que tratavam dessa história, fiz isso para poder traçar um paralelo entre o que eles diziam a respeito da comunidade antiga, comparando com a comunidade atual. Mas, fiz isso também como forma de confrontar suas falas com as minhas próprias impressões acerca das transformações ocorridas.

Das muitas histórias contadas por aqueles camponeses, algo que muito se destacava era a forma de organização deles para a realização do trabalho agrícola. Que, como vimos, era desenvolvido com base em práticas de ajuda mútua.

Quando retornei à comunidade (em junho de 2019) para conviver por período mais longo com as famílias, observei que essas práticas de ajuda mútua haviam enfraquecido e praticamente desaparecido entre os camponeses. Um dos motivos que parecia evidente na explicação desse fato relaciona-se à diminuição da disponibilidade de terra onde os camponeses pudessem implantar suas roças. Pois, como vimos, algumas famílias venderam quantidade significativa de suas terras.

Ou seja, se não tem mais terra, não tem mais roça. E sem roça não há broca, derruba, capina.... Sem roça não há farinhada. Essas atividades eram o palco dos *mutirões*, dos *putirões*, das *trocas de dia*.

Mesmo entre as famílias que mantiveram suas porções de terra, as práticas de ajuda mútua também diminuíram significativamente. Um dos motivos para essa mudança, segundo os interlocutores, tem haver com a inserção de outras pessoas e outras atividades econômicas na comunidade.

Fato que possibilitou a perda do ritmo antigo de comunicação entre as famílias. Por outro lado, ficou difícil mensurar o “valor” das outras atividades que diferiam das atividades de roça, conforme mostra o fragmento de uma das entrevistas.

**Pesquisadora:** E em relação ao ritmo de trabalho desenvolvido na comunidade [...] isso se transformou também, né?

**Isaias Gomes:** Se transformou. É porque, tipo assim, como eu tô te falando, antigamente como tinha o pessoal que era mais antigo, [...]. A gente tinha os mais velhos e aí tinha esse ritmo de putirão, de fazer os eventos, que era todo mundo junto. [...]. Porque antigamente era a família do tio Dico, do tio Coló, o pessoal do tio André, o pessoal do Tude, quer dizer que era uma família antiga e que tinha esse ritmo. Quando surgia um putirão, o papai dizia: “vai no André dizer que vai ter um putirão tal dia, aí de lá tu vai no Tude, vai no fulano...” então tinha aquela consideração por aquelas famílias, aquele pessoal mais antigo. Aí quer dizer que hoje, como varou a rodovia, já veio outras pessoas pro nosso lugar, que até mesmo eles não mexem na nossa agricultura, né? Aí quer dizer que as pessoas que vem pra cá, já vem, às vezes, pra fazer uma casa, pra passar um final de semana, outros já moram numa vila, aí já botam outro tipo de negócio, por exemplo, botam um comércio, uma venda. **Aí, se eu for convidar ele pra roça pra roçar, ele não vai me convidar pra vender no comércio dele.** Porque já houve essa mudança. Antigamente o foco era roça, aí hoje não, hoje já mudou. Hoje, quando chega umas pessoas no nosso lugar, mas eles já vêm aqui, por exemplo, pra comprar a minha mercadoria, o meu carvão, ele já leva pro comércio dele, entendeu? Aí é por isso que houve esse impasse, porque mudou a agricultura.

**Pesquisadora:** E entre vocês? Entre os que faziam parte do Centro Alegre, mesmo assim não existe mais mutirão?

**Isaias Gomes:** Não existe mais.

**Pesquisadora:** Mas tu achas que foi por causa também disso que as pessoas trocaram de atividade? Ou tem a ver com outro motivo?

**Isaias Gomes:** Eu acredito que foi por isso. Não foi que as pessoas quisessem que acabasse, entendeu? Foi porque como eram poucas famílias... elas eram poucas, mas se tornavam grandes [...] porque naqueles eventos de putirões e tal, de tantas coisas assim, quando eram convocadas essas pessoas, elas vinham. Por que?

Porque elas teriam necessidade de a gente ir lá também. Aí quer dizer que, se eu convidar uma pessoa que tem um comércio hoje, pra vir roçar comigo, ele não vem porque ele não vai depender da minha ajuda, da minha *roçada*, ele já mexe com outro tipo de negócio, entendeu? Aí eu acho que é isso que é a diferença. (Entrevista com Isaias Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, ago. 2019)

Após o parcelamento do território, a entrada de outras famílias nas terras da comunidade ocorreu de duas formas. A primeira através da ocupação do “oitavo lote”, onde se formou a “Invasão”, conforme explicamos anteriormente. A segunda, foi a partir da venda sucessiva de terras.

A entrada dessas outras pessoas estabeleceu uma nova relação entre o grupo, pautada numa distinção simbólica entre as pessoas de “dentro” da comunidade – que são as pessoas que já residiam ali antes rodovia; e as de “fora” – representadas por quem chegou depois. Tal distinção é percebida principalmente pelos moradores mais antigos.

No caso das famílias que ocuparam a parte da terra que ficou conhecida como “Invasão”, não houve o desenvolvimento de atividades agrícolas, visto que essa porção de terra foi loteada em partes pequenas, com terrenos medindo, em média, 90 x 90 metros, ou seja, área insuficiente para implantar as roças.

Dessa forma, não foram estabelecidos vínculos de trabalho – muito menos práticas de ajuda mútua – entre as famílias do Centro Alegre e essas famílias que chegaram depois. Como disse o interlocutor da entrevista narrada anteriormente: “Aí quer dizer que, se eu convidar uma pessoa que tem um comércio hoje, pra vir roçar comigo, ele não vem porque ele não vai depender da minha ajuda, da minha *roçada*, ele já mexe com outro tipo de negócio, entendeu? [...]” (entrevista com Isaias Gomes Barbosa, comunidade Centro Alegre, ago. 2019).

Ainda sobre a venda de terras. Nas porções de terra que foram vendidas, constatou-se usos diferenciados da terra. Nesses casos, verificou-se que também se estabeleceu outro tipo de relação entre os pertencentes ao grupo antigo e os que chegaram depois.

Algumas pessoas que chegaram depois e que compraram considerável quantidade de terra, investiram na implantação de sítios. A exemplo de uma porção de terra localizada à margem da rodovia (onde ficava parte da parcela 3), onde o proprietário investiu no cultivo de hortaliças e de frutas como laranja (*Citrus sinensis*), limão (*Citrus limon*), acerola (*Malpighia emarginata*) e banana (*Musa sp*).

Outras pessoas investiram mais especificamente no cultivo de açaí, a exemplo de outra família que comprou uma área adjunta à área patrimonial da comunidade e transformou em uma chácara com açaizal dentro. Essa família cercou sua propriedade (conforme figura

22), “separando-se” dos demais integrantes da comunidade, que até o período desta pesquisa não mantinham cercas em suas propriedades, nem na área dos sítios e nem nas áreas destinadas ao trabalho.

**Figura 22** - Propriedade particular localizada na área central da comunidade. Notar que a presença do muro divide a propriedade particular da área patrimonial da comunidade.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

Importante também observar na figura 22 é que ao lado da árvore de uxizeiro (*Endopleura uchi*), que ficou dentro da cerca, era onde havia o retiro que pertencia à família de Maria Estela Braga, mas que servia a todas as famílias da comunidade.

Com a venda parcial ou total das parcelas de terra, os filhos dos camponeses (a maioria deles) passaram a não trabalhar mais nas atividades de roça, até mesmo porque em alguns casos, não havia mais essa possibilidade.

Com isso, passaram a desenvolver outras atividades, dentre as quais: trabalho autônomo, trabalho assalariado (principalmente nas empresas Pará Cerâmica e Terraplena), trabalho temporário, prestado para a prefeitura municipal de Acará, e trabalho agrícola, desenvolvido em forma de *empreita* ou como *diária*.

Identificamos que alguns desses filhos prestam serviços para pessoas que chegaram depois na comunidade, por intermédio da compra de partes das parcelas de terra. É o caso

de um dos filhos de Simeão Gomes Barbosa (parcela 1), que trabalha como diarista e durante a pesquisa de campo prestava serviço para o dono de um dos sítios originados a partir da parcela 5.

Outro caso é o de um dos filhos de dona Deuzarina Miranda (parcela 9) que é caseiro em uma chácara (onde era a parcela 2). Há ainda outras pessoas que trabalham especificamente fazendo diárias roçando com roçadeira, outros limpando sítios e açaiçal.

#### 8.2.2 “Agora a gente não trabalha mais assim”: as transformações nas atividades agrícolas.

Além das transformações no que diz respeito ao trabalho realizado na terra, a diminuição das áreas disponíveis para fazer roça reconfigurou também os espaços que constituíam o território da comunidade. Tal reconfiguração é perceptível principalmente na diminuição das capoeiras, das áreas de mato, do sumiço dos “centros” de trabalho que cada família costumava dispor e até mesmo do fim do uso de animais, especificamente de cavalos, no processo de trabalho. Reconfigurou, ainda, os próprios elementos constitutivos da área central da comunidade (poço de mandioca, retiro).

Das famílias que receberam terra próximo à rodovia, em média quatro famílias ainda trabalham com roça, que são as famílias de Nelson Gomes Ribeiro, Maria de Belém do E. Santo Perdigão, Isaias Gomes Barbosa e Simeão Gomes Barbosa. A média de tamanho das roças que fazem é de, no máximo, duas tarefas por ano/família.

As roças feitas pela família de Nelson não são utilizadas para fazer farinha, são mais para a comercialização in natura dos produtos, como: mandioca amarela, goma, tucupi e milho verde.

As roças feitas pelas outras famílias (Maria de Belém, Isaias e Simeão) são roças de mandioca, usadas exclusivamente para fazer farinha de boia. Mas, desses três, é apenas Simeão que ainda realiza a etapa de fabricação da farinha, as duas outras famílias dão a roça “de meia” quando esta está madura, apta a fazer a farinha.

Dessa forma, a *farinhada*, que antes juntava os parentes, vizinhos, as famílias de forma geral, hoje não existe mais. Não existe mais a farinhada em sua forma avolumada que era, e não existe mais na representação simbólica que tinha para as famílias.

No centro da comunidade não há farinhada nem fabricação da farinha, isso porque até mesmo Simeão, que é o que ainda faz farinha, a faz fora da comunidade, juntamente com uns parentes que trabalham com roça, mas que não são de Centro Alegre.

Diante dessa configuração, os retiros que haviam na área central da comunidade já não existem mais. Ou se existem, não exercem mais a sua funcionalidade principal (ver Figura 23 A e B).

**Figura 23 (A e B)** - Retiro (casa de farinha) localizado na área central da comunidade. A ausência de alguns elementos constituintes do retiro, como a chapa/forno, evidencia a impossibilidade de se fazer farinha no local.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

Nas parcelas de terra localizadas mais distante da rodovia (parcelas 11, 12 e 13) quase não houve venda de terra e é onde se desenvolve com um pouco mais de frequência as atividades de roça e de fabricação de farinha.

Na parcela 11 (sítio São Pedro), evidenciou-se que as roças são feitas em bem menor quantidade e com pouca frequência. Um dos fortes motivos relaciona-se ao fato de a mão de obra familiar ser insuficiente, resumindo-se na mãe, já muito idosa, e no filho, que nunca se casou e nem teve filhos.

Na parcela 13 (Sítio São Domingos), não houve divisão oficial e nem venda de terra. Até hoje ainda é um estabelecimento único, mesmo que cada família possua separado a sua área de sítio e açaiçal, como era antes em toda a comunidade. Todas as quatro famílias (para quem fora destinada a terra) ainda fazem roças, mas com menor frequência e em menor quantidade do que antes. A limitação da área de terra parece responder por essa diminuição.

Essa parcela de terra possui 43 hectares, o que corresponde a uma fração ideal de 10,75 hectares para cada uma das quatro famílias. Subtraindo daí as porções ocupadas pelo sítio e pelo açaiçal, resta uma área pequena – em relação ao que se tinha antes do parcelamento – para colocar roça. A situação tende a se agravar com o crescimento dos

núcleos familiares. Cinco (um homem e quatro mulheres) dos sete filhos de Reginaldo e Sônia, por exemplo, já são casados. Ainda que apenas o filho com a esposa more e trabalhe na terra (costumeiramente, as mulheres moram na terra de seus maridos), a quantidade de terra dessa família ficará cada vez menor.

O diálogo a seguir enfatiza justamente isso, que a diminuição das roças é consequência direta da diminuição da área que essa família extensa costumava trabalhar.

**Sônia Maria:** [...] Nós já trabalhamos muito, carreamos muita mandioca pra água, trabalhávamos de madrugada com “fazeção” de farinha e tudo mais. Eu falo aqui pros meninos: “Ah, agora tá bom que a gente não trabalha mais de madrugada”, nessa época nós trabalhávamos muito de madrugada, era duas horas da madrugada, a gente levantava pra ir pro retiro, fazia farinha. Mas, agora a gente não trabalha mais assim, trabalha, mas não é mais como a gente trabalhava.

**Pesquisadora:** Vocês ainda fazem roça, aqui?

**Sônia Maria:** A gente ainda faz, só um pouquinho, mas ainda faz.

**Pesquisadora:** Qual a quantidade de roça que vocês fazem agora?

**Sônia Maria:** Olha, tem ano que a gente faz três tarefas, tem ano que é quatro... esse ano nós fizemos duas tarefas só, e nem deu pra limpar tudo porque dá demais mato agora.

**Pesquisadora:** Dá muito mato agora? Por quê? Não era assim, antes?

**Sônia Maria:** É. Agora nessa capoeira fraquinha dá muito mato.

**Pesquisadora:** Ah, sim. E por que só tem capoeira fraquinha?

**Sônia Maria:** É por causa que todo ano a gente tem que fazer roça e o mato foi diminuindo, a quantia, pra gente, de mato. Antes é porque a gente trabalhava praí, pra onde agora é do Andrei, tudo praí a gente trabalhava quando tinha roça.

**Pesquisadora:** Mas, quem é Andrei?

**Sônia Maria:** É o dono da cerâmica, ele tem terra pra cá, onde era do Miguel, uma parte de onde a gente trabalhava que ficou pro Miguel<sup>36</sup>. E essa parte do Miguel eles venderam um bocado pro Andrei e outra parte pro homem da fazenda. Aí, a deles pega bem daí pra lá, a nossa é só até ali mesmo, ficou só um pouquinho o nosso.

**Pesquisadora:** Ah, sim, então é porque antes, quando ainda não tinha vendido, vocês podiam fazer no mato dele?

**Sônia Maria:** Era, nós trabalhávamos nesse mato aí. Aí, depois que foi repartido, porque isso aí era do seu Machado, né, aí depois que teve isso aí [divisão e posterior venda], aí ficou só um pedacinho pra nós. Daí praí ficou do Diquinho, aí o nosso é até ali. Aí no caso, nesse pedacinho aí trabalha: o Rubinho [Rubens], o Rude [Rudivaldo], o tio Mário [Rildo] e o Regi [Reginaldo], os quatro irmãos. (Entrevista com Sônia Maria Cunha de Lima, comunidade Centro Alegre, jul. 2019)

Somado a essa questão – ou mesmo em virtude dela –, evidencia-se a maior incidência do trabalho temporário e trabalho assalariado, desenvolvidos fora da propriedade, entre os homens dessa família. No período em que foi realizado o trabalho de campo na comunidade, os irmãos Rubens, Rildo, Reginaldo e também o filho casado de Reginaldo, encontravam-se empregados. Nessa configuração, o trabalho da roça torna-se secundário para os homens, passando a ser desenvolvido pela mulher e pelos filhos (no caso da família de Reginaldo) e

---

<sup>36</sup> No processo de parcelamento da terra, essa área, citada pela interlocutora, ficou fora do domínio da comunidade. Esse confinante, Miguel, era morador das mesmas Terras São Joaquim, mas não pertencia ao Centro Alegre.

pela ajuda eventual de familiares próximos (nos demais casos). O outro irmão, Ruivaldo, ainda faz roça, mas esta não é mais sua atividade principal. Há muitos anos possui uma barraca próximo à rodovia, onde, com a família, comercializa goma, tucupi, farinha e frutas, conforme já descrevemos

Na parcela de terra 12 (sítio Fé em Deus), representada por Teodolino Conceição Trindade foi onde identificamos com maior frequência as atividades de roça, de farinha, além do investimento em outras atividades dentro do lote.

Em relação às roças, geralmente a família faz roças de quatro hectares, sendo feitas duas roças por ano. As roças têm a finalidade de produzir milho e mandioca, esta usada tanto para fazer a farinha da forma tradicional, como para ser ralada e produzir goma, a qual é comercializada exclusivamente por Marcela, esposa de Teodolino.

No trabalho da roça evidencia-se ainda um trabalho familiar, os filhos ajudam em todas as etapas, juntamente com o pai. A mãe, também ajudava, mas há dois anos, aproximadamente, assume mais o trabalho da casa e do preparo e venda da goma, visto que as duas únicas filhas se casaram e não há quem a ajude nas tarefas domésticas.

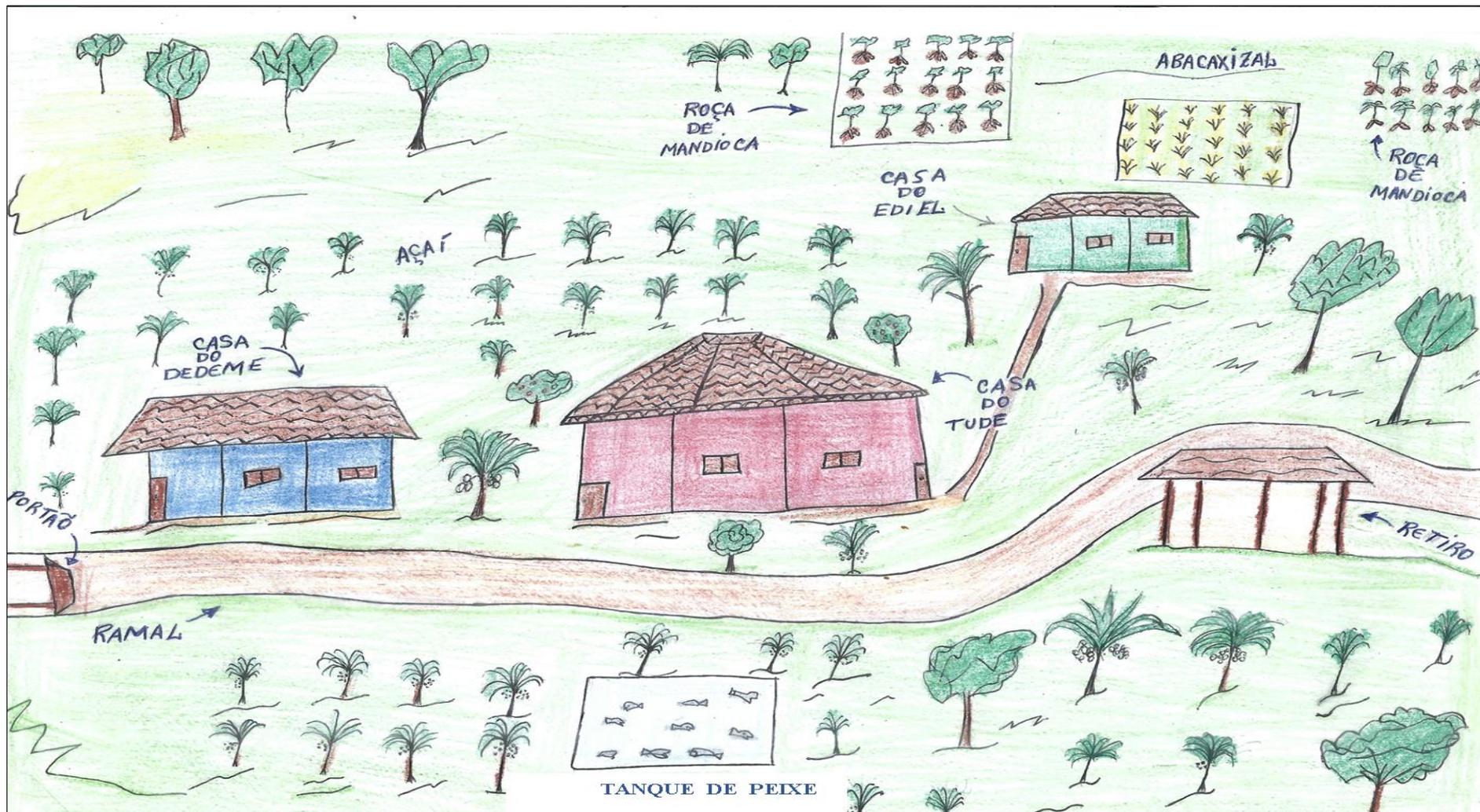
Além da roça, a família investe, ainda, na inserção de outros produtos na terra, tais como plantio de laranja, abacaxi, e açaí-Pará, além de manterem outras frutíferas que já havia no sítio, tais como manga, jaca, cupuaçu, biribá, uxi, abacate (*Persea americana*), algumas das quais auxiliam a renda familiar no período de safra dessas frutas.

Há ainda um investimento em uma área de igapó, onde é manejado uma área de açaí nativo, além de uma experimentação em criar peixe em tanque. A família cria galinha e porco, apenas para o consumo da família<sup>37</sup>. As figuras 24 e 25, abaixo, representam os elementos constitutivos do lote da família de Teodolino.

---

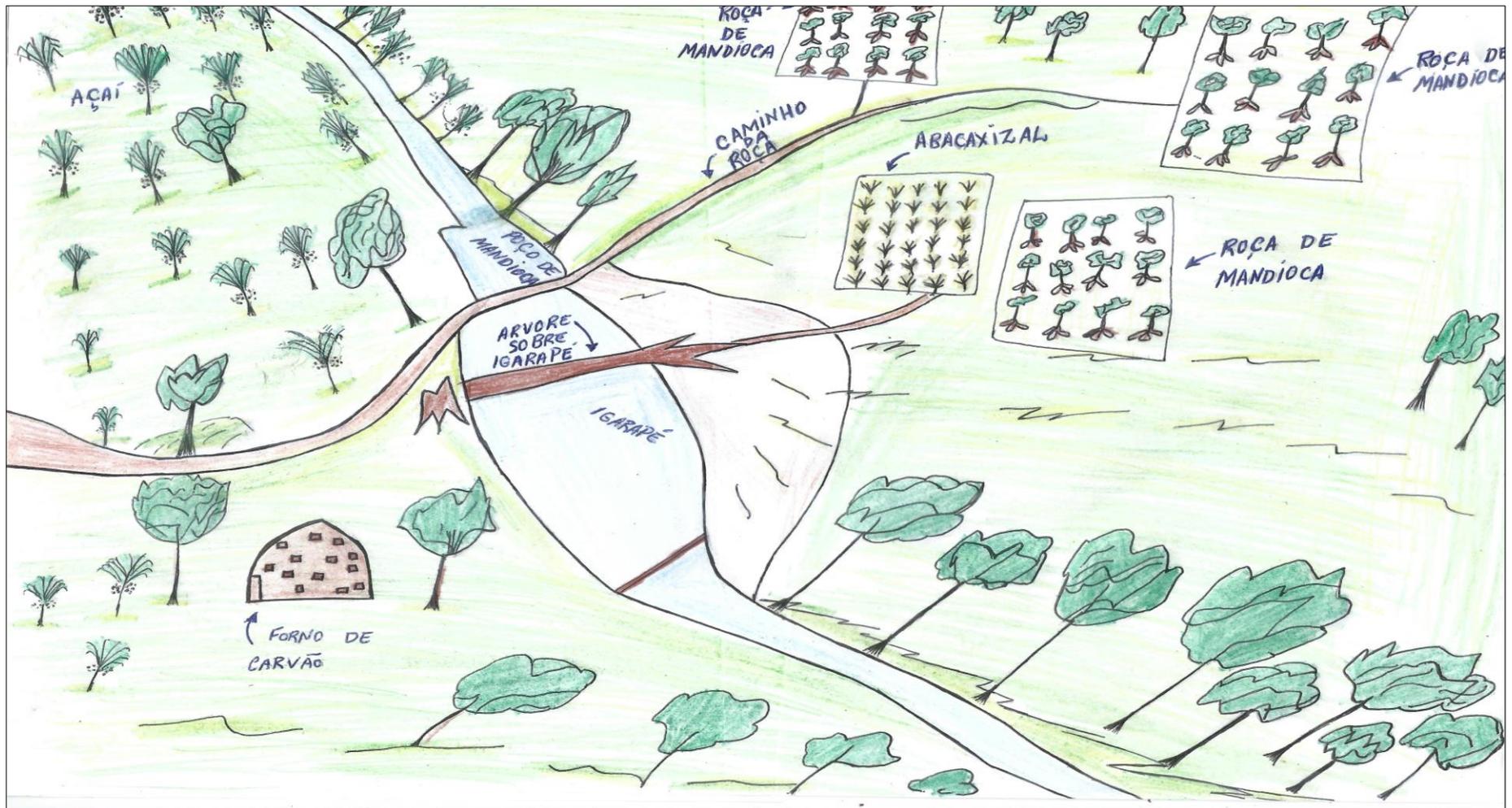
<sup>37</sup> No sítio de Simeão Gomes Barbosa também foi evidenciado a criação de porcos e galinhas, ambos para o consumo da família. Entre as demais famílias há apenas a criação de galinhas.

Figura 24 - Propriedade de Teodolino Conceição Trindade e de sua família, área que compreende a casa (dele e dos filhos), o retiro e o sítio.



Fonte: Elaborado por Ediel Brito Trindade (2019).

**Figura 25** - Propriedade de Teodolino Conceição Trindade e de sua família, área que compreende o igarapé, o forno de carvão, a roça, o abacaxizal, o açaizal e o mato.



Fonte: Elaborado por Ediel Brito Trindade (2019)

Entre a família de Teodolino a fabricação da farinha é uma atividade frequente. Ao menos de duas em duas semanas eles realizam essa atividade, que reúne a maior parte da família: o pai, a mãe e os filhos, tanto filhos solteiros como alguns dos que já são casados. As figuras abaixo mostram as etapas e os elementos usados na de fabricação da farinha.

**Figura 26** - Retiro da família de Teodolino Conceição Trindade.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

**Figura 27 (A e B)** - Mandioca de molho no igarapé da família de Teodolino Conceição Trindade (Figura 27 A). No retiro, a masseira que recebe a mandioca vinda do igarapé (Figura 27 B).



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 28 (A e B)** - Mandioca sendo triturada com auxílio do caititu (Figura 28 A). Mandioca transformada em massa (Figura 28 B).



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 29 (A, B)** - Utensílios utilizados no processo de fabricação da farinha, sendo: tipitis (figura 29 A), peneiras, caixa de coar a massa, e bacia de colocar a crueira (Figura 29 B).



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 30** - Forno de cobre, usado para torrar a farinha. Notar que a galinha marisca resíduos da farinha após o término da farinhada.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 31-** Jovem torrando a farinha. Destaque para o arranjo familiar que se forma, cada membro da família executando uma etapa diferente, que juntas, constituirão o processo de fabricação



da farinha.

**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

A farinha produzida subsidia o consumo da família extensa, e com frequência, é também destinada para venda. De todas as 13 parcelas de terra estudadas, a parcela 12 foi a que mostrou maior produtividade de farinha, a ponto de ser suficiente para a família e para venda.

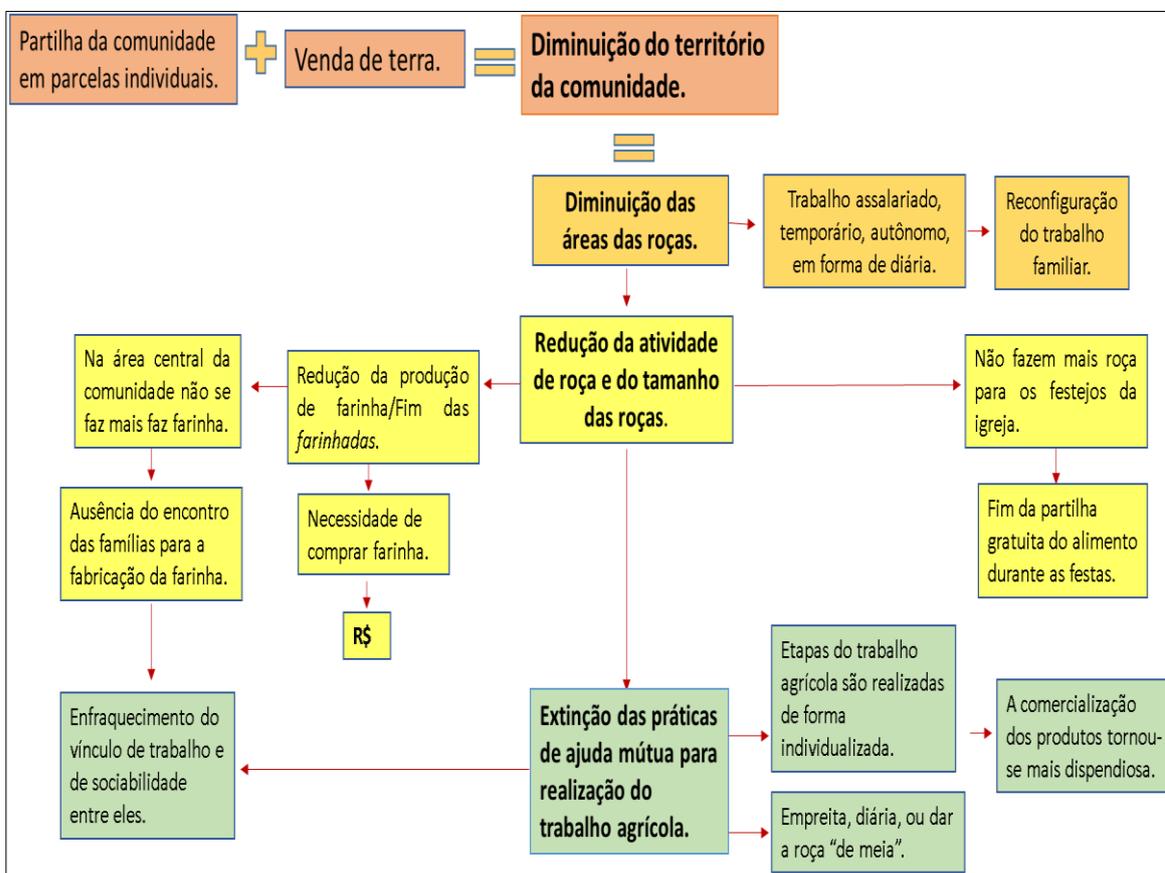
Durante o trabalho de campo com essa família foi perceptível a frequente chegada de carros que vinham comprar frutas, carvão e principalmente farinha. Dada a diminuição das áreas de roça da comunidade e da conseqüente produtividade de farinha, famílias que possuem pouca disponibilidade de terra comumente compram farinha da família de Teodolino.

### 8.3 Traços de um campesinato que se reinventa e resiste

Passados quase vinte anos do parcelamento do Centro Alegre, são muitas as transformações evidenciadas na comunidade. Transformações do ponto de vista estrutural, nas relações de trabalho, nas formas de uso da terra, nas relações de sociabilidade entre os membros do grupo. Transformações que tentamos discutir neste trabalho, outras que não conseguimos dar maior profundidade.

De forma abrangente, as transformações ocorridas na comunidade estão resumidas no esquema abaixo (figura 32).

**Figura 32** - Principais transformações ocorridas na comunidade Centro Alegre após o parcelamento do território.



**Elaboração:** Edenilze C. Silva de Jesus (2020)

Embora as transformações ocorridas em Centro Alegre tenham, de certa forma, desconfigurado importantes características da comunidade, alguns pontos nos fazem observar que há, sim, traços de um campesinato que se reinventa e resiste.

Uma característica que remete a essa resistência são as preferências de casamento que foram evidenciadas entre algumas famílias. Como por exemplo, os casamentos de alguns filhos (três filhos e duas filhas) de Teodolino (da parcela de terra 12).

O primeiro filho é casado com uma das filhas de Maria Estela Braga da Conceição (parcela de terra 2). O segundo, é casado com a filha de Emercindo Felizardo da Conceição (de uma das primeiras famílias da comunidade). Já as duas filhas, uma é casada com o irmão caçula dos que receberam a terra em comum para quatro irmãos (parcela 13) e a outra filha é casada com um dos filhos de Reginaldo (também da parcela 13).

Não se trata de uma regra, mas pode ser entendida como preferência, visto que todos esses casamentos foram realizados bem depois que a terra foi loteada, tempo em que já havia muitas famílias de fora morando no local. Essas relações, de certa forma, contribuem para que a terra sofra menor fragmentação e que continue a ser usada da forma que a família maior a usa. Percebe-se, ainda, que tais relações também contribuem para que se fortaleçam os laços entre as famílias do grupo antigo. Essa dinâmica, na situação de fracionamento da terra em porções menores do que o mínimo suficiente, nos aproxima dos, já citados, trabalhos da antropóloga Margarida Maria Moura (1978; 1988).

Durante a realização desta pesquisa pude testemunhar a festa em comemoração a um desses casamentos. Nesse caso o matrimônio entre os filhos de Emercindo Felizardo da Conceição e Teodolino Conceição Trindade, conforme ilustram as figuras 33 (A e B) e a figura 34.

**Figura 33 (A e B)** - Da esquerda para a direita (Figura 33 A): Emercindo (pai da noiva), a noiva, o noivo, e os pais do noivo, Teodolino e Marcela. A figura 33 B evidencia o alimento partilhado entre os convidados.



**Fotos:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019)

**Figura 34** - Moradores antigos do Centro Alegre. Da esquerda para a direita: Creuza Gomes da Conceição Trindade (noiva), Emercindo Felizardo da Conceição; Cacilda da Conceição Trindade; Maria de Fátima Monteiro Barbosa e Júlia da Conceição Cunha.



**Foto:** Edenilze C. Silva de Jesus (2019).

No momento do evento celebra-se também a alegria pelo reencontro de antigos amigos. Pessoas que por tantos anos trabalharam e viveram juntos na comunidade no tempo em que a terra era de uso comum, e que agora, com muito orgulho, partilham as memórias daquela vivência. Dos integrantes da foto acima, apenas a tia Júlia (do canto à direita) ainda reside em Centro Alegre.

Ao falar nisso, ressalta-se que apesar de não haver mais os mutirões de trabalho – que era um dos vínculos que mantinha o grupo unido como coletividade –, os camponeses de Centro Alegre ainda possuem uma relação de amizade e harmonia, fortalecida pelos momentos festivos, como aniversários, casamentos em que todos são convidados a participar. Nos momentos fúnebres, por exemplo, a comunidade se junta em solidariedade à família em luto e doam alimentos para subsidiar, ao menos por uns dias, a família que sofreu a perda.

Além desses momentos de encontros e de solidariedade, o que ainda estabelece um forte vínculo entre aqueles camponeses, com certeza, é a relação com a igreja.

Atualmente, na igreja da comunidade são realizados, pelo ao menos, quatro encontros semanais, sendo: o culto da família, culto das mulheres do Círculo de Oração e culto dos

jovens. A cada 15 dias é realizado um encontro chamado Manhã com Deus, momento em que os fiéis se juntam na igreja para dar testemunho e graças pelas bênçãos alcançadas. Uma vez ao mês ocorre a santa ceia, celebração realizada pela liderança religiosa das igrejas do Baixo Acará. Consiste em um dos momentos mais importantes para a renovação de fé dos fiéis.

Há, ainda, outra atividade religiosa chamada Tarde de Louvor. Essa atividade é organizada pelas mulheres que pertencem ao Círculo de Oração e ocorre quando elas se juntam para visitar algum doente, ou pessoas (evangélicos ou não) que estejam passando por alguma dificuldade.

É um momento de oração, louvor, conversa e partilha de algum alimento. Essa pode ser também uma ocasião para “pagamento de voto”, de alguém que passa por alguma necessidade ou dificuldade e promete que vai *dar* uma Tarde de Louvor se aquela graça for alcançada.

Além desses encontros, de dois em dois anos ocorrem dois grandes festejos na igreja. O primeiro é para comemoração do aniversário da igreja, o segundo é para comemorar o aniversário do Círculo de Oração. Tais eventos são realizados em anos alternados, diferente de como era antes, que eram comemorados todos os anos e com mais de um dia de festa, conforme já vimos.

Essa mudança na programação dos festejos ocorreu naturalmente com o passar dos anos. Entretanto, alguns fatores acentuaram essas transformações. Um deles é o fato de não haver mais a produção de roça para subsidiar financeiramente essas festas. Com isso, ficou encarecido para os camponeses arcarem com os festejos nos moldes como eram antes – com alimento partilhado para todos e com dois a três dias de festa.

Muito mais porque além de não haver mais as roças exclusivas para os festejos, os próprios camponeses também já não dispõem de terra para fazer as suas próprias roças. Dessa forma, o recurso financeiro que os subsidia é obtido basicamente por aposentadoria (no caso dos mais idosos), por atividades agrícolas, em menor expressividade, e por atividades autônomas diversas.

Entretanto, o custo de vida tornou-se relativamente mais encarecido, visto que a grande maioria das famílias precisa comprar a base da alimentação local: o açaí e a farinha.

Elas compram também o gás de cozinha e o carvão. Neste último caso, excetua-se o caso de três a quatro famílias, que não compram carvão porque o produzem em suas propriedades.

Antes, um recurso que era muito utilizado para cozinhar (e que substituía o gás e o carvão) era a lenha. Mas agora pouquíssimas famílias ainda usam esse recurso. A lenha, que outrora era abundante, agora já não é mais. Mesmo porque nem todos possuem mais a área de mato, de onde podiam obter a lenha e outros recursos.

Também não se observa com expressividade, nas relações de vizinhança, os empréstimos, as trocas, e as doações, especialmente de alimentos. Salvo em alguns casos, entre os parentes mais próximos, como é o caso, por exemplo, de algumas famílias em que os pais trocam ou doam alimentos para a família de filhos casados, e ao contrário também.

Entretanto, entre as famílias nucleares ou extensas, que não possuem esse vínculo de parentesco mais acentuado, as doações e trocas não foram evidenciadas.

Em resumo, todas essas características colaboram para que o custo de vida entre as famílias da comunidade tenha aumentado consideravelmente.

Retomando aos festejos da igreja, a ausência das roças influenciou diretamente na diminuição e na forma de partilha dos alimentos. O que antes era distribuído em abundância e gratuitamente durante dois a três dias de festa, agora é totalmente comercializado. Do ponto de vista cultural, a comercialização dos alimentos rompe com as características mais marcantes dos festejos.

Mesmo com essa significativa transformação – que por sinal é sempre e muito lamentada, especialmente pelos moradores mais antigos –, ainda assim, os festejos ainda são importantes pontos de encontro e reencontro, principalmente porque muitas pessoas que já moraram na comunidade retornam nessas datas para participar dessas festas.

Nesse contexto, dá para enxergar na igreja a figura central de referência à resistência desse campesinato. É somente por causa da igreja que aqueles camponeses ainda se reúnem em mutirões, ainda que seja para promover a limpeza (fora e dentro da igreja), ou por outros motivos, como construção, reparos da estrutura física, etc. É por causa da igreja que eles, em grupo, ainda visitam outras comunidades, nos cultos e festejos que são convidados a participar.

É na igreja, e no ensinamento vindo dela, que ainda buscam as referências de moralidade, de comportamento pessoal e coletivo.

A relação dos camponeses com a igreja instiga, ainda, ao sentimento de pertencimento à comunidade Centro Alegre. Isso é comprovado pelo fato de todas as famílias entrevistadas terem vínculo direto com a igreja. Mesmo as famílias que não residem

na área central da comunidade percorrem mais de um quilometro para acessarem a igreja, mesmo existindo outras igrejas bem mais próximas às suas residências.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar a análise referente às transformações ocorridas na comunidade Centro Alegre após a implantação da rodovia Alça Viária e posterior parcelamento do território da comunidade, algumas questões merecem ser pontuadas

Em primeiro lugar, é importante pontuar que a construção desta pesquisa partiu do seguinte pressuposto. Se queríamos descobrir e mostrar as transformações ocorridas nessa comunidade tradicional camponesa, no mínimo, seria necessário dizer como a comunidade se configurava antes do processo que levou às transformações. Somente assim seria possível contrastar esse “antes” com o cenário atual.

De igual modo, para analisar quais transformações foram mais marcantes para a comunidade, era preciso saber que fato especificamente foi responsável por qual transformação, e em que momento ocorreu. Ademais, analisar as consequências dessas transformações só seria possível se a comunidade fosse atentamente observada em sua configuração atual.

Isso explica o caminho que escolhemos percorrer para contar a história da comunidade, o contexto de implantação da rodovia e, por fim, a comunidade após o parcelamento da terra. Tal percurso, por vezes, pode ter soado como excesso ou repetitividade, mas, ao nosso ver, foi necessário para esclarecer os fatos, contribuindo para que a história da comunidade fosse contada e entendida. Além disso, são registros importantes, que somado a outros estudos sobre o campesinato da região do Acará, poderão subsidiar uma compreensão mais detalhada do campesinato e sua diversidade ao longo da região amazônica.

No decorrer da história do Centro Alegre, vimos que essa comunidade se constituiu gestada em um sistema de uso comum da terra. Neste, a forma de apropriação da terra, a utilização dos recursos naturais e o uso dos espaços da comunidade eram baseados num conjunto de regras consuetudinárias, que estavam inseridas nas relações entre os indivíduos que compunham a comunidade. Tais regras direcionavam o rumo de trabalho das famílias, mas também, a relação com a vizinhança, com os parentes e com a igreja da comunidade.

Do ponto de vista econômico, a comunidade era voltada para o trabalho agrícola, com base na produção de roça de mandioca e de uma diversidade de outros produtos. Era uma agricultura desenvolvida por meio de um trabalho familiar, em que se percebia uma divisão do trabalho de acordo com o gênero e idade dos indivíduos.

Além disso, a realização do trabalho era fortalecida por diversas práticas de ajuda mútua, desenvolvidas entre todas as famílias que constituíam a comunidade. Era, ainda, um campesinato que por muitos anos manteve um forte vínculo mercantil com o mercado de Belém, sendo o principal receptor da produção agrícola da comunidade e de todo o Baixo Acará.

A formação da comunidade ocorreu aos fundos de uma propriedade particular, as denominadas Terras São Joaquim, fato que instaurou um vínculo de dependência entre os camponeses e o dono das referidas terras. Relação que foi mexida durante o contexto de implantação da rodovia e que culminou no parcelamento do território da comunidade, como vimos ao longo dos capítulos da pesquisa.

O processo de parcelamento das terras da comunidade significou um desmembramento em relação à terra maior. Significou, ainda, que aqueles camponeses que já haviam sido agregados, posseiros, agora passariam a ser os “donos”, individualmente, das suas próprias parcelas de terra. Com o parcelamento, o território unificado da comunidade transformou-se na área patrimonial (onde se localizava a igreja e era a área central da comunidade) e mais 13 parcelas de terra individuais. Dando início, assim, a um campesinato parcelar.

Para execução do parcelamento, os camponeses se basearam em algumas regras consuetudinárias. Uma delas foi (a tentativa de) respeitar as áreas de trabalho de cada família, localizando-as no rumo aproximado de onde costumavam trabalhar. Isso foi possível até certo ponto, visto que o tamanho da área disponibilizada para a comunidade foi muito menor do que a área que eles usavam antes, sendo necessário fazer um rearranjo, que na maioria dos casos não coincidiu com a área que outrora trabalhavam. Podemos considerar que essa foi a primeira brusca transformação para os camponeses da comunidade.

Ademais, as parcelas de terra não tiveram dimensões iguais. Aparentemente isso se justificava pelo fato de algumas famílias terem recebido indenização por terem tido seus sítios atingidos diretamente pela rodovia. Justificava-se, ainda, pelo tamanho variado das famílias, umas possuindo mais ou menos membros. Posteriormente essas justificativas mostram contradições, principalmente quando percebemos que famílias do mesmo tamanho haviam recebido porções discrepantes, algumas vezes com mais de dez hectares de diferença. Nesses casos, mesmo entre algumas famílias que receberam indenização, a discrepância permaneceu.

Posteriormente, as entrevistas revelaram que na verdade havia outra importante regra entre os critérios para determinação do tamanho das áreas: o tempo de trabalho investido na terra. As famílias que já trabalhavam por muitos anos e que tinham os seus “rumos” de trabalho definidos, receberam porções bem mais consideráveis que as famílias que não investiram trabalho da mesma forma.

Não é espanto que essa diferença no tamanho das terras tenha provocado divergências e insatisfações. Isso foi lampejado ao dialogar com algumas famílias que receberam menor quantidade de terra. Tal insatisfação, ainda que pareça ter abalado de alguma forma as relações, não provocou conflitos escancarados. Mas, é um momento que pode ser classificado como uma importante transformação nas relações sociais do grupo.

A prática da venda de terras foi outro grande fator de transformação desse campesinato. Das 13 parcelas de terra em que fora decomposta a comunidade, apenas três permanecem integrais, sem nenhuma fração comercializada. Das outras dez restantes, seis sofreram algum tipo de venda e quatro foram vendidas completamente.

Em termos quantitativos, do total de 241,22 hectares repassados às famílias, contabilizamos que até o momento da pesquisa, 63 hectares haviam sido vendidos a pessoas de fora da comunidade. Mas, podemos considerar que a perda do território da comunidade foi maior do que esse número absoluto. Isso porque algumas parcelas foram vendidas quase que por completo, mas os responsáveis por tais parcelas, no momento das entrevistas, não souberam quantificar o valor exato vendido. Ficando, dessa forma, inviável quantificar quantos hectares de terra à mais (além dos 63 hectares) foram comercializados.

A vivência na comunidade e a observação na forma de uso das parcelas de terra restantes permitiram revelar que as famílias vivem hoje um contexto de fortes limitações de recursos naturais em suas áreas. Muitas delas até mesmo não possuem mais a sua área de trabalho, as chamadas “áreas de mato”, onde cultivavam o alimento.

A diminuição do território da comunidade reconfigurou esse campesinato. Atualmente, mesmo as famílias que não venderam suas terras, afirmam que as áreas que ainda estão disponíveis não garantem boa possibilidade de produção da mesma forma e intensidade que dispunham antes. Dentre as principais limitações constam: área insuficiente para realização de um adequado tempo de pousio das capoeiras, baixa produtividade dos solos e consequente diminuição da produção cultivada.

Esse conjunto de limitações parece ter influenciado também no tamanho das roças, famílias que faziam de dez a 12 tarefas de roça, hoje fazem apenas duas, em média. A

diminuição das áreas disponíveis para implantar as roças influenciou, ainda, em mudanças na realização do trabalho familiar, a exemplo da não participação de todos os membros da família nas atividades realizadas na unidade produtiva, e do fato de muitos representantes de famílias (homens) passarem a desenvolver outras atividades, a exemplo de trabalho autônomo ou trabalho assalariado fora da propriedade.

Nesses casos, a possibilidade de poder realizar outras atividades fora da propriedade surge como uma alternativa para auferir uma renda fixa à família, no entanto, pode também constituir-se como um fator limitante no que tange a criação de novas estratégias de gestão e manejo das roças e demais áreas da unidade produtiva.

Outra transformação, que por eles é muito enfatizada, refere-se ao fim das diversas práticas de ajuda mútua. Essas práticas permeavam as relações de trabalho e por vezes constituíam-se como atos de solidariedade entre os camponeses da comunidade, e fora desta também. Segundo os interlocutores, o enfraquecimento dessa relação de trabalho ocorreu quando começaram a surgir outras atividades além da roça, mas na verdade, o fim dessas práticas é um dos resultados de todo esse contexto de transformações, a exemplo da diminuição do território da comunidade, da venda das terras, da presença de outras atividades, e assim por diante.

Entre algumas famílias que resistiram à venda de terras e ao trabalho fora da propriedade, encontramos traços singelos de um campesinato anterior ao parcelamento. Nesse caso, sendo caracterizado por uma frequente implantação de roças, com razoável produção de farinha e pautado num trabalho familiar articulado.

Evidencia-se ainda, um aumento na diversidade de espécies inseridas na área do sítio, além da inserção de outras atividades na unidade produtiva. Tais ações promovem maior diversificação da unidade produtiva e se caracteriza como uma importante estratégia de aproveitamento dessa área, sem que seja necessário trabalhar fora dela.

No emaranhado das tantas transformações ocorridas, a maioria delas desfavoráveis à reprodução social e sobrevivência desse campesinato, vimos que há, ainda resistência e esperança. Que são encontradas nas práticas agrícolas desenvolvidas por algumas famílias, conforme enfatizamos ainda há pouco. E, sobretudo, na expressiva religiosidade daquelas famílias, do seu vínculo com a igreja evangélica.

A igreja, que no início da história deu nome à comunidade, foi a mesma que no momento de esfacelamento do território, uniu os camponeses em luta coletiva para que o seu

templo não fosse derrubado. É a mesma que, até hoje, continua unindo os camponeses, instigando-os ao sentimento de fraternidade e de coletividade.

A igreja, que os reúne enquanto “irmãos”, sem dúvida, unifica-os também enquanto comunidade. Dessa forma, ela não se configura apenas como um templo religioso, mas principalmente como um importante, e talvez único, ponto de fortalecimento de um campesinato que, assim como a fé daqueles camponeses, não morreu, ao contrário, se transformou e resiste, apesar de tantos tropeços e fatos que nitidamente instigaram ao seu fim.

Baseando-se nesses relatos é importante dizer que a desconsideração da territorialidade específica dessa comunidade tradicional camponesa no processo de implementação da rodovia, funcionou como uma verdadeira forma de expropriação do campesinato desenvolvido nessa localidade e em outras comunidades que também margeiam a rodovia.

Esperamos que a história aqui contada sirva de incentivo e coragem para estudos futuros em campesinatos dessa região. É mais que isso, que as transformações ocorridas não sejam vistas apenas como perdas, mas que sirvam para evidenciar a importância histórica, econômica, social e religiosa dessa comunidade tradicional e de tantas outras, que são tão pouco estudadas e tão pouco valorizadas em suas amplas dimensões.

Esperamos, ainda, que ao contar a história dessa comunidade, em especial, seus sujeitos sociais sintam-se representados e valorizados por toda atuação que até aqui tiveram, por todo trabalho, bravuras e histórias vividas nesse lugar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. 140p.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista B. Estudos urbanos e regionais**, v.6, n.1, p. 9-32/ maio 2004.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio: Terra de uso comum e resistência camponesa**. São Paulo, 1990. Tese (doutorado) – orientada por Moura, Margarida Maria; FFLHC/USP.

AQUINO JUNIOR, Paulo Olívio Correa de. **Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará/PA): disputas em torno da terra e futuro**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. C. Adams; R.S.S. Murrieta; W.A. Neves (eds.). São Paulo: Annablume, 1996, p. 109-144.

BERREMAN, Geraldo. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BECKER, Howard Saul. **Observação social e estudos de casos sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Biblioteca digital. Câmara dos deputados, 35<sup>a</sup> Edição. Disponível em: [file:///C:/Users/escritorio%20not/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](file:///C:/Users/escritorio%20not/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto Federal Nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada pelo Governo brasileiro em 5 de junho de 1992. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Decreto Federal Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNDSPECT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. História e memória de um município da Amazônia: a chegada do “Desenvolvimento” em Moju/ PA (Década de 1980). In: **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. especial 1, p.113-141, maio 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de Uso Comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. São Paulo, FFLCH/USP, 2000, 258 p.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; e MALUF, R. S. **Olhares disciplinares sobre Território e Desenvolvimento Territorial**. In:\_\_\_\_\_. Agricultura familiar:

multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2009. Pag. 25-45.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. p. 133-171.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 2007: Texto-base/Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB**. – São Paulo: Editora Salesiana, 2007.

D'INCAO, Maria Conceição. Teoria e prática no Estudo do campesinato paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). **No mar nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002, p. 10-15.

FLORES, Socorro. **Conhecimentos tradicionais e transformações socioambientais: marco legal**. 2018. Conteúdo disponibilizado durante Disciplina de Conhecimentos tradicionais e transformações socioambientais, ministrada no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA).

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses: Acará**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliette Miranda; QUINTELA, Rosângela. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. p. 175-202.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981, 236 p.

LIMA, Aline Maria Meiguins de; WARISS, Samir Said Campelo; FRADE, Amadeu Farage. O desenvolvimento socioambiental decorrente da implantação da Alça Viária, trecho Guamá – Moju, no estado do Pará. **Revista GEO**. ISSN: 1981-9021 – GEO UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 12p.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. p. 233-274.

MAGALHÃES, Sônia B.; et al. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. In: **VI Encontro Nacional da Anppas** (Anais) 18 a 21 de setembro de 2012. Belém/Pa – Brasil. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-772-1156-20120630113752.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na Região do acará nos séculos XVIII E XIX**. Paper do NAEA, nº 153 (2000).

- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, 185 p.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. Abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS; CASTRO, Paula Almeida. (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos**[online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.
- MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva e a sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 191 – 212.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo, Hutech, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Camponeses**. São Paulo, Ática, 1988.
- MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v.1, cap. 8, p. 187-207. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/538>. Acesso em: 13 de dez. 2020.
- OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Rodovia Br-163: integração territorial e novas dinâmicas. In: XXI ENANPEGE 2019: a geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562332634\\_ARQUIVOARTIGOBR-ENANPEGE.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562332634_ARQUIVOARTIGOBR-ENANPEGE.pdf). Acesso em ago. 2020.
- Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011 1 v. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em: 20 nov2018.
- PINHO, Giselle Fernandes de. **Relações entre a condição de mobilidade da população e acesso às políticas públicas em Moju e Acará-PA**. Dissertação (mestrado profissional). Instituto Tecnológico Vale. Programa de Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais
- PINTO, Lucio Flávio. **Alça Viária: É tudo ou nada**. In: Jornal pessoal, n° 248, I quinzena, Dezembro, 2000, XIV edição.
- POMPEO, Marcelo. Monitoramento e manejo de macrófitas em reservatórios tropicais brasileiros. São Paulo: Instituto de Biociências da USP, 2017, 138 p.
- PENHA, Luciano; et al. O uso da terra após a construção da Rodovia Alça Viária (PA-283): o caso das comunidades Fortaleza e Níniver no Município de Acará, Nordeste Paraense. **V Encontro Nacional da Anppas**.
- ROCQUE, Carlos. **História Geral de Belém e do Grão-Pará**. Atualização de texto: Antônio José Soares. Belém: Distribel, 2001.

- SÁ, Andréa Alves de. **Território de uso comum das comunidades tradicionais: uma visão jus socioambiental do criar, fazer e viver dos fundos de pasto da Bahia/Brasil.** 2010, 188 f. Tese (Doutorado Direito das relações sociais) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- SABOURIN, Eric. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.
- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. Revista **Ambiente e sociedade**, Campinas, XII, n.2, p. 273-292, jul.-dez. 2009.
- SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ (SETRAN). **Relatório de Impacto Ambiental – Rima do Sistema de Integração do Pará: Alça Rodoviária.** Belém/PA, 1999.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, v. 8, n. 7, jul-dez. 2005.
- SILVA, Bruno de Souza. **Viveres maranhenses: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-90).** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e de ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2018.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83.
- TORRES, Maurício. **O escriba e o Narrador: a memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Nunes, F. de O. **Aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.37-46.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. Organização social do trabalho da família camponesa. In: \_\_\_\_\_. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso dos seus recursos naturais.** Manaus: Ed. da UFAM, 2007.p.160-185.
- WOLF, Eric R., 1966. Peasants. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. Edição em português 1970. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar.
- WOORTMANN, Ellen F. O Saber Tradicional Camponês e Inovações. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social.** São Paulo: Casa Amarela. 2004.
- \_\_\_\_\_. **O sítio camponês.** Anuário Antropológico 81. Rio de Janeiro-Fortaleza, Edições Tempo Brasileiro-Edições, Universidade Federal do Ceará. 1983. 164-203.
- \_\_\_\_\_. Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) - UNB, Brasília, 1988.
- WOORTANN, Ellen F.; WOORTANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: editora Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Campeinato e Posse da Terra.** In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.) Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília / Rio de Janeiro / Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia / Laced / Nova Letra, 2012, 576 p.

## ANEXOS

### ANEXO A – Lista de presença da primeira reunião realizada na comunidade Centro Alegre, em 22 de julho de 2018.

MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL - UFPA 22/07/2018

Reunião de Apresentação do Projeto de Pesquisa intitulado:  
"DO RIO PARA A RODOVIA: TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE PRODUÇÃO  
FAMILIAR COM A ABERTURA DA RODOVIA ALÇA-VIARIA, EM ACARAÍPA.

Lista de Presença 1ª Reunião na Comunidade Centro Alegre

1. Umberto Fernandes da Cunha.
2. Ailton Pereira Arruda
3. Francisco Juedes de Araújo
4. Fedelino Trindade
5. EPIELSON TRINDADE
6. Maria de Belém
7. Moiana Santos Perdigão
8. Valdeiza Trindade
9. Luciene Barbosa
10. M<sup>te</sup> Aurilene Pereira da Cunha
11. Maria da Conceição Souza
12. Euacine de Sousa do Amaral.
13. Shirley Oliveira
14. Izoreide Santos
15. Maria Braga
16. Mariza Souza Forno Farias
17. Ivanilda Araújo dos Santos
18. Juli Conceição da Cunha
19. Regiane Conceição
20. Soni M- Cunha de Lima
21. Marcelina de Brito Trindade
22. Rita de Cassia B. Castro

23. Reinaldo da Cunha Lima
24. Marta Lúcia Braga da Conceição
25. Rubens Cardozo de Lima
26. Zeres Aomen Barbosa
27. Rildo Cordeiro de Lima
28. Abel Brito Trindade
29. Ismael Brito Trindade
30. Simões Gomes do Bozo
31. Rivaldo C. Lima
32. Waldemir Gomes da Cunha
33. Vera Lúcia Conceição da Silva
34. Igene Costa
35. Jenilson dos Santos Chaves
36. Orlando Braga da Conceição
37. Oleniz dos Santos da Conceição
38. EVALDO BEZES DA CONCEIÇÃO
39. Carmen Lucia Braga da Conceição.
40. Newton Soares do Filho
41. Elizler B B da Conceição
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.
- 49.
- 50.

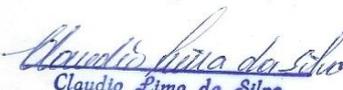
**ANEXO B – Lista de presença da segunda reunião realizada na comunidade Centro Alegre, em 10 de novembro de 2018.**

2ª REUNIÃO COM A COMUNIDADE CENTRO ALEGRE

DATA: 10/11/2018

- 1 - Osvaldo da Silva
- 2 - Maria Braga da Conceição
- 3 - Samia Maria Cunha de Lima
- 4 - Julia Conceição da Cunha
- 5 - Raimundo N. Conceição
- 6 - Joaquina da Silva Barbosa.
- 7 - Simão Gomes Barbosa
- 8 - Eli Zilber
- 9 - Teodoro Conceição Trindade
- 10 - Vera Lúcia Conceição da Silva
- 11 - Aíris Borges de Lima
- 12 - Maurício Torres
- 13 - Edenite B. Silva de Jesus.
- 14 - Cleide Barbosa Conceição

**ANEXO C – Ofício de nº 039/2002, encaminhado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará ao Ministério Público do Estado do Pará.**

	<b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará</b> C.N.P.J. 05.195.714/0001-16 Fundado em 25/07/72	Ministério Público do Estado do Pará Protoc. Nº: 7818/2002 Protoc.: marcelo - Belém Data : 03/06/2002 - Hora : 10:06:01
OF. Nº 039/2002 Acará 03 de Junho de 2002		
Prezado Senhor.		
Ao cumprimentar, vimos por meio deste, expor o que segue, para ao final requer:		
<ol style="list-style-type: none"><li>1) Está em curso a construção da Alça Viária, cujo trajeto corta vários Municípios aos Arredores de Belém, entre os quais está o municípios de Acará. Ocorre que, os serviços de ligação por cima dos Igarapés, que a principio estava previsto para ser feito em forma de pontes, foi substituído por tubulações, que ao serem aterradas para preparar a pista vem causando uma série de danos ambientais. Como por exemplo: varias nascentes dos pequenos igarapés que formam o Igarapé grande diminuíram suas fontes até secarem. Isso está causando um desequilíbrio, pois todas as famílias que residem nestes locais utilizam água desses igarapés para fins diversos inclusive alimentar.</li><li>2) Um dos problemas causadores do desaparecimento desses igarapés é o desmatamento que está sendo feito na construção da respectiva obra.</li><li>3) O desaparecimento dos igarapés tem causando grandes problemas para as dezenas de Famílias desta região que residem e trabalham por aqui de onde tiram o sustento para si e seus familiares. Inclusive, a grande maioria dessas famílias utilizam esses igarapés para se locomoverem no transporte de produtos e mercadorias. Para muitos, o meio de movimentar a economia local são os igarapés, que uma vez fechados, elimina essa possibilidade de locomoção causando sérios transtornos aos moradores.</li></ol>		
Diante do exposto, solicitamos de Vossa Senhoria, a imediata suspensão dos serviços de tubulações e aterramento, que seja retomado o processo inicial conforme o planejamento da obra, que são exatamente as PONTES, o que não prejudica as nascentes dos igarapés. Haja visto que, em outras localidades onde havia igarapés, como Genipaúba, Macaraquará, etc.. foram feitas as pontes, e lá a água circula normalmente, não prejudicando o transporte e nem causando problemas de desequilíbrio ambiental e econômico.		
Atenciosamente.		
Ao		
Ministério Público Estadual	Claudio Lima da Silva CPF: 361.981.288-66	

**ANEXO D – Ofício de nº 09/2001, encaminhado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará ao Instituto de Terras do Pará.**

<h1>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará</h1>	
	CGC: 05.195.714/0001-16 Sede: Avenida Governador Fernando Guilhon, 492 CEP: 68690 - ACARÁ - PARÁ Fundado em 25/07/72
O F I C I O nº 09/2001	
DA; Direção do Sindicato de Acará AO; Sr. Ronaldo Barata MD; Presidente do ITERPA-PARÁ	<b>ITERPA CÓPIA</b> <b>PROTOCOLO GERAL</b> Governo do Estado do Pará Instituto de Terras do Pará - ITERPA Nº: _____ <u>06.02.2001</u>
<u>Senhor Presidente</u>	
<p>Venho por meio deste, solicitar deste, Orgão Informação e Posição, sobre a validade ou não dos Documentos das Terras denominadas São Joaquim a qual fica localizada na Margem Direita do Igarapé Baiaquara-Afluente do Rio Acará, neste Município de Acará, é que neste terreno moram 43 famílias, entre essas, três (3) se dizem "herdeiros e a maioria São Posseiros os quais vem recebendo ameaças" da parte desses que se dizem herdeiros da terra, Inclusive estão "prejudicados Com a passagem por dentro de nossas terras da Alça Viária.</p> <p>Diante desse fatos estamos solicitando deste Orgão que tomem "as devidas providências que o caso requer.</p> <p>Em anexo seguem Cópia dos documentos da referida Area, e relação dos posseiros que moram e trabalham nesta Area.</p>	
Acará 03 de Fevereiro de 2001	
 <u>Claudio Lima da Silva</u> Presidente	

ANEXO E – Cópia da certidão das terras São Joaquim, via emitida em 2007.



REGISTRO DE IMÓVEIS - 1º OFÍCIO

CLETO MOURA -  
CNPJ/MF - 04.137.295/0001-01  
Cleomar Carneiro de Moura - Oficial Titular



CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que revendo, neste Serviço Registral Imobiliário, a partir do ano de 1960 os antigos livros de "TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES" e os de "REGISTROS DIVERSOS" (anteriormente a 1976) e a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e setenta e seis até a presente data, os atuais livros de "REGISTRO GERAL", foi verificada *que às fls 69 do Lº 3-V, transcrita sob o nº 15663, em 09/06/1960, a transmissão, por efeito de usucapião, do imóvel seguinte: Terras denominadas "SÃO JOAQUIM", à margem direita do igarapé Boiaquara, afluente do Rio Acará, município de Acará, comarca desta capital, neste Estado, medindo meia légua de frente por meia légua de fundos, mais ou menos, confinando pelo lado de baixo com terras "Bom Jesus", de herdeiros de Raimundo Jerônimo Carneiro, pelo lado de cima com terras "Paraíso", de herdeiros de Joaquim Oliveira (respeitadas a área das mesmas terras que estão em poder de ELEUTÉRIA LOPES DA SILVA, sem lesão de seus direitos); sem valor declarado; sendo adquirentes: ANTONIO MACHADO DA SILVA e sua mulher LEONOR MONTEIRO DA SILVA; PEDRO ANTONIO DO AMARAL e sua mulher LEONTINA CAMPELO DO AMARAL; CASTORINA DO AMARAL; OLIVIO MACHADO; VITALINA MACHADO e TARCILA MACHADO; e transmitente: Juízo de Direito da 2ª Vara desta comarca; transcrição efetuada em cumprimento ao MANDADO de 20.05.1960, assinado pelo dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago, 2º pretor do Cível e Comércio desta comarca, passado pelo expediente da escritã Marieta de Castro Sarmento, em consequência da sentença datada de 22.04.1960, passada em julgado, ficando dito MANDADO arquivado neste Cartório, para os fins de direito. As terras "São Joaquim" foram obtidas por concessão de Carta de Sesmaria de 03.06.1757, confirmada em 27.06.1767, por LINA RITA SOFIA DO AMARAL, passando de seus descendentes até aos atuais adquirentes, que vem na posse das mesmas terras há mais de 30 anos; não constando registro anterior a assinalar. – CERTIFICO mais que, apartir de JUN/1986, o imóvel objeto desta Certidão, passou a pertencer a Circunscrição da Comarca de Acará-Pa. - É que contém e declara, as transcrição nº 15663, que bem e fielmente o fiz reproduzir do próprio Lº 3-V às fls 69, ao qual me reporto e dou fé.- Esta Certidão foi extraída aos 11 de julho de 2007, a requerimento expresso de GILDO MACHADO DA SILVA, conforme P. AUX nº 57966. NADA MAIS CONSTA, até a presente data. E como nada mais tenho a certificar, Eu Pedro Augusto da Silva Gonçalves (Escrevente), conferi, subscrevo e assino em público e uso Belém, 11 de julho de 2007.*

ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS.



Rua 28 de Setembro, nº 758 - Anjo do Para - Belém - PA - CEP 66.053-350 - Reduto - Belém - Pará  
Fones: (0xx91) 3212-5585 / 3283-4810 / 3283-4811 - 000751923 - 1) 3283-4813 / e-mail: regimov1@yahoo.com.br

Emitida por Pedro Augusto da Silva Gonçalves  
em 18/07/2007 às 10:14:35



ANEXO F (parte 1) – Cópia da Certidão das Terras São Joaquim, via emitida em 1961

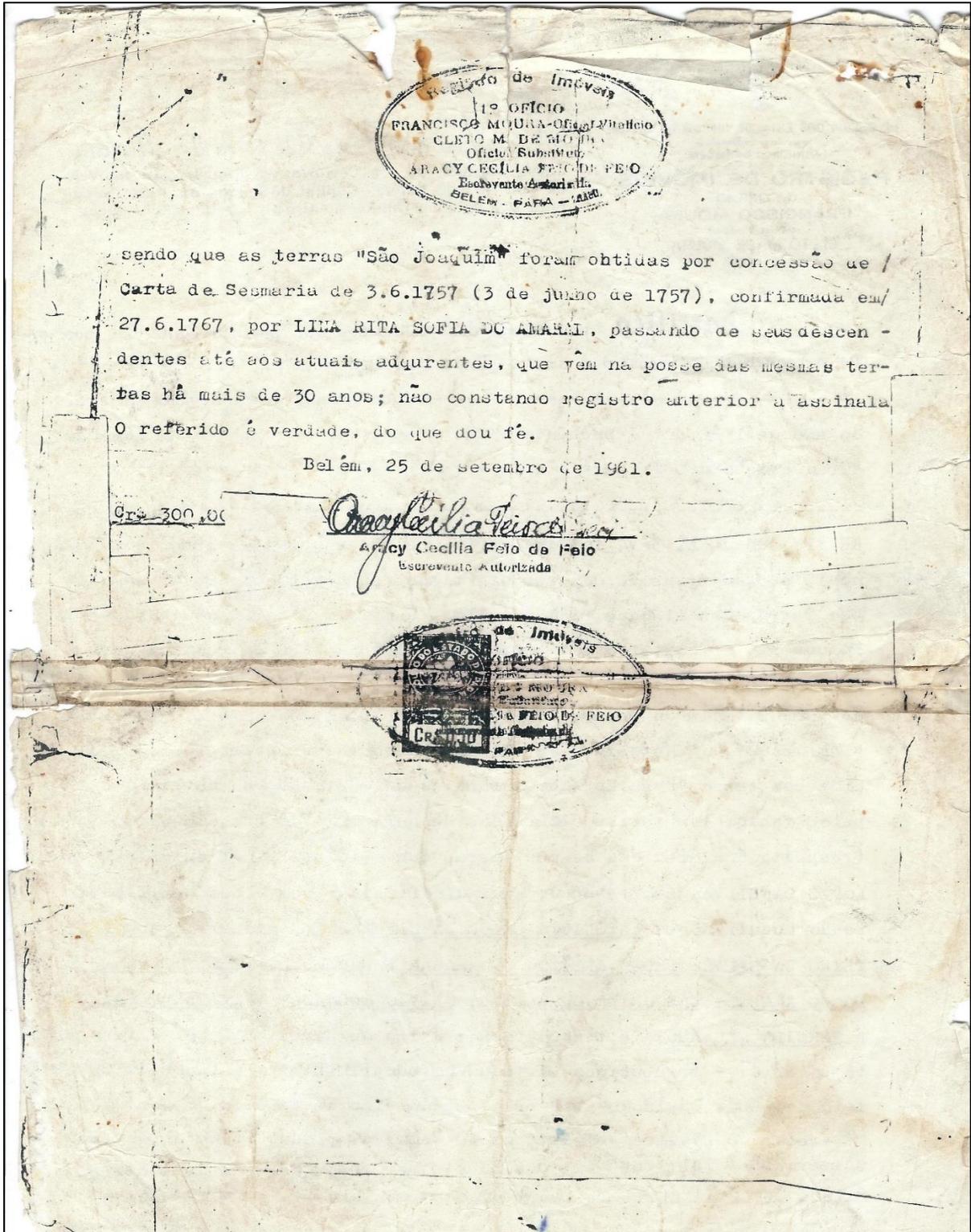
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE BELÉM

**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
1.º OFÍCIO  
**FRANCISCO MOURA**  
Oficial Vitalício  
**CLETO M. DE MOURA**  
Sub-Oficial

*Francisco de Assis Teixeira de Moura,*  
oficial vitalício do 1.º Cartório do Registro de Imóveis  
da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, Repú-  
blica dos Estados Unidos do Brasil, por nomeação legal.

**Certifico,** em virtude das atribuições que me são conferidas por  
lei, a requerimento verbal de dr. Antônio Medeiros, advogado, -----  
----- que revendo neste Registro, a partir  
do ano de 1960 a presente data, ----- os livros de  
"Transcrição das Transações", -----  
----- verifiquei que  
às fls. 69 do L.º 3-V, foi transcrita, em 9 de junho de 1960, sob  
n.º 15-665, a transmissão, por efeito de usucapião, de imóvel seguin-  
te: Terras denominadas "SÃO JOAQUIM", à margem direita do igarapé /  
Boiaquara, afluente do rio Acará, município de Acará, comarca desta /  
Capital, neste Estado, medindo mais ou menos de frente -----  
de fundos, mais ou menos, confinando pelo lado de cima com terras /  
"Bom Jesus", de herdeiros de Raimundo Jerônimo Carneiro, pelo lado de  
cima com terras "Paraizo", de herdeiros de Maria Romênia da Fieide, e  
pelos fundos com terras demarcadas de herdeiros de Joaquim Oliveira /  
(respeitada a área das mesmas terras que estão em poder de ELIOTÂNIA  
LOPES DA SILVA, sem lesão de seus direitos); - sem valor declarado; -  
sendo adquirentes: ANTÔNIO MACHADO DA SILVA e sua mulher LEONOR MEN-  
TEIRO DA SILVA; PEDRO ANTÔNIO DO ALARAL e sua mulher ROSA LINA CARRE-  
LO DO ALARAL; CASTORINA DO ALARAL; OLÍVIO MACHADO; VITÓRIA MACHADO  
e TARCILA MACHADO; e transmitente: Juízo de Direito da 2ª. Vara desta  
comarca; - transcrição efetuada em cumprimento ao MANDADO de 20 de  
maio de 1960, assinado pelo dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago,  
2º Protor do Cível e Comércio desta Comarca, passado pelo expediente  
da escrivã Marieta de Castro Sarmiento, em consequência da sentença  
datada de 22 de abril de 1960, passada em julgamento, ficando dito MAN-  
DADO arquivado neste Cartório, para todos os fins de direito; sendo

ANEXO F (parte 2) – Cópia da Certidão das Terras São Joaquim, via emitida em 1961



**ANEXO G (parte 1) – Ata de reunião ocorrida na residência de Antônio Machado em agosto de 2002 para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais.**

Ata da reunião extraordinária  
Realizada no dia, dezoito de Agosto de  
dois mil e dois. Na residência do  
Sr. Antônio Machado da Silva, às treze  
horas e trinta minutos, deu início.  
Os participantes da reunião, era os donos  
e herdeiros, das terras São Joaquim  
e mais a Sr. Vera Lúcia Silva, os  
assuntos a serem tratados foram,  
os seguintes, primeiro saber qual era,  
a opinião, dos donos e herdeiros das  
terras, que a mesma encontra-se com  
trinta posseiros e quase, todos estão  
ocupando as terras. A mais de vinte  
anos. A Sr. Vera Lúcia Silva representante  
dos posseiros, estava participando da  
reunião, com a finalidade de saber  
como seria, as negociações, entre  
herdeiros e posseiros, depois de todas  
as discussões, chegaram ao acordo que  
as terras seriam, vendidas para  
os posseiros, no valor de mil reais  
cada lote de duzentos e cinquenta por  
mil. Conforme o acordo, feito entre  
herdeiros e posseiros na reunião, do  
dia dezoito de julho, de dois mil e dois  
na escola Batista Campos, no  
ramal do Jutiqui. A representante dos  
posseiros, perguntou como, ficaria  
a questão do patrimônio histórico  
da comunidade, Centro Alegre. E os  
herdeiros decidiram que, o patrimônio  
não seria doado, para os

**ANEXO G (parte 2) – Ata de reunião ocorrida em agosto de 2002, na residência de Antônio Machado, para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais.**

Os posseiros que estão, com as casas, no local, por que eles sabem, que todos os posseiros, têm direito no patrimônio. A representante dos posseiros sugeriu que, as terras deveriam ser medidas para, depois negociadas.

Depois de todos, os acordos os donos e herdeiros, liberaram para terra ser medida através de um, topógrafo

E os posseiros decidiram pedir um topógrafo para Sr. Prefeita do Acaraí. Foi sabendo que, o interpa não poderia interferir, por que tratase de uma propriedade. E ficou decidida que os, donos e herdeiros poderiam acompanhar, as medições das terras.

E ficou decidido que a Sr. Prefeita do Acaraí, pagaria o valor, estipulado pelos posseiros. Esta comunidade Centro Alegre é existente há mais 32) trinta e dois anos.

E foi encerrada, a reunião às dezessete horas.

Assina: A Sr.ª Vera Lúcia Silva

Segue em anexo lista de presença dos participantes da reunião.

**ANEXO G (parte 3) – Lista de presença de reunião ocorrida em agosto de 2002, na residência de Antônio Machado, para definição dos critérios de divisão da comunidade Centro Alegre em lotes individuais.**

Lista de participantes da reunião  
extraordinária com donos e herdeiros,  
localizada na Residência do Sr.  
Antônio Machado da Silva igorapé Boqueirão

José Machado  
Francisca Machado  
Leonor Monteiro da Silva  
José Maria (esposo de Terdeira)  
M<sup>ª</sup> Raimunda M. da Silva  
Darcil Alves  
Vera Lúcia Silva (delegada sindical)  
Claudionora da Silva Azevedo  
Antônio Machado da Silva

Data, 14 de agosto de 2002

**ANEXO H – Recibo de venda de oito Lotes de terra, oriundos das Terras São Joaquim**



**ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE ACARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ  
PODER EXECUTIVO**

**RECIBO**

**R\$ 7.000,00**

Recebemos da Prefeitura Municipal de Acará, a quantia certa, fixa e irrevogável de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), referente ao pagamento da desapropriação por interesse social, na forma do art. 8º, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, de uma área desmembrada das terras de porção maior denominadas “São Joaquim”, atualmente ocupadas por diversas famílias, sito a margem direita do igarapé Baiaquara, afluente do rio Acará, no município de Acará, na localidade “Centro Alegre”, no total de 08(oito) lotes de 25 Hectares cada, devidamente demarcados por técnicos do ITERPA conforme croques, em anexo, devidamente caracterizada na Certidão de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Belém, cujas terras são de propriedade dos signatários deste instrumento e seus respectivos herdeiros, que neste ato e ocasião dão plena, total, geral e irrevogável quitação da quantia ora recebida, para nada mais a reclamar em juízo ou for dele.

Belém, 06 de novembro de 2002.

*Antônio Machado da Silva*  
**ANTÔNIO MACHADO DA SILVA**

**LEONOR MONTEIRO DA SILVA**

*Fátima Amaral Souza*  
**FÁTIMA AMARAL SOUZA**  
Herdeira de Pedro Antônio do Amaral e  
Leontila Campelo do Amaral

**RAIMUNDO APOLÔNIO**  
Herdeiro de Castorina do Amaral

**HILÁRIO LOPES DOS SANTOS**  
Herdeiro de Olívio Machado

**VITALINA MACHADO**

*Jose Machado DA Silva*  
**JOSÉ MACHADO DA SILVA**  
Herdeiro de Tarcila Machado

Quem trabalha merece continuar  
Av. Fernando Guilhon s/n - Centro - CEP 68.690-000 Fone/ Fax 732-1212 / Fone 732-1203